

**PORTARIA Nº 356, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013**

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art.14, e §2º da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico n.º 110/2013 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o adicional de cota de importação de insumos no valor de US\$ 25,452,578.00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e oito dólares norte-americanos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído em projeto, acrescido do eventual remanejamento aprovado anteriormente pela SUFRAMA, para o produto SUBCONJUNTO TAMPA TRASEIRA PARA TELEVISOR COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO - Código Suframa n.º 1836, com projeto de Diversificação aprovado por meio da Resolução n.º 119, de 28/05/2009, emitida em nome da DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., com inscrição Suframa n.º 20.1232.01-4 e CNPJ n.º 07.448.261/0001-18.

Art. 2º ESTABELECEER que a DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da concessão do adicional, projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização, para o produto citado no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 046, de 21/06/2013, Resolução do CAS n.º 098, de 19/08/2013, Parecer Técnico n.º 84/2013 -SPR/CGPRI/COPEA e Parecer n.º 475/2013 - FNF/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n.º 7-B-5, com área total de 19.443,00 m², localizado na Avenida dos Oitis, n.º 7530, Gleba D2E, Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa EMAS - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS MOLDADAS DA AMÉRICA DO SUL LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.004922/2004-15.

Manaus-AM, 12 de setembro de 2013.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
Em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus-AM, 12 de setembro de 2013.
GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Superintendente
Em exercício

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 005, de 28/02/2013, Resolução do CAS n.º 005, de 28/02/2013, Parecer Técnico n.º 024/2013 -SPR/CGPRI/COPEA e Parecer n.º 70/2013 - FNF/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n.º 7-B-4, com área total de 91.591,67 m², localizado na Avenida dos Oitis, n.º 7.000, Gleba D2D, Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa IFER DA AMAZÔNIA LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.000275/1997-00.

Manaus-AM, 12 de setembro de 2013.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
Em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus-AM, 12 de setembro de 2013.
GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Superintendente
Em exercício.

Ministério do Meio Ambiente**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE****PORTARIA Nº 226, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013**

Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande, localizada no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21, do Decreto n.º 7.515, de 08 de julho de 2011 e pela Portaria n.º 304, de 28 de março de 2012, da Ministra Chefe da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto na Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e o Decreto Federal n.º 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio n.º 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federal das categorias RESEX e RDS; e

Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande, instituído pela Portaria IBAMA n.º 21 em 13 de março de 2007, aprovou o Plano de Manejo da Unidade por meio da ATA da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande, realizada em 28 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande, localizada no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas.

Art. 2º Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade, em versão impressa para consulta, na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na sede da Unidade na cidade de Manicoré/AM e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**GABINETE DA MINISTRA****PORTARIA Nº 322, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013**

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto n.º 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, e nos elementos que integram o Processo n.º 04988.003818/2007-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir o domínio útil do terreno de marinha com acrescido, com área de 1.800,00m², cadastrado sob o RIP n.º 1343.0100402-24, localizado na Rua E3, 2ª Etapa, Quadra I 10, Lotes 9, 11, 13 e 14, Bairro Beberibe, Município de Beberibe, Estado do Ceará, a CARLA MARIA CARVALHO AGUIAR TEIXEIRA, portuguesa, portadora do CPF n.º 604.227.223-32 e do Passaporte n.º L009168, com validade até 14/07/2014, conforme Escritura Pública de Compra e Venda registrada em 16/08/2010 junto à Matrícula n.º 6.082, Livro n.º 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos translativos de propriedade do domínio útil praticados no processo, sobretudo a averbação da transferência em nome de ANTÔNIO PEDRO VILHENA PEREIRA GAVINHO, praticada em desacordo à regra de competência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 324, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto n.º 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, bem como nos elementos que integram o processo n.º 04916.001640/2005-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir a ocupação do terreno de marinha com acrescido, com área de 278,55m², localizado na estrada da Barra de Cunhaú, Lote n.º 4, Loteamento Sol da Barra, Município de Canguaratemá, Estado do Rio Grande do Norte, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 17/11/2010, Livro n.º 63, fls. 120 a 121v, 1º Traslado, do Ofício Único de Registros e Notas desta Comarca, para ANTONIO RUIZ RUIZ, de nacionalidade espanhola, portador do CPF/MF n.º 015.494.984-10 e do Passaporte n.º AC812405, com validade até 17/05/2015.

Parágrafo Único. Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
E CARREIRAS TRANSVERSAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS
DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA
DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS
INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 56, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

O Coordenador de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios, da Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do inciso II do art. 30 do Decreto n.º 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 04500.04500.013865/2011-17, resolve:

Habilitar ANA MAYRA DA SILVA JACINTHO, filha menor do anistiado político post mortem ANTONIO JACINTHO FILHO, como beneficiária de pensão temporária, para recebimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no D.O.U de 14 seguinte.

WILLIAM CLARET TORRES

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL**PORTARIA Nº 122, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013**

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 12.708, de 17 de agosto de 2012, e

Considerando a necessidade de viabilizar a abertura de crédito adicional, cuja programação a ser cancelada tem fonte de recurso incompatível com o objeto das suplementações pretendidas, em face das vinculações constitucionais e legais vigentes, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei n.º 12.798, de 4 de abril de 2013, no que concerne ao Ministério da Educação.

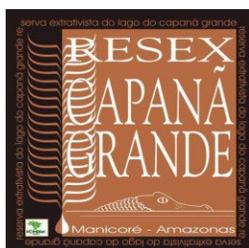
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES



Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE



Manicoré-AM, maio de 2013

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Roberto Ricardo Vincentin

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Anna Flávia de Senna Franco

**DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO
TERRITORIAL**

João Arnaldo Novaes Junior

**DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA
BIODIVERSIDADE**

Marcelo Marcelino de Oliveira

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Giovanna Palazzi

EQUIPE TÉCNICA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Coordenação do Plano de Manejo

Vivian Mara Uhlig – Analista Ambiental/ ICMBio (2009)

Cleiton Adriano Signor – Analista Ambiental/ICMBio (2010 (2) a 2013)

Redação e Estruturação do Documento

Cleiton Adriano Signor – Analista Ambiental/ICMBio

Equipe de Analistas Ambientais da Unidade de Conservação (2009 a 2013)

Vivian Mara Uhlig – (de janeiro de 2009 a novembro de 2009)

Cleiton Adriano Signor – (de julho de 2009 até o presente)

Daniel Reis Maiolino Mendonça – (de julho de 2009 a julho de 2010)

Francivane Fernandes da Silva – (de janeiro de 2010 a março 2012)

Romina Belloni – (de abril de 2010 a agosto de 2011)

Andrea de Souza Nascimento – (de outubro de 2010 a novembro de 2011)

Davi Araújo de França – (de setembro 2012 até o presente)

Revisão do Documento

Maressa Girão do Amaral

Mônia Laura Faria Fernandes

Leila de Sena Blos

Robson Rodrigues da Silva

Consultoria de apoio à elaboração do plano de manejo

Mauricio Gonsalves Torres

Editoração e Revisão Final

Cleiton Adriano Signor – Analista Ambiental/ICMBio

Apoio Financeiro

Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)/MMA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
1. INTRODUÇÃO	21
2. HISTÓRICO E DECRETO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE	35
2.1. Histórico das organizações e das lutas pela terra	35
2.2. Histórico e Decreto de Criação da Resex	36
3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE	40
4. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL	43
4.1. O estado do Amazonas	43
4.2. Aspectos Históricos	43
4.3. Contexto ambiental do Estado do Amazonas	45
4.4. Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amazonas	46
4.5. A Região do Médio Rio Madeira	47
4.6. Áreas Protegidas do interflúvio Purus-Madeira e a re-pavimentação da BR 319	48
5. CONTEXTUALIZAÇÃO LOCAL	52
5.1. O município de Manicoré	52
5.2. Aspectos Históricos	52
5.3. Contexto frente à Política Nacional de Áreas Protegidas	53
5.4. Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (INCRA)	55
5.5. Desmatamento	55
5.6. Presença de Governo e Sociedade Civil Organizada	56
5.7. Distribuição de Renda e Índice de Desenvolvimento Humano	58
5.8. Economia	59
5.9. Educação	60
5.10. Saúde	60
6. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	61
6.1. A Resex do Lago do Capanã Grande e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)	61
6.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL	63
6.2.1. Comunidades do lago do Capanã Grande e entorno	64
6.2.2. Perfil geral das comunidades	68
6.2.3. Documentação	71

6.2.4. Manifestações culturais	74
6.2.5. Religião	74
6.2.6. Saúde	75
6.2.7. Nutrição	78
6.2.8. Educação	80
6.2.9. Habitação	85
6.2.10. Energia	87
6.2.11. Abastecimento e uso da água	87
6.2.12. Esgoto sanitário e resíduos	88
6.2.13. Comunicação	89
6.2.14. Transporte	90
6.2.15. Participação em associações	92
6.2.16. Acesso a políticas públicas	92
6.2.17. Clima Social	94
6.3. FONTES DE RENDA, PRÁTICAS PRODUTIVAS, USO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS	99
6.3.1. Agricultura	101
6.3.2. Criação de animais	105
6.3.3. Extrativismo Vegetal	105
6.3.3.1. Castanha do Brasil	106
6.3.3.2. Látex da borracha	106
6.3.3.3. Outros recursos não madeireiros	107
6.3.3.4. Recursos madeireiros	110
6.3.4. Extrativismo animal	113
6.3.4.1. Pesca	113
6.3.4.2. Caça	117
6.3.4.3. Quelônios (Bichos de casco)	119
6.3.4.4. Jacarés	120
6.3.5. Extrativismo Mineral	120
6.3.5.1. Garimpo	121
6.4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	121
6.4.1. Composição fundiária da Resex	121
6.4.2. Áreas de interesse que ficaram fora da Resex e áreas reivindicadas por	

indígenas	123
6.4.3. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)	123
6.5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	125
6.5.1. Meio Ambiente Físico	125
6.5.1.1. Clima	125
6.5.1.2. Hidrografia	126
6.5.1.3. Geologia	128
6.5.1.4. Geomorfologia	130
6.5.1.5. Pedologia	132
6.5.2. Meio Ambiente Biótico	132
6.5.2.1. Vegetação	133
6.5.2.1.1. Composição florística e parâmetros fitosociológicos da Resex	
Lago do Capanã Grande	137
6.5.2.1.2. Espécies de uso madeireiro e com potencial comercial	141
6.5.2.1.3. Espécies vegetais não madeiras	145
6.5.2.1.4. Castanhais	146
6.5.2.1.5. Biomassa da vegetação	148
6.5.2.1.6. Estoque de Carbono	148
6.5.2.2. Fauna	149
6.5.2.2.1. Peixes	149
6.5.2.2.2. Anfíbios e Répteis	150
6.5.2.2.3. Aves	151
6.5.2.2.4. Mamíferos	153
7. GESTÃO DA UNIDADE	155
7.1. ICMBio	155
7.2. Conselho Deliberativo	156
7.3. AMALCG	157
7.4. Infraestrutura de Gestão	158
7.5. ACORDO DE GESTÃO.....	161
7.5.1. Fauna	162
7.5.1.1. Pesca	162
7.5.1.2. Atividade de caça e captura de bichos-de-casco (quelônios)	164
7.5.2. Atividades Agroextrativistas	164

7.5.2.1. Agricultura	164
47.5.2.2. Criação de Animais Domésticos	165
7.5.3. Recursos Madeireiros	165
7.5.3.1. Madeira	165
7.5.3.2. Fabricação de embarcações	166
7.5.4. Produtos Não Madeireiros	168
7.5.5. Embarcações e Prestadores de Serviços	168
7.5.6. Da Ocupação e Uso do Território	169
7.5.7. Inclusão de Novos Moradores	170
7.5.8. Fiscalização e Vigilância	171
7.5.9. Revisão do Acordo	171
7.6. ZONEAMENTO	172
7.6.1. Zona de Preservação (ZP)	173
7.6.2. Zona de Uso de Recursos Naturais (ZU)	176
7.6.3. Zona de Recuperação (ZR)	178
7.6.4. Zona de Amortecimento (ZA)	179
8. ANÁLISE DE CENÁRIOS	183
9. PROGRAMAS DE GESTÃO	193
9.1. PROGRAMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ADMINISTRAÇÃO DA RESEX	195
9.1.1. Subprograma Administrativo e Operacional	198
9.1.2. Subprograma Fortalecimento da Gestão	198
9.1.3. Subprograma Fortalecimento Comunitário	199
9.1.4. Subprograma Integração com Entorno	200
9.1.5. Subprograma Fundiário	200
9.2. PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA	201
9.2.1. Subprograma de Comunicação	203
9.2.2. Subprograma de transporte	203
9.2.3. Subprograma de Saúde e Saneamento	204
9.2.4. Subprograma de Educação	206
9.2.5. Subprograma de Esporte e Cultura	207
9.2.6. Subprograma de Habitação	208
9.2.7. Subprograma de Energia	209

9.3. PROGRAMA DE MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	210
9.3.1. Subprograma de Alimentação e de Garantia do Preço Mínimo	213
9.3.2. Subprograma de escoamento de Produtos Agroextrativistas	213
9.3.3. Subprograma de Exploração de Recursos Florestais	213
9.3.4. Subprograma de Agricultura Familiar	214
9.3.5. Subprograma de Pesca	215
9.3.6. Subprograma de Fauna	216
9.4. PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA	217
9.5. PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO	225
9.5.1. Subprograma de Pesquisa	222
9.5.2. Subprograma de Monitoramento.....	222
10. BIBLIOGRAFIA	224
11. ANEXOS	228
Anexo A. Decreto de criação da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande	228
Anexo B. Inventário da população da Resex e do PAE Matupiri efetuado em 2009	233
Anexo C. Lista das espécies vegetais inventariadas em campo e principalmente através de entrevista com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande. Em destaque (negrito), espécies ameaçadas ou gêneros que tenham espécies da flora ameaçadas de extinção para o bioma Amazônia, conforme IN 06, do MMA, de 23 de setembro de 2008	252
Anexo D. Lista de espécies madeireiras levantadas em Unidades Pontuais de amostragem (UPAs) de 190 ha (UPA 1), 115 ha (UPA 2) e 85 ha (UPA 3), estabelecidas na área da hoje Resex Lago do Capanã Grande	260
Anexo E. Espécies oleaginosas e com potencial econômico levantadas na Resex Lago do Lago do Capanã Grande, com as respectivas abundância	

absoluta (indivíduos/ha) e relativa (%) obtidas em 1 ha de amostragem para cada critério de inclusão	265
Anexo F. Lista das espécies de peixes inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande	269
Anexo G. Lista das espécies de anfíbios e répteis inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande	272
Anexo H Lista das espécies de aves inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande e pesquisa bibliográfica para a região	278
Anexo I. Lista das espécies de mamíferos inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande e pesquisa bibliográfica	290

TABELAS

Tabela 1.1. Etapas de elaboração do Plano de Manejo da Resex do Lago do Capanã Grande.

Tabela 2.1. Cronologia do processo de criação da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande

Tabela 4.1. Unidades de Conservação Federais e do Estado do Amazonas que compõe o interflúvio Purus-Madeira e que estão na área de influência da BR319.

Tabela 5.1. Áreas protegidas total ou parcialmente inseridas dentro do município de Manicoré, Amazonas.

Tabela 5.2. Áreas destinadas a Projetos de assentamento do INCRA dentro do município de Manicoré até 2010.

Tabela 5.3. Lista das instituições do poder executivo do governo, das organizações não governamentais e de algumas cooperativas e sindicatos de Manicoré.

Tabela 6.1. As comunidades existentes ao longo do lago do Capanã Grande em ordem de entrada no lago, e algumas informações sobre as mesmas.

Tabela 6.2. Queixas de saúde de maior ocorrência na área da Resex Lago do Capanã Grande e sua respectiva distribuição entre homens, mulheres e crianças.

Tabela 6.3. Tipos de alimentos mais consumidos pelos moradores das comunidades do lago do Capanã Grande.

Tabela 6.4. Classificação dos alimentos consumidos pelos moradores do lago conforme índices da OMS.

Tabela 6.5. Distribuição por nível de escolaridade dos entrevistados em 12 comunidades do lago do Capanã Grande (n: 840).

Tabela 6.6. Situação educacional das escolas de 12 comunidades no lago do Capanã Grande em 2008.

Tabela 6.7. Tipos de construções dos domicílios das comunidades do Capanã Grande.

Tabela 6.8. Produtos florestais não-madeireiros utilizados pelos comunitários da Resex Lago do Capanã Grande.

Tabela 6.9. Tipos de cipós e seus respectivos usos.

Tabela 6.10. Tipos de uso dos produtos florestais madeireiros.

Tabela 6.11. Etnoespécies citadas pelos pescadores da Resex do Lago Capanã Grande e do PAE Matupiri para alimentação.

Tabela 6.12. Descrição dos apetrechos citados como utilizados na pesca pelos pescadores da Resex do Lago Capanã Grande e do PAE Matupiri.

Tabela 6.13. Listagem das espécies de vertebrados usados pra a alimentação pelos moradores da Resex e do PAE Matupiri.

Tabela 6.14. Composição fundiária da Resex do Lago do Capanã Grande.

Tabela 6.15. Distribuição do número de indivíduos por espécies para os 15 menores e os 15 maiores valores de Índice de Valor de Importância (IVI).

Tabela 6.16. Volume de madeira com casca por morfo-espécie e classe diamétrica agrupada na categoria serraria.

Tabela 6.17. Volume de madeira com casca por morfo-espécie e classe diamétrica agrupada na categoria laminado.

Tabela 7.1. Instituições e comunidades que compõe o atual Conselho Deliberativo da Resex.

Tabela 8.1. Análise de Cenários dos Programas de Gestão da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande.

Tabela 9.1. Programas de Gestão e Administração da Resex do Lago do Capanã Grande.

Tabela 9.2. Programas de Qualidade de Vida e Cidadania da Resex do Lago do Capanã Grande.

Tabela 9.3. Programas de Manejo Sustentável de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas da Resex do Lago do Capanã Grande.

Tabela 9.4. Programas de Fiscalização e Vigilância da Resex do Lago do Capanã Grande.

Tabela 9.5. Programas de Pesquisa e Monitoramento da Resex do Lago do Capanã Grande.

FIGURAS

Figura 1.1: Reunião em que foi apresentado o Programa de Monitoramento para as lideranças comunitárias da Resex (Foto: Vivian Uligh).

Figura 1.2: A) Reunião da equipe de pesquisadores com a gestora da UC para o planejamento das atividades de campo; B e C) Verificação dos pitfalls, e triagem após a coleta de herpetofauna; D) Reunião na comunidade a bordo do barco de apoio para explicação das atividades dos pesquisadores aos comunitários da Resex (Fotos: Francivane F. da Silva).

Figura 1.3: A) Reuniões nas comunidades de São Raimundo, Santa Cívita, Aldeia Indígena Palmeira e São José do Cumã no PAE Matupiri (Fotos: Francivane F. da Silva).

Figura 1.4: Reunião de composição do Acordo de Gestão (Plano de Uso) da UC (Foto: Francivane F. da Silva).

Figura 1.5: Reunião na comunidade de São Raimundo para a construção do zoneamento da UC (Fotos: Francivane F. da Silva).

Figura 1.6: Reunião com comunitários e com o Conselho Deliberativo da Unidade para a validação e complementação dos programas e subprogramas do plano de manejo da Resex (Fotos: Roberta Amaral).

Figura 1.7: Acima, leito do igarapé água branca, à esquerda, e à direita, igarapé do barata. Abaixo, o lago piranha (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 1.8: Reunião na comunidade de São Raimundo para a construção dos cenários do plano de manejo da UC (Fotos: Francivane F. da Silva).

Figura 1.9: Reunião de aprovação do plano de manejo da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande (Fotos: Manoel de Oliveira Rêgo).

Figura 3.1. Localização da Reserva Extrativista do lago do Capanã Grande.

Figura 3.2. Acima, a rodovia BR319 e trecho do rio Madeira. Abaixo, a Terra Indígena do Capanã (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 4.1. Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amazonas. SDS (2008).

Figura 4.2. Unidades de Conservação da região do Interflúvio Púrus-Madeira e sob influência da BR 319.

Figura 5.1. Localização do município de Manicoré, no estado do Amazonas (Foto de R.S. de Oliveira, retirado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manicoré>).

Figura 5.2. Caracterização territorial de Manicoré.

Figura 5.3. Áreas Protegidas no bioma Amazônia e as UCs apoiadas pelo Programa Arpa até 2008. Arpa (2008).

Figura 6.1. Localização das comunidades ao longo do lago do Capanã Grande.

Figura 6.2. Acima, o igarapé do Capanã no seu alto curso com a aldeia bom que dói. No meio e abaixo, o lago do Capanã Grande e uma comunidade na beira do igarapé (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.3. Número de famílias por comunidades na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.4. Número médio de pessoas por família nas comunidades da Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.5. Número de moradores por comunidade na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.6. Faixa etária da população da Resex e do PAE Matupiri. (ICMBio 2009).

Figura 6.7. Porcentagem de pessoas com certidão de nascimento na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.8. Porcentagem de pessoas com certidão de nascimento por idade na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.9. Porcentagem de pessoas com CPF na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.10. Porcentagem de pessoas com título na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.11. Religião na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.12. Principais formas de prevenção de doenças em 12 comunidades entrevistadas no lago do Capanã. ICMBio (2008).

Figura 6.13. Porcentagem da população que estuda na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.14. Porcentagem da população que estuda na Resex e no PAE Matupiri por faixa etária. ICMBio (2009).

Figura 6.15. Escolaridade na Resex e no PAE Matupiri (não considerando os menores de 06 anos). ICMBio (2009).

Figura 6.16. Tipos de escolas presentes nas comunidades (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.17. Comunidade de Jutai na época de vazante e cheia (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.18. Casa coberta de palha e estilo das casas construídas com recursos via empréstimo do INCRA (Fotos: Cleiton A. Signor e arquivos Resex).

Figura 6.19. Uso da água para atividades domésticas e construção usada para banhar-se e efetuar atividades domésticas, entre outras (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.20. Barco Recreio de transporte de passageiros e uma canoa com motor rabeta (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.21. Benefícios sociais recebidos pelos entrevistados. ICMBio (2008).

Figura 6.22. Sobreposição entre estradas de seringa e castanhais entre indígenas e não indígenas dentro da Resex. ICMBio (2009).

Figura 6.23. Fonte de renda mais citada pelos entrevistados da Resex e do PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.24. Segunda fonte de renda mais citada pelos entrevistados da Resex e do PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.25. Renda média familiar mensal no lago do Capanã Grande. ICMBio (2009).

Figura 6.26. Orientação técnica em um viveiro de mudas de cacau na comunidade de Santa Civita (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.27. Plantio de macaxeira passando pelos processos de molho, descasque, peneiragem, torragem e farinha pronta (Fotos: INPA/ICMBio 2008).

Figura 6.28. Área de roça por família (em quadras) na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Figura 6.29. Coleta de látex e ouriço de castanha quebrado (Fotos: Arquivos Resex).

Figura 6.30. Áreas de castanhais e seringais utilizadas por beneficiários e usuários da Resex dentro da Unidade e no entorno. ICMBio (2008c).

Figura 6.31. Grupo de artesãos e artesãs durante curso de capacitação oferecido em 2011 e peças de artesanato produzidas durante o curso (Fotos: Arquivos Resex).

Figura 6.32. Plantio de açaí e banana (Fotos: Cleiton A. Signor e Romina Belloni).

Figura 6.33. Participantes do curso de boas práticas de extração de óleo de copaíba na Resex em 2011 (Fotos: Arquivos Resex).

Figura 6.34. Construção de canoa e casa dentro da Resex (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.35. Tambaqui pescado com o uso de malhadeira (Foto: Cleiton A. Signor).

Figura 6.36. Ambientes citados como as principais áreas de pesca. (F. F. da Silva, dados não publicados).

Figura 6.37. Número de citações das espécies de vertebrados usados na alimentação da população da Resex e PAE Matupiri. Em azul os mamíferos e em vermelho a avifauna. (F. F. da Silva 2009, dados não publicados).

Figura 6.38. Situação Fundiária da Resex do Lago do Capanã após decreto lei 1164/71. ICMBio (2009).

Figura 6.39. As terras da gleba Baetas, pertencentes a União, e que foram repassadas aos beneficiários da Resex via Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) estão inseridas dentro do polígono verde.

Figura 6.40. Hidrografia da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

Figura 6.41. Geologia da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

Figura 6.42. Geomorfologia da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

Figura 6.43. Vegetação da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

Figura 6.44. Mata de Terra Firme na Resex do Lago do Capanã (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.45. Matas de igapó ao longo do alto curso do Capanã, mostrando o limite entre a mata alagável e a mata de terra firme, visível na parte superior da fotografia. À matas de várzea no baixo curso do lago do Capanã (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.46. Áreas de Campinas e Campinaranas na Resex do Lago do Capanã Grande (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 6.47. Área basal do sítio estudado comparado com outros sítios da Amazônia. O sítio da Resex está marcado no círculo vermelho. ICMBio (2008b).

Figura 6.48. Distribuição do volume com casca ($m^3 \cdot ha^{-1}$) por classe diamétrica para a floresta da Resex Lago do Capanã Grande. ICMBio (2008b).

Figura 6.49. Distribuição de frequência por classe diamétrica das seis espécies de maior potencial para uso em serraria. ICMBio (2008b).

Figura 6.50. Castanhais inventariados entre a comunidade de Fátima e Jutaí, ao longo do lago do Capanã Grande. O mapa está inserido em uma matriz de relevo. ICMBio (2008c).

Figura 6.51. Densidade de filhotes (DAP<10 cm) por unidade de amostragem, sendo a) plântulas, com altura < 1,50 e presença de castanha, b) juvenis, com altura > 1,50 m e geralmente sem castanha. ICMBio (2008c).

Figura 6.52. Biomassa fresca acima do nível do solo e estoque de carbono para alguns sítios do Estado do Amazonas. ICMBio (2008b).

Figura 6.53. Anfíbios e répteis registrados na Resex. Abaixo, a lamparina ou matá-matá (*Chelus fimbriatus*) e a jibóia-branca (*Corallus hortulanus*) (Fotos: Arquivos Resex).

Figura 6.54. Área de amostragem de aves ao longo do lago do Capanã Grande. Os números indicam as comunidades visitadas na RESEX e entorno: 1= Jutaí, 2= São Raimundo, 3= São José do Cumã (assentamento), 4= São Sebastião do Cumã (assentamento), 5= Ponta do Campo, 6= Santa Cívita, 7= Nossa Senhora de Fátima. Os quadrados representam os locais amostrados e a faixa cinza simboliza os limites da Reserva. Imagem LANDSAT 2008. ICMBio (2009b).

Figura 6.55. O cantador (*Hypocnemis sp.*) e o jovem da trinta-réis-grande (*Phaetusa simplex*) (Fotos: Thiago Laranjeiras).

Figura 7.1. Escritório do ICMBio na cidade de Manicoré (Fotos: Francivane F. da Silva).

Figura 7.2. Flutuante antes e depois da reforma/ampliação realizada em parceria com alguns comunitários da Resex (Fotos: Daniel R. Maiolino e Cleiton A. Signor).

Figura 7.3. Zona de Preservação, Zona de Uso de Recursos Naturais, Zona de Recuperação e proposta de Zona de Amortecimento da Resex do Lago do Capanã Grande.

Figura 7.4. Acima, os lagos do Matupá e do Barbaço. Abaixo, os lagos do Retiro e do Comprido, respectivamente (Fotos: Cleiton A. Signor).

Figura 7.5. Detalhe da Zona de Amortecimento proposta para a Resex do Lago do Capanã Grande.

Figura 9.1. Painéis com o início da construção dos programas junto aos comunitários da Resex (Fotos: Mauricio G. Torres).

Figura 9.2. Escala de prioridades das 16 atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Figura 9.3. Escala de prioridades das 33 atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Figura 9.4. Escala de prioridades das 12 atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Figura 9.5. Escala de prioridades das cinco (5) atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Figura 9.6. Escala de prioridades das sete (7) atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

SIGLAS

AM	Estado do Amazonas
AMALCG	Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BR319	Rodovia federal
CAAC	Central das Associações Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CGPRO	Coordenação Geral de Proteção
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNS	Conselho Nacional de Populações Extrativistas
COOPASMAN	Cooperativa de Aquicultores Sustentáveis de Manicoré
COMACAM	Cooperativa das Mulheres Artesãs e Costureiras de Manicoré
COOPEMA	Cooperativa dos Produtores e Extrativistas de Manicoré
COVEMA	Cooperativa Verde de Manicoré
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DAP	Diâmetro a Altura do Peito
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HANDS	Health and Development Service
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDEAS	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Amazonense
IDESAM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMS	Organização Mundial de Saúde
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PARNA	Parque Nacional
PGPM	Programa de Garantia do Preço Mínimo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RG	Registro Geral
RO	Estado de Rondônia
SAF	Sistema Agroflorestal
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia

SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento
ZP	Zona de Preservação
ZR	Zona de Recuperação
ZU	Zona de Uso de Recursos

APRESENTAÇÃO

Apresentar uma Unidade de Conservação (UC) é sempre um exercício interessante. Ainda mais quando se trata de uma Reserva Extrativista (Resex).

A Resex traz em seu conceito o balanço entre o mito moderno da natureza intocada e o mito do bom selvagem. Ela tanto pode trazer o equilíbrio entre a conservação e a preservação, como pode trazer frustração e o saque dos recursos naturais, quanto não direcionada de uma forma positiva.

A Resex do Lago do Capanã Grande é uma das Unidades de maior potencial positivo no Estado do AM. Possui um tamanho gerenciável e atributos que lhe dão um status diferenciado: fica próxima cerca de 1 h30 min da sede do município de Manicoré; tem grande potencial para turismo; e está em uma região de alta diversidade de espécies, a região do interflúvio dos rios Purus e Madeira. O seu nome provém do lago onde se aglutinam todas as comunidades da Reserva. Este lago possui uma beleza cênica ímpar para a região. Suas águas pretas fazem um contraste com as águas brancas do rio madeira, proporcionando aos moradores e visitantes pequenos espetáculos como os de mini encontro das águas durante a vazante e de um transbordo do encontro das duas.

Em termos culturais e de população, a UC traz latente a miscigenação cabocla/mameluca entre a cultura indígena e a ribeirinha. No entorno da Unidade existem uma Terra Indígena e um assentamento, onde seus moradores se relacionam ativamente com os moradores da Resex. Todos são considerados e se consideram “parentes”, sem a necessária relação de compadrio. A biodiversidade se traduz assim em diversidade cultural. E vice-versa.

A trajetória e tradicionalidade de seus habitantes no fabrico da castanha lhe confere um grau de participação diferenciado quando se analisa a renda da população. A castanha beneficiada no Capanã é certificada, tendo assim mais um motivo para que seus moradores e coletores se sintam altivos por esta conquista.

A luta pela terra, as relações entre seringalistas, coletores de castanha e seringa e padrões reforça a história e trajetória deste povo, que não tem destaque, nem aparece na história oficial do país, mas toca e consta na vida de todos que um dia pisou ou quer conhecer esta pátria chamada Amazônia.

Convido você a conhecer um pouco mais deste local onde humildade, sabedoria e persistência fazem a diferença.

Mônia Laura Faria Fernandes

1. INTRODUÇÃO

Conforme a lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), “a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cujo modo de vida baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte”. Insere-se na categoria de Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação ambiental com o uso de parcela dos recursos naturais da área protegida.

As Reservas Extrativistas (Resex) são áreas de domínio público legalmente instituídas pelo Estado, com objetivos de conservação, limites definidos e sob regime especial de administração. Tem como objetivos básicos proteger a biodiversidade e os meios de vida e a cultura das populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dessas populações. O uso dos recursos naturais em bases sustentáveis é permitido às populações tradicionais beneficiárias da Resex, respeitados os limites da lei. A exploração comercial de produtos, subprodutos e serviços inerentes à UC é passível de autorização pelo órgão gestor, e devem ser previstos e aprovados no plano de manejo, ou seja, pode ser permitida após o planejamento da atividade, e depois de ouvido o Conselho Deliberativo. As atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista devem ser discutidas pelo Conselho Deliberativo, que é a instância que analisa e delibera sobre assuntos que envolvem a Reserva. O Conselho Deliberativo é presidido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais beneficiárias.

As Reservas Extrativistas visam promover o desenvolvimento socioeconômico e proporcionam a regularização fundiária, pois possibilitam a Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) da terra às populações tradicionais beneficiárias. Isto ocorre através de contrato firmado com o Estado, o que garante o acesso destas populações, de forma gratuita, aos recursos naturais da área.

O modelo de Reserva Extrativista surgiu através do movimento dos seringueiros do Acre nas décadas de 70 e 80, movimento social que lutava pelo direito de permanecer na terra e utilizar a floresta sem destruir seus recursos naturais. Na época, os

seringueiros do Acre enfrentavam o avanço desordenado do novo modelo econômico implementado, baseado na agropecuária extensiva. As empresas agropecuárias, ao se instalarem, provocavam grandes desmatamentos e expulsavam os seringueiros das posses nas quais viviam há gerações. O movimento dos seringueiros ganhou impulso no início da década de 1980, com a criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), atual Conselho Nacional das Populações Extrativistas, ocorrida em 1985, durante o 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, em Brasília. Entre as deliberações do Encontro, destaca-se a “definição das áreas ocupadas por seringueiros como Reservas Extrativistas, assegurando seu uso pelos seringueiros”. Com isso, exigiam que as áreas da floresta que ocupavam fossem reconhecidas como áreas de uso comum segundo práticas de seus ocupantes tradicionais – com o intuito de frear as investidas contra seu modo de vida, associadas à pressão sobre os recursos ambientais.

Assim, surgiram os eixos norteadores para um modelo jurídico que, inspirado pela legislação que regulamentava os territórios indígenas, estendia a outros grupos sociais o direito ao compartilhamento coletivo da posse da terra, nascendo, deste modo, um modelo alternativo de reforma agrária no Brasil, de forma coletiva e não individual. Este modelo de reforma agrária inicialmente foi implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, sob o nome de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), e incorporado ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Posteriormente, a Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, instituiu as Reservas Extrativistas na agenda da política brasileira para o meio-ambiente. No ano de 2000, as Reservas Extrativistas são incorporadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, lei nº 9.985).

Inicialmente a categoria de Reserva Extrativista foi aplicada somente na Amazônia Brasileira, mas hoje há Reservas Extrativistas em todas as regiões do Brasil. Assim, este importante modelo se estendeu para todo o Brasil e hoje, sem dúvida, se constitui como um modelo de conservação da natureza aliado à utilização sustentável dos recursos naturais, garantindo a presença do Estado na aplicação de políticas públicas de proteção da biodiversidade e de promoção do desenvolvimento social e econômico das populações beneficiárias.

Em janeiro de 1990 foi criada no Acre a primeira Reserva Extrativista, a Resex Alto Juruá. Até o presente momento o Brasil conta com 59 Resex criadas nos diversos biomas e que totalizam uma área de 122.717 km².

Plano de Manejo

O Plano de Manejo é o documento que representa o principal instrumento de gestão de uma Unidade de Conservação (UC). Com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se definem o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Ele é previsto na Lei Federal n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC. O Plano de Manejo da Reserva Extrativista subsidia ações da equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das instituições parceiras da Resex, de suas associações, dos componentes do Conselho Deliberativo e das populações beneficiárias.

Conforme a instrução normativa n° 01/2007, do ICMBio, os planos de manejo das Reservas Extrativistas devem ser construídos junto com as populações tradicionais da Unidade e a sua elaboração deve considerar como diretrizes:

1. A conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
2. Transparência nos processos de gestão da Unidade e adequação a cada realidade local;
3. O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e representação social;
4. O reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;
5. A promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;
6. Valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

7. A busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio culturais.

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande apresenta as características ambientais, sociais, econômicas e fundiárias da Unidade. Também apresenta as áreas de uso das populações tradicionais, as regras de convivência e de uso de recursos, os programas e subprogramas socioambientais e o zoneamento da Unidade de Conservação.

Etapas da Elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista

O Processo de construção do Plano de Manejo Participativo da Resex do Lago do Capanã Grande teve início em 2007 com o aporte de recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Nesta ocasião ocorreram as primeiras reuniões de planejamento das atividades do plano de manejo. A partir deste momento podemos distinguir três fases relacionadas à construção do plano (ver resumo na **tabela 1.1**).

Fase 1 (2008): Aplicação de diagnósticos socioambientais via Programa de Monitoramento Socioambiental do Programa ARPA (ver capítulo 6.1).

As seguintes atividades deste Programa de Monitoramento foram efetuadas na Resex:

Fevereiro de 2008: Apresentação do Programa Piloto de Monitoramento Participativo para avaliação do Conselho Deliberativo da Resex do Lago do Capanã Grande. Apresentação do Programa Piloto para a Associação de Moradores do Lago e para a comunidade local (**Figura 1.1**).



Figura 1.1: Reunião em que foi apresentado o Programa de Monitoramento para as lideranças comunitárias da Resex (Foto: Vivian Uligh).

Março de 2008: Apresentação das sugestões do Conselho Deliberativo para a equipe da Diretoria de Uso Sustentável do ICMBio.

Março e Abril de 2008: Estabelecimento de parcerias com os pesquisadores de Instituições de Ensino e Pesquisa no Estado do Amazonas e planejamento de expedições de coleta de dados em campo.

Abril e Maio de 2008: Composição de formulários de entrevistas e definição de metodologias de Diagnóstico Rurais Participativos, envolvendo o Conselho da UC, pontos focais do ARPA, equipe da Resex e pesquisadores.

A partir de Junho de 2008: Expedições para coleta de dados para o Diagnóstico Socioambiental. Foram realizadas as expedições dos temas: Uso dos recursos da flora (Produtos Madeireiros e Não-Madeireiros); uso dos recursos da fauna; dados socioeconômicos e vivências comunitárias (**Figura 1.2**).





Figura 1.2: A) Reunião da equipe de pesquisadores com a gestora da UC para o planejamento das atividades de campo; B e C) Verificação dos pitfalls, e triagem após a coleta de herpetofauna; D) Reunião na comunidade a bordo do barco de apoio para explicação das atividades dos pesquisadores aos comunitários da Resex (Fotos: Francivane F. da Silva).

Janeiro de 2009: Apresentação dos resultados obtidos em campo para o Conselho Deliberativo da Resex e comunidade local.

Janeiro e Fevereiro de 2009: Tratamento dos dados obtidos em campo, pelos Pontos Focais da ARPA (Diretoria de Uso Sustentável/ICMBio), e inserção em um banco de dados. Elaboração e entrega de relatórios com os dados sistematizados para a equipe da Resex. Nem todos os grupos temáticos entregaram seus relatórios.

Fase 2 (2009): Contratação de consultoria especializada com recursos do ARPA para a elaboração do Plano de Manejo Participativo – Fase 1 da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande.

Por Fase 1, entendeu-se o documento construído a partir da compilação e análise de informações secundárias disponíveis sobre a Unidade; elaboração do plano de utilização, complementado por elementos dos demais conteúdos do plano de manejo, como zoneamento, programas de sustentabilidade socioambientais, análise de cenários, entre outros; e indicação dos estudos e atividades complementares a serem realizados na segunda fase do processo.

As atividades dessa segunda etapa para a obtenção do plano de manejo seguem a seguinte cronologia:

Junho de 2009: Acontece nas instalações do ICMBio, em Manaus, a primeira reunião para definição de diretrizes básicas do trabalho da consultoria. Nessa ocasião, além do

compartilhamento de informações sobre a Resex, definiram-se algumas linhas mestras de direcionamento das atividades, bem como determinadas limitações.

Como prioridade dos trabalhos de elaboração do plano de manejo ressaltou-se a elaboração do acordo de gestão (plano de uso) e, também, o melhor conhecimento e eventual encaminhamento dos conflitos territoriais e fundiários entre a população indígena usuária da Resex e seus beneficiários. Em contrapartida, definiu-se ficarem de fora do escopo dos trabalhos da consultoria, por extrapolarem limitações de tempo e financeiras, a identificação e o conhecimento aprofundado da situação às margens da BR-319. Este item permaneceu como uma lacuna a ser estudada em próximas etapas do trabalho.

Novamente no ICMBio/Manaus, os pontos anteriores foram debatidos e amadurecidos. Além disso, foi composto em conjunto com a gestora o conteúdo da ficha de cadastro, bem como o roteiro de entrevista socioambiental a ser aplicado de forma amostral.

Ainda em junho de 2009, no posto da FUNAI de Manicoré, houve reunião com Antônio Barreto e Walmir Campos, respectivamente: uma liderança indígena da Organização dos Povos Indígenas Tora, Tenharim, Apurinã, Mura, Mundurucu, Parintitin e Pirahã (OPITTAMPP) e o chefe do posto local da FUNAI de Manicoré. Os encaminhamentos dessa reunião foram de fundamental importância para o bom desenrolar das atividades de elaboração do plano de manejo com a população indígena usuária da Resex. A FUNAI e a OPITTAMPP tiveram um posicionamento bastante favorável à participação dos indígenas no trabalho.

Em 24 de junho, nas dependências do INCRA em Manaus houve uma reunião de consulta ao órgão, já que no lago do Capanã há famílias assentadas pelo INCRA no Projeto Agroextrativista Matupiri.

Nesse sentido, realizaram-se reuniões para a elaboração de um Plano de Trabalho (PT) que garantisse a efetiva participação da população local e de entidades interessadas. As discussões se deram na própria Resex, em expedição realizada entre 10 e 25 de junho. Nesse período aconteceram diversas reuniões comunitárias, abaixo discriminadas (**Figura 1.3**).

11 de junho – Reunião na Comunidade Jutáí;

12 de junho – 1ª Reunião na Comunidade São Raimundo;

14 de junho – 2ª Reunião na Comunidade São Raimundo;

15 de junho – Reunião na Comunidade Nossa Senhora de Fátima;

17 de junho – Reunião na Terra Indígena Palmeira, envolvendo todas as comunidades indígenas: Igarapé Grande, Palmeira, Traíra, Guariba II e Bom Que Dói;

18 de junho – Reunião em Ponta do Campo, com participação das Comunidades de Nossa Senhora de Santa Civita e Ponta do Campo;

19 de junho – Reunião com as Comunidades São José do Cumã e São Sebastião do Cumã (PAE Matupiri).



Figura 1.3: Reuniões nas comunidades de São Raimundo, Santa Cívita, Aldeia Indígena Palmeira e São José do Cumã no PAE Matupiri (Fotos: Francivane F. da Silva).

Junho a Agosto de 2009: Aplicação de questionários na Resex para o cadastro de beneficiários e usuários e levantamento sócioeconômico. O curto período disponível para a aplicação dos questionários exigiu que um grupo de comunitários fosse mobilizado para o trabalho. Assim, os questionários socioeconômicos foram aplicados pelos comunitários da Resex que foram treinados entre dezembro de 2008 e maio de 2009 para atuarem no monitoramento socioambiental da Reserva.

Junho a agosto de 2009: Análise de demandas para construção dos programas socioambientais e sistematização dos dados secundários.

Julho a Agosto de 2009: Georreferenciamento da área de uso de recursos que a população da Resex tem em seu território. Mais de 300 km de trilhas por áreas de coleta de recursos, seringais, castanhais, igarapés, roças, lagos, comunidades, capoeiras, trilhas de caça e zonas de conflito foram percorridas e georreferenciadas. As áreas de recuperação da vegetação foram igualmente indicadas pelos comunitários, como também o foram às regiões identificadas como mais propícias a determinadas atividades, como caça, pesca e extrativismos, por exemplo.

Setembro de 2009: Apresentação e validação dos dados secundários junto à população da Resex. O objetivo desta etapa era “apresentar e debater os resultados sistematizados nas atividades anteriores, detalhando com a população da Unidade as prioridades para aprofundamento de informações e de realização de estudos complementares”. Início da construção do acordo de gestão (plano de uso) da Reserva em oficina realizada na comunidade de Ponta do Campo.

Dezembro de 2009: Reunião da consultoria na comunidade de Ponta do Campo para apresentação final dos resultados socioambientais alcançados via diagnósticos socioambientais, e complementação do acordo de gestão de recursos da Reserva. Entrega dos últimos produtos da consultoria: Relatório Circunstanciado D e Minuta do plano de Manejo Participativo da Resex. Fim do contrato de consultoria para o plano de manejo.

Fevereiro a Maio de 2010: O produto final apresentado pelo consultor não conteve itens básicos a um plano de manejo, como zoneamento, análise de cenários e os programas de gestão socioambientais, mesmo que os mesmos tenham sido partes do termo de referência de contratação do consultor. Os programas de gestão foram apresentados apenas como uma lista de demandas comunitárias, sem apresentação de ações, metas, indicadores e prioridades. Também não foram apresentados os dados de georreferenciamento de uso de recursos citados pelo consultor. Assim, a equipe da Resex, com apoio da Coordenação Regional 02 do ICMBio, apresentou quatro pareceres referentes a correções e complementações ao Produto D do contrato de consultoria para a elaboração do Plano de Manejo Participativo da Resex. Nenhuma das solicitações contidas nos pareceres foi feita pelo consultor contratado, apesar do seu comprometimento em fazê-lo.

Fase 3 (2011 a 2012): Estruturação e redação do plano de manejo. Realização de reuniões e expedições de campo para complementá-lo. Reuniões de aprovação do plano.

Em virtude das lacunas contidas no plano, a equipe da UC efetuou diversas reuniões e expedições de campo para complementá-lo, bem como estruturou e redigiu o documento final, no qual obteve apoio da equipe da Coordenação Regional 02 do ICMBio.

A seguir são apresentadas as reuniões e expedições efetuadas pela equipe da UC a partir de 2011:

Março de 2011: Preenchimento de lacunas do acordo de gestão e discussão e deliberação sobre pontos do acordo de gestão da Unidade que não estavam devidamente claros. A reunião foi efetuada entre os dias 24 e 25 de março na comunidade São Raimundo e contou com a participação de comunitários da Resex e do entorno (**Figura 1.4**).



Figura 1.4: Reunião de composição do Acordo de Gestão da UC (Foto: Francivane F. da Silva).

Julho de 2011: Construção da proposta de zoneamento da Unidade junto aos comunitários em reunião na comunidade de São Raimundo entre 3 e 5 de julho (**Figura 1.5**) (ver capítulo 7.6).



Figura 1.5: Reunião na comunidade de São Raimundo para a construção do zoneamento da UC (Fotos: Francivane F. da Silva).

Julho de 2011: Reunião ordinária do Conselho Deliberativo para a validação e complementação dos programas e subprogramas socioambientais do plano de manejo, bem como a definição das prioridades de execução das atividades propostas (**Figura 1.6**) (ver capítulo 7.5).



Figura 1.6: Reunião com comunitários e com o Conselho Deliberativo da Unidade para a validação e complementação dos programas e subprogramas do plano de manejo da Resex (Fotos: Roberta Amaral).

Setembro de 2011: Mapeamento de igarapés e lagos de pesca com importância para manutenção de estoques de espécies aquáticas como pirarucu e peixe-boi, com a participação de comunitários da Resex, objetivando subsidiar a definição da proposta da zona de amortecimento da UC (**Figura 1.7**).



Figura 1.7. Acima, leito do igarapé água branca, à esquerda, e à direita, igarapé do barata. Abaixo, o lago piranha (Fotos: Cleiton A. Signor).

Novembro de 2011: Mapeamento e georreferenciamento das comunidades do entorno da Resex do Lago do Capanã Grande. Oficina na comunidade de São Raimundo para a construção dos cenários da UC (**Figura 1.8**) (ver capítulo 8).



Figura 1.8: Reunião na comunidade de São Raimundo para a construção dos cenários do plano de manejo da UC (Foto: Francivane F. da Silva).

Dezembro de 2011: Composição de mapas ambientais e reunião presencial da equipe da Resex com representante da Coordenação Regional 02 do ICMBio para complementação e revisão da redação do plano de manejo.

Janeiro de 2012: Reunião com o Conselho Deliberativo da Unidade, na comunidade de Ponta do Campo, para aprovação do plano de manejo (**Figura 1.9**).



Figura 1.9: Reunião de aprovação do plano de manejo da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande (Fotos: Manoel de Oliveira Rêgo).

Tabela 1.1. Etapas de elaboração do Plano de Manejo da Resex do Lago do Capanã Grande.

Etapa	Atividade desenvolvida	Período
1	Oficina de capacitação de comunitários para aplicação de questionários sócio econômico ambiental	Entre Dezembro 2008 e maio 2009
2	Definição das diretrizes para elaboração do Plano de Manejo junto ao ICMBio e a consultoria contratada	Junho 2009
3	Definição do plano de trabalho para elaboração do PM junto às comunidades	Junho 2009
4	Reuniões de discussões e levantamentos de dados junto às comunidades	Junho 2009
5	Cadastro e levantamento sócio-econômico	Entre junho e agosto 2009
6	Levantamento de dados, espacialização do uso do território e dos conflitos e mapeamento participativo	Entre junho e setembro 2009
7	Sistematização e análise dos dados secundários	Entre junho 2009 e julho 2011
8	Apresentação e validação dos dados secundários	Junho, julho, setembro e dezembro 2009
9	Construção dos programas e subprogramas e do Acordo de gestão do Plano de Manejo	Entre junho 2009 e julho de 2011
10	Formalização do Grupo de Trabalho (GT)	Outubro 2011
11	Definição do Zoneamento da Unidade	Entre julho e dezembro de 2011
12	Construção de Cenários	Dezembro de 2011
13	Aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Deliberativo da Reserva	Janeiro 2012
14	Aprovação e publicação do Plano de Manejo	

2. HISTÓRICO E DECRETO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE

2.1. Histórico das organizações e das lutas pela terra

Um histórico das comunidades do Capanã Grande e, principalmente, da organização da luta pela criação da Reserva Extrativista está ainda por ser levantado e aprofundado. Até o momento, é possível observar que a luta pela terra começa nos anos 1990, com a organização das comunidades, apoiada pela Igreja Católica. A organização social nas localidades do lago do Capanã Grande e vizinhanças era baseada em “comunidades de capela, mas não estavam organizados de fato e de direito” (CNPT/IBAMA 2006). Assim, é possível que as associações agroextrativistas locais tenham surgido com base na noção de organização comunitária da igreja católica (ICMBio 2009).

Antes da criação da Reserva, as populações do lago do Capanã trabalhavam para os “patrões”, que se diziam donos da terra e cobravam percentuais sobre a renda das famílias provenientes do extrativismo. Os “patrões” também eram os donos de alguns dos barcos ou regatões que comercializavam mercadorias com as comunidades, comprando a produção de castanha e borracha a preços bem baixos, e vendendo mercadorias a preços altos, mantendo assim um ciclo eterno de endividamento e escravidão.

O estabelecimento de associações locais em cada uma das cinco comunidades que hoje fazem parte da Reserva, em meados dos anos 2000, foi um dos pontos fundamentais de luta das comunidades contra o sistema de exploração impostos pelos “patrões”, e que culminaram na reivindicação da Reserva Extrativista.

Outro ponto importante da história das organizações do Capanã é o surgimento, em 2002, da Central das Associações Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (CAAC), com o auxílio do CNS e do CNPT. A CAAC ajudou os extrativistas na luta para conseguir projetos para as comunidades e passou a coordenar as associações locais. Com a CAAC, o trabalho de coleta, armazenamento e venda da castanha, que antes era familiar, passou a ser coletivo e, assim, eles conseguiram aumentar o valor pago pela castanha (ICMBio 2009).

Assim, com o surgimento das associações locais e da CAAC, o vínculo com os “patrões” começou a romper, pois as comunidades organizadas passaram a reunir e escoar a produção de forma coletiva, passando a procurar melhores mercados com negociações mais justas. Essa nova realidade de independência do “patrão” certamente

influenciou na luta das comunidades pelo direito à terra e ao acesso livre aos recursos naturais, o que culminou com a reivindicação das comunidades para a criação da Reserva Extrativista (ICMBio 2009).

Inicialmente o processo de criação da Reserva Extrativista estava prevista para o lago do Capanãzinho, vizinho do Capanã Grande. Entretanto, na audiência pública as comunidades do Capanãzinho optaram pela não criação da Reserva Extrativista. Assim, os comunitários do Capanã Grande, que estavam organizados, rapidamente se reuniram e reivindicaram, então, que a Resex fosse criada no lago do Capanã Grande.

2.2. Histórico e Decreto de Criação da Resex

A Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, localizado no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas (AM), foi criada por Decreto Presidencial sem número em três de junho de 2004 (03/06/2004), com área aproximada de 304.146,28 hectares (Anexo A).

O processo de criação da Reserva iniciou por demanda das comunidades residentes no entorno do lago que dá nome à Unidade de Conservação (Jutaí, São Raimundo, Ponta do Campo, Santa Civita, São José do Cumã e a aldeia indígena São Sebastião Samaúma), que após várias discussões nas comunidades, aprovaram a solicitação de criação da Reserva em 2002 (**Tabela 2.1**). A motivação apresentada pelas comunidades para a solicitação de criação da Reserva foi a “*preservação e uso racional dos recursos naturais existentes na região; a preservação e proteção da fauna e flora; e a proteção da gleba ocupada pelas comunidades contra o avanço da exploração desordenada dos recursos naturais*” (CNPT/IBAMA 2003).

Inserida em uma região com forte atuação de movimentos sociais organizados, é importante destacar que a solicitação de criação da Resex obteve apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros de Manicoré (CNS) e do Conselho das Associações Agroextrativista de Manicoré (CAAM), além do apoio dos representantes do poder público local, Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município. Mais adiante obteve manifestação favorável do Governo do Amazonas por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

Em setembro de 2002 o documento de solicitação foi encaminhado ao IBAMA, que até então era o órgão gestor das Unidades de Conservação federais, que encaminhou o pedido ao Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA), Centro criado em 1992 e que hoje compõe o quadro do ICMBio. O CNPT aprovou a realização dos estudos preliminares para a criação da Reserva e, entre março e abril de 2003, o próprio CNPT, em parceria com a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), efetuou os estudos (levantamento socioeconômico e biológico) necessários para subsidiar a criação da Reserva Extrativista. O levantamento fundiário foi realizado com apoio de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Assim, em 28 de agosto de 2003 foi realizada na comunidade de Ponta do Campo, no lago do Capanã, a consulta pública para apreciação da proposta de criação da Reserva. Além das comunidades do lago do Capanã e suas associações, participaram da consulta pública instituições governamentais (SCA/MMA, IBAMA, SDS, ITEAM, INCRA, Prefeitura Municipal de Manicoré) e entes não governamentais (CNS, Colônia de Pescadores Z20 e CAAM). A proposta foi aprovada por 209 votos a favor e um contra.

O IBAMA e o MMA posicionaram-se técnica e juridicamente favoráveis a criação da Resex após as análises dos estudos, concluindo que a criação da Unidade seria importante para a conservação dos recursos naturais atrelados a possibilidades de melhorias nas condições da qualidade de vida dos beneficiários na área delimitada. Também pesou favorável o fato de a área localizar-se dentro do corredor de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira do MMA, com classificação de prioridade muito alta (CNPT/IBAMA 2003).

Tabela 2.1. Cronologia do processo de criação da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande

Período	Atividade
18-26.07.2002	Assembléias Comunitárias aprovam a solicitação de criação da Resex do Lago do Capanã Grande: Ponta do Campo, Santa Civita, Nossa Senhora de Fátima, Jutai, São José do Cumã e São Raimundo.
04.09.2002	Oficialização da solicitação de criação no IBAMA
Dezembro 2002	Manifestações oficiais de apoio de instituições (Prefeitura Municipal de Manicoré, Conselho Nacional de Seringueiros, Câmara Municipal de Vereadores e Central das Associações Agroextrativistas de Manicoré) e mais um abaixo assinado encaminhado ao IBAMA (Comunidades Santa Civita, Jutai, Nossa Senhora de Fátima e São José do Cumã)
26.03-10.04.2003	Estudos preliminares (Levantamento socioeconômico e biológico realizados pela Secretária de Coordenação da Amazônia do MMA e Centro Nacional de População Tradicionais)
28.08.2003	Consulta pública na Comunidade Ponta do Campo
Ago- Out 2003	Levantamento da situação fundiária (INCRA, FUNAI e ITEAM)
26.11.2003	Parecer técnico favorável CNPT/IBAMA
11.12.2003	Parecer jurídico favorável Procuradoria Jurídica (PROGE) IBAMA
29.12.2003	Acolhimento do parecer jurídico PROGE e encaminhamento para a Diretoria de Gestão Estratégica para decisão administrativa
05.02.2004	Encaminhamento para o Gabinete do IBAMA
06.02.2004	Encaminhamento para o Ministério do Meio Ambiente

12.04.2004 Manifestação de apoio do Governo do Amazonas através da Secretária de Estado de Meio Ambiente

29.04.2004 Parecer Técnico Favorável da Diretoria de Áreas Protegidas do MMA

03.06.2004 Decreto de criação da Resex do Lago do Capanã Grande

Fonte: Processo IBAMA nº 02001001183/2003-57. Criação da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande.

3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE

A Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande situa-se no estado do Amazonas (AM), região norte do Brasil. Encontra-se integralmente inserida no município de Manicoré, que está a 390 km ao sul da capital Manaus, à margem direita do rio Madeira (**Figura 3.1**).

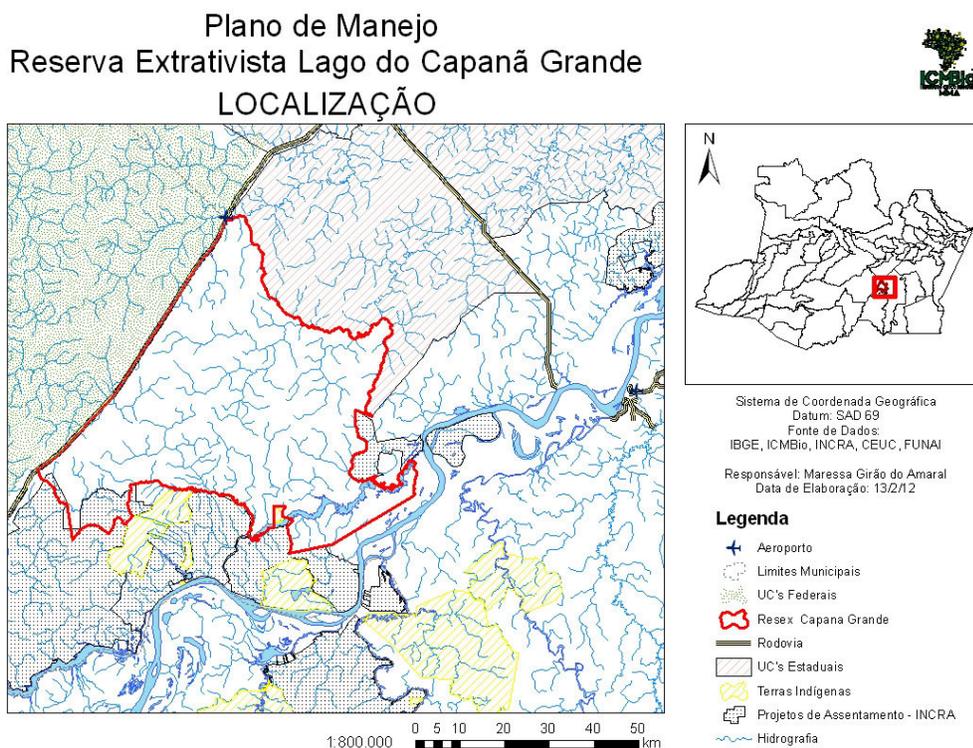


Figura 3.1. Localização da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande.

A Resex encontra-se à margem esquerda do rio Madeira. É limitada a oeste pelo Parque Nacional Nascentes do Lago Jari e pela rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho), que cruza as margens da Resex e do Parque. Ao norte faz limite com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Rio Amapá, e ao sul com as Terras Indígenas Lago do Capanã, TI Ariramba e TI Lago do Jauari, e por Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) Matupiri, Baetas, Fortaleza e Lago do Acará (**Figura 3.1 e 3.2**).



Figura 3.2. Acima, a rodovia BR319 e trecho do rio Madeira. Abaixo, a Terra Indígena do Capanã (Fotos: Cleiton A. Signor).

Vias de Acesso

A entrada do lago do Capanã dista, em linha reta, aproximadamente 50 km da cidade de Manicoré. O acesso à Resex do Capanã Grande se dá por via fluvial a partir da sede do município de Manicoré. Da cidade até a entrada do lago, que é contra o fluxo do rio, demora em média uma hora e meia com motor de popa de potência de 40 hp, duas horas com um motor de 15 hp, seis horas com o motor de rabeta (até 5 hp, de uso comum pelas comunidades) e sete horas de barco regional (barco recreio). Este faz a linha sede de Manicoré - comunidades do lago Capanã regularmente, duas vezes por semana (ida terça e sábado, retorno quinta e domingo).

A partir da capital Manaus é possível chegar à sede do município por via aérea ou aquática. O serviço de transporte aéreo é regular e ocorre três vezes por semana com duração de vôo de 1 hora. Por via fluvial há a lancha a jato com duração média de viagem de dezesseis horas ou via barco tradicional (barco recreio), com duração média de dois dias de viagem até chegar à sede do município. Também se pode chegar a Manicoré a partir de Porto Velho ou Humaitá por via fluvial.

A rodovia BR-319 possibilita acesso terrestre à parte oeste da Resex, perfazendo um total aproximado de 70 km de limite em linha reta com a rodovia. A área é desabitada e limitante com o Parna Nascentes do Lago Jari. A Resex é margeada pela rodovia a partir do município de Humaitá, ao sul, perfazendo aproximadamente 200 km de Humaitá até o ponto de início da Unidade. A partir de Manaus, ao norte, o início da Resex dista aproximadamente 350 km.

A sede de Manicoré não dispõe de acesso direto por via terrestre, embora o município seja cortado pela BR319 e pela BR230 (transamazônica), que cruza o sul do município. A sede do município possui ligação com a BR319 através da rodovia estadual AM464, que possui 90 km de extensão desde a margem esquerda do rio madeira até a BR319. Essa rodovia encontra-se intransitável, mas deverá ser recuperada após a repavimentação da BR319, prevista para iniciar 2012.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

4.1. O Estado do Amazonas

Com 62 municípios e uma população de 3.480.937 habitantes (IBGE 2010), o Estado do Amazonas é o maior Estado brasileiro, com 1.570.746 km². Localizado na região centro-oeste da Amazônia, faz fronteira no plano nacional com os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima, e no plano internacional, com Peru, Colômbia e Venezuela.

O Amazonas detém a maior bacia hidrográfica do Mundo em extensão e volume d'água. A maior parte dos 62 municípios fica às margens dos rios que cortam a região e funcionam como verdadeiras “estradas” para a população do interior, uma vez que o Amazonas dispõe de poucas rodovias estaduais e dentre as três federais que passam pelo Estado - BR-319, BR-230 (Transamazônica) e BR 174 -, apenas esta última encontra-se em boas condições de tráfego. Não há ferrovias no Amazonas e além do transporte fluvial (predominante), o transporte aéreo é a opção possível, embora de alto custo e carente de infra-estrutura adequada na maioria dos municípios interioranos (SDS 2008).

4.2. Aspectos Históricos

A história moderna da colonização da Amazônia brasileira conta com alguns períodos marcantes. Primeiro, a chegada dos europeus a partir do século XVI deu início à colonização européia na região. Este contato colocou em choque culturas totalmente diferentes que até então se desconheciam. Os indígenas foram sucumbindo diante do contato, seja através de doenças adquiridas dos europeus, escravidão, subjugação ou pela perda de seus hábitos e culturas, permanecendo à margem da sociedade não indígena. As incursões européias na região tinham forte conotação econômica e religiosa, devido à ação dos missionários de diversas ordens religiosas que se dedicavam a converter os indígenas à fé cristã. Os principais recursos explorados pelos europeus, especialmente os portugueses, foram a mão-de-obra indígena e as “drogas do sertão”, como cacau, castanha, resinas aromáticas e plantas medicinais, que tinham alto preço no mercado europeu. O período de exploração das “drogas do sertão” tem seu fim na metade do século XIX¹.

¹ História da ocupação da Amazônia. Disponível em: <http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/Cad.Prof-4>. Acessado em 12/03/2011.

Após o período das “drogas do sertão” acontece o segundo ciclo de colonização da região. Este período está relacionado à exploração das Héveas (seringas) e contou com a chegada massiva de milhares de trabalhadores nordestinos, principalmente do sertão do Ceará, que, empurrados pela miséria e pelas grandes secas, e incentivados pelo governo brasileiro, migraram para a Amazônia, consolidando assim a colonização moderna da região e dando início ao ciclo da borracha ou do ouro negro (Reis 1953).

A chegada dos nordestinos aos seringais trouxe também grandes problemas sociais, pois em muitos dos locais em que chegaram já habitavam populações indígenas, que foram se deslocando ou se integrando às atividades seringueiras sob grandes conflitos. Nos seringais, esses homens (tanto indígenas quanto sertanejos) valiam menos que os escravos e viviam quase na miséria. Na outra extremidade da sociedade regional da época, os seringalistas e grandes comerciantes usufruíam da riqueza fácil proporcionada pela borracha. Essa evidente contradição no quadro social do Ciclo da Borracha se devia a um perverso sistema de exploração, que consumiu a vida de milhares de homens e que mantinha os seringueiros sob um eterno ciclo de endividamento e escravidão (sistema de aviamento) com os ricos “patrões”, os “donos” dos seringais (Reis 1953; Almeida 2004).

Porém, por volta de 1912, após a chegada ao mercado internacional da borracha cultivada em colônias da Ásia, houve o declínio do ciclo da borracha. Na crise, a agricultura passou a ser utilizada e isso fez com que práticas e conhecimentos dos nordestinos se fundissem aos conhecimentos da agricultura indígena (Reis 1953; Almeida 2004). Ocorreu ainda um segundo ciclo da borracha, impulsionado pela segunda guerra mundial (1939 a 1945), que fez com que o governo brasileiro recrutasse uma segunda leva de migrantes para a Amazônia, revivendo novamente o sistema de aviamento na região (Almeida 2004). Contudo, esse período de novo crescimento econômico acabou de maneira rápida, sendo substituído por novas estratégias de desenvolvimento para a região, estratégias associadas à extração de recursos naturais, bem como a atividades industriais e de serviços na capital Manaus.

O investimento em indústrias na capital e a diminuição de investimentos na economia do interior causaram uma migração de grande contingente populacional para a capital Manaus em busca de emprego, dando origem ao êxodo rural no Amazonas a

partir da década de 60. A partir da década de 2000 surgiram políticas e programas de Estado com vistas a inserir o interior na economia e a promover o desenvolvimento “dito” sustentável, a exemplo do Programa Zona Franca Verde, do governo estadual, lançado em 2003. O Programa tem como eixos estratégicos, entre outros: a gestão ambiental; a valorização do etnodesenvolvimento; o ordenamento territorial e a regularização fundiária; o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis; e a conservação da biodiversidade (SDS 2008).

Em relação aos produtos extrativistas, o desenvolvimento da economia do interior se concentrou em algumas cadeias de produtos, como castanha, óleos, fibras vegetais, artesanato, pesca e açai. As atividades extrativistas ganharam suporte através da inserção de programas de governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o incentivo as boas práticas de manejo da castanha-do-brasil, óleo de copaíba, cipós e pesca, entre outros.

4.3. Contexto ambiental do Estado do Amazonas

Dentro do estado se encontra uma das regiões mais bem conservadas da Amazônia brasileira, com mais de 90 % de sua cobertura original conservada. Dos seus 1.570.746 Km², 54,8% são legalmente protegidos.

As Unidades de Conservação correspondem a 27% do seu território. Descontando-se as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), 21,71% são protegidos por UCs, sendo 14,55 % de UCs de Uso Sustentável e 7,16 % de Proteção Integral (ISA 2009). Atualmente, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) conta com 41 Unidades de Conservação estaduais, sendo 32 de Uso Sustentável e 9 de Proteção Integral, distribuídas em cerca de 19 milhões de hectares. Há mais 35 Unidades de Conservação Federais no Estado, sendo 26 de Uso Sustentável e 9 de Proteção Integral, representando 23 milhões de hectares. Acrescentando às áreas protegidas do estado há 173 Terras Indígenas com 66 etnias que representam 27,7% do território do Amazonas, ou 43, 2 milhões de ha².

² <http://www.sds.am.gov.br/index.php/noticias>. Unidades de Conservação no Amazonas: estratégia para a conservação da biodiversidade e modelo de desenvolvimento sustentável. Data de publicação da notícia: 11/05/2011, acessado em 08/06/2011.

Apesar do alto grau de conservação da cobertura vegetal do Estado, a questão ambiental fora das UCs merece atenção. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi retirado de quase todos os municípios do Amazonas, e o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) tem sede somente em Manaus, não atendendo de forma satisfatória as demandas ambientais do Estado. Além disso, os órgãos municipais de meio ambiente são caracterizados por falta de recursos e de profissionais qualificados, além de possuírem forte conotação política.

4.4. Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amazonas

Em 2008 foi publicado o Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado (SDS 2008), que classificou o estado em três (3) categorias de Zonas Econômico-Ecológicas: As **Zonas Ecológicas Econômicas da categoria de “Usos Consolidados ou a Consolidar”**, representando 14,16% do Estado do Amazonas. Retratam as áreas produtivas existentes oficialmente com ordenamento e diretrizes de uso/ocupação, bem como aquelas áreas onde ocorre produção de forma tradicional em pequena e média escala ou somente para subsistência, servindo como forte indicador para aptidão do uso do solo. As **Zonas Ecológicas Econômicas da categoria de “Usos Controlados”** representam 34,29% do território do Estado do Amazonas e foram idealizadas a partir do princípio de “Uso Sustentável dos recursos naturais”. As atividades devem ser ordenadas e controladas por normas de uso definidas através de lei. As **Zonas Ecológicas Econômicas da categoria de “Usos Especiais”** representam 58,36% do Estado do Amazonas, e estão assim definidas por já existirem diretrizes de uso e ocupação pré-definidas em lei, e por serem áreas com fragilidades naturais que exigem usos especiais. São elas as áreas com Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas instituídas, as áreas com processos de criação de UCs e áreas com ecossistemas frágeis (**Figura 4.1**).

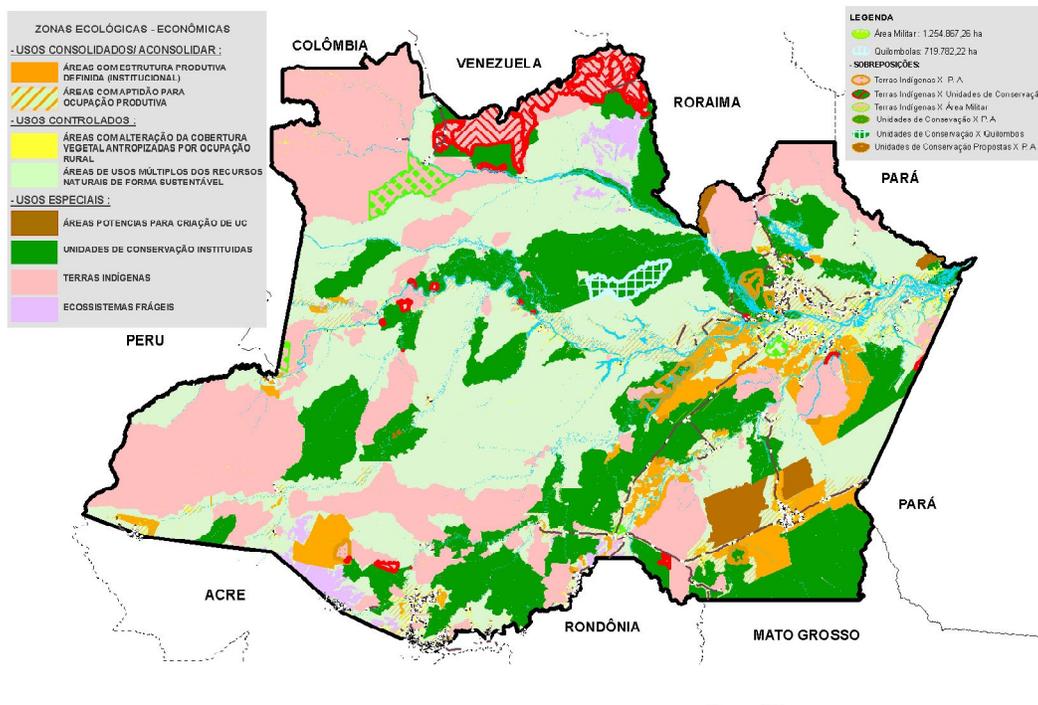


Figura 4.1. Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amazonas. SDS (2008).

4.5. A Região do Médio Rio Madeira

A importância da região do médio rio madeira para a conservação da biodiversidade foi declarada no Seminário de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira, realizado na cidade de Macapá em 1999. Posteriormente a região entrou na agenda do Governo Federal através do Plano Nacional de Áreas Protegidas. O interflúvio Madeira-Purus, onde está localizada a Resex do Capanã, é uma das áreas mais intactas da Amazônia, possuindo alta heterogeneidade ambiental e enorme potencial de biodiversidade e endemismo de espécies.

A região do médio rio madeira é classificada como de extrema relevância para conservação e de fundamental importância para a manutenção da diversidade local e regional de espécies. Compreende paisagens diversas de várzea, igapó, floresta ombrófila densa de terras baixas e sub-montana, campinaranas e campinas (campos amazônicos).

4.6. Áreas Protegidas do interflúvio Purus-Madeira e a re-pavimentação da BR 319

A BR319 é uma rodovia federal que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO) e possui 870 km de extensão. Destes, cerca de 70 Km percorrem os limites da Resex do Capanã Grande (ver **Figura 3.2**). Iniciada em 1968, concluída em 1973, inaugurada oficialmente em 1976 e desde 1988 encontra-se abandonada. Depois de anos de inatividade, em 2005 o governo federal decidiu recuperar o pavimento da BR, como o objetivo de reintegrar por meio rodoviário as capitais dos estados do Amazonas (Manaus) e Rondônia (Porto Velho).

Dado o desafio de garantir que o processo de recuperação da BR-319 não concretize mais uma situação de ocupação desordenada do território amazônico, conduzindo a cenários de insustentabilidade ambiental, indicados por elevadas taxas de desmatamento, e de injustiça social, indicados pela concentração fundiária e pressões decorrentes sobre as populações tradicionais, o Ministério de Meio Ambiente, com base no artigo 22-A da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (SNUC), decretou em 2006 (Decreto s/n de 02 de janeiro) uma Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) no entorno da BR-319 de 15.393.453 hectares.

Com base neste instrumento, foram elencadas várias pré-condições para a liberação das licenças ambientais do empreendimento, como: Criação de 11.66 milhões de hectares de áreas protegidas ao longo da BR; liberação de recursos financeiros para implementar o Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319; implementação imediata de ações de proteção e vigilância; demarcação dos limites das Unidades de Conservação com influência da BR; elaboração de um Plano de Desenvolvimento e Regularização Fundiária pelo INCRA para as áreas ao longo da BR 319, entre outros.

O mosaico de Unidades de Conservação que compõe o interflúvio Purus-Madeira e que estão sob influência da BR319 é composto por 20 Unidades, sendo 11 federais (7,2 milhões de ha) e 09 do estado do Amazonas (3,8 milhões de ha), correspondendo a aproximadamente 11 milhões de hectares (**Tabela 4.1 e Figura 4.2**).

Tabela 4.1. Unidades de Conservação Federais e do Estado do Amazonas que compõem o interflúvio Purus-Madeira e que estão na área de influência da BR319.

Área Protegida	Hectares	Municípios
Federais		
Resex do Lago do Capanã Grande	304.146 ha	Manicoré (AM)
Resex do Médio Purus	604.290 ha	Lábrea, Pauini e Tapauá (AM)
Resex do Rio Ituxi	776.940 ha	Lábrea (AM)
Resex do Lago Cuniã	55.850 ha	Porto Velho (RO)
Flona de Balata Tufari	802.023 ha	Canutama, Humaitá, Lábrea e Tapauá (AM)
Flona de Humaitá	468.790 ha	Humaitá (AM), Machadinho d'Oeste e Porto Velho (RO)
Flona do Iquiri	1.476.073 ha	Lábrea (AM)
Parna do Mapinguari	1.572.422 ha	Canutama, Humaitá e Lábrea (AM) e Porto Velho (RO)
Parna Nascentes do Lago Jari	812.141ha	Beruri e Tapauá (AM)
Esec Cuniã	53.221 ha	Canutama (AM) e Porto Velho (RO)
Rebio Abufari	288.000 ha	Tapauá (AM)
Estado do Amazonas		
RDS do Rio Amapá	216.108 ha	Manicoré (AM)
RDS do Rio Madeira	283.117 ha	Manicoré e Novo Aripuanã (AM)
RDS do Matupiri	179.083 ha	Borba (AM)
RDS Igapó-Açu	397.557 ha	Manicoré, Beruri e Borba (AM)
RDS Piagaçu-Purus	1.008.167 ha	Anori, Beruri, Coari e Tapauá (AM)
Resex de Canutama	197.986 ha	Canutama (AM)
Parque Estadual do Matupiri	513.747 ha	Manicoré e Borba (AM)
Floresta de Canutama	150.588 ha	Canutama e Tapauá (AM)
Floresta de Tapauá	881.704 ha	Canutama e Tapauá (AM)

As Unidades de Conservação federais que estão ao longo do interflúvio estão em fase de integração de atividades e início da construção de seus planos de manejo. Como estratégia para a elaboração de seus planos de manejo de forma integrada, foi elaborado o marco conceitual e teórico para o processo de planejamento para a elaboração destes Planos, consolidados no documento “Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319)”. A série de estudos necessários para viabilizar estes planos tem previsão para início em 2012. O plano de manejo da Resex do Lago do Capanã entrará nesta série de estudos com vistas a sua atualização, incluindo dados sociais, físicos e bióticos.

As UCs federais do interflúvio já realizaram atividades conjuntas, como fiscalização, demarcação e sinalização, sendo estas atividades parte das pré-condições para a liberação das licenças ambientais da BR.

As Unidades de Conservação do Estado do Amazonas que estão ao longo da BR formaram um grupo denominado Iniciativa Purus Madeira (IPUMA). Este grupo visa implementar as áreas protegidas estaduais do interflúvio Purus-Madeira, preparar o plano de gestão das sete Unidades de Conservação do interflúvio que ainda não possuem o plano e preparar um plano de monitoramento ambiental para o conjunto das áreas protegidas dessa região.

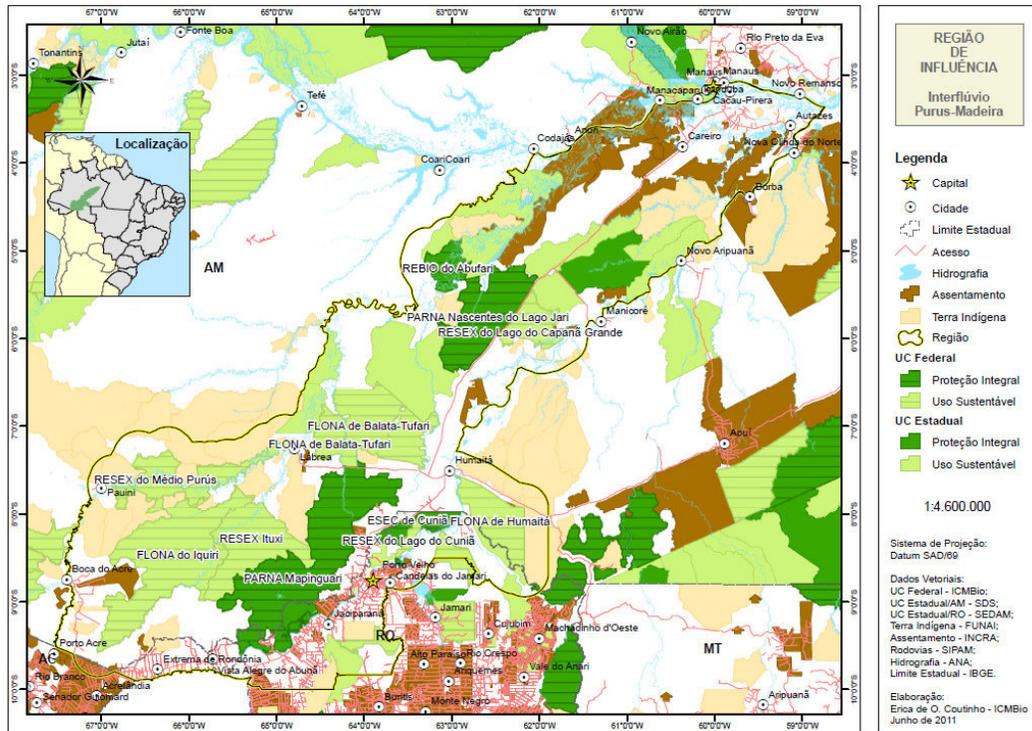


Figura 4.2. Unidades de Conservação da região do Interflúvio Purus-Madeira e sob influencia da BR319.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO LOCAL

5.1. O município de Manicoré

O município de Manicoré localiza-se na margem direita do rio madeira, na mesorregião sul amazonense e microrregião do rio madeira (**Figura 5.1**). Dista da capital Manaus, em linha reta, 333 km ao sul, e por via fluvial, 409 km. Abrange uma área de 48.283 km², com sede municipal ocupando apenas 36km². No município há 47.017 habitantes com uma densidade demográfica de 0,97 hab/km². Desses, 20.349 residem no meio urbano e 26.668 no meio rural. Do total, 24% declararam-se brancos; 4,31% pretos; 65,76 % pardos; 0,48% amarelos e 5,43% indígenas³. Manicoré limita-se com os municípios de Novo Aripuanã, Humaitá, Borba, Beruri, Tapauá e também com os estados de Rondônia e Mato Grosso.

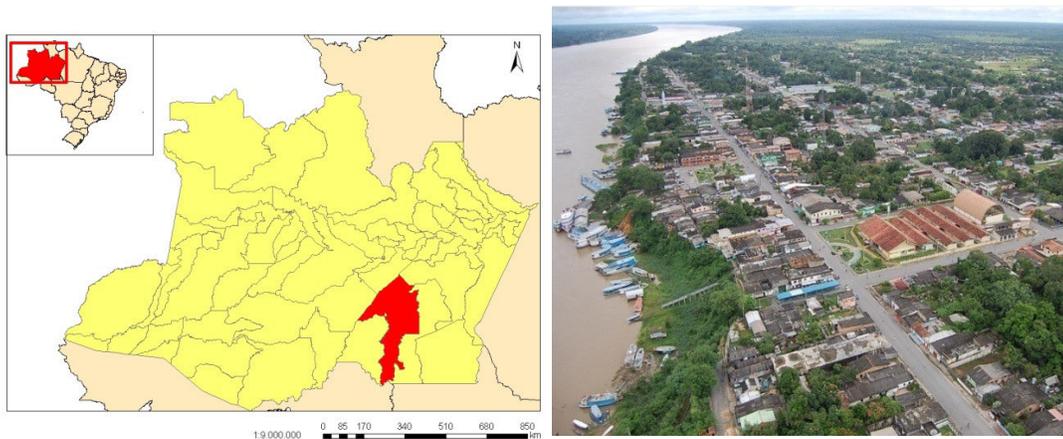


Figura 5.1. Localização do município de Manicoré, no estado do Amazonas (Foto de R.S. de Oliveira, retirado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manicoré>).

5.2. Aspectos Históricos

As primeiras incursões do homem dito “civilizado” na região do rio madeira aconteceram nos limiares do século XVI. Desbravadores sertanistas, aventureiros, colonizadores. Alguns, na ilusão de encontrar o lendário “Eldorado”, localidade cheia de riquezas incalculáveis que os antigos e as lendas diziam existir

³ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=130270>. Acessado em 29/07/2011.

escondida em algum lugar do continente americano, provavelmente em meio à imensa floresta amazônica. Outros vieram movidos pela cobiça de minérios e produtos naturais tão abundantes na região, produtos que na época eram conhecidos como “drogas do sertão”. Na flora, canela, cacau, castanha, pixuri, óleo de copaíba e essências vegetais, e na fauna, banha, óleo e ovos de tartaruga, pirarucu seco, carne de peixe boi em conserva e peles de animais silvestres, entre outros (Fonseca-Reis, s/a).

Com a chegada destes colonizadores foi-se fundando povoamentos ao longo do rio madeira, sendo que os primeiros povoamentos administrativamente reconhecidos na atual cidade de Manicoré surgiram a partir da segunda metade do século XVII. No século XVIII a região torna-se entreposto comercial no Rio Madeira para facilitar o comércio entre os Estados do Pará e Mato Grosso. Ao longo do tempo passou pelas etapas de reconhecimento legal como povoado, freguesia, termo judiciário, comarca do Rio Madeira e por fim cidade no ano de 1896 (Fonseca-Reis s/a).

O nome “Manicoré” tem pelo menos duas versões. Segundo o historiador Octaviano Mello, a primeira afirma que o nome deriva da tribo indígena Anicoré, que em época primitiva habitava a região, e depois foi então acrescida a letra ‘M’ por uma questão de fonética. A outra versão diz que o nome deriva de uma lenda na língua Tupí-Guaraní, na qual *mani* significa filho/filha e *coré* é o mesmo que “deusa”. A divindade ‘Manicoré’, a filha da Deusa, foi uma linda índia guerreira idolatrada pelos índios Anicorés que habitavam a região. Após sua morte, passou a ser invocada como protetora daquele povo nas guerras e alegrias (Fonseca-Reis s/a).

5.3. Contexto frente à Política Nacional de Áreas Protegidas

Aproximadamente 41,2%⁴ do território de Manicoré é constituído por áreas protegidas distribuídas entre Terras Indígenas (TIs) (809.653 ha; 16,8%), UCs de Uso Sustentável (aproximadamente 560.769 ha; 11,6%) e UCs de Proteção Integral (617.918 ha; 12,8%) (**Figura 5.2**) (IDESAM 2010). Uma UC Estadual e uma TI fazem divisa com a Resex do Lago do Capanã Grande (**Tabela 5.1**).

Duas Unidades de Conservação estão inseridas totalmente dentro do município de Manicoré. A Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande (304.146,28 hectares)

⁴ Desconhece-se a área da RDS Igapó-Açu e do Parque Estadual do Matupiri dentro do município de Manicoré.

e a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá (216.108,739 hectares). Outras UCs encontram-se parcialmente em seu território, como a RDS do Rio Madeira, o Parque Estadual do Matupiri e o Parque Nacional dos Campos Amazônicos. As oito (08) Terras Indígenas regularizadas que ocorrem total ou parcialmente dentro do município correspondem a aproximadamente 882 mil hectares (**Tabela 2.4**).

Tabela 5.1. Áreas protegidas total ou parcialmente inseridas dentro do município de Manicoré, Amazonas.

Área Protegida	Hectares/Hectares dentro do município	Municípios
Resex do Lago do Capanã Grande	304.146 ha	Manicoré
RDS Estadual do Rio Amapá*	216.108 ha	Manicoré
RDS Estadual Rio Madeira	283.117 ha/41.823 ha	Manicoré e Novo Aripuanã
RDS Estadual Igapó-Açu	397.557 ha/?	Manicoré, Beruri e Borba
Parque Estadual do Matupiri	513.747 ha/?	Manicoré e Borba
Parque Nacional Campos Amazônicos	873.570 ha/162.754 ha	Manicoré, Novo Aripuanã, Colniza (MT) e Machadinho d'Oeste (RO)
T.I. Ariramba	10.357 ha	Manicoré
T.I. Lago Capanã*	6.321 ha	Manicoré
T.I. Lago Jauari	12.023 ha	Manicoré
T.I. Pinatuba	29.564 ha	Manicoré
T.I. Rio Manicoré	19.481 ha	Manicoré
T.I. Sepoti	251.348 ha	Manicoré e Humaitá
T.I. Tenharim Marmelos (incluído as duas glebas)	497.521 ha	Manicoré e Humaitá
T.I. Torá	54.960 ha	Manicoré e Humaitá

*Fazem divisa com a Resex do Lago do Capanã Grande.

5.4. Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (INCRA)

Aproximadamente 47% do território de Manicoré é constituído por áreas destinadas a Unidades de Conservação (UCs), Assentamentos de Reforma Agrária e Terras Indígenas (TIs) (**Figura 5.2**). Deste total, 5,92% dividem-se em um Projeto de Assentamento (35.387 ha; 0,87%) e sete Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) (245.755 ha; 5,05%). Quatros destes PAEs fazem divisa com a Resex do Lago do Capanã Grande (**Tabela 5.2**).

Tabela 5.2. Áreas destinadas a Projetos de assentamento do INCRA dentro do município de Manicoré até 2010.

Projeto de Assentamento (PA) e PA Agroextrativista (PAE)	Hectares
PA Matupi	35.387 ha
PAE Matupiri*	9.677 ha
PAE Baetas*	39.081 ha
PAE Fortaleza*	26.779 ha
PAE Lago do Acará*	119.550 ha
PAE Jenipapo	40.121 ha
PAE Onças	9.462 ha
PAE Botos	1.085 ha
TOTAL	281.142 ha

Fontes: IDESAM 2010.

Processo de Criação do PAE Fortaleza. INCRA (2009).

*Fazem divisa com a Resex do Lago do Capanã Grande.

5.5. Desmatamento

As áreas desmatadas e sob pressão de desmatamento estão localizadas principalmente próximas à sede do município e nas margens da rodovia Transamazônica (BR 230), ao sul, onde está localizada a vila de Santo Antonio do Matupi (PA Matupi), também chamada de “Vila do km 180” (**Figura 5.2**).

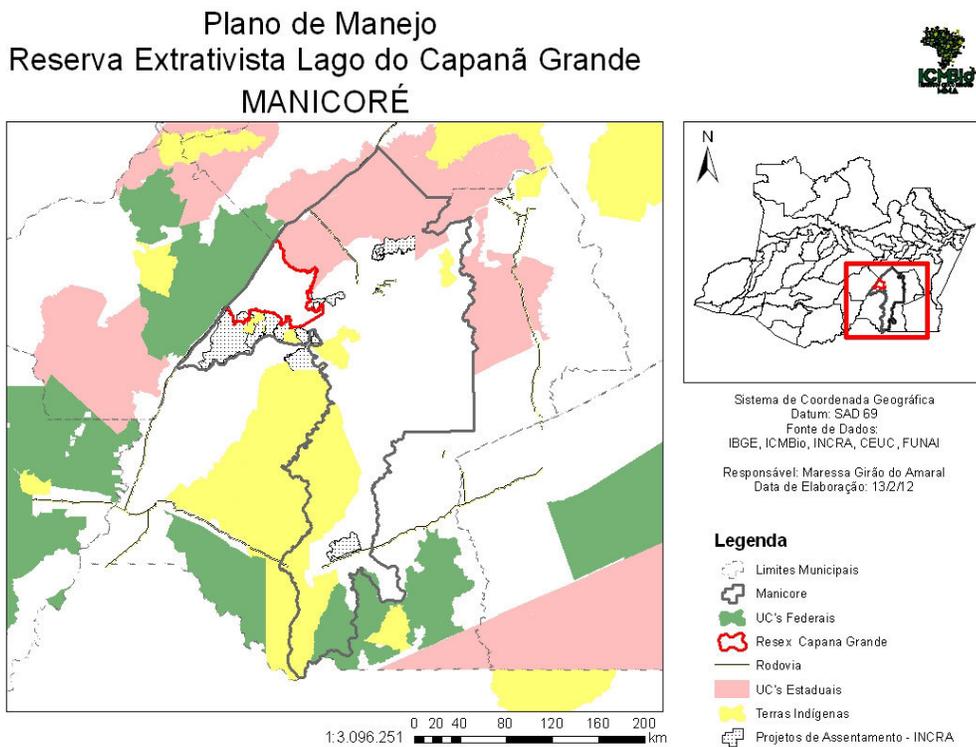


Figura 5.2. Caracterização territorial de Manicoré.

5.6. Presença de Governo e Sociedade Civil Organizada

O município de Manicoré se caracteriza pela presença de associações de moradores e de classes, havendo no município mais de 100 associações, desde inativas até as em plena atividade (fontes informais). Destaca-se a existência da Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA) (**Tabela 5.3.**), que organiza a cadeia produtiva da castanha-do-brasil no município, desde a aplicação do curso de boas práticas da castanha até a comercialização e exportação da mesma. A COVEMA também organiza a cadeia produtiva do óleo de copaíba. Destacamos também a presença da Cooperativa das Mulheres Artesãs e Costureiras de Manicoré (COMACAM), que vem atuando no projeto Talentos do Brasil, do governo federal.

Em nível governamental destacamos a presença dos órgãos de gestão de Unidades de Conservação, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (federal) e o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), bem como a presença do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e do Ministério Público Estadual (MPE). Destaca-se também a ausência do IBAMA e do órgão estadual de meio ambiente, o Instituto de

Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (IPAAM). (Tabela 5.3.), o que gera grandes implicações, como a banalização de ilícitos ambientais, como compra e venda ilegal de pirarucu e pesca predatória, além da ilegalidade de quase todos os setores ligados a exploração madeireira no município.

Tabela 5.3. Lista de algumas das instituições do poder executivo do governo, das organizações não governamentais e de algumas cooperativas e sindicatos de Manicoré.

Entidade	Natureza	Finalidade
ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)	Governo Federal	Gestor de Unidades de Conservação Federais
CEUC (Centro Estadual de Unidades de Conservação)	Governo Estadual	Gestor de Unidades de Conservação Estaduais
IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas)	Governo Estadual	Assistência técnica e Extensão Rural
CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira)	Governo Federal	Promover a competitividade e sustentabilidade dos segmentos agropecuários, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau
MPE (Ministério Público Estadual)	Governo Estadual	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis
Z20 (Colônia de Pescadores)	Entidade Sindical	Estudo, coordenação, proteção e representação legal dos pescadores profissionais e artesanais
IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)	Organização Não Governamental	Capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental
CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas)	Organização Não Governamental	Representação e organização dos trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos
HANDS (Health and Development Service)	Organização Não Governamental Japonesa	Em Manicoré, implementação do Sistema Agroflorestal (SAF)
IDEAS (Instituto de	Organização Não	Implementação do Sistema

Desenvolvimento Sustentável Amazonense)	Governmental Local	Agroflorestal (SAF)
COMACAM (Cooperativa das Mulheres Artesãs e Costureiras de Manicoré)	Cooperativa	Cooperativa
COVEMA (Cooperativa Verde de Manicoré)	Cooperativa	Aplicação de cursos de boas práticas de extração de castanha e óleo de copaíba e comercialização destes produtos
COPEAFEM (Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Mineração de Manicoré)	Cooperativa	Cooperativa
COOPASMAN (Cooperativa de Aquicultores Sustentáveis de Manicoré)	Cooperativa	Piscicultura

5.7. Distribuição de Renda e Índice de Desenvolvimento Humano

Quanto à distribuição de renda, conforme dados do IBGE em 2001, 37,82% da população recebia até 5 salários mínimos; 1,51%, entre 5 e 10; apenas 0,51%, mais de 10 salários e 60,13% estavam sem rendimento declarado. Isto mostra que o índice de emprego formal da região é baixo, dependendo basicamente do setor público, principalmente a Prefeitura Municipal, e de pequenos comércios.

Segundo o Mapa de Pobreza e Desigualdade para os municípios brasileiros, feito pelo IBGE em 2003, a incidência da pobreza em Manicoré é de 50,73%, com um índice de Gini de 0.41⁵.

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) de Manicoré, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), subiu de 0.551, em 1991, para 0.621, em 2000. O índice, que leva em conta indicadores de educação, renda e longevidade, situa o município dentro da faixa de “médio desenvolvimento humano” (0.500 a 0.799)⁶.

⁵ IBGE. Mapa de Pobreza e Desigualdade - municípios brasileiros, 2003. In: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acessado em 15/12/2009.

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tabela de ranking do IDH-M. In: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>, acessado em 15/12/2009.

5.8. Economia

A economia de Manicoré é fortemente sustentada pela agropecuária, extrativismo e pelo setor de serviços. Destaque-se aqui seu papel como principal produtor de bananas do estado do Amazonas. Em 2009 sua produção foi estimada em 21.494 toneladas, correspondentes a aproximadamente 19 milhões de reais⁷.

Além disso, na lavoura permanente (terra firme) estima-se que Manicoré tenha obtido, em 2009, uma produção de 282 toneladas de café (a 649 mil reais), 108 t de cacau (130 mil reais), 95 t de laranja (57 mil reais) e 40 t de maracujá (5 mil reais), entre outros⁴.

No que diz respeito à lavoura temporária (na várzea), Manicoré assumiu em 2008 o segundo lugar na produção de melancia do estado, com 6 mil toneladas (1.5 milhões de reais). Também importante é a produção de mandioca, que foi de 136.800 toneladas em 2009. Em menor proporção, o município também produz cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, fumo e abacaxi⁴.

A pecuária manicoreense apresentava, em 2009, um plantel bovino de 64.098 cabeças, 9.167 suínos, 3 mil galinhas, 14.196 galos, frangos ou pintos, entre outras criações⁸.

Em relação aos produtos vinculados ao extrativismo, em 2009 Manicoré produziu 699 toneladas de castanha do Brasil, 336 de açaí e 152 de látex⁹. Ainda há outros produtos naturais comercializados oriundos do extrativismo, como óleo de copaíba, cacau e óleo de andiroba. Em relação aos produtos madeireiros, a maioria da madeira de Manicoré é ilegal e utilizada no mercado interno. Na cidade há inúmeras madeireiras e marcenarias de pequeno e médio porte.

⁷ IBGE. Produção Agrícola Municipal 2009. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=130270>. Acessado em 29/07/2011.

⁸ IBGE. Produção da Pecuária Municipal 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=130270>. Acessado em 29/07/2011.

⁹ IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=130270>. Acessado em 29/07/2011.

Em 2006, o Produto Interno Bruto foi de 160.921 milhões de reais, com um valor *per capita* de 4.216 reais.

5.9. Educação

Até 2009 o município contava com 133 escolas de ensino pré-escolar, 172 escolas de nível fundamental e cinco de nível médio, com 10.883, 1.749 e 1528 alunos matriculados, respectivamente¹⁰.

A cidade conta com núcleos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que oferecem cursos não regulares como Pedagogia, História, Geografia, Turismo e Economia.

5.10. Saúde

O município de Manicoré conta com 13 estabelecimentos de saúde públicos, sendo seis federais, seis estaduais e um municipal. Destes, apenas dois possuem a opção de internação, com um total de 104 leitos. Um destes estabelecimentos é um hospital, único com atendimento de emergência nas áreas de pediatria, obstetrícia, psiquiatria, emergência clínica e cirúrgica. Apesar de ter uma boa estrutura predial, as condições de operação do hospital são precárias. Há seis estabelecimentos de saúde com atendimento odontológico com dentista¹¹.

¹⁰ IBGE. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=130270>. Acessado em 29/07/2011.

¹¹ IBGE. Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=130270>. Acessado em 29/07/2011.

6. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

6.1. A Resex do Lago do Capanã Grande e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), criado em 2002, é uma iniciativa do governo federal que objetiva expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia via proteção de 60 milhões de hectares de florestas por meio da criação e consolidação de UCs. Objetiva também promover o desenvolvimento socioeconômico regional com base no uso racional da floresta e contribuir para a manutenção dos serviços ambientais na região. O custo total estimado é de US\$ 395 milhões em investimentos.

O Programa é coordenado pelo MMA, com gestão financeira feita pelo FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e tecnicamente executado pelos órgãos gestores de Unidades de Conservação, tanto estaduais quanto federal. Sua execução é financiada por recursos de orçamento público e principalmente de doações internacionais.

O Programa foi estruturado em três fases. A primeira fase do Arpa teve um aporte de US\$ 125,6 milhões e duração de sete anos (2003 a 2010). Nesta fase foi apoiada a gestão de 64 Unidades de Conservação na Amazônia (32 de Uso Sustentável e 32 de Proteção Integral), totalizando 32 milhões de hectares de áreas protegidas (**Figura 5.3**). Destes, 24 milhões de hectares foram criados através do Programa Arpa (44 novas Unidades).

A segunda e atual fase do Programa, prevista para o período de 2010 a 2015, foi orçada em US\$ 121 milhões, incluindo as contrapartidas dos governos estaduais e federal. Apresenta como metas principais a criação de 13,5 milhões de hectares de UCs; a inclusão no Programa de 6,5 milhões de hectares de UCs já criadas; a consolidação das UCs do Programa; e a capitalização do Fundo de Áreas Protegidas (FAP) em US\$ 70 milhões.

A terceira fase do Programa está prevista para ser implementada entre 2016 e 2018. Terá como ênfase tornar financeiramente sustentáveis 20 milhões de hectares de UCs consolidadas pelo Programa, incluindo o financiamento pelo orçamento público e

por fontes complementares, como o Fundo de Áreas Protegidas (FAP). Prevê também a criação de mais 6,5 milhões de hectares de áreas protegidas.

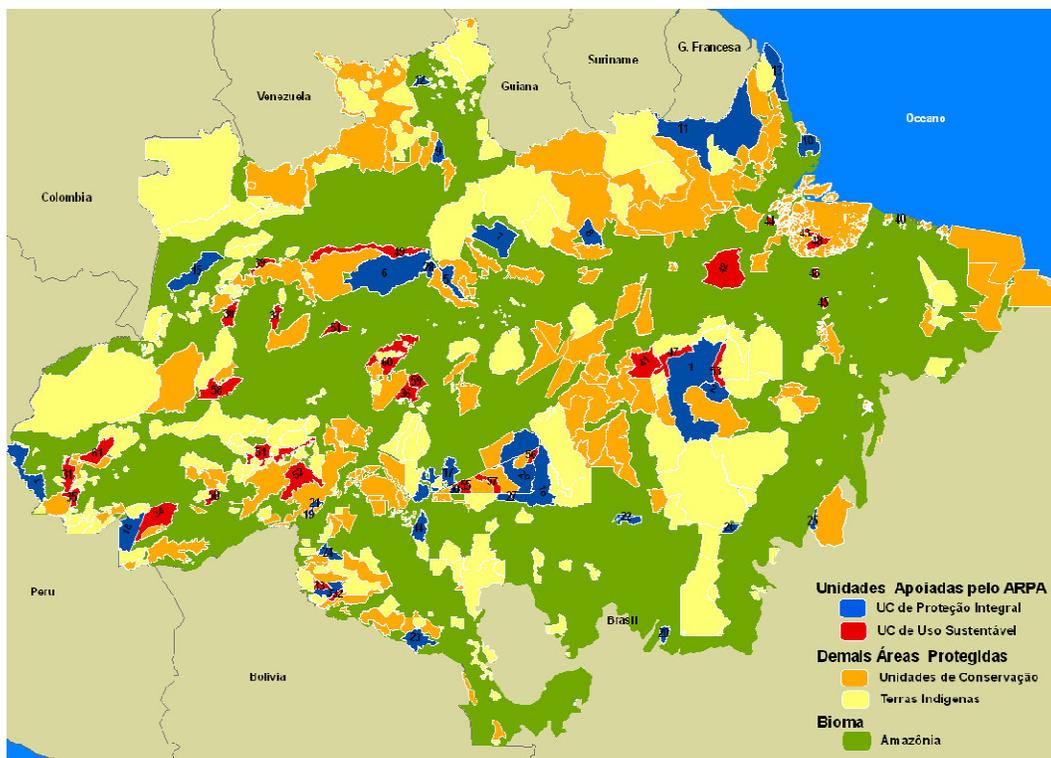


Figura 5.3. Áreas Protegidas no bioma Amazônia e as UCs apoiadas pelo Programa Arpa até 2008. Arpa (2008).

A Resex do Lago do Capanã Grande é apoiada pelo Programa Arpa desde o ano de 2005. O Programa Arpa é a principal fonte de financiamento da Unidade. Anualmente disponibiliza um Projeto Orçamentário Anual (POA), que prevê recursos para a gestão da Unidade de Conservação, incluindo recursos para atividades relacionadas ao plano de manejo, a proteção e fiscalização, integração com entorno e participação comunitária, pesquisa e monitoramento, levantamento fundiário e demarcação, e operacionalização.

Um dos pilares para a construção deste plano de manejo são os relatórios gerados através do Programa de Monitoramento Socioambiental do Componente 4 do Programa ARPA (Monitoramento de Unidades de Conservação), iniciado na Resex em 2008, em parceria com pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). O Programa iniciou-se em 2005 em diversas UCs da Amazônia, apresentando diversas iniciativas visando testar indicadores para o monitoramento da biodiversidade

das Unidades de Conservação, cujo objetivos visava avaliar a pressão do manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais residentes nas UCs, a manutenção dos aspectos socioculturais das populações beneficiadas e o cumprimento dos objetivos destas áreas protegidas.

6.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

A caracterização aqui apresentada é baseada em dois estudos. O primeiro refere-se à consultoria contratada no ano de 2009 para dar apoio a elaboração deste plano de manejo. A maioria das informações decorre de um questionário padrão, aplicado a 138 famílias da Resex e do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Matupiri, e um questionário ampliado, aplicado a cerca de 20% das famílias destas comunidades. Ambos tinham o objetivo de levantar informações demográficas atualizadas e que permitissem uma caracterização mínima do perfil dos moradores, das fontes de renda, da agricultura, criação de animais, extrativismo, das formas de organização para o trabalho e da mobilidade e migração dessa população. O questionário ampliado (amostral) trazia questões adicionais a respeito do universo cultural da população, da apropriação do território, de sua percepção desse território e da Reserva Extrativista e de como é concebido o papel da gestão da Resex. As famílias das aldeias indígenas optaram por não responder aos questionários (ICMBio 2009).

O outro estudo que complementa as informações contidas neste plano referem-se as informações do diagnóstico “*Vida social das comunidades das comunidades próximas e pertencentes a Resex Lago do Capanã Grande* (INPA/ICMBio 2008), que antecedeu a elaboração do Plano de Manejo da Resex. Este estudo avaliou a vida social dos moradores das cinco comunidades do interior da Resex, além das duas comunidades do PAE Matupiri e as cinco comunidades indígenas que ocorrem ao longo do lago do Capanã. Ressalta-se que estas informações não compartilham o mesmo instrumental metodológico do levantamento realizado em 2009, e serve para a identificação e/ou confirmação de aspectos que o levantamento de 2009 não conseguiu contemplar. Lembramos que ao longo deste texto cita-se 12 comunidades, pois estão separadas as comunidades de Fátima e aldeia do Igarapé Grande, que fazem parte do mesmo local (comunidade mista de indígenas e não indígenas), mas possuem denominações diferentes quando tratadas pelos indígenas e pelos não indígenas (INPA/ICMBio 2008).

6.2.1. Comunidades do lago do Capanã Grande e entorno

Todas as comunidades da Reserva se encontram à beira do lago (igarapé) do Capanã Grande (Jutaí, São Raimundo, Ponta do Campo, Santa Cívita e Nossa Senhora de Fátima) (**Figuras 6.1 e 6.2**). Ao longo do lago (**Figura 6.1**) também há a comunidade de São José do Cumã (PAE) e algumas aldeias indígenas, como a aldeia Traíra, Igarapé Grande, Guariba, Palmeira, São Carlos e Bom-Que-Dói. A outra comunidade do PAE é a São Sebastião do Cumã, que fica na beira do igarapé do Cumã, afluente do Capanã (**ver Tabela 6.1**).

Somente a aldeia Palmeira se encontra no interior da TI Capanã, que faz limite com a Resex, na beira do lago. A aldeia Guariba II fica fora dos limites da Resex e da TI, e as demais ficam no interior da Resex.

No entorno da Reserva há ainda comunidades na área compreendida entre a Resex e o rio Madeira, como as comunidades de Capanãzinho, São Francisco, Catutuba, Urumatuba, Nazaré do Retiro, Santa Helena e Santa Catarina.

Plano de Manejo Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande COMUNIDADES

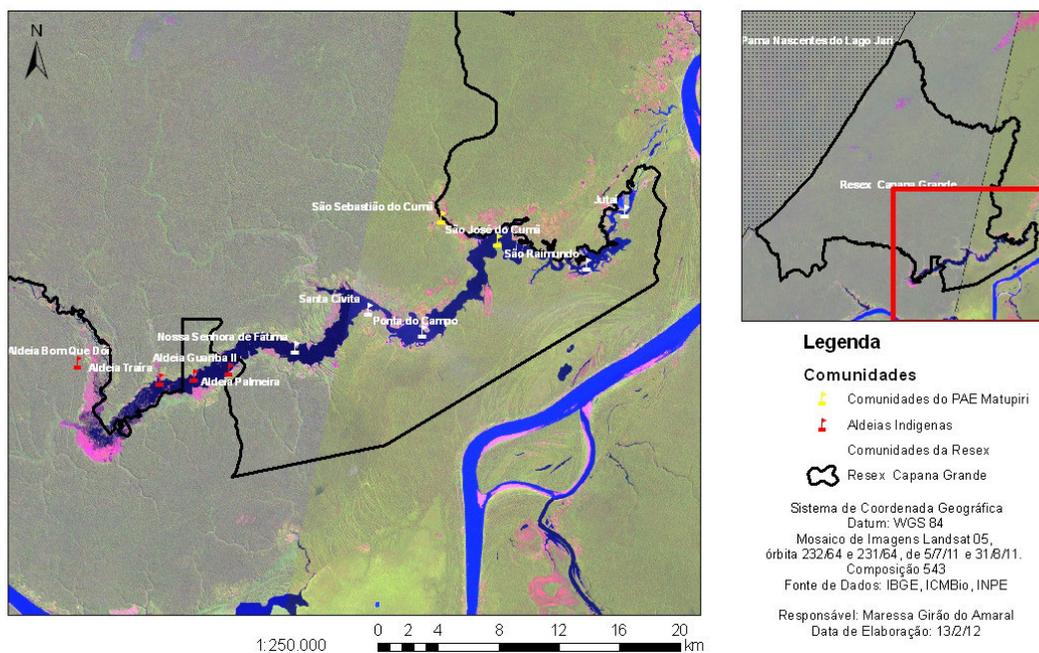


Figura 6.1. Localização das comunidades ao longo do lago do Capanã Grande.



Figura 6.2. Acima, o igarapé do Capanã no seu alto curso com a aldeia bom que dói. No meio e abaixo, o lago do Capanã Grande e uma comunidade na beira do igarapé (Fotos: Cleiton A. Signor e arquivos ICMBio).

A seguir apresentamos algumas informações sobre as comunidades que ocorrem ao longo do lago do Capanã (**tabela 6.1**). A ordem de apresentação das comunidades está de acordo com a localização da comunidade no lago, a partir da boca do lago do Capanã, que se constitui na área de entrada da Resex via rio Madeira/lago do Capanã Grande.

Tabela 6.1: As comunidades existentes ao longo do lago do Capanã Grande em ordem de entrada no lago, e algumas informações sobre as mesmas*.

Comunidades ao longo do igarapé do Capanã Grande	Domicílios/ famílias*	Pessoas	Escolas	Postos de Saúde	Igrejas	Campos de Futebol	Centros Sociais	Telefone (Tf) ou radiofonia (Rd)	Coordenadas
Jutaí	8	46	1	0	1	1	1	0	05 58.345 S 061 44.519 W
São Raimundo	11	76	1	0	1	1	1	0	06 00 16.0 S 061 45 54.0 W
São José do Cumã**	28	159	1	0	1	1	0	Tf	05 59 25.3 S 061 49 04.3 W
São Sebastião do Cumã**	10	47	1	0	0	1	1	0	05 58.586 S 061 51.114 W
Ponta do Campo	39	228	1	1	1	1	1	Tf	06 02 41.8 S 061 51 45.9 W
Santa Cívita	30	153	1	0	1	2	1	0	06 01 54.2 S 061 53 42.8 W
Nossa Senhora de Fátima***	11	65	2	0	2	1	1	Rd	06 03 16.7 S 061 56 19.9 W
Aldeia Igarapé Grande***	27	124	1	0	0	1	1	Rd	idem
Aldeia Guariba II ou Castanha Piróca	14	53	1	0	1	1	1	0	06 04 02.6 S 061 58 42.3 W
Aldeia Palmeira	19	92	1	0	0	1	1	0	06 04 17.4 S 061 59 56.7 W
Aldeia Traíra ou São Sebastião Samaúma	18	72	1	0	0	0	1	0	06 04 24.6 S 062 01 09.5 W

Aldeia São Carlos	7	40							
Aldeia Bom Que Dói	6	37	1	0	1	1	1	0	06 03 47.9 S 062 03 41.0 W

Fonte: INPA/ICMBio (2008), ICMBio (2009) e Funai (comunicação pessoal).

*Os números de domicílios/famílias e número de pessoas para as comunidades da Resex e do PAE Matupiri foram retirados de ICMBio 2009. O número de aldeias, famílias e pessoas indígenas é fruto de comunicação pessoal da Funai Humaitá.

**Pertencentes ao PAE Matupiri

***Localizadas no mesmo lugar geográfico

6.2.2. Perfil geral das comunidades

De modo geral, todas as comunidades foram sendo formadas a partir de um mesmo processo: um representante da família, de algumas gerações passadas, chegou à região atraído pelos recursos naturais disponíveis (borracha, castanha ou pesca e caça abundante) e acabou permanecendo. A base dos grupos familiares de não indígenas foram miscigenando com os indígenas de modo que atualmente é, muitas vezes, difícil distinguir quem é indígena e quem não é. Isto pode ser presenciado em sua complexidade com as “comunidades mistas” da área da Resex. Essa sociabilidade produz, por sua vez espacialidades compostas em algumas comunidades, havendo grupos mistos, indígenas e não indígenas. As aldeias indígenas são localidades de habitantes que se identificam como indígenas da etnia Mura, povos historicamente antigos nessa área geográfica (INPA/ICMBio 2008).

Ao longo do lago do Capanã há 201 famílias com um total de 1032 pessoas, incluindo as comunidades da Resex, do PAE Matupiri e as Indígenas. Dentro da Resex há 539 pessoas (52,3 %) distribuídas em 99 famílias. No PAE Matupiri há 38 famílias com 235 moradores (22,7 %) (**Figura 6.3 e Anexo B**) (ICMBio 2009). Segundo informações da Coordenação Regional da Funai, em Humaitá, há sete aldeias e 510 indígenas no lago do Capanã. Deve-se levar em conta que os dados apresentados na tabela 6.1 e neste texto precisam ser atualizados, pois existe um movimento de autodenominação indígena de algumas pessoas no Capanã, o que faz com que algumas pessoas estejam contadas duas vezes. Por exemplo, a comunidade de Fátima e a aldeia Igarapé Grande estão inseridas na mesma localidade geográfica, e algumas pessoas que no inventário de 2009 informaram morar na Cívita, agora identificam-se como moradores da aldeia.

Famílias por Comunidade

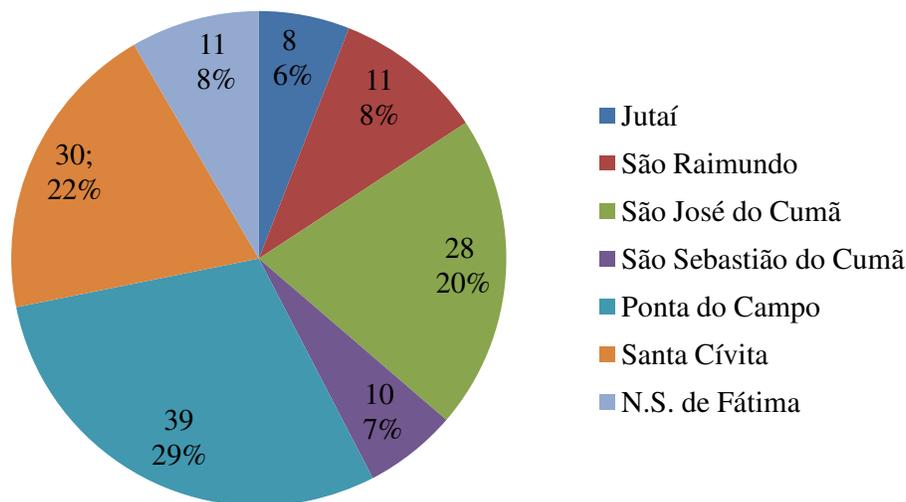


Figura 6.3. Número de famílias por comunidades na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Estas famílias têm, em média, 5,65 membros morando na mesma casa (**Figura 6.4**), sendo São Raimundo a comunidade onde as famílias são mais numerosas (média de 6,9 membros) (ICMBio 2009).

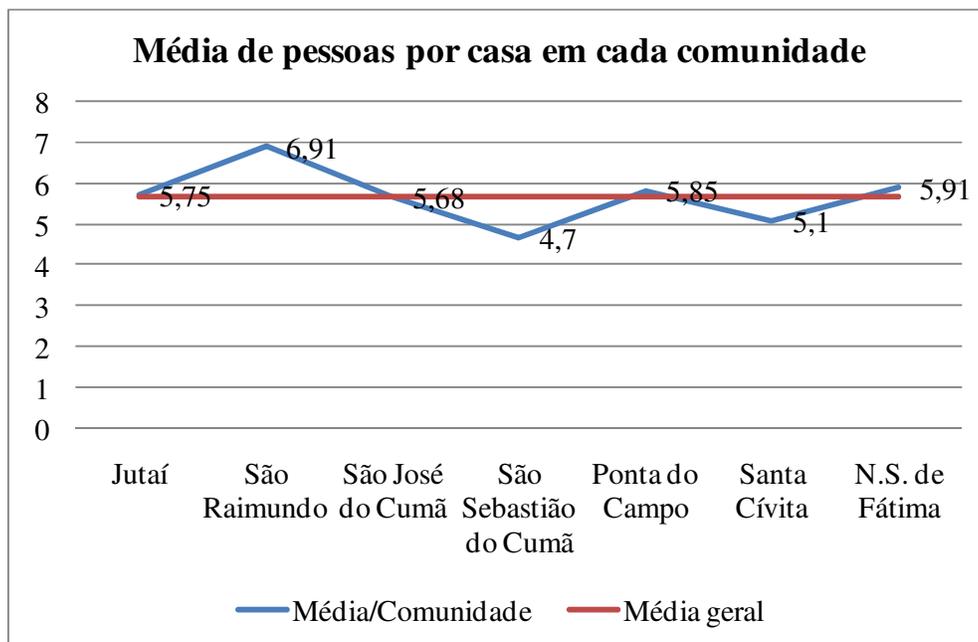


Figura 6.4. Número médio de pessoas por família nas comunidades da Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Ponta do Campo é a comunidade mais populosa do lago do Capanã, com 228 pessoas, seguida pela comunidade de São José do Cumã, do PAE Matupiri, com 159 pessoas, e da comunidade de Cívita, com 153 pessoas (**Figura 6.5**) (ICMBio 2009).

Há que se levar em conta o número de 129 pessoas consideradas “da casa”, mas que, por algum motivo, se mudaram de suas comunidades. Essas pessoas são, em sua maioria, mulheres (57%) e jovens (cerca de 70% tem entre 16 e 28 anos). São, também, majoritariamente de duas comunidades, ambas da Resex: Ponta do Campo (53%) e Nossa Senhora de Fátima (24%). Oitenta por cento dessas pessoas são filhos do dono da casa. Entre os motivos de terem deixado suas comunidades, a obtenção de emprego – temporário ou não – aparece em primeiro lugar, em 64% das declarações; a busca pelos estudos vem em segundo, com 21%; seguida pelo casamento e por tratamento de saúde com, respectivamente, 5% e 2%. Quando o motivo da mudança é o casamento, 70% das pessoas se mudam para uma comunidade vizinha (ICMBio 2009).

Moradores por Comunidade

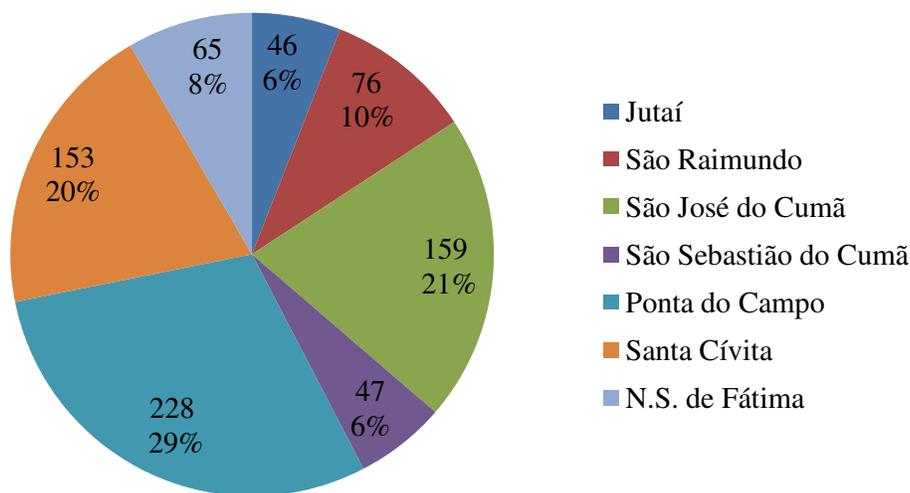


Figura 6.5. Número de moradores por comunidade na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

É importante notar que 36% dessas pessoas pretendem voltar a viver em suas comunidades de origem, e a maioria conserva seus vínculos com a família e com a comunidade. Frequentam as festas, ajudam na roça e enviam dinheiro com regularidade, desempenhando um importante papel na manutenção da casa. Vale lembrar, também,

que uma parte considerável dessas pessoas, 22%, se mudou para uma comunidade vizinha e continua na região (ICMBio 2009).

Os círculos de parentesco, que são uma característica das populações chamadas de tradicionais, são extensos no lago do Capanã Grande. A quase totalidade dos entrevistados possui parentes residindo na Resex. O número de parentes varia de uma a 50 pessoas, distribuídos entre uma e cinco localidades. Além do mais, há uma constância na pouca mobilidade espacial das pessoas, sendo que 99 % dos moradores do lago têm origem no lago do Capanã Grande (MMA/IBAMA 2003).

A população do lago do Capanã é uma população jovem. Sua pirâmide etária (**Figura 6.6**) tem uma larga base e o topo muito estreito. Do total, 55% das pessoas (430 indivíduos) têm até 20 anos. A divisão por gênero é quase simétrica: 51% de homens e 49%, de mulheres (ICMBio 2009).

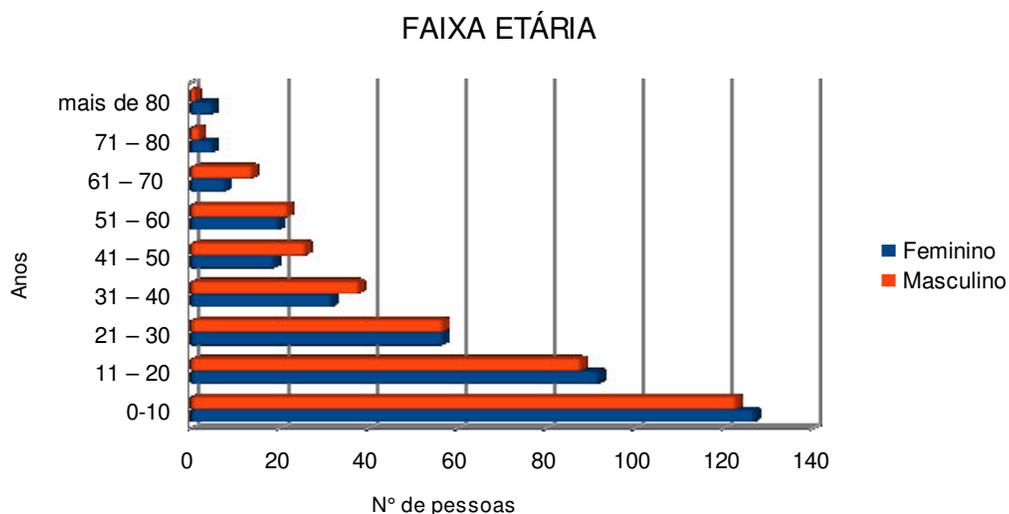


Figura 6.6. Faixa etária da população da Resex e do PAE Matupiri. ICMBio (2009).

6.2.3. Documentação

De todos os moradores da Resex e do PAE Matupiri, 88% possuem certidão de nascimento (**Figura 6.7**). As comunidades que apresentaram maior carência de certidão foram Ponta do Campo e São Sebastião (PAE), ambas com 19% de ausência de registro, seguidas por Jutá e Santa Cívita, com 9% e 10%, respectivamente (ICMBio 2009).

Possui certidão de nascimento?

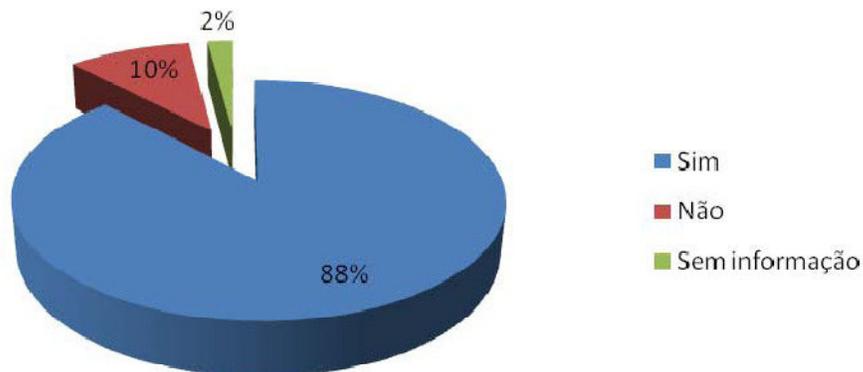


Figura 6.7. Porcentagem de pessoas com certidão de nascimento na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Naturalmente, a falta do registro de nascimento é mais frequente em crianças entre 0 a 10 anos – cerca de 20% (ou 49) delas não possuem o documento (**Figura 6.8**). Nesta faixa etária, a maior carência de certidão é na comunidade de São Sebastião (PAE), onde 40% delas não têm certidão, seguida por Ponta do Campo (36%), Jutai (24%), Santa Cívita (20%), e em São José (PAE) e São Raimundo, com 2% e 3%, respectivamente. Em Nossa Senhora de Fátima todas as crianças entre 0 e 10 anos possuem registro de nascimento (ICMBio 2009).

Possui certidão de nascimento (por idade)

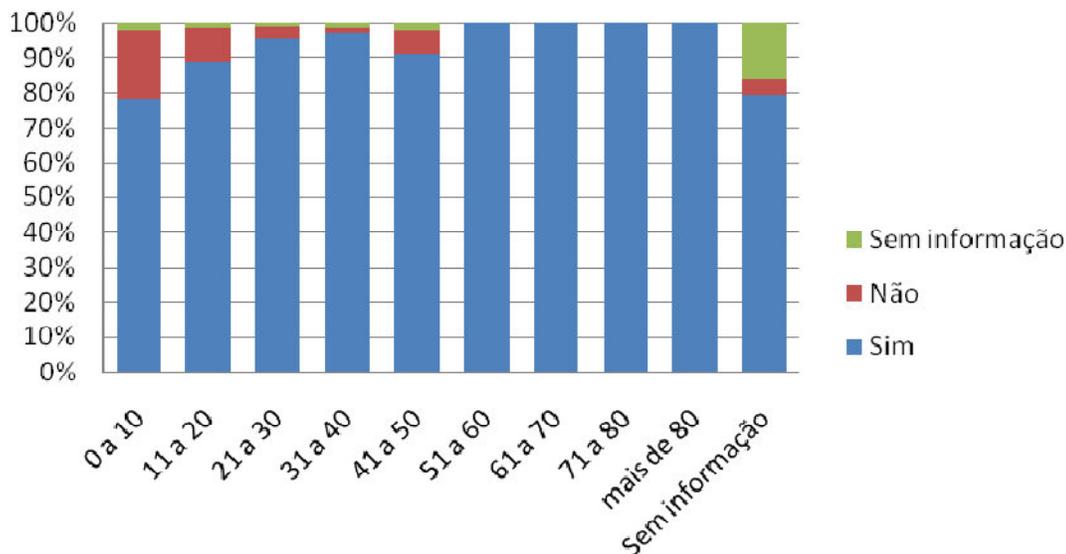


Figura 6.8. Porcentagem de pessoas com certidão de nascimento por idade na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Quanto ao Registro Geral (RG), 53% da população da Resex e do PAE não possuem. Considerando os dados por faixa etária, também temos aqui uma maior concentração da ausência do documento nas primeiras faixas: 95% das pessoas entre 0 e 10 anos e 76% entre 11 e 20 anos não tem RG. Esse número cai para 13%, na faixa dos 21 aos 30 anos, e para 3%, na dos 31 aos 40. Na divisão por comunidade, quase não há disparidade entre elas (ICMBio 2009).

Quanto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), 76% das pessoas acima de 16 anos possuem, o que coincide com a porcentagem de pessoas acima de 16 anos com título de eleitor (**Figuras 6.9 e 6.10**) (ICMBio 2009).



Figura 6.9. Porcentagem de pessoas com CPF na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Possui título de eleitor

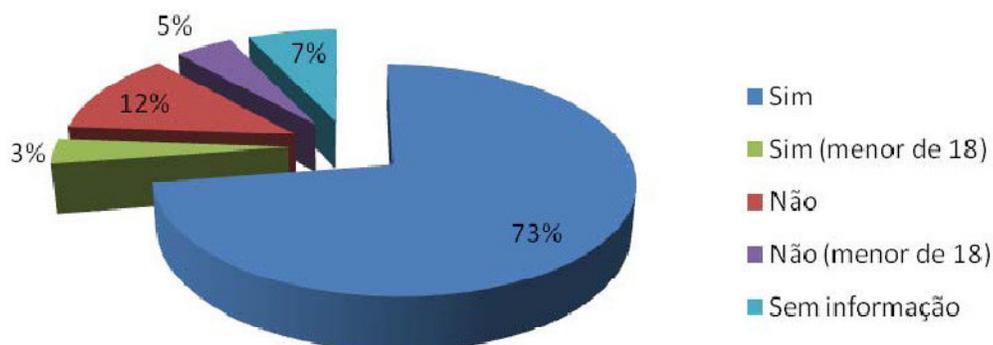


Figura 6.10. Porcentagem de pessoas com título na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

6.2.4. Manifestações culturais

A cultura ribeirinha e o caboclo amazônico, frutos da mistura entre nordestinos e indígenas, nasceu com a ocupação de seringais por migrantes nordestinos, que incorporaram técnicas e hábitos das populações indígenas que viviam ou vivem próximas dessas áreas, decretando a configuração social das comunidades ribeirinhas.

É neste contexto que práticas e hábitos cotidianos de trabalho, alimentação, higiene e todo um modo de viver com a floresta, que caracterizam a cultura ribeirinha, foram apreendidas, criadas, reinventadas. Na cultura ribeirinha está a ligação com a terra, com a floresta e com os rios como fonte de recursos, o extrativismo, a caça, a pesca, a produção familiar e a composição de crenças nos mitos indígenas e no culto aos santos do catolicismo (ICMBio 2009).

6.2.5. Religião

Sessenta e oito por cento dos moradores da Resex e do PAE se declararam católicos (**Figura 6.11**). Os evangélicos apareceram em Nossa Sra. de Fátima, São Raimundo e São José do Cumã (PAE) (ICMBio 2009).

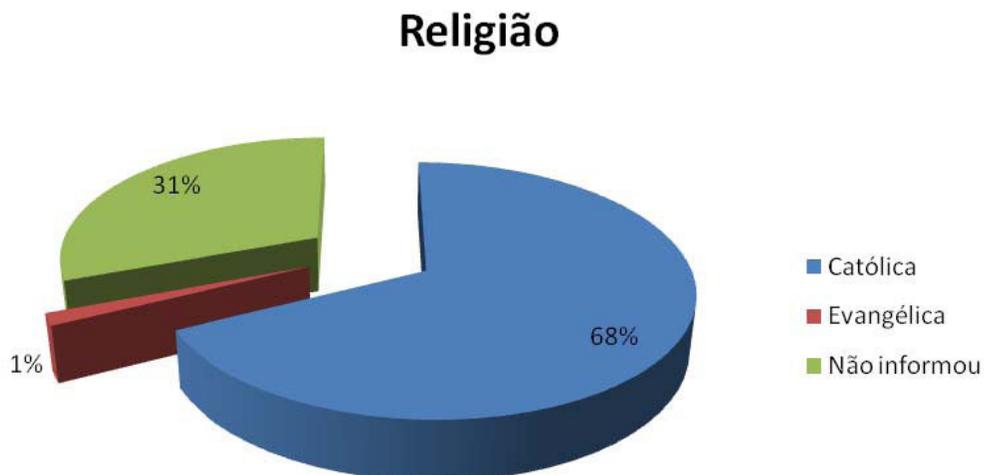


Figura 6.11. Religião na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Os festejos anuais das comunidades estão relacionados à devoção religiosa. Em Jutai há a festa do Divino Espírito Santo, no mês de junho. Em São Raimundo a festa de São Raimundo, em janeiro. Em Ponta do Campo há a festa da Padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, em dezembro. Em Santa Cívita há a festa de Santa Cívita, em março. Em Fátima há a festa de Nossa Senhora de Fátima, em maio. Também ocorre na Resex a festa do seringueiro e de aniversário da Resex, na primeira semana de junho, entre outras.

6.2.6. Saúde

No topo da lista de queixas e doenças citadas estão a malária, a gripe e a febre, com mais de 130 ocorrências mencionadas, seguidas mais de longe por doenças do trato digestivo, dor de cabeça e dor muscular, com mais de 30 ocorrências (**Tabela 6.2**). Mais pontualmente figuram as doenças respiratórias, reumatismo, doenças ginecológicas, inflamações e infecções de órgãos internos, doenças cardíacas ou “outras”, referentes a uma ampla gama que vai de anemia a infecção urinária, passando por dengue, hemorróidas e fraqueza, entre outras (INPA/ICMBio 2008).

Tabela 6.2. Queixas de saúde de maior ocorrência na área da Resex Lago do Capanã Grande e sua respectiva distribuição entre homens, mulheres e crianças.

Queixas/Doenças	Ocorrência em Crianças	Ocorrência em Mulheres	Ocorrência em Homens
Malária	40	57	70
Gripe	89	44	31
Febre	60	42	36
Doenças Fator Digestivo (Diarreia, Verminose, vômito, estomago, gastrite)	57 (33 diarreias)	14	13
Dor de cabeça	3	26	16
Dores Musculares (corpo, costas, braços e pernas)	-	15	22
Doenças respiratórias (tosse, asma, bronquite)	3	4	2
Reumatismo	-	7	10
Doenças ginecologias	2	11	-
Inflamações e infecções órgãos internos	5	2	3
Doenças cardíacas, hipertensão	-	4	2
Outras (anemias, dengue, hemorragias, fraqueza, DST, problemas na vista, virose, desmentidura, tontura, hérnia, picada de bichos, coceira, infecção urinária)	2	9	13
Nenhuma	1	4	3
Não respondeu	7	3	-

Fonte: ICMBio (2008).

Em busca de solução para esse conjunto de queixas e doenças, 70% dos moradores entrevistados recorrem ao posto de saúde da localidade de Ponta do Campo ou aos serviços de saúde na sede de Manicoré. Outro recurso, mencionado por 24%, foi a visita de Agente Comunitário de Saúde (ACS) em sua própria residência. Nas estatísticas dos pesquisadores, há ainda 4% que recorrem à medicina caseira, enquanto 2% fazem uso da atividade de rezadores. Os Agentes Comunitários desenvolvem papel fundamental na prevenção e promoção de saúde, transmitindo conhecimentos e informações necessárias para a compreensão do processo saúde-doença-ambiente de acordo com a realidade sociocultural local. Para exercer suas atividades, os agentes se deslocam por meio de voadeiras e distribuem, quando necessário, medicações para desidratação, malária, dor e gripe (INPA/ICMBio 2008).

Foram relatadas 51 mortes entre 2003 e 2008, das quais 36 foram atribuídas a doenças (quase um terço por derrame), 10 a acidentes (ataque de animais ou afogamento) e cinco a conflitos sociais, entre brigas, assassinatos e suicídios. Dentre todos, 71% eram homens, 23% mulheres e 6% eram crianças (INPA/ICMBio 2008).

Prevenção de doenças

Práticas saudáveis individuais (38%) foram consideradas pelos entrevistados como a principal forma de se prevenir doenças: “*Praticar uma física para não travar as molas*”; “*Ter higiene*”. O uso de serviços de saúde (25%) como vacinar-se, tomar remédios ou ir ao médico sempre que possível também foi bastante mencionado: “*Tomar remédio e ir ao médico*”. Medidas de âmbito coletivo como práticas sanitárias (14%) relacionadas principalmente ao saneamento básico foram citadas em algumas respostas: “*tratando a água, o lixo*”. Manter uma alimentação adequada (9%) foi, da mesma maneira, considerado importante para prevenir doenças: “*Boa alimentação, comer verdura*”. Alguns entrevistados não souberam responder (8%): “*Não sei explicar*” e outros se lembraram da fé em Deus (6%): “*Deus decide quem e quando vai adoecer*”. A **figura 6.12** apresenta a distribuição das principais formas de prevenção de doenças utilizadas pelos moradores do lago do Capanã (INPA/ICMBio 2008).

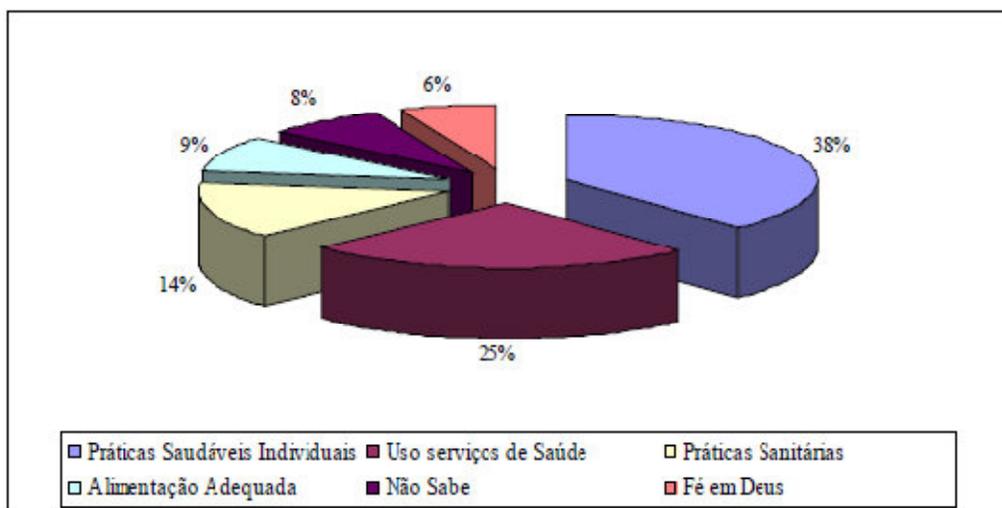


Figura 6.12. Principais formas de prevenção de doenças em 12 comunidades entrevistadas no lago do Capanã. INPA/ICMBio (2008).

A maioria dos entrevistados, 77 %, considerou ter saúde, 17% afirmaram não ter saúde e 6% consideram a saúde razoável. De acordo com as justificativas mencionadas para o fato de terem ou não saúde, 77 % citaram ausência de doença, 15 % satisfação

pessoal, 4 % comportamento preventivo, 2 % alimentação saudável e 2 % ajuda de Deus (INPA/ICMBio 2008).

6.2.7. Nutrição

Os hábitos alimentares dos moradores do lago do Capanã são baseados em proteínas e carboidratos, centrados basicamente na farinha, no peixe, na caça e eventualmente alimentos de origem vegetal. A preferência dos moradores pelo consumo de peixe é unânime (99%), seguida por farinha (96%) e caça (83%) (**Tabela 6.3**) (INPA/ICMBio 2008). Os alimentos são na maioria das vezes retirados da natureza na hora do consumo, com exceção do peixe salgado, da farinha e dos produtos industrializados.

Tabela 6.3. Tipos de alimentos mais consumidos pelos moradores das comunidades do lago do Capanã Grande.

Alimentos	Nº de indivíduos que consomem	Total de indivíduos entrevistados	Total de consumo em %
Peixe	141	143	99
Farinha	137	143	96
Caça	118	143	83
Frutas	67	143	47
Aves	50	143	35
Castanha	34	143	24
Suíno	28	143	20
Legumes	20	143	14
Tempero	12	143	8

Fonte: INPA/ICMBio (2008).

As refeições precisam ser balanceadas em nutrientes para responder às necessidades diárias de nutrientes, o que não foi observado no Capanã, já que a alimentação é centrada na proteína e carboidrato. A Tabela Internacional de Composição de Alimentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece como sendo cinco os grupos de alimentos onde estão contidos os nutrientes necessários para a nutrição humana, que são: Pão, hortaliças, frutas, leite e carnes (**Tabela 6.4**). A OMS recomenda que, para uma boa alimentação é necessário que haja nas principais refeições diárias pelo menos um alimento de cada grupo e que a falta dos nutrientes contidos nestes grupos ocasiona uma alimentação inapropriada (INPA/ICMBio 2008).

Tabela 6.4. Classificação dos alimentos consumidos pelos moradores do lago conforme índices da OMS.

Alimentos consumidos no Capanã	Grupos de alimentos estabelecidos pela OMS	Nutrientes contidos nestes alimentos
Castanha, tucumã, açúcar e frituras	Gorduras, óleos e açúcares	Glicídios e lipídios
Caça, porco, aves, peixe, conserva e ovos	Carnes	Proteínas
Banana, tucumã, açaí, jerimum, chicória, cebola, folha da vinagreira, couve, tomate, cebola de palha	Frutas e Hortaliças	Vitaminas, sais minerais e fibras
	Leite	Cálcio e proteínas
Macaxeira, mingau de trigo, beiju seco, tapioca e farinha	Pães, cereais e massas	Carboidratos

Fonte: INPA/ICMBio (2008).

Na **tabela 6.4**, os alimentos que compõem os grupos não são alimentos convencionais à tabela padrão, como também, não existe bibliografia que agrupe a castanha e o tucumã como sendo alimentos de principal função a lipídica, mas é conhecido o teor de gordura que ambos possuem. A gordura tem muitas funções orgânicas, neste caso nos interessa a função lipossolúvel, pois as vitaminas são fundamentais para o organismo e as vitaminas A D E e K somente são absorvidas na presença de gorduras. Somente uma avaliação nutricional mais profunda nos diria se os índices de gorduras nos agentes sociais dessas pessoas estão ou não adequados (INPA/ICMBio 2008).

Os grupos de alimentos são organizados pela função que desempenham no organismo, desta forma estão organizados em três grandes grupos. Energéticos, construtores e reguladores. O alimento mais consumido no Capanã é o peixe, este integra o grupo dos construtores que tem por principal função a estrutural, na constituição de sangue, tecidos, cartilagens, unhas e cabelos (INPA/ICMBio 2008).

A ausência dos nutrientes traz conseqüências que prejudicam o bom funcionamento do organismo. Muitas são as conseqüências negativas de uma alimentação inapropriada, interessando para essa discussão principalmente as de ordem orgânicas, onde a principal conseqüência negativa é a desnutrição que pode causar insuficiência cardíaca, baixa imunidade, anemia ferropriva e dificuldade do trato gastrointestinal (INPA/ICMBio 2008).

Já o fator socioeconômico ligado a nutrição demonstra claramente que no lago do Capanã pouco circula dinheiro. A moeda de negociação é a produção familiar como a castanha, a borracha e a farinha. Esses produtos são trocados com os donos de barcos que comercializam periodicamente na comunidade. Os alimentos industrializados mais consumidos são óleo, feijão, conserva, bolacha, refrigerante, sal, bala, arroz, macarrão e carne bovina. Vale lembrar que os processos de fabricação da farinha e de salga do peixe agregam valor ao produto e podem ser analisadas mais profundamente como atividades promissoras, porém essas práticas ainda são bastante rudimentares, pois cada família faz sua produção somente para consumo próprio (INPA/ICMBio 2008).

6.2.8. Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira determina que o Estado tem obrigação de oferecer escola a toda criança a partir dos 4 anos, mas que, a partir dos 6 anos, o ensino é obrigatório. Assim, para efeito de padronização dos dados do inventário efetuado em 2009, todas as crianças entre 0 a 3 anos foram consideradas como fora da idade escolar. Entre 4 e 5 anos, idade da educação infantil/pré-escola. As crianças entre 4 a 5 anos que estão fora da escola foram englobadas na categoria “fora da idade escolar”. A partir dos 6 anos, aqueles que não frequentam a escola integram a categoria “não estão estudando”. (ICMBio 2009).

Dos habitantes da Resex e do PAE, 47% estão estudando (**Figura 6.13**). Todas as crianças entre 6 e 10 anos e 80% dos jovens entre 11 e 20 anos frequentam a escola. De 21 a 30 anos, o índice de pessoas que estuda cai para 30 % (**Figura 6.14**).

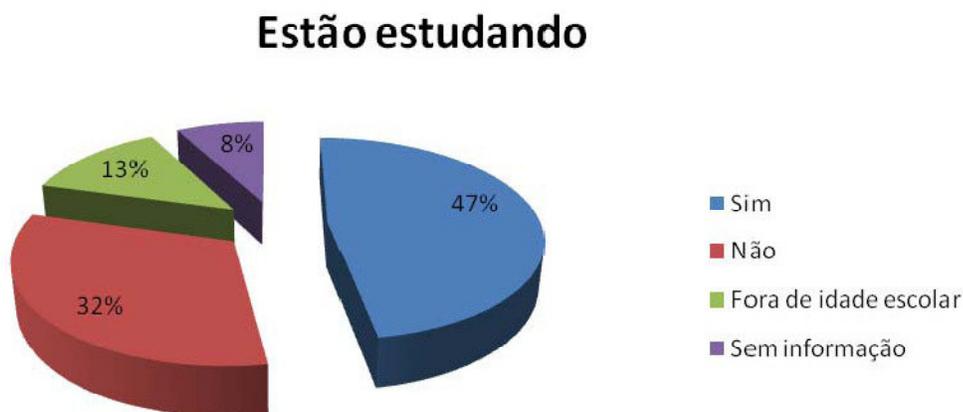


Figura 6.13. Porcentagem da população que estuda na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

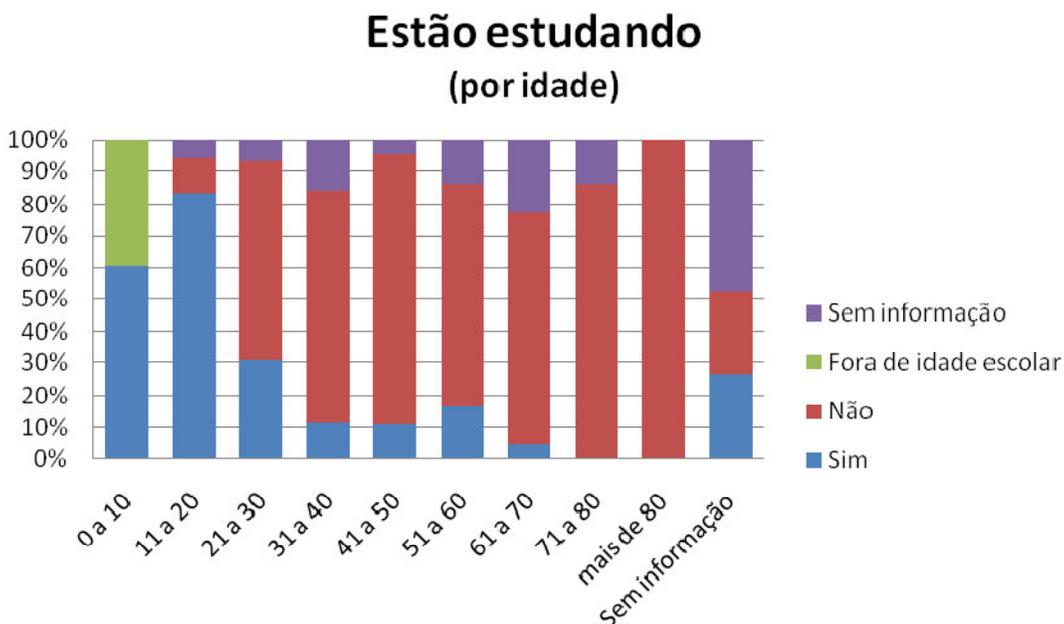


Figura 6.14. Porcentagem da população que estuda na Resex e no PAE Matupiri por faixa etária. ICMBio (2009).

A maioria (72%) dos moradores estuda ou estudou somente até o ensino fundamental. Seis por cento (6%) ingressaram no ensino médio e 11 % nos programas de alfabetização de jovens e adultos (EJA, Pronera ou Pró-Formar) (**Figura 6.15**).

Escolaridade (série em que estuda ou até a qual estudou)

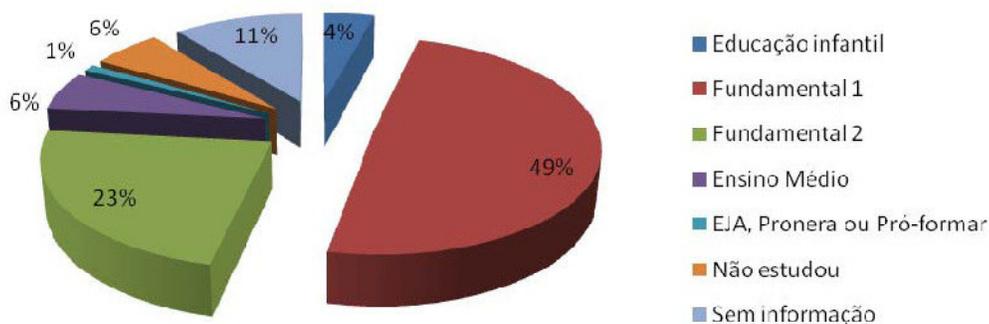


Figura 6.15. Escolaridade na Resex e no PAE Matupiri (não considerando os menores de 06 anos). ICMBio (2009).

Já em relação aos 840 entrevistados nas 12 comunidades do lago em 2008, 22% declararam não saber ler e nem escrever. A maioria informou (54%) possuir o nível

fundamental incompleto (até o 5º ano escolar), e apenas 2 % ingressou no ensino médio (Tabela 6.5.) (INPA/ICMBio 2008).

Tabela 6.5. Distribuição por nível de escolaridade dos entrevistados (n: 840) em 12 comunidades do lago do Capanã Grande.

Comunidades	Não sabem ler nem escrever	Só sabem assinar	Pré	1ª a 5ª	6ª a 9ª	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Não Responderam
Jutaí	13	-	7	24	10	-	-	-	1
São Raimundo	11	-	5	41	5	-	-	1	-
São José do Cumã	17	1	3	40	14	-	-	-	-
São Sebastião do Cumã	8	3	2	17	7	-	-	-	1
Ponta do Campo	55	-	11	101	41	10	1	2	17
Santa Civita	49	10	6	127	16	1	-	-	2
Nossa Senhora de Fátima	6	1	1	45	8	-	1	-	-
Aldeia Igarapé Grande	10	1	1	30	3	-	1	-	-
Aldeia Guariba II ou Castanha Piroca	4	-	-	7	-	-	-	-	-
Aldeia Palmeira	8	-	-	8	1	-	-	-	1
Aldeia Traíra ou São Sebastião do Samaúma	4	1	-	4	-	-	-	-	-
Aldeia Bom Que Dói	3	1	-	10	-	-	-	-	-
Sub Total	188	18	36	454	105	11	3	3	21
Percentual	22 %	2%	4%	54%	13%	1%	0,5%	0,5%	3%
Total						840			

Fonte: INPA/ICMBio (2008).

Escolas

Os prédios das escolas são normalmente centrais nas localidades e próximas aos campos de futebol, como se definisse um espaço comunitário dentro da própria localidade. De forma geral as escolas existentes em todas as localidades têm infraestrutura semelhante, ou seja, é uma casa de madeira com compartimento único. A única escola que oferece ensino médio fica na comunidade de Ponta do Campo, e é feita

de alvenaria (**Figura 6.16**). Os banheiros das escolas são tipo casinha de madeira com buraco no chão, porém são, vias de regra, de uso comunitário, e ficam a uma distância aproximada de dez metros da escola, geralmente nos fundos. Na **tabela 6.6** apresenta-se o panorama geral das escolas nas comunidades do lago do Capanã em 2008 (INPA/ICMBio 2008).



Figura 6.16. Tipos de escolas presentes nas comunidades (Fotos: Cleiton A. Signor).

Quando se indaga qual o potencial da região da Resex de “propiciar futuro” aos jovens, as opiniões se dividem, muito embora sempre se faça menção ao sistema educacional para justificar a opinião. Por um lado, muitos pais avaliam positivamente esse potencial, invocando uma comparação entre passado e presente para ressaltar que, anteriormente, as localidades não contavam sequer com escolas e, hoje em dia, é possível concluir o ensino médio sem necessitar ir a Manicoré. Em compensação, para uma minoria dos pais entrevistados, o lugar onde vivem não seria prenhe de possibilidades para os jovens justamente por conta da precariedade desse ensino oferecido. Suas principais queixas são: falta de professores; o fato de os que existem virem de outras localidades para dar aulas; paralisação de aulas para que os profissionais participem de cursos de capacitação e aprimoramento em outros municípios; problemas de infraestrutura; falta de material; e educação de qualidade inferior à que é oferecida na cidade (INPA/ICMBio 2008).

Tabela 6.6. Situação educacional das escolas de 12 comunidades no lago do Capanã Grande em 2008.

Comunidades	Estrutura Física	Fardamento Escolar	Cozinha	Nº de Cozinheiras	Merenda Escolar	Material Didático	Professores	Turmas	Total de Matriculas	Total Freqüência
Jutaí	Madeira e Telha de Amianto	S	N	1	S	S	1	MS	NO	NO
São Raimundo	Madeira e Telha de Amianto	N	N	1	S	S	1	2 MS	45	45
São José do Cumã	Madeira e Telha de amianto	N	S	2	S	S	4	2 MS	86	82
São Sebastião do Cumã	Madeira e Telha de amianto	N	N	-	S	S	1	1	21	19
Ponta do Campo	Alvenaria	S	S	4	S	S	10	Pré ao 3º ano	NO	NO
Santa Civita	Madeira e Telha de amianto	N	N	1	S	S	1	NO	NO	NO
N. S. de Fátima	Madeira e Telha de amianto	N	S	2	S	S	1	5ª Série MS	18	18
Aldeia Igarapé Grande	Aberta, assoalho de madeira e telhado de palha	N	S	1	S	S	1	MS	17	17
Aldeia Guariba II ou Castanha Piroca	Madeira e Telha de amianto	N	N	-	N	S	1	MS	NO	NO
Aldeia Palmeira	Madeira e Telha de amianto	N	N	1	S	S	1	MS	NO	NO
Aldeia Traira ou São Sebastião do Samauma	Aberta, assoalho de madeira e telhado de palha	N	N	1	S	S	1	MS	13	13
Aldeia Bom Que Dói	Madeira e Palha	N	N	-	S	S	1	MS	15	15

N= Não S= Sim MS= MultiSeriado NO= Não Observado

Fonte: INPA/ICMBIO (2008).

6.2.9. Habitação

As residências das comunidades da Resex estão normalmente dispostas de frente para o igarapé do Capanã ou outros igarapés e lagos, geralmente uma ao lado da outra (**Figura 6.17**). Os moradores constroem suas casas a uma altura que a proteja da água na cheia e que não a distancie tanto na vazante. Algumas das casas, mesmo construídas na terra firme apresentam-se postadas sobre palafitas.

As residências seguem uma forma de construção semelhante em todas as localidades visitadas, construídas com dois tipos básicos de materiais, madeira e/ou palha. A **Tabela 6.7** nos mostra o tipo de construção descrito e observado nas diversas localidades. As paredes podem ser de madeira ou de palha e a cobertura das casas é de telha de amianto ou palha (INPA/ICMBio 2008) (**Figura 6.18**). O estudo realizado em 2009 encontrou que a palha sozinha figura como 22 % do total de telhados na Resex e no PAE.

Tabela 6.7. Tipos de construções dos domicílios das comunidades do Capanã Grande.

Tipos de Casa	Quantidade	Porcentual
Madeira + Telha	121	85
Madeira + Palha	13	8
Madeira + Alvenaria	1	1
Madeira + Palha + Telha	1	1
Palha	7	5
TOTAL	143	100

Fonte: INPA/ICMBio (2008).



Figura 6.17. Comunidade de Jutai na época de vazante e cheia (Fotos: Cleiton A. Signor).

Acesso ao crédito instalação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Os moradores cadastrados na Resex e no PAE Matupirí são beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Um dos módulos do PRONAF refere-se a créditos para a construção das residências dos moradores, cujo modelo comum possui quarto, cozinha, sala e varanda (**Figura 6.18**). O valor do crédito disponibilizado pelo INCRA para os moradores é liberado mediante a regularização da associação e do cadastro individual dos moradores feito pelo respectivo órgão. O valor total liberado pelo INCRA, até então, era de R\$ 7.400,00 (Sete mil e Quatrocentos Reais), sendo liberado em parcelas. A primeira parcela é de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos Reais), destinada em forma de benefício para compra de alimentos e despesas diversas até a conclusão do imóvel. Os outros R\$ 5.000,00 (Cinco mil Reais) são disponibilizados como crédito habitação que devem ser pagos em até 20 anos.



Figura 6.18. Casa coberta de palha e estilo das casas construídas com recursos via empréstimo do INCRA (Fotos: Cleiton A. Signor e arquivos Resex).

Segundo informações do presidente da Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG), Manoel de Oliveira Rêgo, 129 pessoas receberam recursos do PRONAF para construção de suas moradias dentro da Resex no ano de 2005. Destes, 86 pessoas receberam todas as parcelas do PRONAF. Entretanto, somente 21 casas destas 86 casas foram concluídas com o aporte do contrato com a madeireira de Manicoré contratada, que era responsável pelo fornecimento de madeira para a construção da parede das casas. A madeireira teve seu plano de manejo encerrado e ainda está pendente a entrega de madeira para a conclusão de 65 casas. Destas 65, algumas foram concluídas com recursos próprios dos beneficiários. Outros

43 moradores receberam somente a primeira parcela do PRONAF, restando o recebimento da segunda parcela, referente ao crédito habitação. Outras 14 pessoas cadastradas não receberam nenhuma parcela dos recursos.

6.2.10. Energia

A maioria das 12 comunidades estudadas tem a energia de geradores (67%) que são usados em períodos curtos, enquanto que 33% deles usam apenas velas ou lamparinas. Entre os que dispõem do uso de geradores, 57% são de propriedade comunitária, mas há moradores que são proprietários de seus próprios geradores (10%). O combustível dos geradores comunitários é o diesel. Em alguns casos, a prefeitura apóia algumas comunidades cedendo gerador e também dando uma pequena cota de combustível. Os motores são geralmente ligados às 18h e desligados em média às 21h, sendo o tempo necessário para os programas de telenovelas e noticiários jornalísticos. Neste intervalo também funciona os freezers de alguns comunitários, fazendo gelo suficiente para gelar a água e manter alguns alimentos perecíveis conservados. Quando ocorre algum evento, como jogo de futebol da seleção brasileira, é feita uma cota entre os interessados para a compra do diesel (INPA/ICMBio 2008).

6.2.11. Abastecimento e uso da água

É do lago do Capanã Grande que se origina a água que a maior parte dos moradores da Resex utiliza para consumo, uso doméstico, higiene pessoal e também recreação (**Figura 6.19**). Na época das chuvas, alguns moradores captam a água por meio de calhas que são instaladas nas casas e despejam a água em caixas d'água, baldes e tambores para uso posterior. A água usada para consumo é tratada usando-se principalmente o *hipoclorito de sódio* (cloro), de uso comum entre os moradores, e cuja distribuição é feita pelos agentes comunitários de saúde. Associados ao hipoclorito há outras formas de cuidar da água, como ferver e coar a água antes de colocá-la num pote de barro. A utilização de tratamentos alternativos como gotas de vinagre e de limão também estão presentes, sendo que poucas pessoas declararam utilizar a água sem fazer tratamento (INPA/ICMBio 2008).



Figura 6.19. Uso da água para atividades domésticas e construção usada para banhar-se e efetuar atividades domésticas (Fotos: Cleiton A. Signor).

Todos os entrevistados dizem tomar banho diariamente nas águas do lago, tendo que descer e subir o barranco se equilibrando nas escadarias com degraus desalinhados e escorregadios. Em alguns casos os moradores fazem escadas de madeira, o que garante maior segurança a todos. No verão a dificuldade dos moradores de se banhar e pegar água para seu consumo é intensificado devido à lama que se cria na vazante e aos barrancos para chegar ao lago. Alguns poucos usam bomba para captar água para suas casas facilitando o acesso à água (INPA/ICMBio 2008).

Também foi relatado pelos entrevistados que na cheia ou inverno, quando a água alaga boa parte da área, a chuva lava a terra e trás muita sujeira, causando doenças como febre e diarreia. No período de vazante ou verão a água fica mais limpa, mas também da muita malária, micróbios, gripe, diarreia, fica com outro gosto e fica mais distante. As doenças são intensificadas durante esse processo da cheia e da vazante na Resex e em seu entorno (INPA/ICMBio 2008).

6.2.12. Esgoto sanitário e Resíduos

Não há um de sistema de coleta e tratamento de esgoto nas comunidades da Resex e entorno. Nenhuma das residências visitadas possuía banheiro devidamente construído com vaso sanitário, pia e fossa. A utilização de buracos e o costume de usar a mata para a evacuação colocam em risco de contaminação o solo e os recursos hídricos, principalmente na época da cheia. Do total dos entrevistados, 47% utilizam a mata para evacuar. Existia no discurso dos moradores a preocupação em estabelecer uma distância desse uso de suas residências, longe das áreas alagadas ou feitas em pinicos e jogadas depois na mata. O uso de sanitários e privadas ocorre em apenas 21% dos domicílios.

Essa estrutura se caracteriza por estar em locais fixos, mais próximos e até dentro de suas residências, fechados por madeiras e cobertos por telha. Poucas casas têm a “casinha” com o vaso sanitário assentado, sendo mais comum um buraco na terra coberto com madeira (INPA/ICMBio 2008).

Sobre o esgoto, 39% dos entrevistados em 2009 disseram destinar a céu aberto seu destino, 32% declararam ter um buraco ou fossa para esta finalidade, 10 % declararam queimar e 19 % não responderam (ICMBio 2009).

No caso do “lixo” orgânico, 97% dos moradores forneciam os restos de seus alimentos para os animais de criação, cachorros, bichos, porcos e galinhas; e queimam as folhas secas depois de amontoá-las em uma amparagem ou de colocá-las em um buraco. Apenas 3% das pessoas que participaram dessa entrevista colocavam as folhas e pedaços de madeiras em buracos e deixavam decompor (INPA/ICMBio 2008).

Os resíduos inorgânicos produzidos pela população da Resex e seu entorno, como embalagens plásticas - principalmente sacos de alimentos e PETs, são queimados por 95% dos entrevistados. Esse destino dado aos plásticos representa a única alternativa no momento para não gerar um acúmulo desse material na natureza, pois não existe nenhum projeto para uma coleta de lixo no Capanã. As garrafas PETs são bastante utilizadas para transportar e armazenar água e combustível. Outros moradores (5%) preferem amontoar ou enterrar os resíduos inorgânicos, entretanto, plásticos e vidros têm uma projeção de se deteriorar com aproximadamente 450 anos e 4 mil anos, respectivamente. O vidro é um material que os moradores buscam evitar depositar em locais expostos por medo de machucarem-se eles ou as crianças. Geralmente são agasalhados em paus com o gargalo para baixo, ou posto em buracos, ou jogados no rio. As latas de alumínio acumuladas das bebidas alcoólicas, principalmente, são vendidas na cidade (INPA/ICMBio 2008).

6.2.13. Comunicação

Dentre as formas de comunicação usadas pelos moradores para manterem contatos com parentes e amigos, 55% dos entrevistados utilizam o telefone de orelhão nas localidades de Ponta do Campo e São José do Cumã (PAE), quando estes estão em pleno funcionamento, pois frequentemente estão danificados. Outros 33% dos moradores preferem mandar recado ou escrever cartas, geralmente enviados pelo barco

do recreio, ou por parentes. Os demais 27% dizem preferir viajar e visitar a pessoa que deseja encontrar ou falar. Em casos raros, a radiofonia ou radioamador é usado por 7% dos moradores, principalmente os que moram na comunidade de Nossa Senhora de Fátima, onde fica o aparelho radiotransmissor (INPA/ICMBio 2008).

Os principais meios de comunicação para informações dos acontecimentos fora das localidades é o rádio e a televisão. Os aparelhos de rádio funcionam principalmente à base de pilhas. As TVs funcionam geralmente à noite nos horários das 18h às 21h, tempo esse suficiente para assistirem as novelas, programas jornalísticos, ouvirem música e algumas vezes se estendendo para os campeonatos de futebol (INPA/ICMBio 2008).

6.2.14. Transporte

O transporte mais utilizado pelos moradores para se deslocarem são as canoas a remo ou “rabeta” – adaptação de um motor de popa na parte traseira da canoa. Os barcos de linha para Manicoré são duas vezes na semana, terça e sábado vão para a Resex, e quinta e domingo retornam para a cidade. Os de comerciantes são freqüentes, mais de um por dia durante a cheia do lago e os barcos de transporte de alunos são diários. Estes últimos são mantidos pela prefeitura que paga o salário do condutor e o combustível. Alguns jovens vão para a escola de ensino médio na Ponta do Campo utilizando suas próprias canoas com rabeta. Os barcos de comerciantes se deslocam pelas localidades normalmente no final do mês, quando gira o dinheiro recebido de salários de professores, aposentadorias e benefícios concedidos a alguns moradores. Os barcos da produção passam vários dias dentro do Capanã comprando e vendendo. De modo geral os moradores sabem desses cronogramas de visitas desses barcos (Ver **Figuras 6.20**) (INPA/ICMBio 2008).



Figura 6.20. Barco Recreio de transporte de passageiros e uma canoa com motor rabeta (Fotos: Cleiton A. Signor).

Todas as comunidades possuem seu próprio transporte de motor de popa, conhecido como *voadeira*, geralmente com motor de 15HP, doado por instituições governamentais. A voadeira é utilizada com fins coletivos em diversas ocasiões, como por exemplo, nas atividades de pesquisadores e gestores, além do uso cotidiano dos moradores e principalmente em casos de urgências em situações de doenças ou acidentes. O uso dos barcos normalmente é coletivo, e em alguns casos os moradores se reúnem e constroem ou encomendam barcos em forma de sociedade. Nesse caso o barco é usado em forma de cooperativa para o comércio de mercadorias e mobilidade dos moradores. Algumas vezes os barcos são alugados pela prefeitura para atividades específicas de saúde e educação entre as localidades do entorno (INPA/ICMBio 2008).

O transporte da região é bastante precário e na época da seca aumenta consideravelmente as dificuldades de locomoção e segurança dos usuários. Neste período as distâncias ficam mais longas exigindo não apenas um tempo maior de viagem como um grau acentuado de riscos. Esses riscos são de naufrágio que pode ser provocado pela grande quantidade de troncos e galhos acumulados nas margens ou no leito do rio. Com a seca esses paus ficam praticamente na superfície da água e é comum causarem danos sérios aos barcos, sem que seja possível prevenir. É bastante comum acontecer acidentes onde os moradores perdem mercadorias. Além disso, a correnteza dos rios aumenta consideravelmente, principalmente na boca do Capanã, que dá acesso de entrada e saída às comunidades (INPA/ICMBio 2008).

6.2.15. Participação em associações

Em 2009, 91% dos entrevistados da Resex e do PAE declararam fazer parte de alguma associação. Na Resex do Lago do Capanã Grande toda comunidade tem a sua associação, sendo que 65% das famílias declararam fazer parte da associação de suas respectivas comunidades e 15 % declararam não fazer parte, e 20% não responderam (ICMBio 2009).

A associação da comunidade de Ponta do Campo representa os seringueiros de todo o lago, incluindo beneficiários da Resex, do PAE e indígenas. Também representando moradores de todo o lago (beneficiários e usuários da Resex) há a Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG), que substituiu a antiga Central de Associações Agroextrativistas do Capanã (CAAC) e que hoje conta com 76 associados. Esta associação é responsável pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) firmado em 2010 entre os beneficiários da Resex e o ICMBio.

6.2.16. Acesso a políticas públicas

Não longe da realidade nacional e principalmente da realidade amazônica, o acesso a políticas e programas públicos na Resex e entorno esta longe do ideal. Na Resex, a falta de serviços e benefícios sociais foi citada como um dos fatores de descontentamento dos moradores, já que levariam em seu imaginário a ideia de que, nos centros urbanos, essa oferta seria supostamente maior (INPA/ICMBio 2008).

Entretanto, há alguns anos os benefícios sociais têm sido uma importante fonte de renda para essas famílias. 59% dos entrevistados dizem receber um ou mais benefícios. Esses benefícios podem ser o bolsa família, a aposentadoria ou a subvenção para a produção da borracha. Os demais 41% declararam não receber nenhum benefício social (Ver **Figura 6.21**). As localidades que mais se destacaram pelo número de beneficiários foram Ponta do Campo e Santa Cívita, ambas totalizando 50% dos usuários desses benefícios (INPA/ICMBio 2008).

Entretanto, há a necessidade de se realizar um inventário mais profundo e criar um cadastro de acompanhamento ao acesso a políticas e programas públicos na Resex. Os números da **figura 6.21** certamente estão incompletos, pois há muito mais pessoas

acessando, por exemplo, o Programa de Garantia do Preço Mínimo (PGPM), que na figura, consta como apenas 3 % no quesito outros benefícios.

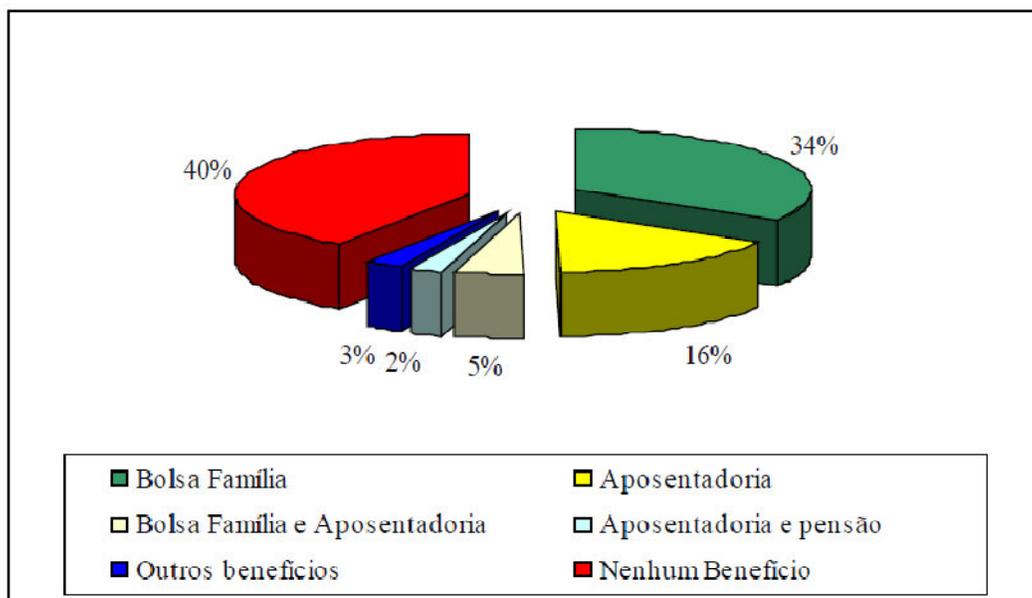


Figura 6.21. Benefícios sociais recebidos pelos entrevistados. INPA/ICMBio (2008).

O Programa de Garantia do Preço Mínimo (PGPM) fixa valores mínimos para a comercialização de determinados produtos, como borracha e açaí, garantindo ao produtor o subsídio do Estado até o alcance deste valor, caso o preço pago pelo mercado seja inferior ao preço mínimo. O preço mínimo da borracha estabelecido pelo governo federal é R\$3,50 o quilo. Caso o comerciante pague R\$2,50 ao produtor, o governo federal paga R\$ 1 via apresentação de nota fiscal. Além desta subvenção federal, o estado do Amazonas ainda paga R\$ 0,70 ao produtor na forma de subvenção, e o município de Manicoré paga mais R\$ 0,60. O PGMP é executado via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar é outro programa de governo federal que garante a compra da produção excedente do agricultor na época da safra, com objetivos de não haver desperdício e perda de produtos. O programa tem caráter interministerial, com objetivos de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Os produtos são comprados caso haja demanda de doação dos produtos. Está previsto a inserção de agricultores da Resex a este programa a partir de 2012. Um representante do

ICMBio Manicoré já foi capacitado para o acesso ao programa, e um curso sobre PAA aconteceu em Manicoré em setembro de 2011, com participação de comunitários da Reserva.

Outro programa de governo com potencial de acesso pelos extrativistas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (FNDE/MEC), que tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula. O programa visa à construção de um cardápio escolar que apresente alimentos produzidos na própria região e os municípios têm a obrigação de comprar pelo menos 30 % dos recursos para merenda escolar em alimentos regionais. Para a Resex, há a necessidade de articulação do desenvolvimento de um cardápio que apresente produtos locais, cuja compra deve ser negociada com a prefeitura municipal ou com o estado, dependendo da escola ser municipal ou estadual.

O Bolsa Verde (Decreto nº 7572/2011) é a novo programa do governo federal. Este programa está sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente e integra o Plano Brasil Sem Miséria, que visa, além da transferência de renda, o acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. O Bolsa Verde é destinado a famílias de áreas ambientalmente diferenciadas, como Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento Agroextrativistas. O benefício é de 300 reais por trimestre para cada família cadastrada, que terão de cumprir alguns requisitos, tais como integrar o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), estar na extrema pobreza, e cumprir as atividades de conservação das áreas onde moram, como por exemplo, respeitar os planos de manejo das Reservas Extrativistas. Os beneficiários estarão sujeitos ao monitoramento ambiental. As primeiras famílias da Resex começaram a receber o benefício em outubro de 2011.

6.2.17. Clima Social

Aqui tratamos principalmente do relacionamento entre os beneficiários da Resex e os indígenas. Relata-se que a partir da criação da Resex acirram-se divergências no uso de recursos e principalmente na identidade de quem é indígena e de quem é extrativista. Assim, reproduzem-se os relatos contidos nos relatórios socioambientais efetuados em 2008 e 2009. Neste íterim, constatou-se, via conversa com alguns

indígenas, que parte dos ditos conflitos deveu-se ao conflituoso relacionamento com agentes do órgão gestor logo após a criação da Resex, no caso o IBAMA. Hoje se constata que o diálogo entre gestão de Resex e indígenas é aberto, com os agentes do órgão gestor sempre tentando envolver os indígenas em atividades como capacitações e reuniões, o que melhorou muito o relacionamento entre as partes. Até meados de 2009 os indígenas não permitiam a entrada de gestores do ICMBio no alto do Capanã, cenário que não existe mais, inclusive, houve uma expedição conjunta entre gestores da UC e indígenas ao alto do Capanã Grande em 2010. A aproximação e o bom relacionamento é ponto fundamental para a boa gestão, não só da Resex, mas do lago do Capanã Grande como um todo.

Quando ocorre uma acirrada polarização entre indígenas e não indígenas, os conflitos podem representar uma das principais ameaças à região, que é a perda do potencial de conservação que o equilíbrio social propicia. Em outras palavras, o convívio e o compartilhamento de território entre ribeirinhos e indígenas na Resex pode ser um dos principais mitigadores de impactos ambientais. Isso porque, mesmo com tensões entre eles, os grupos ainda podem se unir contra possíveis ameaças externas (ICMBio 2009).

Ao longo do lago há uma sobreposição história e tradicional no uso dos recursos entre os habitantes do lago, independente da área ser Resex, Terra Indígena ou Assentamento (ver **Figura 6.22**). Estes usos tradicionais não podem ser relegados, e por isso, deve haver acordos entre as partes para que não haja conflitos e divisão entre os moradores do lago. Conflitos que certamente tem enorme potencial de prejudicar o objetivo maior, que é a conservação da biodiversidade e a melhora da qualidade de vida das pessoas que ali moram. Além do mais, o lago do Capanã é comum e contínuo às três esferas de administração que estão no lago (Resex, PAE e Terra Indígena) e assim, a gestão entre estas tem de ser articuladas e sintonizadas.

Relacionamento entre os moradores da Resex e Indígenas

Os moradores das comunidades extrativistas afirmam que o relacionamento com os moradores indígenas da Resex e da Terra Indígena é satisfatório. Constatou-se que a convivência entre esses grupos não apresentava conflitos maiores. Entretanto, percebeu-se que havia alguns aspectos na relação com o uso dos recursos naturais ainda não resolvidos. Os motivos para certos desentendimentos referiam-se às divergências entre

os moradores sobre a transformação da localidade em Resex. Nas entrevistas constatou-se que essas divergências trouxeram conflitos e mal-estar na Reserva, o que até então era espaço comum de todos, tornou-se segmentado por conta da divisão territorial (INPA/ICMBio 2008).

Com o advento da criação da Resex foram feitos os cadastros denominando os moradores de *extrativistas*. Paralelamente a isto, alguns moradores buscaram junto à FUNAI seu registro de *indígenas*, mudando o documento de identidade ou cadastrando-se como indígena. Essa situação gerou descontentamentos entre os moradores, que antes possuíam uma identidade de lugar única. Uns passaram a acusar os outros atribuindo a escolha de cadastro na FUNAI ou IBAMA como forma de atrair maior benefício. Os agora moradores da Resex diziam dos indígenas que optaram por não terem cadastro como extrativista: “*porque pensaram que iriam ficar com o lugar todo*” (INPA/ICMBio 2008).

A partir dessa divisão de identidade de lugar houve entre os moradores cadastrados como indígenas e os cadastrados como extrativistas, uso e formas de direitos e deveres diferenciados. Os cadastrados indígenas não moram apenas na Terra ou Aldeia indígena, eles moram em localidades que fazem parte da Resex, mas se recusam a denominar tal localidade com o nome reconhecido como terra da Resex, como é o caso de N. Senhora de Fátima e Igarapé Grande. Nessas localidades se o morador é cadastrado indígena o mesmo atribui o nome de Aldeia Igarapé Grande ao seu lugar de moradia, já os cadastrados extrativistas asseguram que o nome da localidade é N. Senhora de Fátima. Vemos, portanto, um conflito de identidade social iniciado a partir da diferenciação de status da terra onde as pessoas viviam. Os cadastrados indígenas têm questionado incessantemente junto à FUNAI a redemarcação de suas terras, requerendo a ampliação da área indígena em vigor, para assim resolver o imbróglio de propriedade da terra, que está inevitavelmente associado à identidade social pelo lugar de moradia (INPA/ICMBio 2008).

Os demais moradores cadastrados extrativistas, entretanto, relatam ter livre acesso aos castanhais onde estão acostumados a trabalhar. Porém, em casos específicos, alguns entrevistados comentaram que “*tem pessoas que eles [indígenas] deixam passar, outros não, é essa a confusão*”. Para outros moradores entrevistados, quem não pode passar são algumas lideranças da Resex. “*Não temos intriga entre nós, eles têm intriga*

com o presidente [chefe] da Resex.” Outros afirmam que os conflitos limitam-se às instituições, principalmente com o IBAMA, “*o problema deles é com o IBAMA e com o INCRA*”. Desta forma, na perspectiva dos moradores da Resex, no momento em que os indígenas têm essa atitude eles estariam demonstrando a falta de união entre eles, “*muito chato eles não se unem, são bravos, não aceitam que eles daqui vão para lá*”. Essa situação, segundo entrevistados, acaba gerando problemas entre os moradores, pois “*os indígenas tem liberdade para andar pelas comunidades da Resex, diferente do que acontece com algumas pessoas da Resex*” (INPA/ICMBio 2008).

Não houve oposição direta dos indígenas à criação da Resex, ao contrário, alguns até apoiaram seus parentes nessa conquista. Ocorre atualmente a reivindicação dos índios pelo reconhecimento de parte da Resex como Terra Indígena. Contudo, esse movimento de reconhecimento da identidade Mura e/ou Munduruku começou na região em meados dos anos 1990, e ganhou força a partir de 2002, às vésperas da criação da Reserva. Portanto, foi algo que antecedeu o decreto da Reserva Extrativista, mas foi acirrado por algumas ações do IBAMA após a criação da Resex. Em 2006 houve uma oposição acirrada entre indígenas e ribeirinhos, quando os índios se revoltaram contra o IBAMA, que, segundo fontes secundárias e relatos de moradores do lago, colocava a Reserva como exclusiva para os extrativistas. A partir desse momento, mais pessoas “assumiram-se” Mura. Atualmente, continua o movimento de reivindicação da identidade indígena Mura (pela autodeterminação). Há uma tensão entre indígenas e ribeirinhos, que – até o momento – não se manifesta como antagonismo; mas, ainda, é o mesmo conflito aqui relatado (ICMBio 2009).

Estabelecer quem é índio e quem não é apresenta-se como uma grande dificuldade no lago do Capanã Grande. Há um modo de vida comum entre índios e não-índios, e este modo de vida está associado a um modo de produção material e cultural, ligado aos hábitos alimentares, aos ciclos de plantio, de extração e pesca etc. Por exemplo, índios e ribeirinhos, na época de verão, com as cheias do rio, coletam castanha; possuem a roça de mandioca; moram em casas de madeira; conhecem e utilizam uma variedade de tipos de madeira para construir um barco (espécies diferentes para cada parte ou etapa – a estrutura, o banco, o remo, a resina para calafetar). Há uma convivência pacífica e um acordo comunitário (ver Acordo de gestão) no tocante ao uso tradicional de estradas de castanhais e de seringa, que se cruzam: a estrada de castanha

de um não-índio atravessa a estrada de seringa de um índio, por exemplo (Figura 6.22) (ICMBio 2009).

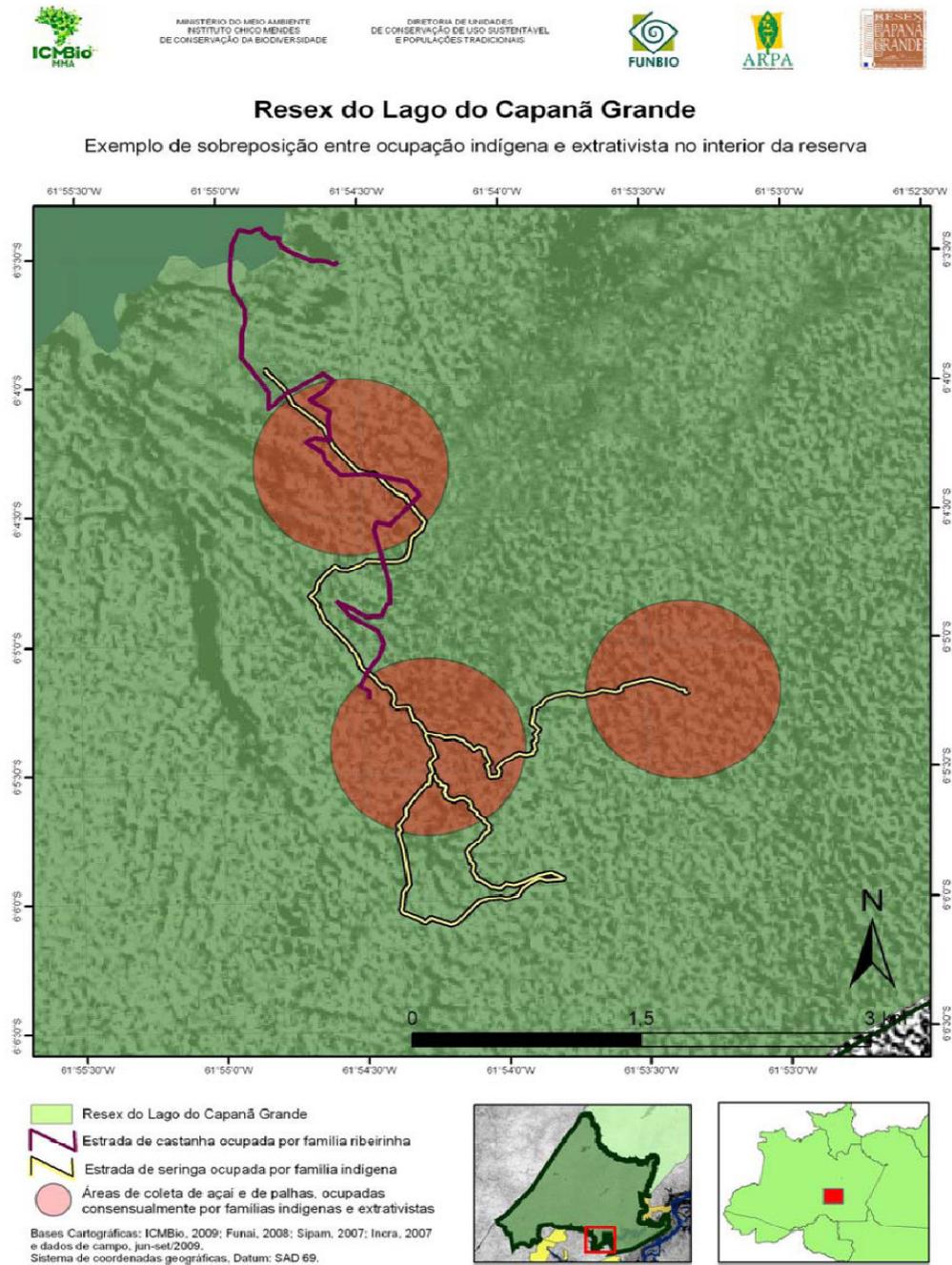


Figura 6.22. Sobreposição entre estradas de seringa e castanhais entre indígenas e não indígenas dentro da Resex. ICMBio (2009).

Relacionamento entre os moradores da Resex e os moradores do Assentamento

O relacionamento entre os moradores do assentamento do INCRA e os moradores da Resex foi considerado satisfatório, com pouco ou nenhum tipo de problemas ou conflitos. Há uma maior interação nas festas que acontecem em ambas as localidades. Por outro lado, muitos moradores da Resex têm parentes que moram no assentamento, e freqüentemente se visitam. Ao compararem os moradores do assentamento com os das aldeias, fica evidente que o relacionamento com os moradores do assentamento é mais satisfatório do que com os moradores da Terra Indígena. Isto talvez porque os moradores do assentamento já têm assegurado sua propriedade da terra bem como o uso dos recursos, enquanto que os indígenas ainda permanecem na luta pela ampliação de seu território (INPA/ICMBio 2008).

6.3. FONTES DE RENDA, PRÁTICAS PRODUTIVAS, USO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

A ocupação básica dos moradores da Resex e entorno é o extrativismo, a agricultura, a pesca, a criação de animais domésticos, o cuidado com a casa e serviços gerais (marcenaria; construção de flutuantes, canos e remos; professor, liderança comunitária, garimpo, comercio, artesanato) (INPA/ICMBio 2008). Assim, os moradores atuam para seu sustento em diferentes frentes de trabalho, conforme suas necessidades e as estações do ano.

A borracha, a agricultura e a castanha foram as fontes de renda mais citadas pelos comunitários da Resex e do PAE Matupiri, entre as quais se inclui outras seis fontes (**Figuras 6.23 e 6.24**) (ICMBio 2009). O estudo realizado em 2008 apontou que 10% dos entrevistados relataram receber salário como fonte principal de sua renda. São moradores que atuam como professores, agentes de saúde e auxiliar da escola. Os serviços de artesanato, manufatura de remo e canoa são executados a partir da extração da madeira existente na área da localidade e é realizada como uma fonte adicional de renda para 17% dos moradores (INPA/ICMBio 2008).

Primeira fonte de renda

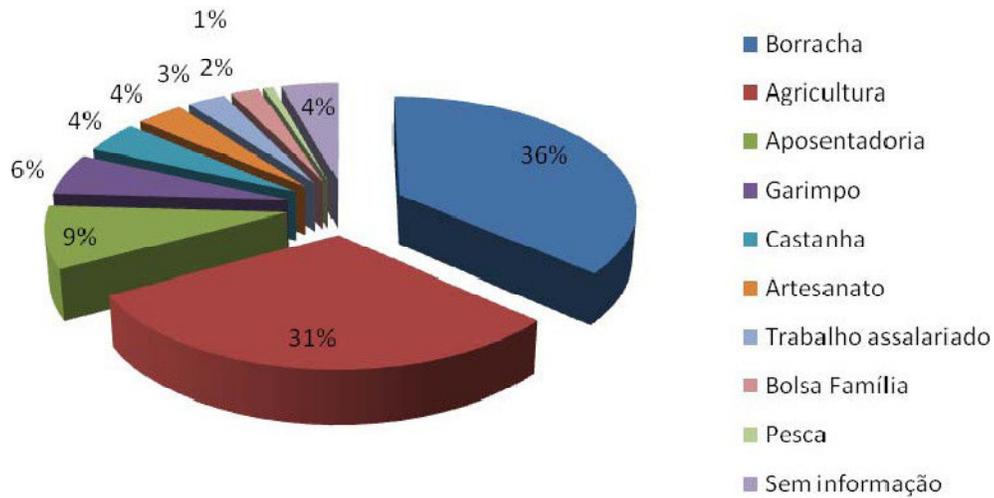


Figura 6.23. Fonte de renda mais citada pelos entrevistados da Resex e do PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Segunda fonte de renda

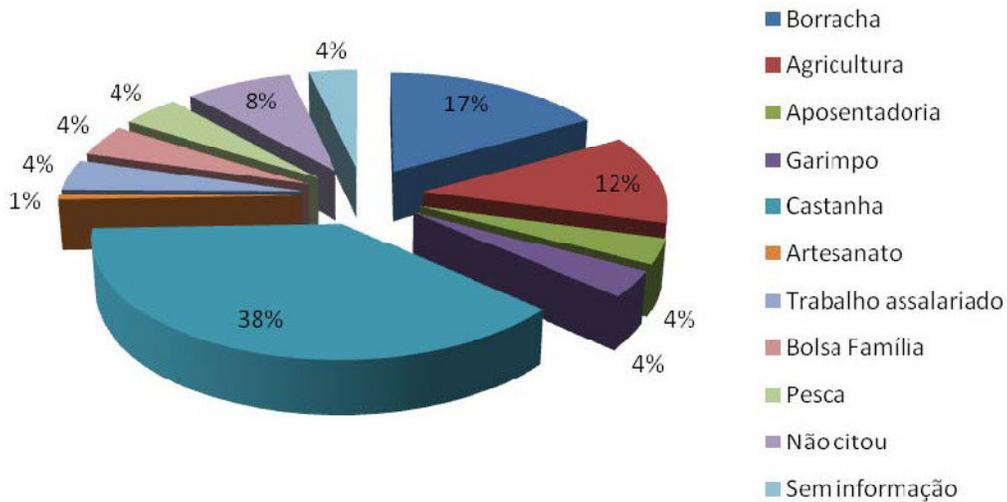


Figura 6.24. Segunda fonte de renda mais citada pelos entrevistados da Resex e do PAE Matupiri. ICMBio (2009).

Quanto à renda familiar, 74% dos entrevistados declararam receber até R\$ 500 por mês (pouco menos de um salário mínimo), 12% entre 500 e mil reais, 3% entre 1.000 e 1.500, e para 11% não há informação (**Figura 6.25**) (ICMBio 2009).

Renda familiar média mensal

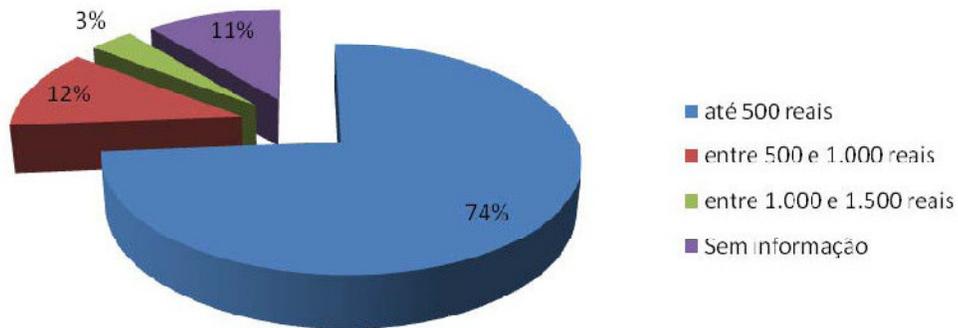


Figura 6.25. Renda média familiar mensal no lago do Capanã Grande. ICMBio (2009).

6.3.1. Agricultura

Ao contrário do extrativismo, que consiste na colheita sem necessariamente envolver cuidados com o cultivo, a agricultura envolve atividades e tratos com a terra. Entretanto, a formação de roças pelos ribeirinhos segue o método tradicional de derrubada e queima, onde a vegetação de mata ou capoeira é derrubada e a seguir, toca-se fogo para a limpeza do terreno, plantando-se logo a seguir. Este sistema rapidamente esgota o solo, e em dois ou três anos outra área deverá ser utilizada. Apesar de não haver nenhum tratamento nem cuidado com a terra na arte de cultivar do ribeirinho, o impacto da agricultura no desmatamento parece ser baixo. Isto porque as práticas de agricultura não se fazem com a utilização de máquinas agrícolas e geralmente os moradores aproveitam a área de capoeira que estava em descanso após a produção anterior. Além disso, o tamanho dos roçados geralmente não ultrapassa um hectare (ver **figura 6.28**).

Mesmo assim, faz-se necessário a orientação para que o sistema de roça por derrubada e queima seja substituído por um sistema mais ecológico, que preserve o solo e permita o plantio mais prolongado e diversificado nas áreas de roça. Assim, incrementa-se diversidade e produtividade ao roçado, o que certamente melhorará a renda e a diversidade alimentar dos agricultores. Neste sentido, já foram realizadas orientações técnicas, em parceria com o IDAM e Secretaria Municipal de Produção e

Abastecimento (SEMAPA), sobre plantio de sistemas agroflorestais na Resex, bem como distribuídas mudas de cacau e sementes de açaí, em parceria com as Organizações não governamentais Ideas e Hands (**Figura 6.26**).



Figura 6.26. Orientação técnica em um viveiro de mudas de cacau na comunidade de Santa Civita (Fotos: Cleiton A. Signor).

O plantio envolve normalmente apenas uma espécie, a macaxeira, havendo poucos consórcios da mandioca com outras plantas, e quando ocorre é com açaí, cará e feijão. Assim, a mandioca ou macaxeira é a principal e quase única produção agrícola na área e assim, os roçados são insuficientes para o adequado fornecimento de comida aos moradores da Resex e entorno (MMA/IBAMA 2003).

Para o preparo da farinha de mandioca, as famílias participam de forma conjunta desde a abertura do roçado até a torragem da farinha, passando pelo plantio (início das chuvas, outubro em diante), limpeza do roçado, colheita (de julho a setembro), transporte da mandioca para a casa de farinha ou outro espaço de preparo, e preparo da farinha (**Figura 6.27**). A mandioca é arrancada, cortada e levada para a beira do rio no paneiro. Lá, ela é depositada dentro de canoas velhas ou caixas de madeira colocadas dentro da água (o contato com a água faz fermentar e amolecer), após 3 a 6 dias é ralada manualmente ou moída em uma engenhoca e prensada no tipiti ou prensa semi industrial (o caldo que sai origina o tucupi que, se aplicado à macaxeira, origina a goma), depois de seca a polpa é colocada aos poucos num tacho grande de cobre ou ferro semelhante a uma frigideira sem cabo fixada sobre uma estrutura de barro onde se acende o fogo para torrar a farinha (INPA/ICMBio 2008).



Figura 6.27. Plantio de macaxeira passando pelos processos de molho, descasque, peneiragem, torragem e farinha pronta (Fotos: INPA/ICMBio 2008).

Uma quadra (um hectare) de roça fornece mandioca para o beneficiamento de 40 a 50 sacas de farinha. Metade da produção é para consumo das famílias e a outra metade é destinada para a comercialização (ICMBio 2009). Da mandioca, se produz a farinha, a farinha de tapioca e a tapioca, que além do próprio consumo são também comercializados na região. Geralmente a farinha de tapioca e a tapioca são usadas apenas no consumo interno. Todos esses produtos são vendidos internamente, em Manicoré ou para um atravessador. A saca de farinha com 50 Kg era vendida em média

por R\$ 40,00 (Quarenta Reais) em 2008 (INPA/ICMBio 2008). Em 2011 a média oscila próximo dos R\$ 60,00.

A agricultura foi uma das fontes de renda mais citadas pelos comunitários da Resex e do Assentamento (ver **Figuras 6.24 e 6.25**) (ICMBio 2009). A agricultura também foi a fonte de renda mais citada pelos comunitários no estudo de 2008, entretanto, financeiramente rende menos do que as demais atividades (INPA/ICMBio 2008) devido a relação custo-benefício ser baixa. Lembrando que os produtores não têm o hábito de anotar os gastos efetuados em todas as etapas de produção, o que pode gerar a falsa sensação de lucro.

Em 2009 apenas 7% das famílias da Resex e PAE declararam não possuir roça de mandioca e a grande maioria possuía apenas uma quadra plantada (**Figura 6.28**). A área média de roça por família é de aproximadamente uma quadra, variando de 0,84 quadra em Santa Cívita a 1,27 quadras em Nossa Sra. de Fátima. Há uma grande dificuldade em se quantificar a produção dessa população e, ainda mais, separá-la em consumo e venda. A comercialização varia conforme as necessidades e dificilmente algum dos moradores expressou com segurança a quantidade comercializada. O cálculo fica mais complicado quando se trata da farinha utilizada para consumo. De todo modo, cerca de 75% dos entrevistados disseram comercializar farinha, e apenas 7 % disseram que não a haviam plantado para consumo (ICMBio 2009).

Área plantada de Mandioca (em quadras)

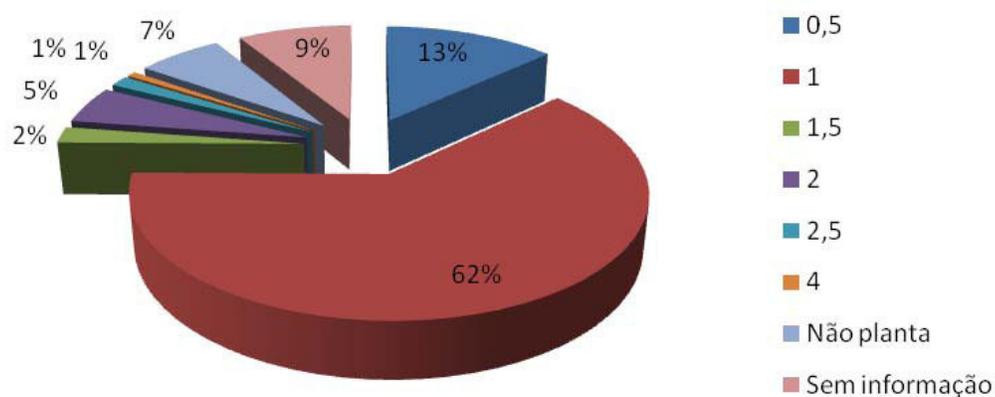


Figura 6.28. Área de roça por família (em quadras) na Resex e no PAE Matupiri. ICMBio (2009).

No terreno ao redor das casas, normalmente são plantadas árvores frutíferas (limão, goiaba, banana, puruí, manga, cupuaçu, mamão, tucumã, marimari, ingá etc.), canteiros com temperos (pimenta de cheiro, cebolinha, tomate, pepino, pimentão etc.) e hortas com ervas de cunho medicinal (boldo, hortelã, capim-santo) para consumo familiar, sem comercialização (INPA/ICMBio 2008).

6.3.2. Criação de animais

A galinha é a criação mais comum entre os moradores da Resex, citada por cerca de 60% das famílias. O número médio declarado é de 15 aves, variando de uma a 150 por família. São criados também porcos, patos e, eventualmente, ovelhas – todos soltos pelos quintais das casas, sem nenhuma cerca (ICMBio 2009).

6.3.3. Extrativismo Vegetal

O extrativismo é atividade humana mais antiga que a agricultura, a pecuária e a indústria. Significa a coleta de elementos da natureza de origem animal, vegetal ou mineral, e no Brasil a extração de produtos nativos da biodiversidade é uma atividade constante na história, havendo épocas em que se constituía como principal atividade nacional.

No Capanã há duas fontes principais de extração vegetal: a seringueira e a castanheira (**Figura 6.29 e 6.30**); em segundo lugar, está frutos como o tucumã, açaí, cacau, cupuaçu e pupunha, entre outros (ICMBio 2009) (**Ver tabela 6.8**).



Figura 6.29. Coleta de látex e ouriço de castanha (Fotos: Arquivos Resex).

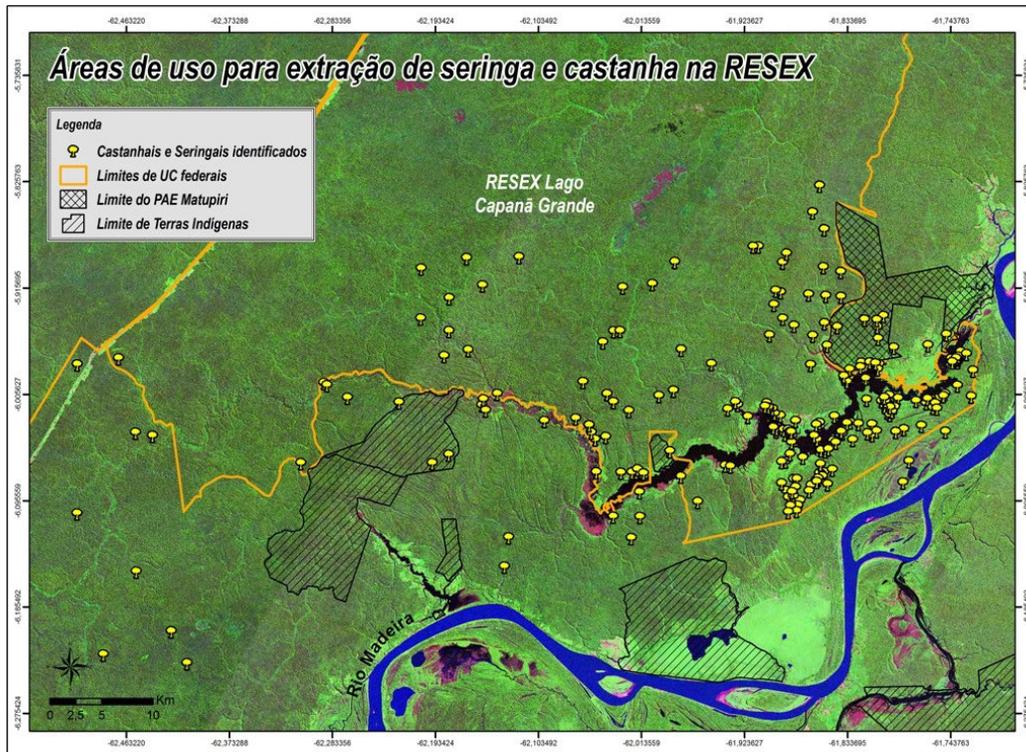


Figura 6.30. Áreas de castanhas e seringais utilizadas por beneficiários e usuários da Resex dentro da Unidade e no entorno. ICMBio (2008c).

6.3.3.1. Castanha do Brasil

A castanha é terceira mais citada entre as atividades geradoras de renda no lago do Capanã Grande (ver **Figuras 6.23 e 6.24**). Trinta e seis por cento das famílias declararam utilizar a castanha para consumo e 62% costumam, em alguma medida, vendê-la. O preço pago pela lata variou, nos relatos, de sete a 15 reais (ICMBio 2009).

A coleta de castanha é realizada durante o período das chuvas (localmente chamado inverno), durante o primeiro semestre do ano. A venda é feita a um atravessador que apanha a produção na localidade ou em Manicoré, ou diretamente para a Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA), que paga geralmente R\$ 14,00 a lata de 20 litros. A COVEMA realiza anualmente o curso de boas práticas da castanha.

6.3.3.2. Látex da borracha

O extrativismo predominante na Resex e localidades próximas é o da seringa para a retirada do látex, matéria prima para a produção da borracha e coletada durante a estação de seca (localmente chamado verão, geralmente entre julho e novembro). A

venda do látex aparece como a primeira fonte de renda mais citada por 36% e como segunda fonte para 17 % das famílias (ver **Figura 6.23**) e é um dos poucos produtos – se não o único – que essa população extrai apenas para comércio. Cerca de 57% das famílias declararam trabalhar com seringa em 2009, e a quantidade média de látex mencionada foi de 685 kg por família, e a maior produção foi de 3.530 kg (ICMBio 2009). Em 2010 houve produção de 69.123 quilos divididos por 127 extrativistas, com média de 544,3 quilos por produtor. O quilograma da borracha tem o preço mínimo estabelecido pelo governo federal em R\$ 3,50. Acrescentando os subsídios estaduais (R\$ 0,70) e municipais (R\$0,60), o produtor ganha, no mínimo, R\$ 4,80 pelo quilo da borracha.

Em anos como o de 2009, em que o preço da borracha teve uma queda significativa e o do ouro foi atrativo, diminui-se o extrativismo da borracha e aumentou-se a ida para o garimpo. Assim, quando o preço da borracha é baixo, pode haver uma evasão de seringueiros para a atividade do garimpo (ICMBio 2009).

6.3.3.3. Outros recursos não madeireiros

Foram identificadas 21 espécies/produtos florestais não-madeireiros utilizados para diversos fins pelos comunitários da Resex Lago do Capanã Grande, como alimentação, medicina, artefatos e artesanatos (**Tabela 3.7**) (ICMBio 2008a). Alguns poucos comunitários também fazem extração ou mesmo criação de abelhas nativas sem ferrão, utilizando o **mel** para alimentação e também para venda. Em 2010 cinco comunitários da Resex participaram de um curso de criação de abelhas sem ferrão na RDS do Rio Amapá, vizinha à Resex.

Tabela 6.8. Produtos florestais não-madeireiros utilizados pelos comunitários da Resex Lago do Capanã Grande.

Espécie	Parte utilizada	Destinação
Açaí	Fruto	Alimentação
Andiroba	Fruto e casca	Medicinal
Arumã	Fibra	Artefatos
Babaçu	Frutos	Alimentação para animais
Cajuaçu	Casca	Medicinal
Carapanaúba	Casca	Medicinal
Castanha	Semente	Alimentação

Cipó ambé	Fibra	Artefato
Fava	Fruto	Medicinal
Inajá	Semente	Artesanato
Jacitara	Fibra	Artefato
Jutaí	Casca	Medicinal
Mandioca	Raiz, tubérculo, bulbo	Alimentação
Abelha jandaíra boca-de-renda	Mel	Alimentação e medicinal
Miriquiteira	Semente	Artesanato
Seringa	Seiva (leite)	Artefato
Sucuuba	Casca e seiva	Medicinal
Cipó titica	Fibra	Artefato
Tucumaí	Semente	Artesanato
Uxi	Casca	Medicinal
Xixuá	Casca	Medicinal

TOTAL

21 espécies/produtos

Fonte: ICMBio (2008a).

O uso de cipó é bastante comum na confecção de vassouras, cestos, paneiros e tipiti, sendo cada tipo utilizado para uma determinada finalidade (**Tabela 6.9**). Embora, o cipó não seja a principal fonte de renda, ainda é comum a venda dos produtos confeccionados com cipó (**Figura 6.31**), como por exemplo, a vassoura e o paneiro. O preço de uma vassoura custa cerca de R\$ 3,00 (Três Reais). Já do paneiro depende do tamanho, o grande custa até R\$ 25,00 (Vinte e cinco Reais) e o pequeno até R\$ 15,00 (Quinze Reais) (INPA/ICMBio 2008). Em 2011 iniciou-se um projeto de resgate do grupo de artesãos e artesãs da Resex. Foi ministrado um curso de artesanato e os beneficiários já estão produzindo e vendendo seus produtos via parceria com a Cooperativa das Mulheres Artesãs e Costureiras de Manicoré (COMACAM), através do projeto Talentos do Brasil, do governo federal.

Tabela 6.9. Tipos de cipós e seus respectivos usos.

Cipó \ Uso	Cabeça da vassoura	Saia da vassoura	Tipiti	Cestos/Paneiros
Titica	X			
Timbó-açú		X		X
Ambé				X
Jacitara	X		X	

Fonte: INPA/ICMBio (2008).



Figura 6.31. Grupo de artesãos e artesãs durante curso de capacitação oferecido em 2011 e peças de artesanato produzidas durante o curso (Fotos: Arquivos Resex).

As **palhas** geralmente são utilizadas para cobrir casas, sendo analisadas pelos moradores para não existir falha entre as talas e colocadas uma sobre a outra até formar uma camada densa que impede a passagem dos raios solares e da água das chuvas. As palhas de palmeiras são coletadas durante todo o ano. Da mesma forma que o cipó, as palhas não representam a principal fonte de renda, porém, esporadicamente os moradores vendem para seus vizinhos o feixe (com 10 talos) ao preço médio de R\$ 3,00 (Três Reais) (INPA/ICMBio 2008).

Os **frutos** de palmeiras, como o tucumã e o açai, são apreciados e também comercializados, em especial o açai, no qual já há áreas plantadas, incluindo o plantio alternado com outras culturas através do sistema agroflorestal, que está em fase inicial na Resex. Frutas não nativas também são plantadas para consumo e venda, tendo maior destaque a banana, que é basicamente comercializada. Alguns comunitários possuem plantações de banana nas amrgens do rio Madeira, fora da Resex (**Figura 6.32**).



Figura 6.32. Plantio de açaí e banana (Fotos: Cleiton A. Signor e Romina Belloni).

Recentemente também se iniciou dentro da Resex a prática de extração de **óleo de copaíba** para comercialização. Por solicitação de comunitários da comunidade de Santa Civita, o IDAM, por solicitação do ICMBio, ministrou o curso de boas práticas de extração do óleo de copaíba para 11 moradores da comunidade (**Figura 6.33**). Ainda não há nenhuma estimativa da potencialidade de extração de óleo de copaíba na Reserva e nem quantificação da produção após o curso. A compra do óleo de copaíba em Manicoré é pela Covema, que paga 14 reais o litro do produto.



Figura 6.33. Participantes do curso de boas práticas de extração de óleo de copaíba na Resex em 2011 (Fotos: Arquivos Resex).

6.3.3.4. Recursos madeireiros

A madeira tem sido usada para construção de canoas e remos, móveis, na construção das casas e demais acessórios residenciais, na construção de batelões (balsa) e para fins medicinais (como a casca da copaíba e andiroba) (**Figura 6.34**). A madeira é

retirada com uso do machado e da moto-serra. A madeira não apresenta destaque na fonte de renda dos comunitários (INPA/ICMBio 2008).



Figura 6.34. Construção de canoa e casa dentro da Resex (Fotos: Cleiton A. Signor).

Dentre as espécies citadas ao longo das entrevistas e conversas informais (**Tabela 6.10**), verificou-se que a itaúba e a copaíba são as espécies mais utilizadas pelos comunitários. O valor da diária cobrado pela extração dessas madeiras chega a custar até R\$ 75,00 (Setenta e Cinco Reais), sendo este valor “livre”, ou seja, a pessoa que contrata fornece todo o material necessário (gasolina, óleo dois tempos, óleo queimado, corrente e lima). Segundo os comunitários entrevistados, as madeiras são extraídas na várzea e terra firme o ano todo. As madeiras mais coletadas da floresta de acordo com as respostas dos moradores foram a Itaúba e louro mangarataia, ambas propícias para a produção de embarcações e para a construção de casas. A extração de madeira se caracteriza em sua maioria para o consumo próprio (INPA/ICMBio 2008). Entretanto há a prática de construção de canoas para comercialização.

Tabela 6.10. Tipos de uso dos produtos florestais madeireiros.

Nome Comum	Família, gênero ou espécie	Uso
Acariquara	<i>Minquartia guianensis</i> Aubl.	Residência
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Medicinal
Angelim	<i>Hymenolobium</i> sp.	Residência
Angelim amarelo	<i>Hymenolobium</i> sp.	Residência
Angelim rajado	<i>Hymenolobium</i> sp.	Residência
Castanha do Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>	Residência

Cedrinho	Vochysiaceae	Residência
Cedro	Meliaceae	Residência
Copaíba	<i>Copaifera</i> sp	Medicinal
Guariúba	<i>Clarisia racemosa</i>	Residência
Itaúba abacate	<i>Mezilaurus</i> sp.	Residência, Construção de embarcações
Itaúba	<i>Mezilaurus</i> sp.	Residência, Construção de embarcações
Jutaíca	<i>Dialium guianensis</i>	Construção de embarcações
Louro abacate	Lauraceae	Construção de embarcações
Louro chumbo	Lauraceae	Residência, Construção de embarcações
Louro itaúba	Lauraceae	Residência, Construção de embarcações
Louro mamorin	Lauraceae	Residência
Louro mangarataia	Lauraceae	Residência, Construção de embarcações
Louro pimenta	Lauraceae	Residência
Louro capitú	Lauraceae	Residência, Construção de embarcações
Louro preto	Lauraceae	Residência
Louro rosa	Lauraceae	Residência, Construção de embarcações
Maparajuba	<i>Manikara</i> ssp.	Residência, Construção de embarcações
Marupá	<i>Simarouba Amara</i>	Residência, Construção de

		embarcações
Mirasacaca	<i>Iryanthera</i> sp.	Residência, Construção de embarcações
Paracutaca	<i>Swartzia</i> sp.	Mobília
Piranheira	<i>Piranhea trifoliata</i> Baill	Residência, Construção de embarcações
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	Venda de Látex
Sucupira	Leguminosae	Residência
Sumaúma	<i>Ceiba samauma</i>	Residência

Fonte: INPA/ICMBio (2008).

6.3.4. Extrativismo animal

Os animais de caça são importantes fontes de alimento dentro do Capanã Grande. As informações aqui apresentadas provêm, além dos relatórios já citados (INPA/ICMBio 2008 e ICMBio 2009, ver descrição no capítulo de caracterização social), de um estudo não publicado efetuado por F. F. da Silva em 2009, com entrevistas em comunidades da Resex e do PAE Matupiri (139 entrevistados na Resex e 25 no PAE Matupiri).

6.3.4.1. Pesca

O peixe é o alimento de origem animal mais consumido no Capanã Grande, sendo que a pescaria se dá basicamente para alimentação. Entretanto, ainda ocorre a venda ilegal e predatória do pirarucu (*Arapaima gigas*). A pesca está sujeita à sazonalidade: nas cheias a dificuldade de pescar é acentuada devido a maior quantidade de água e o conseqüente espalhamento dos peixes, resultando em uma menor quantidade obtida; na vazante e na seca, os peixes concentram-se numa área menor, tornando a pescaria mais fácil.

Moradores da Resex e do PAE Matupiri citaram 29 etnoespécies (tipos de peixes) de peixes pescados no Capanã Grande. Na maioria das citações (54%) as etnoespécies preferidas para alimentação foram jatuarana (*Brycon melanopterus*), jaraqui (*Semaprochilodus* sp.), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), pacu, tucunaré

(*Cichla* sp.), cará, aracu, acari e traíra (*Hoplias malabaricus*) (Tabela 6.11; Figura 6.35). Quando perguntado quais seriam as melhores para vender, 100% dos entrevistados afirmaram que não pescam para venda (F. F. da Silva, dados não publicados).

Tabela 6.11. Etnoespécies citadas pelos pescadores da Resex do Lago Capanã Grande e do PAE Matupiri para alimentação.

Nome Comum	Família, gênero ou espécie	Pescados mais no verão (época de seca)	Pescados mais no inverno (época das chuvas)
Acari	Loricariidae		X
Aracu	Anomostomidae	X	X
Aruanã	<i>Osteoglossum bichirrhosum</i>		
Branquinha	Curimatidae	X	X
Cara	Cichlidae	X	X
Cara-roxo	<i>Heros efasciatus</i>	X	X
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	X	X
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>		X
Facão	Cynodontidae		X
Jacundá	<i>Crenicichla</i> sp.	X	
Jaraquí	<i>Semaprochilodus</i> sp.	X	X
Jatuarana	<i>Brycon melanopterus</i>	X	X
Jaú	<i>Zungaro zungaro</i>		X
Mandi	Pimelodidae	X	
Matrinxã	<i>Brycon amazonicus</i>		X
Pacu	Myleineidae	X	X
Peixe-cachorro	Cynodontidae		X
Pescada	<i>Plagioscion</i> sp.		X
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>		X
Piranha	<i>Serrasalmus</i> sp.	X	X
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>	X	

Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	X	
Piratapioca	Curimatidae	X	X
Sardinha	<i>Triportheus sp.</i>	X	
Saúna	Clupeiformes	X	
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	X	
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	X	
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	X	
Tucunaré	<i>Cichla sp.</i>	X	

Fonte: (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

Foi citado pelos entrevistados que nos últimos anos houve um declínio da população de algumas espécies, principalmente o tambaqui (*C. macropomum*) e o aruanã (*O. bicirrhosum*). De acordo com os entrevistados, o aruanã só é encontrado ainda nos corpos d'água próximos a cabeceira do lago do Capanã, mas que antes era encontrado em toda sua extensão. O declínio foi atribuído as pescarias realizadas por batijão, malhadeira, e também devido à invasão de pescadores de fora do lago Capanã (F. F. da Silva, dados não publicados).



Figura 6.35. Tambaqui pescado com o uso de malhadeira (Foto: Cleiton A. Signor).

Ao menos 10 apetrechos diferentes (**Tabela 6.12**) são utilizados pelos entrevistados que praticam a pesca de subsistência. Nas pescarias predominaram os usos da malhadeira, caniço e zagaia (F. F. da Silva 2009, dados não publicados).

Tabela 6.12. Descrição dos apetrechos citados como utilizados na pesca pelos pescadores da Resex do Lago Capanã Grande e do PAE Matupiri.

APETRECHO	DESCRIÇÃO
Camuri	Linha com anzol com isca presa a uma pequena bóia feita de madeira. Procura-se onde há um tucunaré “chocando” e coloca a armadilha próxima.
Arpão	Haste de madeira com uma ponta metálica, principalmente pra pegar jacaré e pirarucu
Caniço	Vara de madeira onde é marrada em uma das extremidades uma linha curta com um anzol, com isca que pode ser minhoca, pedaços de peixe e frutos.
Flecha	Haste de madeira com uma ponta metálica, principalmente pra pegar tucunaré, matrinxã, surubim e carauaçu.
Currico	Isca artificial, geralmente um pedaço de pano vermelho amarrado a uma linha de nylon com anzol.
Linha/anzol	Linha de nylon comprida com um anzol de metal na ponta, principalmente para pescar em locais mais fundos.
Malhadeira	Rede feita de linhas mono ou multifilamentosas com flutuadores na parte superior e com chumbadas na parte inferior, utilizada para pegar peixes e bicho-de-casco.
Varão	Uma haste de madeira com um bico de ferro para pegar traíra na toca.
Tarrafa	Rede de malha pequena de formato cônico com chumbadas nas bordas, para pegar peixe miúdo.
Zagaia	Haste de madeira com um tridente de ferro preso em uma das extremidades, utilizada para fachear (pescarias noturnas), principalmente pra pegar tucunaré e surubim.

Fonte: (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

As pescarias são realizadas em cinco ambientes diferenciados pelos entrevistados, igarapé, igapó, lago, enseada e baixa (**Figura 6.36**). No entanto, um estudo mais aprofundado sobre a situação desses pesqueiros, bem como sobre a situação de sobreposição espacial de uso destes pesqueiros entre os beneficiários e os usuários da Resex é importante para a complementação da elaboração do Acordo de gestão da Resex (F. F. da Silva 2009, dados não publicados).

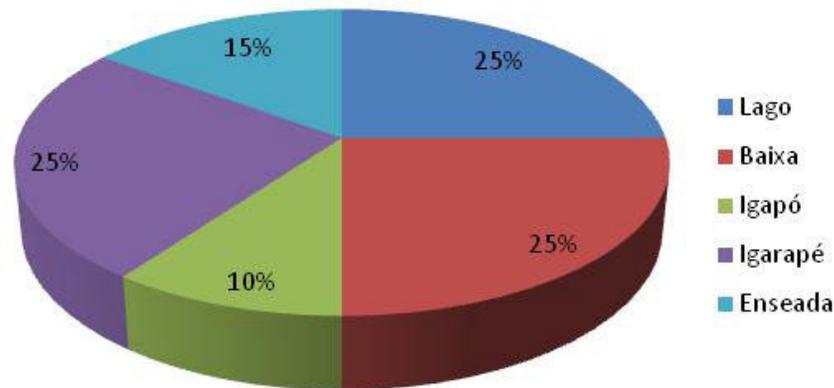


Figura 6.36. Ambientes citados como as principais áreas de pesca (F. F. da Silva 2009, dados não publicados).

6.3.4.2. Caça

A dinâmica sazonal da caça se diferencia da pesca, pois é mais fácil caçar na época da cheia do que na seca. Com o avanço das águas e conseqüentemente diminuição das áreas secas, os animais se encontram aglomerados em ilhas que vão se formando durante a cheia, tornando mais fácil sua captura. Com a baixa das águas, os animais passam a ter uma maior área para se movimentar dificultando sua captura. Os moradores usam a espingarda como instrumento principal de caça. Entre os animais caçados, os mais consumidos são a paca e o queixada (porco do mato) (INPA/ICMBio 2008).

Como a caça é ilegal, os moradores dizem não vender esses produtos, os quais são destinados apenas ao consumo familiar. Entretanto, sabe-se por meios de denúncias

que alguns moradores da Resex e entorno vendem animais de caça, principalmente porcos do mato.

Os moradores mencionaram caçar 15 espécies de vertebrados entre mamíferos e aves (**Tabela 6.13**). A paca (*Cuniculus paca*) e o veado (*Mazama sp.*) foram os mais citados, indicando que estes possam ser os animais frequentemente mais abatidos nas incursões de caça (**Figura 6.37**). Os macacos e as aves foram os mais citados pelos moradores das comunidades de várzea, e os mamíferos de médio e grande porte foram os mais citados pelos moradores da terra firme (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

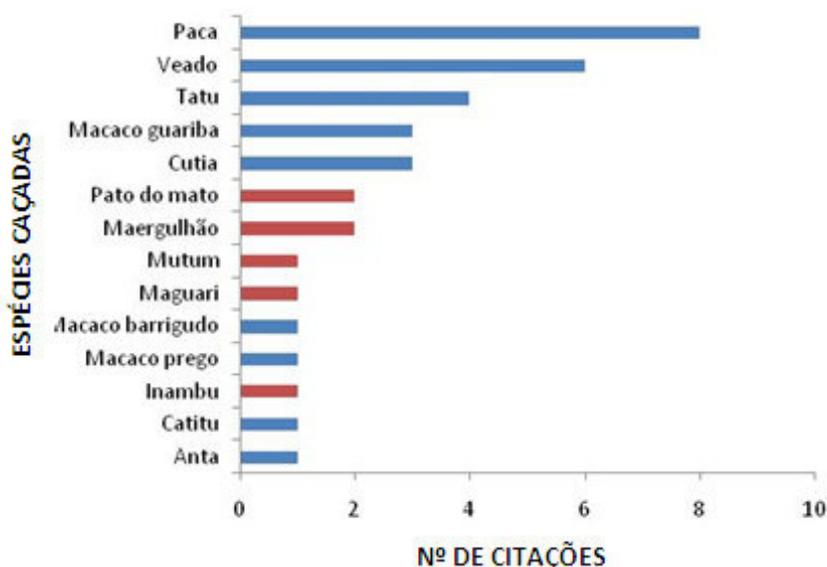


Figura 6.37. Espécies de vertebrados usados na alimentação da população da Resex e PAE Matupiri. Em azul os mamíferos e em vermelho a avifauna (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

A caça é realizada através de espingardas de diversos calibres, não sendo citado o uso de arco e flecha, exceto para caça de aves aquáticas. A caça com cachorro foi citada como uma técnica de caça abandonada pela maioria dos moradores depois da criação da Resex por meio de um acordo informal entre os moradores. Entretanto sabe-se que alguns ainda utilizam esta técnica (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

Tabela 6.13. Listagem das espécies de vertebrados usados pra a alimentação pelos moradores da Resex e do PAE Matupiri.

	Nome comum	Gênero ou espécie
Mamíferos	Anta	<i>Tapirus terrestris</i>

	Catitu	<i>Pecari tajacu</i>
	Queixada	<i>Tayassu pecari</i>
	Veado	<i>Mazama sp.</i>
	Cutia	<i>Dasyprocta sp.</i>
	Paca	<i>Cuniculus paca</i>
	Guariba	<i>Alouatta senicula</i>
	Macaco-barrigudo	<i>Lagothrix lagothricha</i>
	Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>
	Tatu	
Aves	Inambu	<i>Tinamus sp.</i>
	Maguari	<i>Ardea cocoi</i>
	Mergulhão	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>
	Mutum	<i>Mitu sp.</i>
	Pato-do-mato	<i>Cairina moschata</i>

Fonte: F. F. da Silva (dados não publicados).

6.3.4.3. Quelônios (Bichos de casco)

Os moradores utilizam para o consumo principalmente o tracajá (*Podocnemis unifilis*), pois essa espécie de acordo com os mesmos ocorre em maior quantidade no lago. Entretanto, no período de novembro a fevereiro, com a enchente, “cardumes” de pitiú (*Podocnemis sextuberculata*) migram do Rio Madeira para o lago, pois vêm se alimentar no Igapó, e nesse período também são fonte de proteína para os moradores. Tartarugas (*Podocnemis expansa*) também migram para o lago, mas em menor quantidade. Os entrevistados afirmaram que também coletam para o consumo os ovos de tracajá, que são os únicos a desovarem no lago. O pitiú e a tartaruga desovam nas praias de areia no Rio Madeira (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

O jabuti (*Chelonoidis denticulata*) é utilizado na alimentação, mas a caça deste é considerada *de encontro*, pois coletam esses animais quando estão andando na mata em suas atividades nos castanhais, seringais ou na *caça de procura* por outros animais. Quando questionados sobre o jabuti vermelho (*Chelonoidis carbonaria*), os entrevistados afirmaram que conhecem esta espécie, mas que é muito raro encontrar um

indivíduo. Sobre a localização dos jabutis, os moradores afirmaram que são encontrados em toda a Resex, mas que encontram bastante no igarapé do Matupá, dentro da Unidade (F.F. da Silva 2009, dados não publicados).

Quando perguntados sobre a quantidade de animais de casco na área, afirmaram que o número desses animais vem diminuindo muito no lago nos últimos anos, e culpam as pescarias realizadas com malhadeiras no canal de acesso ao lago quando as tartarugas estão migrando (F.F. da Silva, dados não publicados).

6.3.4.4. Jacarés

Os moradores relataram a existência de três espécies na área, o jacaretinga (*Caiman crocodilus*), jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e o tiritiri (*Paleosuchus* sp). Todas as três espécies foram citadas como fonte de proteína animal, mas não são muito consumidos pelos moradores, que preferem o jacaretinga aos demais, porque o mesmo tem menos pitiú (cheiro forte). O tiritiri é encontrado principalmente nos igarapés Água Branca e Inajá. Entretanto, o igarapé que segundo os moradores tem mais jacarés é o Matupá, em toda sua extensão (F.F. da Silva, dados não publicados).

6.3.5. Extrativismo Mineral

6.3.5.1. Garimpo

O garimpo de ouro não ocorre dentro do lago do Capanã Grande. Entretanto, 13% de 143 entrevistados responderam trabalhar no garimpo, que é realizado no rio Madeira. Esses moradores estão concentrados em três localidades da Resex: Santa Civita (12 homens), Ponta do Campo (5 homens) e Nossa Senhora de Fátima (1 homem) (INPA/ICMBio 2008).

Apesar da renda, o trabalho no garimpo não é necessariamente uma atividade prazerosa para os moradores. Essa atividade é feita com o objetivo único de aumentar a renda familiar e poder ter acesso aos bens de conforto. Verificou-se que as casas dos moradores que atuam no garimpo possuem um maior conforto em relação às casas de outros moradores das localidades que desenvolvem apenas atividades de extrativismo vegetal (INPA/ICMBio 2008). O garimpo parece competir com a extração de seringa e

assim, a manutenção da política de preços mínimos e a melhora do preço da borracha pode diminuir a ida de homens para o garimpo.

O garimpo é realizado na calha do rio Madeira durante certos períodos do ano. Os garimpeiros devem ser cooperados da Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Mineração de Manicoré (COPEAFEM), os quais recebem carteiras de extrativista mineral pelo período de 1 (um) ano.

A construção das balsas de garimpo (batelões) envolve demanda de madeira, e os garimpeiros que moram na Resex e entorno retiram sua madeira dentro ou no entorno da Reserva, e assim, a atividade pode estar causando um impacto ambiental direto dentro da Resex do Capanã Grande.

6. 4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

6.4.1. Composição fundiária da Resex

A Resex do Lago do Capanã Grande, fronteira à BR-319, foi criada completamente em áreas afetadas pelo Decreto-Lei 1164/71 (**Figura 6.38**), que federalizou as terras públicas em uma faixa de 200 km ao longo de todas as rodovias federais implantadas, em construção e até mesmo as somente planejadas. Porém, em novembro de 1987, o Decreto-Lei n.º 2.375 revoga o Decreto 1164/71 e devolve ao Estado do Amazonas as áreas abrangidas pela federalização e que até essa data não haviam sido arrecadadas pelo governo federal.

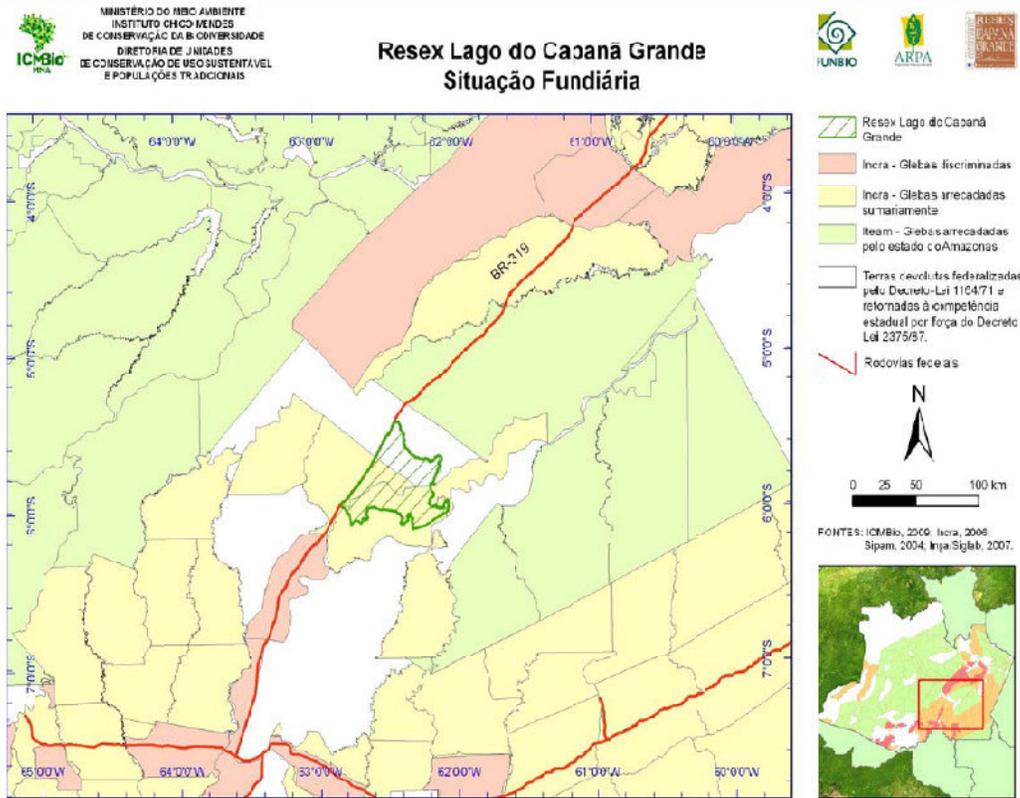


Figura 6.38. Situação Fundiária da Resex do Lago do Capanã após decreto lei 1164/71. ICMBio (2009).

As áreas de domínio da União dentro da Resex correspondem a 202.598 ha, que representam 66,61% do total da Unidade de Conservação (ver **Figura 6.38**). Nas décadas de 70 e 80, esse total foi arrecadado pelo INCRA. Em meados de 2010, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) repassou ao ICMBio, na forma de doação, a totalidade destas glebas existentes dentro da Resex.

O remanescente que não fora matriculado em nome da União, 101.548 ha, ou 33,39% da área da Resex, retornou ao domínio do estado do Amazonas, nos termos do Decreto-Lei n.º 2375/87. Essa porção não tendo sido alvo de ação arrecadatória, quer seja federal, quer seja estadual, retorna ao estado do Amazonas na condição de terra devoluta (**Tabela 6.14**).

Tabela 6.14. Composição fundiária da Resex do Lago do Capanã Grande.

Gleba	Área (ha)	Porcentagem	Situação
Baetas	202.598 ha	66,61%	Federal
Terras Devolutas	101.548 ha	33,39%	Estadual
TOTAL	304.146 ha	100 %	

Estão em análise alguns processos fundiários de reivindicação de titulação e posse particulares de terras no interior da Resex. Até o momento, pode-se afirmar que nenhuma das reivindicações apresentou a cadeia dominial completa, necessário para receber a indenização pela terra.

6.4.2. Áreas de interesse que ficaram fora da Resex e áreas reivindicadas por indígenas

De fora da Resex ficou boa parte das áreas de uso da comunidade de Jutaí, áreas que tampouco foram inseridas no PAE Matupiri e cuja destinação é desconhecida. Quase a totalidade dos seringais usados por esta comunidade fica entre a Resex e o rio madeira. Os comunitários já manifestaram interesse em acrescentar esta área dentro dos limites da Resex. Comunitários da comunidade de Catutuba, fora da Resex e na beira do rio madeira, já manifestaram interesse em incorporar a área de sua comunidade aos limites da Resex. A área de Catutuba faz divisa com a área usada pelos comunitários de Jutaí e que ficou fora da Reserva. Também em frente à comunidade de Jutaí há uma grande área também sem destinação, que por motivos estratégicos, já que fica na beira do Capanã Grande e é utilizada por seus beneficiários, poderia ser acrescentada aos limites da Reserva.

Parte da Reserva Extrativista, em seu setor sul, está sob processo de reivindicação por indígenas que vivem tanto dentro quanto fora da Terra Indígena Palmeira, mais ao alto do Capanã Grande.

6.4.3. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)

Em agosto de 2010, as terras da gleba baetas, pertencentes ao governo federal (202.598 ha; 66,61% da Resex) foram repassadas sob forma de contrato de concessão de uso aos beneficiários da Reserva Extrativista, via assinatura de contrato entre o

ICMBio e a Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG) (**Figura 6.39**).

Este contrato garante o acesso a terra e o uso dos recursos naturais no interior da Unidade de Conservação pelos beneficiários da mesma, de forma gratuita, por 20 anos renováveis.

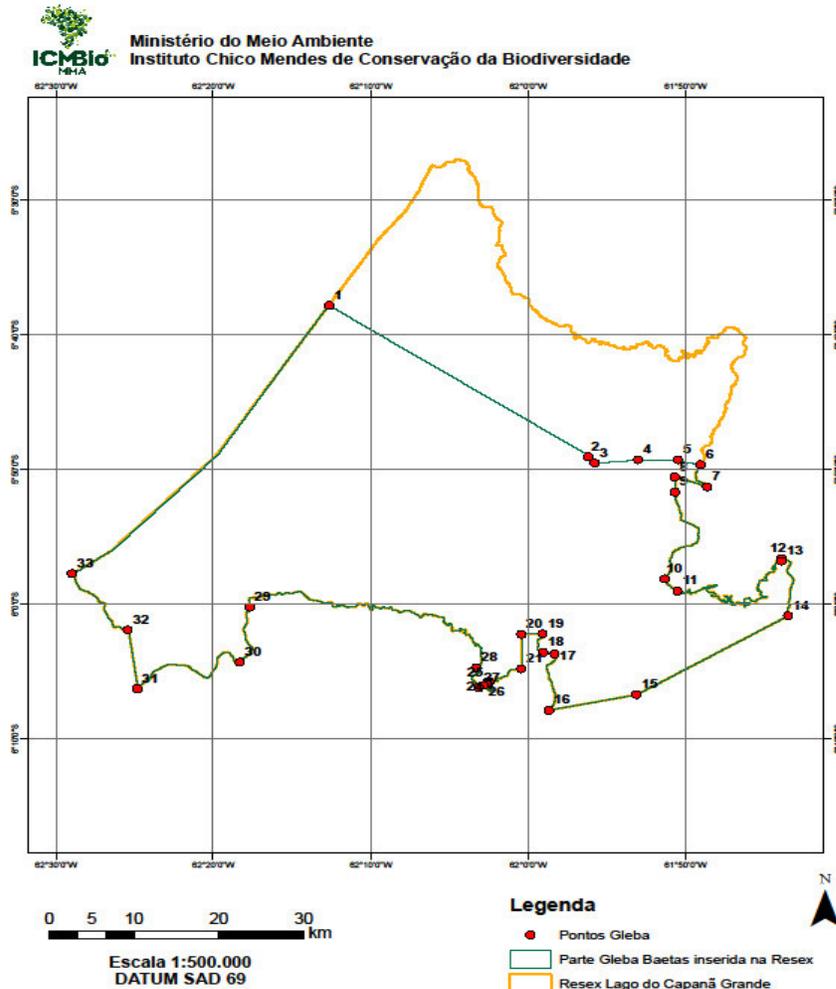


Figura 6.39. As terras da gleba Baetas, pertencentes a União, e que foram repassadas aos beneficiários da Resex via Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) estão inseridas dentro do polígono verde.

6.5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

6.5.1. Meio Ambiente Físico

A análise do meio físico envolve o entendimento das relações geossistêmicas entre os compartimentos geológico, pedológico, hidrológico e climático. A água é o agente de intemperismo e transporte mais atuante na região, e cuja dinâmica modela as formas do relevo, obrigando toda a sorte de espécies a se adaptar continuamente às condições impostas, incluindo as populações humanas. Dessa forma, variações sazonais do nível da água alteram a ecologia do meio aquático e terrestre. A paisagem é continuamente modelada e condiciona as espécies de ambos os meios.

No entanto, são poucas as informações acerca do meio físico da Resex Lago do Capanã Grande. Os dados a seguir foram extraídos basicamente do Projeto RADAMBRASIL (1978), salvo os que possuem outra referência indicada.

6.5.1.1. Clima

Segundo a classificação de Köppen, o clima é do tipo A (Clima Tropical Chuvoso), com a presença dos tipos climáticos Am, Af e Amw, definidos a seguir.

O tipo climático Am (chuvas do tipo monção) apresenta período seco de curta duração, não influenciando significativamente o comportamento da vegetação. Os altos índices pluviométricos e de temperatura propiciam uma distribuição uniforme da umidade, suficiente para a manutenção das flores. O tipo climático Af (constantemente úmido) é típico de florestas tropicais. Há pouca variação anual da temperatura ($\leq 5^\circ \text{C}$) e da precipitação, propiciando que ambas permaneçam elevadas.

As isoietas indicam precipitação em torno de 2.500-2.750 mm e as isotermas, temperaturas com média de 26°C . O período chuvoso geralmente se inicia em outubro, atingindo os maiores índices nos meses de janeiro a março. Na estação de Manicoré, verificou-se que o mínimo de chuvas registradas é de 107 mm no mês de julho e um máximo que chega a atingir 405 mm em fevereiro. A umidade relativa é bastante elevada, entre isohigras de 85%.

6.5.1.2. Hidrografia

A drenagem principal da região é o rio Madeira. O rio Madeira é um rio retilíneo com áreas sinuosas e com ilhas. Na sua margem direita encontram-se os seus tributários mais longos e caudalosos, como o Ipixuna, Marmelos, Manicoré, Atininga, Arauá, Mariepauá e Aripuanã. Na margem esquerda, seus tributários são rios ou igarapés curtos, alguns com seus trechos inferiores afogados em lagos que escoam para o rio Madeira através de furos (paranás), como o Capanã, o Matupiri e o Jauari (Py-Daniel 2007).

A cabeceira do rio Madeira e alguns de seus tributários são de origem andina, sendo que sua nascente é na Bolívia. Seus formadores do leste têm origem no Escudo Brasileiro e apresentam águas claras ou pretas. Seus formadores do oeste são principalmente de águas pretas.

O rio Madeira é tipificado como rio de água branca (barrenta) em decorrência da grande quantidade de sedimentos suspensos transportados dos maciços dos Andes e transportados no sentido geral para nordeste. Os rios de água branca carregam sedimentos com altos teores de Fe e SiO₂.

A maior parte do rio Madeira em território brasileiro (trecho médio e inferior) percorre um vale aluvial sujeito a inundações temporárias e suas margens são caracterizadas pela presença de várzeas (Py-Daniel 2007). O regime das águas caracteriza a região com cheias de acentuada elevação do nível d'água e inundação das áreas baixas. Este atributo dinâmico condiciona toda a biota que interage com a planície de inundação, tornando o estudo dessa variação de importância fundamental para a definição de estratégias de manutenção dos recursos naturais. Na época da cheia, a biota terrestre perde área e, conseqüentemente, recursos; por outro lado, a biota aquática é favorecida por novas áreas de alimentação e abrigo. As cheias também representam novos meios para fixação ou deslocamento de organismos, conforme as especificidades advindas das fases da vida de cada espécie.

Dentro da Resex ocorrem total ou parcialmente mais de uma dezena de microbacias hidrográficas (**Figura 6.40**), sendo que os principais rios ou igarapés são o igarapé do Capanã e o rio Amapá. Há muitos outros igarapés de menor porte, como o Matupá e o Cumã. Alguns secam totalmente na estação de seca, como o igarapé do Carauçuzal. Em alguns igarapés formam-se lagos ou poços (áreas mais profundas), como o lago do Barbaço e do Matupá.

6.5.1.3. Geologia

Geologia é a ciência que estuda a crosta terrestre, a matéria que a compõe, sua estrutura e textura, sua formação e as alterações que ocorreram desde sua origem (**Figura 6.41**).

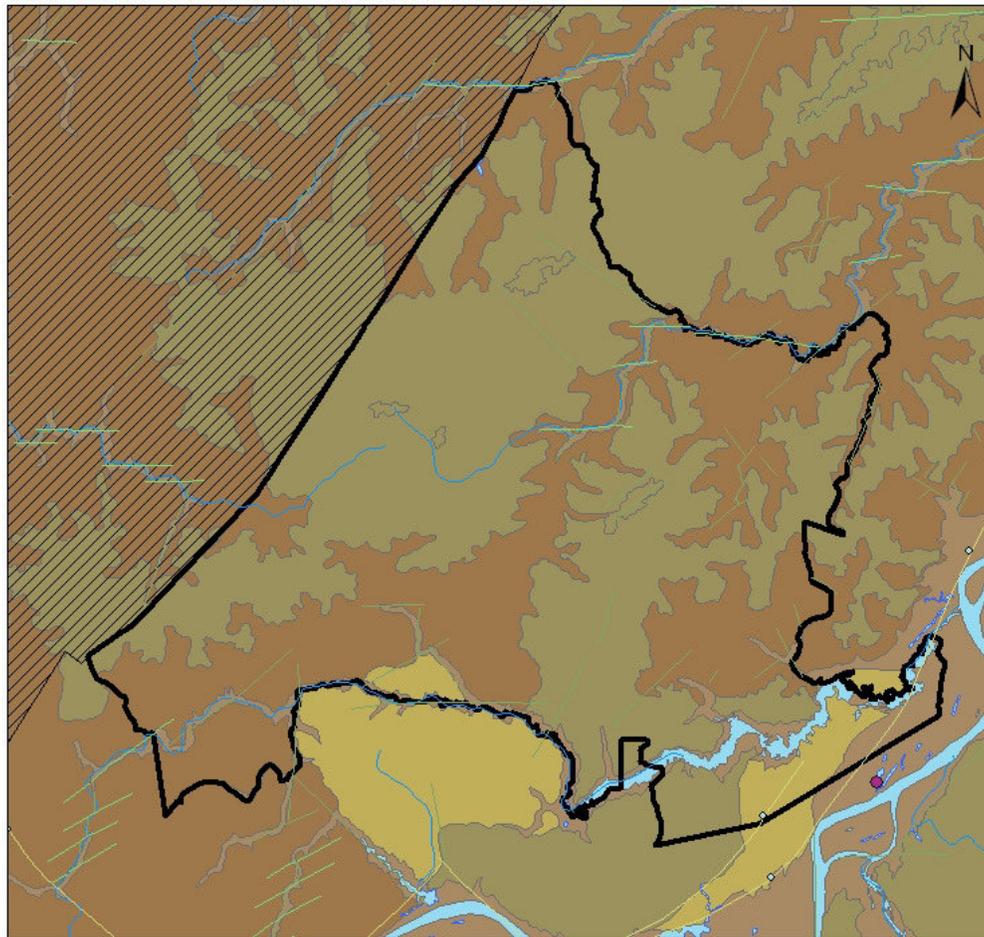
A área da Resex está localizada na Unidade Morfoestrutural Bacia Sedimentar Solimões-Amazonas.

A Formação Solimões é constituída por sedimentos arenosos e siltico-argilosos depositados em ambiente flúvio-continental de planície de inundação, discordantemente sobre as demais unidades inferiores. Os sedimentos recentes estão dispostos pela cobertura sedimentar cenozóica, representada pelas praias atuais e depósitos aluviais ao longo dos rios. São diferenciados em Aluviões Antigas ou Indiferenciadas dos terraços e as Aluviões Atuais das planícies de inundação.

As Aluviões Antigas ou Indiferenciadas constituem-se principalmente de areias quartzosas. Aluviões Atuais têm predomínio de sedimentos silticos-argilosos e areias de granulação geralmente fina, visíveis apenas nos meses de maior vazante.

A Resex está em área composta por sedimentos cenozóicos, assentados sobre o embasamento cristalino do Craton Guaporé, que até o momento não afloram na área. As aluviões recentes, advindas da evolução dos rios da atual rede de drenagem, recobrem esses sedimentos terciários-quartenários.

Plano de Manejo Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande MAPA DE GEOLOGIA



Legenda

Unidade de Conservação Federal

- Parna Nascentes do Lago Jari
- Resex Capanã Grande
- Corpos d'água
- Massa d'água
- bloco alto
- Jazimento

Falha

- falha de rejeito direcional
- falha inversa
- falha normal
- falhas genéricas

Geologia

- QHa - Aluviões Holocênicos
- QHT - Terraços Holocênicos
- QPdl - Cobertura Detrito-Laterítica Pleistocênica
- QPI - Formação Içá

1:500.000



Sistema de Coordenada Geográfica
Datum: SAD 69
FOLHAS SB-20
Fonte de Dados: IBGE, ICMBio
Responsável: Maressa Girão do Amaral
Data de Elaboração: 13/12/2011

Figura 6.41. Geologia da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

6.5.1.4. Geomorfologia

Geomorfologia é um ramo da geografia que estuda as formas da superfície terrestre (**Figura 6.42**). A região do rio Madeira apresenta altitude geralmente inferior aos 100 m e posiciona-se na planície amazônica, definida como um conjunto de planícies e de terraços. Nesta planície estão englobadas as áreas inundadas e/ou inundáveis, constituídas por aluviões antigas e aluviões atuais.

A maior parte da área é plana, com interflúvios tabulares e colinas relacionadas à unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (Occidental). São separados geralmente por vales em “V” e/ou localmente por vales de fundo plano.

O Planalto Rebaixado da Amazônia, na porção onde se insere a Resex, é conhecido por Subunidade Rio Purus – Rio Madeira. Predominam as formas de relevo de superfície pediplanada, interflúvios tabulares e, em menor quantidade, colinas. Sioli (1991) chama as áreas mais elevadas e não atingidas pelas cheias do rio de terra-firme.

Trata-se de uma área formada por aluviões antigas, que delimita o vale do rio em ambos os lados e é recoberta pela alta floresta amazônica.

A superfície pediplanada encontra-se posicionada nos divisores de água, como no rio Preto do Igarapé-Açu, e não apresenta áreas de planície. Os interflúvios tabulares são contíguos à margem esquerda da planície do rio Madeira. As colinas geralmente se posicionam próximas ao rio Madeira e apresentam-se em pequenas dimensões.

A drenagem composta pelo rio Madeira e afluentes é basicamente retilínea e angulosa, pois os afluentes, de forma geral, não se lançam diretamente ao seu curso, buscando-o normalmente por via mais longa, mediante furos sinuosos ou retelinizados, como o caso do igarapé Capanã Grande.

A planície fluvial possui meandros (em lagos, colmatagem), furos, paranás e diques aluviais, resultantes da acumulação fluvial, geralmente com diques marginais ou processos de colmatagem decorrentes da associação entre a evolução dos rios e do clima úmido.

Plano de Manejo Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande



MAPA DE GEOMORFOLOGIA

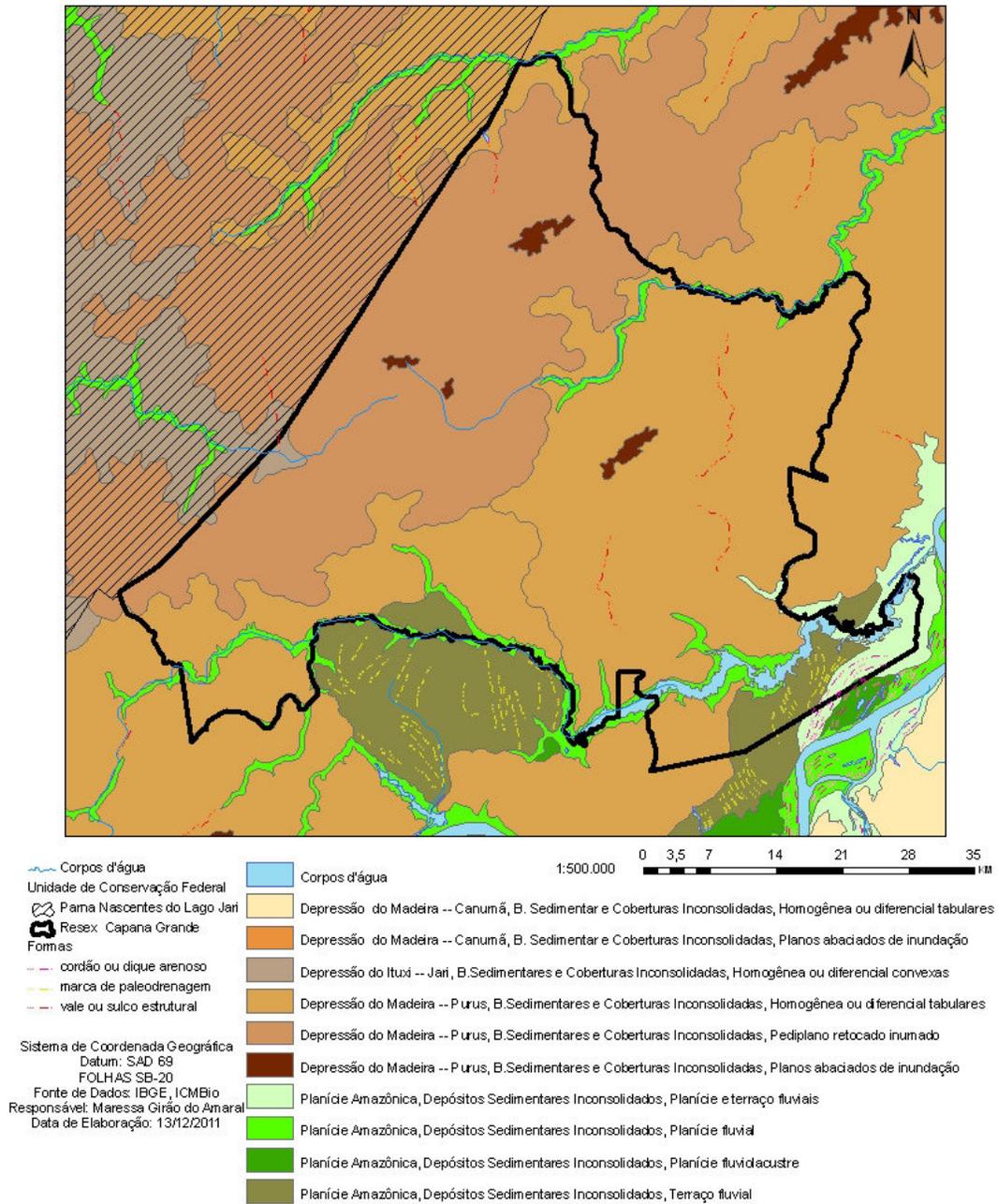


Figura 6.42. Geomorfologia da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

6.5.1.5. Pedologia

Predomina na área da Resex os Solos Hidromórficos Gleyzados distróficos com argila de baixa atividade, textura indiscriminada com floresta aberta aluvial na planície fluvial; o Latossolo Vermelho Amarelo Álico textura argilosa, com floresta aberta, nos interflúvios tabulares; e Solos Aluviais com argila de baixa atividade, indiscriminada, com floresta aberta aluvial de relevo plano.

Trata-se de solos sujeitos a intensa atividade da paisagem, que os condiciona aos locais propícios ao acúmulo de sedimentos ou que favorecem a erosão, caracterizados pelo encharcamento contínuo ou uma condição frequente de excesso de umidade característicos de solos de meios intergrades e fortemente instáveis (Liverovskii 1976; Tricart 1977; Lepsch 2002).

Devido ao ambiente altamente úmido ou encharcado da planície fluvial, os principais processos de alteração intempérica de ordem físico-química que atuam na estrutura dos minerais são: a hidrólise, que decompõe os elementos ativos do solo (ácidos minerais e orgânicos), e a hidratação, que adiciona moléculas de água ao mineral, provocando um aumento de volume (Liverovskii 1976; Duchaufour 2001). Dessa forma, os Solos Aluviais com argila de baixa atividade sofrem constantes lixiviações pelo ambiente de alta energia, proporcionando um ambiente pobre em nutrientes, com fixação de vegetação altamente especializada.

Condição diferente ocorre nas áreas livres de influência fluvial. Nesse ambiente, os processos de alteração incidentes são a dissolução (efetuada pela ação da água e do ar) e a oxidação, que reage na desintegração de minerais transformando-os em óxidos pouco solúveis.

6.5.2. Meio Ambiente Biótico

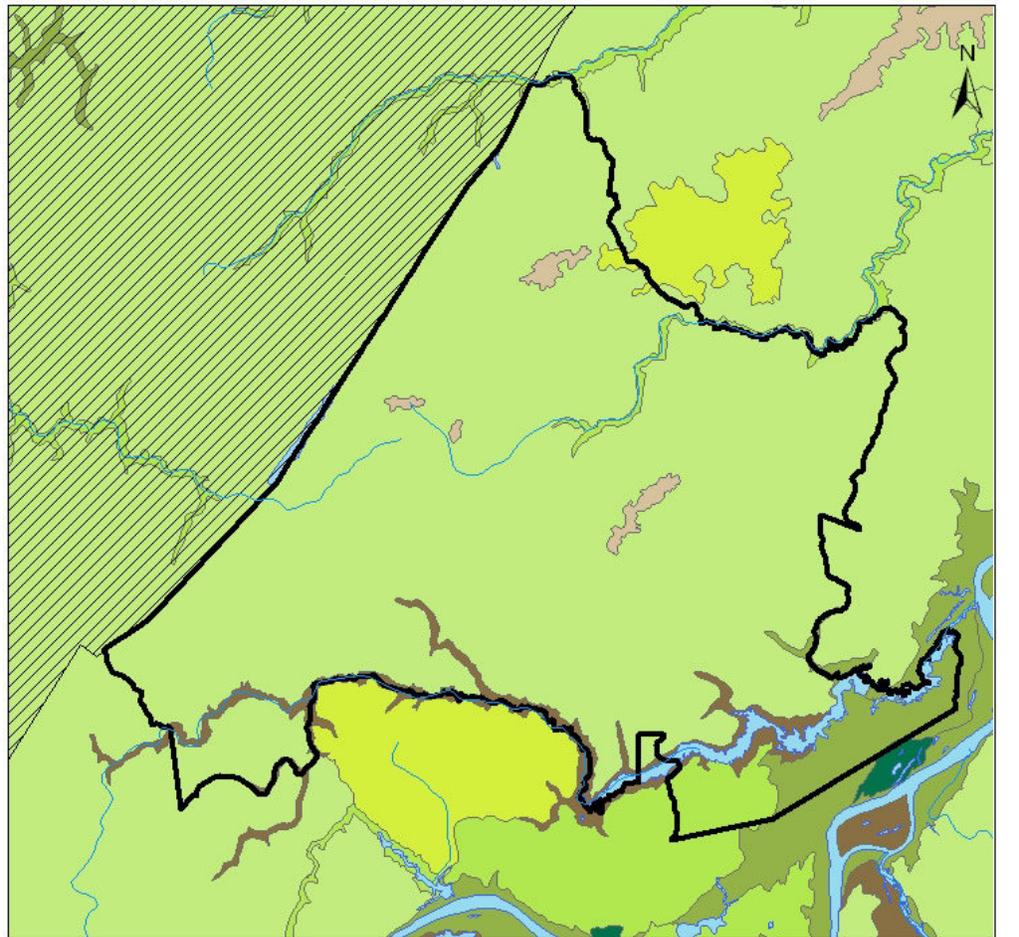
A região do médio rio madeira, incluindo a região do interflúvio Madeira-Purus, onde está localizada a Resex Lago do Capanã Grande, é uma das áreas mais intactas da Amazônia. Possui alta heterogeneidade ambiental e grande biodiversidade, com enorme potencial de ocorrência de espécies exclusivas (endemismos), espécies raras e mesmo ainda espécies desconhecidas para a ciência. Ao mesmo tempo, a região é biologicamente uma das mais desconhecidas da Amazônia, fazendo-se urgente a realização de inventários de fauna e flora, estudos de ecologia, coleta de espécimes,

entre outros. Por outro lado, está em curso o projeto de re-pavimentação da BR 319, com alto potencial de impactos negativos para a região.

6.5.2.1. Vegetação

A região do médio rio Madeira possui grande complexidade de vegetação. É composta por matas de terra firme densas e abertas, matas inundáveis de várzea (banhadas por águas barrentas) e de igapó (por águas pretas ou cristalinas), campinaranas, buritizais, pequenas serras isoladas, e grandes e variadas extensões de campos amazônicos naturais (campinas e cerrados). Isto torna a região altamente rica em biodiversidade de espécies. A seguir, temos uma breve descrição dos principais tipos fitofisionômicos que ocorrem no médio rio Madeira e no interior da Resex do Lago do Capanã Grande (**figura 6.43**).

Plano de Manejo Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande MAPA DE VEGETAÇÃO



Legenda

- Corpos d'água
- Unidade de Conservação Federal
- Parna Nascentes do Lago Jari
- Resex: Capanã Grande
- Tipo de Vegetação**
- Corpos d'água
- Aap: Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com palmeiras
- Abp: Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas com palmeiras
- Dae: Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel emergente
- Dbe: Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel emergente
- Paap: Formações Pioneiras com influência fluvial e / ou lacustre - arbustiva com palmeiras
- Pah: Formações Pioneiras com influência fluvial e / ou lacustre - herbácea
- Sgs: Savana Gramíneo-Lenhosa sem floresta-de-galeria

1:500.000



Sistema de Coordenada Geográfica
Datum: SAD 69
FOLHAS SB-20
Fonte de Dados: IBGE, ICMBio
Responsável: Maressa Girão do Amaral
Data de Elaboração: 14/12/2011

Figura 6.43. Vegetação da Resex do Lago do Capanã Grande e entorno.

Matas de Terra Firme (Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel Emergente e Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas com Palmeiras): São as florestas primárias nunca alagadas pela enchente (**Figura 6.44**). Cobrem a maior parte da área da Reserva, a região do médio rio Madeira e a Amazônia como um todo. É a vegetação da Amazônia de maior porte, com dossel de até 30 m e árvores emergentes chegando até 60 m de altura. As matas de terra firme são o tipo vegetacional que hospeda a maior riqueza de espécies da Amazônia. O dossel é relativamente contínuo e fechado, e assim o sub-bosque em geral é escuro. Na região do médio rio Madeira há muita variação no porte, estrutura e composição de espécies de plantas nestas matas. As matas mais altas da região são dominadas por enormes exemplares de castanheiras (*Bertholletia excelsa*) e tendem a ter um sub-bosque mais aberto (Conh-Haft *et al.* 2007).



Figura 6.44. Mata de Terra Firme na Resex do Lago do Capanã (Fotos: Cleiton A. Signor).

Matas de Igapó (Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com Palmeiras): As matas de igapó são aquelas sazonalmente inundadas por rios ou igarapés de águas pretas ou cristalinas e caracterizam-se pelo baixo teor de sedimentos carregados por suas águas (**Figura 6.45**). Em geral apresentam vegetação mais baixa, menor riqueza de espécies e algumas espécies de fauna e flora distintas das matas de várzea. Na Resex ocorrem ao longo dos igarapés de água preta, como em parte do igarapé que dá nome a Resex. Parte do trecho médio e o trecho baixo do igarapé do Capanã caracterizam-se por área de várzea devido à proximidade e a influência das águas do rio Madeira (conforme conversas informais com moradores da Resex). Em alguns locais há um igapó de menor porte denominado **chavascal (Formações Pioneiras com influência fluvial)**. Os chavascals são ambientes encharcados caracterizados por apresentar os maiores níveis

de inundação, com palmeiras e vegetação baixa e arbustiva, e apresentam algumas espécies típicas de campinas e campinaranas.



Figura 6.45. Matas de igapó ao longo do alto curso do Capanã, mostrando o limite entre a mata alagável e a mata de terra firme, visível na parte superior da fotografia. À matas de várzea no baixo curso do lago do Capanã (Fotos: Cleiton A. Signor).

Matas de Várzea (Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel Emergente): São as matas alagadas por rios de águas barrentas ricos em sedimentos (**Figura 6.45**). Na época das enchentes estes rios despejam muitos nutrientes nas áreas alagáveis, tornando as várzeas um dos ecossistemas mais ricos da bacia amazônica em termos de biodiversidade, produtividade biológica e recursos naturais (IBAMA 2007). As matas de várzea são formadas por um mosaico de diferentes tipos de habitats, cujos principais fatores determinantes da composição das comunidades vegetacionais são o grau de inundação a que estão expostas (altura da água e duração da enchente) e a dinâmica dos processos de sedimentação e erosão de sedimentos (ICMBio 2008b).

As várzeas são ambientes frágeis e de difícil recuperação quando alteradas pela intervenção humana. O grau de recuperação é baixo e a remoção da cobertura vegetal pode simplesmente levar a perda do habitat, face à importância ecológica e estrutural que as plantas desempenham para a manutenção desse ecossistema (ICMBio 2008b).

Campinas e Campinaranas (Savana Gramíneo-Lenhosa sem floresta de galeria): Também localmente chamados de “campos da natureza”, são áreas abertas em meio às florestas de terra firme que lembram os cerrados do Brasil central, porém diferem na composição de flora, fauna e tipo de solo (Conh-Haft *et al.* 2007). Estes campos estão sobre solos arenosos que encharcam durante a estação chuvosa e em meio a eles ocorrem capões de vegetação arbustivo-arbórea (**Figura 6.46**). Análises de imagens de

satélite revelam que há pelo menos quatro faixas de campos no interior da Resex, sendo que três destas áreas foram observadas pela primeira vez em uma expedição aérea realizada em dezembro de 2010. É interessante notar que estas campinas ocorrem de forma isolada umas das outras, sendo que no Capanã Grande elas estão distanciadas, aproximadamente, entre 200 m e 21 Km uma das outras. Recentemente foi descoberto uma nova espécie de ave de médio porte nas campinas da RDS Rio Amapá (contígua a Resex), uma gralha (*Cyanocorax sp.*), endêmica (espécies com ocorrência exclusiva em determinado ambiente) destes campos nativos (Conh-Haft *et al.* 2007). O potencial de descoberta de novas espécies para a região dos campos da Amazônia é extraordinário, assim como os estudos históricos e ecológicos de distribuição e ocorrência de espécies. As **campinaranas** ocorrem na Amazônia como quatro formações florestais: florestada, arborizada, arbustiva e gramíneo-lenhosa. Na Resex ocorrem como formações arbustivas e arbóreas em forma de capões em meio às campinas e no entorno delas (**Figura 6.46**). A ocorrência de campinaranas em outros locais é desconhecida.



Figura 6.46. Áreas de Campinas e Campinaranas na Resex do Lago do Capanã Grande (Fotos: Cleiton A. Signor).

6.5.2.1.1 Composição florística e parâmetros fitosociológicos da Resex do Lago do Capanã Grande

De acordo com o relatório que serviu como base para a criação da Resex (MMA/IBAMA 2003), baseado principalmente em entrevistas, apontou-se, a partir dos nomes comuns de espécies vegetais citados para a área, 149 morfo-espécies vegetais (**Anexo C**), sendo que 48 foram identificadas em nível de gênero e 80 ao nível de espécie.

O relatório do inventário florestal e florístico efetuado na Resex apontou, a partir da identificação realizada por nome comum das espécies, a ocorrência de 9.398 indivíduos arbóreos, palmeiras e cipós, divididos em 295 morfo-espécies vegetais, com média de 458 indivíduos por hectare (ICMBio 2008b). Este inventário foi efetuado em 82 parcelas de 20 x 125m próximo a oito comunidades da Reserva, duas em área de várzea e seis em terra firme.

Das morfo-espécies identificadas, cinco (5) mostraram-se mais **frequêntes** (totalizando 8,7% do total de registros), entre elas muiratinga (568 indivíduos, 1,83% de toda a amostragem e ocorrendo em 98% das parcelas), breu vermelho (611; 1; 80%), abiurana (423; 1; 7%), matamatá amarelo (361; 1; 7%) e ingá vermelho (244; 1; 7%). Quarenta e oito (48) morfo-espécies foram consideradas raras, apresentando apenas o registro de um (1) indivíduo da espécie, o que sugere atenção para o aprofundamento de estudos e manejo sustentável das mesmas. As morfo-espécies mais **abundantes** foram: breu vermelho (611 indivíduos; média de 30 ind/ha; 6,5% de abundância relativa - percentual participativo de cada espécie em relação ao número total de indivíduos), seguida da muiratinga (568; 28 ind/ha; 6%) e abiurana (423; 21 ind/ha; 4,5%). Um total de 50 espécies apresentou apenas 01 ind/ha. A morfo-espécie **dominante** (parâmetro diretamente ligado a área basal) para todas as unidades amostrais foi muiratinga, que correspondeu sozinho a 4,1% da dominância total (a soma das secções transversais dos indivíduos dessa morfo-espécie foi 21,1m² ou 1 m²/ha), seguida de abiurana (423ind.; 4% de dominância, 20,6 m² ou 1 m²/ha), breu vermelho (611 ind.; 3,4% e 17,1 m² ou 0,84 m²/há) e tauari (103; 3,3 e 16,7 m² ou 0,81 m²/ha). Essas espécies somadas correspondem a 14,8% de dominância relativa. As espécies com menos de 10 indivíduos/sp (583) corresponderam a 9,5% de dominância relativa ou 48,5 m² e 2,4 m²/há (ICMBio 2008b).

Índice de Valor de Importância (IVI)

A morfo-espécie mais representativa considerando todos os parâmetros da estrutura horizontal (somatória da frequência, abundância e dominância) foi a muiratinga que, sozinha, correspondeu a 4% do IVI (Índice que é um indicador da importância ecológica das espécies) (**Tabela 6.15**). A muiratinga, o louro preto e o tauari são espécies de interesse comercial e estão entre as 15 morfo-espécies mais importantes, correspondendo a aproximadamente 7,7% do total (ICMBio 2008b). Este

mesmo estudo apontou 107 morfo-espécies arbóreas para as parcelas amostradas (**Anexo C**), 68 sendo identificadas até o nível de espécie.

Tabela 6.15. Distribuição do número de indivíduos por espécies para os 15 menores e os 15 maiores valores de Índice de Valor de Importância (IVI).

NOME VULGAR	Nome Científico	IVI(%)	NOME VULGAR	Nome Científico	IVI(%)
saboarana de terra firme	<i>Swartzia sp.</i>	0.012	muiratinga	<i>Psedomeia laevis</i>	4.005
buchuchu orelha de burro	<i>Miconia lepidota</i>	0.012	breu vermelho	<i>Protium elegans</i>	3.890
buritirana	<i>Mauritiella aculeata</i>	0.012	abiurana	<i>Pouteria venosa ssp. amazonica</i>	3.415
piriquiteira branca	<i>Casearia cupulata</i>	0.012	matamata amarelo	<i>Eschweillera sp.</i>	2.693
uxi de cotia	<i>Casearia javitensis</i>	0.012	macucu chiador	<i>Licania sp.</i>	2.168
louro mangarataia	<i>Licaria sp.</i>	0.012	inga vermelha	<i>Inga leiocalycina</i>	2.073
murici	<i>Byrsonima poeppigiana</i>	0.012	caraipe	<i>Licania sp.</i>	2.038
ucuuba cauliflora	<i>Iryanthera sp.</i>	0.012	babacu	<i>Orbignya phalerata</i>	1.994
abiurana vermelha	<i>Micropholis sp.</i>	0.012	ucuuba branca	<i>Iryanthera sp.</i>	1.955
abiurana fofa	<i>Pouteria sp.</i>	0.012	louro preto	<i>Licaria pachycarpa</i>	1.859
fava parkia	<i>Parkia sp.</i>	0.013	tauari	<i>Couratari sp.</i>	1.838
inaja	<i>Maximiliana maripa</i>	0.013	abiurana casca fina	<i>Pouteria reticulata</i>	1.800
embauba	<i>Cecropia sp.</i>	0.013	pajurazinho	<i>Licania impressa</i>	1.792
macucu farinha seca	<i>Couepia sp.</i>	0.013	araca bravo	<i>Calyptanthes cuspidata</i>	1.693
breu	<i>Protium nitidifolium</i>	0.013	ucuuba puna	<i>Iryanthera laevis</i>	1.615
paxiuba barriguda	<i>Iriartella deltoidea</i>	0.013	abiurana abiu	<i>Pouteria erythrochrysa</i>	1.351

Fonte: ICMBio (2008b).

Área Basal

A área basal reflete o grau de ocupação das árvores dentro de uma determinada área. Portanto, a área basal é um indicador muito importante porque é uma medida da densidade do povoamento florestal. A Área Basal foi estimada em 24,12 m²/ha ± 1,11 (IC 95%). Esses resultados mostram que a floresta da Resex Lago do Capanã Grande possui área basal inferior a algumas parcelas instaladas em determinados pontos da Amazônia e superior a outras, entre os quais: Rio Trombetas (24,8 m²/ha); Estação Experimental de Silvicultura Tropical (EEST-ZF-2) (28,5 m²/ha); Resex Auati-Paraná e Manacapuru (25,5 m²/ha – Projeto Chichuá); Lábrea (18,1 m²/ha) e Itacoatiara (22,1 m²/ha), sendo que estas duas últimas são áreas manejadas empresarialmente. A **Figura 6.47** mostra a comparação da área basal para sítio em questão e outros sítios da Amazônia (ICMBio 2008b).

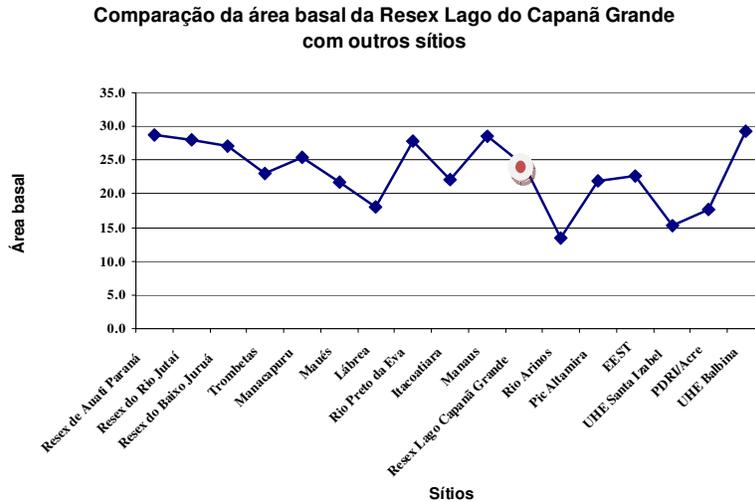


Figura 6.47. Área basal do sítio estudado comparado com outros sítios da Amazônia. O sítio da Resex está marcado no círculo vermelho. ICMBio (2008b).

Volume do tronco com casca (m³/ha)

O volume foi calculado usando a relação alométrica onde a única variável independente considerada foi o Diâmetro a altura do Peito (DAP), fazendo a relação volume em função do diâmetro do tronco. Na Resex Lago do Capanã Grande, o volume estimado foi de 206,16 m³/ha ± 13,36 (IC 95%), excluindo as palmeiras. O volume médio no Estado do Amazonas, com base em 13 inventários realizados pelo Laboratório de Manejo Florestal (LMF) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) é de 285 m³/ha ± 45m³/ha (IC 95%), variando de 240 a 330 m³/ha. Portanto, o volume médio da área inventariada é inferior à média Estadual, mesmo considerando o intervalo de confiança (IC). A **Figura 6.48** mostra a distribuição do volume por classe diamétrica (ICMBio 2008b).

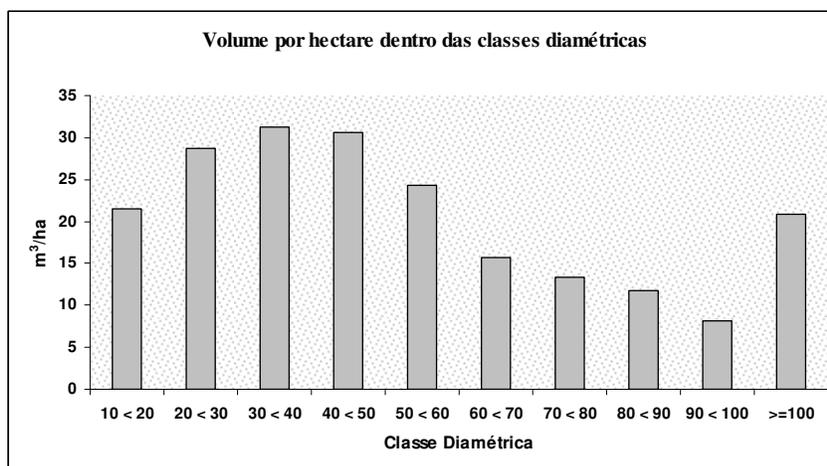


Figura 6.48. Distribuição do volume com casca ($\text{m}^3 \cdot \text{ha}^{-1}$) por classe diamétrica para a floresta da Resex Lago do Capanã Grande. ICMBio (2008b).

6.5.2.1.2. Espécies de uso madeireiro e com potencial comercial

Entre 2003 e 2005 foi realizado um inventário florestal a 100% em três unidades amostrais em áreas que hoje compõem a área da Reserva, totalizando 390 hectares de área inventariada (IBAMA s/a). Este inventário apontou 161 morfo-espécies madeireiras, sendo que apenas 24 foram identificadas, 02 ao nível de gênero e 22 ao nível de espécie (**Anexo D**). As espécies que apresentaram o maior número de indivíduos foram a lacre ($n=520$), pajura ($n=366$), louro (*Nectandra discolor*, $n=307$), abiu ($n=293$), tauari (*Cariniana micrantha*, $n=293$) e a muirapiranga ($n=237$). As espécies com maior volume de madeira (metro cúbico) foram tauari (*C. micrantha*, $1393,1 \text{ m}^3$), pajura ($959,6 \text{ m}^3$), louro (*N. discolor*, $866,2 \text{ m}^3$), abiu (831 m^3), cumaru (*Dipteryx odorata*, $771,5 \text{ m}^3$), amapá ($707,4 \text{ m}^3$) e muirapiranga (706 m^3) (IBAMA s/a).

Atualmente não há demanda de uso madeireiro comercial na Reserva, e os dados abaixo podem subsidiar a tomada de decisões para emissão de autorizações para retirada de madeira para fins domésticos. No caso de demanda comercial, mais estudos são necessários para subsidiar as tomadas de decisões.

Na possibilidade do uso das espécies comerciais para fins madeireiros, é aconselhável a permanência de um estoque de madeira para o uso futuro. Para a primeira exploração (ou 1º ciclo) apenas as árvores com Diâmetro a Altura do Peito (**DAP**) $\geq 50 \text{ cm}$ (IN n° 05/06) devem ser utilizadas. As árvores que possuem diâmetro entre 40 e 50 cm devem permanecer na floresta para o ciclo de corte posterior (2º ciclo).

Entretanto, é importante levar em consideração a ocorrência de cada espécie nas diferentes classes diamétricas para o sucesso do manejo sustentável da floresta, pois esse fator é o que permite a regeneração da espécie e o estoque futuro para exploração. Baseado na experiência dos identificadores botânicos da equipe do INPA que realizou o trabalho construiu-se uma tabela de sortimento, ou seja, tentando agrupar as espécies dentro de categorias de uso, para que se possa ter uma noção do potencial. É claro que esses usos são variáveis (ICMBio 2008b).

Este inventário florestal também apontou 46 morfo-espécies com potencial para aproveitamento como **serrados**, sendo que dentre as principais morfo-espécies (com diâmetro a altura do peito $DAP \geq 50$ cm) pode-se citar: cupiúba, guariúba, jatobá, jutaíca, louro preto, maçaranduba, pajurá, pau rainha, piquiarana, sucupira vermelha e tauari, todas com mais de $2 \text{ m}^3/\text{ha}$. Estas 11 espécies contribuem com 47,4% do volume total para serrados ($DAP \geq 50$ cm) da área inventariada, com um volume médio correspondente a $39,1 \text{ m}^3/\text{ha}$. Portanto, apenas com as 11 espécies mencionadas anteriormente, a área inventariada tem volume competitivo com outras regiões do Estado do Amazonas. O estoque atual de volume médio com casca estimado para a Resex, considerando apenas os indivíduos com $DAP \geq 50$ cm e com potencial para madeira serrada é de $39,1 \text{ m}^3/\text{ha} \pm 7,6 \text{ m}^3/\text{ha}$ (IC 95%) e DAP médio estimado é de $68 \text{ cm} \pm 2,6 \text{ cm}$ (IC 95%) (ICMBio 2008b). A **tabela 6.16** apresenta a distribuição das morfo-espécies nas diferentes classes de diâmetro com seus respectivos volumes, com destaque para as espécies com maiores capacidades de uso (ICMBio 2008b).

Tabela 6.16. Volume de madeira com casca por morfo-espécie e classe diamétrica agrupada na categoria serraria.

NOME VULGAR	10 < 20	20 < 30	30 < 40	40 < 50	50 < 60	60 < 70	70 < 80	80 < 90	90 < 100	>=100	Total geral
anani	1.511	7.012	1.686	2.188							12.398
angelim da mata					2.747					24.431	27.178
angelim pedra								6.015			6.015
angelim rajado	1.930	2.466	5.631	3.603	1.948						15.579
cajui folha grande	0.545	0.596		1.384							2.525
cajui folha miuda			0.764								0.764
castanha sapucaia	0.235	0.327	1.520	1.579	1.948						5.608
copaiba	0.506	1.582	6.325	8.238		2.926			10.000	12.755	42.331
coracao de negro	0.649										0.649
cumaru roxo	0.435	1.036	6.368	5.101	7.029	14.666					34.634
cupiuba	2.689	4.013	6.875	3.108	16.721	10.506	27.972	13.344		20.292	105.520
gito branco	1.285	1.766	1.639	1.521							6.211
gito vermelho	3.726	3.097	3.519	1.424							11.766
guariuba	2.340	2.352	9.930	14.666	8.806	4.078	14.733	6.015	9.872		72.793
itauba	1.150	1.906	0.872	1.673		3.858				15.254	24.714
jatoba	0.208	0.470	2.342	1.587	2.135	6.277	4.383	13.196			30.596
jutai	0.269	1.533	1.937	5.646				7.945			17.330
jutai pororoca	0.087	0.280	1.047	1.060							2.473
jutaiacu				1.630							1.630
jutaica	0.392	2.058	6.296	12.609	8.440	13.166	4.305				47.266
louro aritu	0.390	0.560	1.307								2.257
louro branco	0.280	0.226	0.963	1.682							3.152
louro capitui	0.134										0.134
louro chumbo	0.076		1.867								1.943
louro fofo	0.282	0.434									0.715
louro inhamui	0.408	0.216	0.655	1.162							2.441
louro preto	7.163	11.553	15.903	26.328	22.716	4.004	4.305				91.971
macaranduba	0.569	1.932	0.786	2.120	11.507	3.307		6.015		10.519	36.753
mandioqueira aspera	0.547	1.479	2.332	6.381	9.613	3.645					23.998
mandioqueira lisa	0.326			2.556	1.900	3.576		9.621			17.979
maparajuba	0.155			1.854							2.009
maucira	0.845	0.834	2.829	7.249	11.009		14.347	6.015			43.128
muiracatiara	0.252										0.252
muiratinga	29.725	35.340	42.934	30.078	4.600	2.926	4.305				149.909
pajura	1.220	5.045	10.239	5.722	9.266	6.585	5.645	6.015	28.005		77.743
pau d'arco	0.308	1.362	0.655	1.369	2.248						5.941
pau marfim					2.206	3.100					5.306
pau rainha	0.722	1.502	11.014	10.968	8.555	3.307	5.290	7.637	18.078		67.072
piquia marfim				1.346							1.346
piquia verdadeiro	0.132										0.132
piquiarana	0.283	2.017	0.665	3.524	9.574		10.026	13.871			39.959
sucupira preta	0.546	0.497	1.688		2.248						4.978

Fonte: ICMBio (2008b).

As morfo-espécies cupiúba, guariúba, jatobá, pajurá, pau rainha, sucupira vermelha e tauari são as espécies mais indicadas para um possível uso madeireiro, pois

se encontram em quase todas as classes diamétricas (**Figura 6.49**). A morfo-espécie tauari pode ser indicada como uma das espécies principais para o manejo florestal para produção de serrados em curto, médio e longo prazo, pois ocorreu em todas as classes diamétricas. Por outro lado, deve-se ter cuidado com as morfo-espécies angelim da mata, angelim pedra, cajuí folha miúda, jutaífaçu, pau marfim e piquiá marfim, pois estas espécies não apresentaram estoques na Reserva e por isso não devem ser exploradas de imediato. Novos estudos são necessários para verificar estas e outras espécies (ICMBio 2008b).

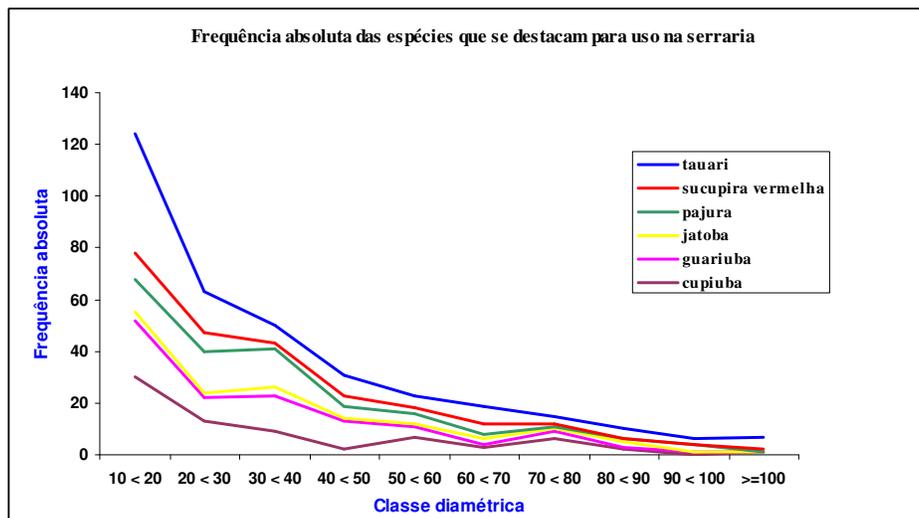


Figura 6.49. Distribuição de frequência por classe diamétrica das seis espécies de maior potencial para uso em serraria. ICMBio (2008b).

Para a categoria **laminado** foram consideradas dentro do inventário 17 morfo-espécies florestais com possível potencial de uso, onde merece destaque a ucuúba branca que apresentou indivíduos em todas as classes de diâmetro, ou seja, de $10 \leq \text{DAP} < 20$ até $\text{DAP} \geq 100$ cm. O volume encontrado para esta categoria, passível de uso conforme a legislação ($\text{DAP} \geq 50$ cm), foi estimado em $165,8 \text{ m}^3$ ou $8,1 \text{ m}^3/\text{ha}$. Na **tabela 6.17** é possível visualizar as cinco (5) morfo-espécies que se destacaram no volume total de forma decrescente, que são: ucuúba branca, fava folha fina, ucuúba vermelha, marupá roxo e envira bobó. A soma dos volumes comerciais dessas morfo-espécies corresponde a aproximadamente 49% do total comercial (ICMBio 2008b).

Tabela 6.17. Volume de madeira com casca por morfo-espécie e classe diamétrica agrupada na categoria laminado.

NOME VULGAR	10 < 20	20 < 30	30 < 40	40 < 50	50 < 60	60 < 70	70 < 80	80 < 90	90 < 100	>=100	Total geral
cajuí folha grande	0.545	0.596		1.384							2.525
cajuí folha miuda			0.764								0.764
envira bobó	0.318	0.880	1.222	1.263	2.115	3.576		6.418			15.793
fava	0.126		1.021		2.045						3.192
fava amarela	0.858	0.754	0.963	1.424							3.999
fava camuze			0.583								0.583
fava folha fina	1.153	2.147	3.692	10.892	9.832	6.103		6.015	9.250		49.084
fava parkia	0.143										0.143
fava vermelha	0.091		0.706	6.209							7.005
marupa roxo	2.692	1.568	2.506	2.671	5.655	3.729	9.103				27.924
parica			1.034	1.141							2.175
pau d'arco		1.068	0.655	1.369							3.091
pau pombo		0.802	0.843	7.291	1.854						10.789
sucupira chorona	1.074	1.663	1.812	5.672	2.145						12.365
ucuuba branca	8.458	12.712	14.134	3.733	17.934	13.030	9.698	7.637	18.282	10.519	116.136
ucuuba vermelha	8.373	9.296	4.330					6.940			28.939
visgueiro	0.175					4.004	9.951				14.130
Total geral	24.007	31.486	34.263	43.049	41.580	30.442	28.751	27.010	27.533	10.519	298.638

Fonte: ICMBio (2008b).

6.5.2.1.3. Espécies vegetais não madeireiras

Também foram alvo de inventário na Resex as espécies oleaginosas, as palmeiras com potencial agro-industrial, plantas diversas com interesse econômico e a abundância de castanheiras e seringueiras, sendo que cada um destes itens foi inventariado em um hectare (ICMBio s/a)(**Anexo E**). Somando todos os cinco hectares registrou-se 463 indivíduos de 56 espécies, onde as mais abundantes foram o açaí do Amazonas (*Euterpe precatoria*, n=92), a seringueira (*Hevea brasiliensis*, n=62), a castanheira (*Bertholletia excelsa*, n=48), o babaçu (*Orbignya phalerata*, n= 45), a palmeira murumuru (*Astrocaryum murumuru*, n=45) e o urucuri (*Sheelea phalerata*, n= 11) (ICMBio s/a).

Em uma das parcelas de um hectare foram encontrados 133 indivíduos (indivíduos acima de 10 cm de altura) de 50 espécies, incluindo oleaginosas. A espécie mais abundante foi o babaçu (*Orbignya phalerata*), com 45 indivíduos produtivos, seguido do açaí do Amazonas (*Euterpe precatoria*), com 30 indivíduos produtivos (**Anexo E**). No inventário de palmeiras registraram-se cinco espécies, sendo que o açaí do Amazonas (*E. precatoria*) foi a mais abundante, com 92 indivíduos, seguido do babaçu (*O. phalerata*), com 17. No hectare dedicado ao inventário de espécies com interesse econômico, registraram-se seis espécies, sendo que a mais abundante foi a

palmeira murumuru (*Astrocaryum murumuru*), com 23 indivíduos, seguida do açaí (*E. precatória*), com 17 (ICMBio s/a).

Já a densidade de seringueira foi de 62 indivíduos adultos em um hectare. Naturalmente, a seringueira é considerada uma espécie rara na floresta amazônica, o que é corroborado pela densidade média obtida em outros estudos, que é de uma árvore por hectare. Em plantios convencionais são utilizados de 250 a 600 plantas por hectare (Souza *et al.* 2010).

6.5.2.1.4. Castanhais

No inventário observou-se 48 castanheiras em um hectare, sendo 26 indivíduos adultos e 22 jovens (ICMBio s/a). Esta densidade é considerada alta, o que torna economicamente viável a exploração deste recurso. As castanheiras ocorrem em grupamentos e a densidade média é de apenas uma árvore por hectare para a floresta amazônica. Na Resex Chico Mendes, no Acre, a densidade de castanheiras foi entre 1,3 e 4 árvores adultas por hectare; na Floresta Nacional Caxuanã, Pará, a densidade foi de 10 a 12 árvores por hectare, e no sudeste da Amazônia foi 1,7 árvores produtivas por hectare (Kainer *et al.* 2010).

Em outro estudo efetuado em 10 castanhais (esforço amostral de 50 hectares) no Capanã dividiu os castanhais em três categorias, de acordo com as características amostrais de cada um, assim sendo: 1) castanhais de igarapé (Taracua, R-A1; Castanhalzinho, R-C1; Porto Alto, R-D1); 2) castanhais de várzea (Fraternidade, R-B1; Lembrança, R-E1, São Julião, R-H1) e 3) castanhais antrópicos (Santo Antônio; R-F1; Laranjal, R-G1, Vale Quem Tem, R-J1, Vitoriano, R-K1) (**Figura 6.50**). Todos os castanhais estudados podem ser considerados de alta e média intensidade de coleta, ao receber a visita constante entre 2 a 7 famílias extrativistas por lugar. De fato, a metade deles está nas proximidades das comunidades ou residências humanas, a menos de 1 km (ICMBio 2008c).

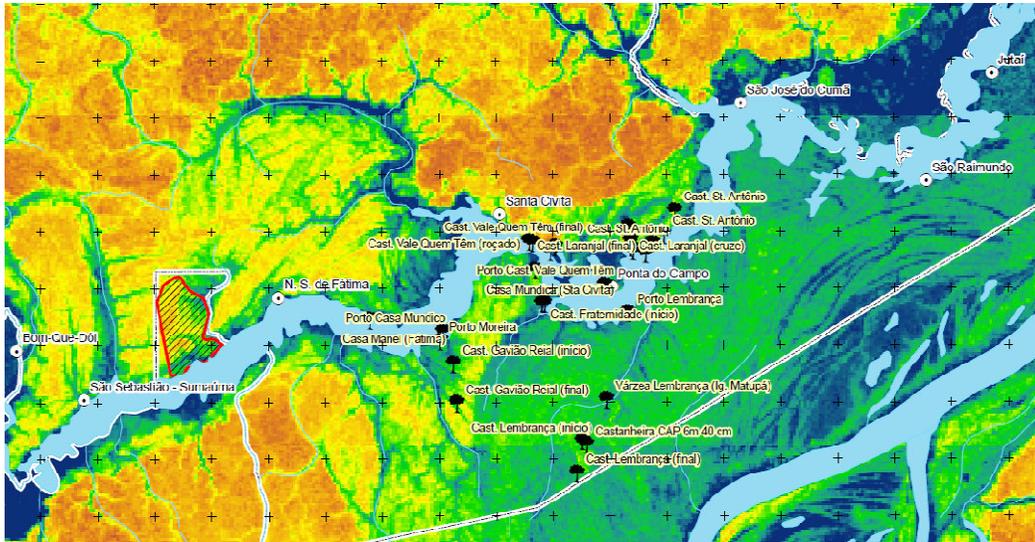


Figura 6.50. Castanhais inventariados entre a comunidade de Fátima e Jutai, ao longo do lago do Capanã Grande. O mapa está inserido em uma matriz de relevo. ICMBio (2008c).

A densidade de castanheiras com DAP > 10 cm variou entre 2,00-23,40 ind./ha na Resex Lago Capanã Grande (média=12,48; d.p.=5,89; n=10). As densidades de indivíduos de *B. excelsa* com **DAP < 10 cm (filhotes)** são indicadoras de regeneração potencial. Em geral, as densidades obtidas no Lago Capanã Grande indicam boas chances de regeneração futura com elevada presença de plântulas na maioria de castanhais estudados, especialmente Laranjal, Santo Antônio e Fraternidade, todos eles com alta pressão extrativista (**figura 6.51**). Pode-se notar que alguns castanhais apresentam plântulas, mas não juvenis. Isto pode indicar que as plântulas estão morrendo antes mesmo de atingir este estágio e assim, a regeneração e sustentabilidade dos castanhais pode estar comprometida (ICMBio 2008c).

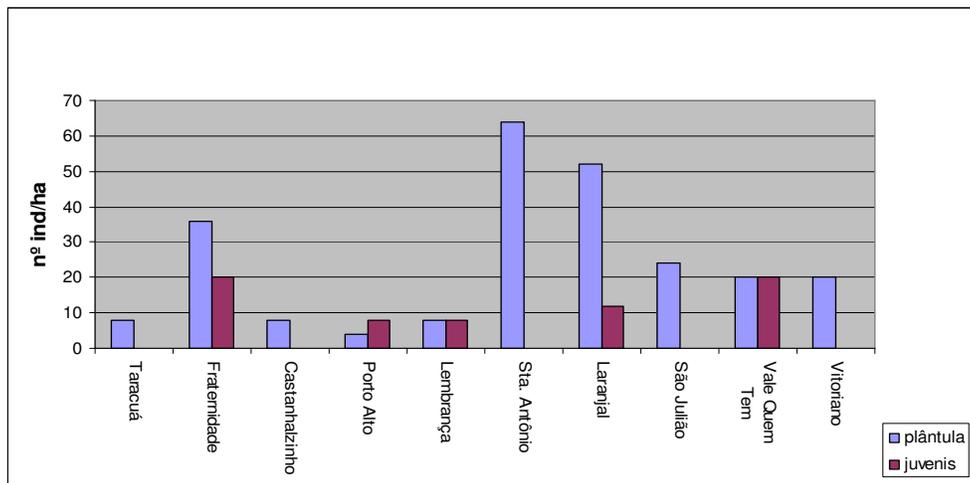


Figura 6.51. Densidade de filhotes (DAP<10 cm) por unidade de amostragem, sendo a) plântulas, com altura < 1,50 e presença de castanha, b) juvenis, com altura > 1,50 m e geralmente sem castanha. ICMBio (2008c).

6.5.2.1.5. Biomassa da vegetação

A biomassa pode ser definida como a quantidade de material vegetal contida por unidade de área numa floresta. A biomassa total da Resex foi determinada pelo método indireto, fazendo-se a relação alométrica da biomassa em função do DAP, para indivíduos com $DAP \geq 20\text{cm}$ e todos os indivíduos amostrados incluindo palmeiras e cipós. A estimativa de biomassa fresca e seca total para a Resex do Lago do Capanã Grande foi 642,62 t/ha e 385,57 t/ha, respectivamente. Na figura 6.52 é possível notar o acúmulo de biomassa fresca em diferentes áreas da Amazônia. A estimativa de biomassa é um parâmetro importante na avaliação da biomassa como estoque de carbono. De acordo com a Convenção sobre as Mudanças do Clima de 1992, essas informações são essenciais para a avaliação de projetos de desenvolvimento de uma região em relação aos processos de mudanças climáticas globais (ICMBio 2008b).

6.5.2.1.6. Estoque de Carbono

As estimativas de carbono na floresta são imprescindíveis nas questões ligadas ao manejo florestal e ao clima. A determinação da porcentagem de carbono da biomassa florestal é uma forma de avaliar o serviço ambiental promovido pela floresta (p.e., regulação do clima), pois permite uma visão geral sobre o capital orgânico acumulado e a sua produtividade. Atualmente, a interação floresta e clima passou a representar novas oportunidades de negócios, e de acordo com a proposta do Protocolo de Kioto, o estoque de Carbono pode se tornar produto de negociação comercial entre países pobres e ricos (ICMBio 2008b).

O estoque médio de carbono na Resex Lago Capanã Grande é 156,9 toneladas/ha \pm 6,6 (IC 45,45%), média superior a encontrada para o Amazonas, que possui um estoque médio de 120 t/ha \pm 8 (IC 95%) (informação determinada a partir de 19 inventários florestais em diversas regiões do Estado). Extrapolando esse valor para toda a Resex Lago do Capanã Grande, área que compreende aproximadamente 304 mil ha, o carbono estocado pode ser estimado em quase 48 milhões de toneladas (ICMBio 2008b).

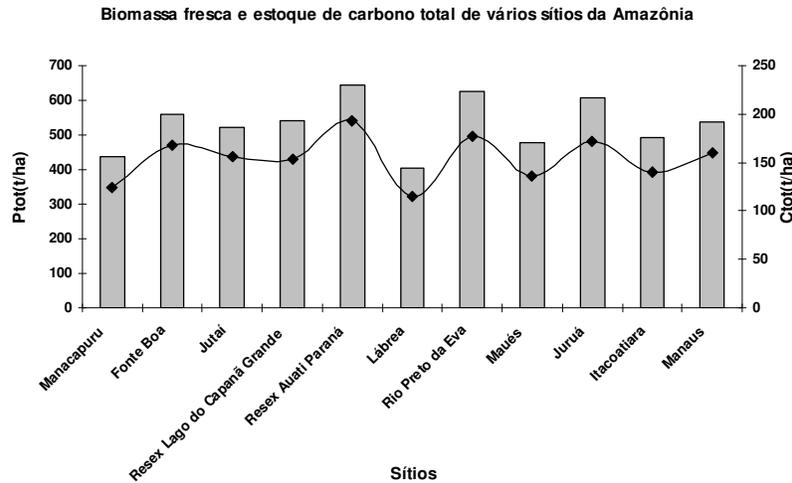


Figura 6.52. Biomassa fresca acima do nível do solo e estoque de carbono para alguns sítios do Estado do Amazonas. ICMBio (2008b).

6.5.2.2. FAUNA

A despeito da região do médio rio madeira, incluindo o interflúvio Madeira-Purus, apresentar grande diversidade de espécies e alto número de endemismos, os inventários de fauna para a região e principalmente para a Resex são escassos ou inexistentes. Para peixes, anfíbios e mamíferos, por exemplo, não há sequer pequenos inventários dentro da Reserva, havendo apenas diagnósticos realizados por meio de entrevistas com moradores. Assim, é necessária a realização de inventários de espécies para a área, bem como estudos de dinâmica populacional e capacidade de exploração de animais utilizados pelos comunitários, principalmente peixes e animais de caça, bem como aqueles que possuem relação indireta com as atividades humanas na Reserva.

6.5.2.2.1. Peixes

O rio Madeira, para onde escorre as águas dos igarapés da Resex, é um dos maiores tributários do sistema Solimões-Amazonas, apresentando alta riqueza de espécies de peixes. Em estudo recente, foram amostrados 304 espécies na região do médio-madeira, mas o número de espécies é certamente bem maior (Rapp Py-Daniel *et al.* 2007). Os rios e igarapés que correm dentro da Reserva, como o trairí e o rio amapá, além do próprio Capanã, nunca foram cientificamente amostrados.

O diagnóstico para proposta de criação da Resex, baseado em entrevistas e levantamento bibliográfico, apontou 51 espécies de peixes (MMA/IBAMA 2003) (**Anexo F**), número obviamente bem menor do que o valor real. Destaca-se a presença do pirarucu (*Arapaima gigas*), espécie cuja captura, comercialização e transporte são proibidos no estado do Amazonas (INs 35 e 48/IBAMA), mas que sofre intensa pressão de captura ilegal dentro da Resex. Também se destaca a espécie jatuarana (*Brycon sp.*). A jatuarana vive somente em igarapés e rios de água preta e conforme afirmação dos moradores, no lago do Capanã apresenta uma marcada dispersão de acordo com a sazonalidade das águas, vivendo a maior parte do tempo no alto do Capanã, se movimentando para a parte baixa somente na estação de cheia e vazante e podendo, de acordo com o nível das águas, chegar até o rio madeira. Apesar de viver basicamente dentro do lago, são raros os encontros de fêmeas ovadas.

6.5.2.2. Anfíbios e Répteis

O inventário de anfíbios e répteis para a bacia do rio Madeira parece ser ainda mais escasso que para os outros grupos biológicos, principalmente para anfíbios (Voght *et al.* 2007), que são seres mais crípticos e com pouca interação com o homem.

O diagnóstico para proposta de criação da Resex, baseado em entrevistas e levantamento bibliográfico, apontou 19 espécies de anfíbios e 41 de répteis (MMA/IBAMA 2003) para a área. Este diagnóstico foi acrescentado por um curto inventário de campo realizado 2008 (**Figura 6.53**), que encontrou 40 espécies de anfíbios e 47 de répteis (exceto jacarés) (F.W.S. Guimarães 2008, dados não publicados), totalizando 49 espécies de anfíbios e 73 de répteis para a Resex (**Anexo G**).





Figura 6.53. Anfíbios e répteis registrados na Resex. Abaixo, a lamparina ou matá-matá (*Chelus fimbriatus*) e a jibóia-branca (*Corallus hortulanus*) (Fotos: Arquivos Resex).

6.5.2.2.3. Aves

A região do rio madeira é reconhecidamente uma das regiões da Amazônia mais rica em espécies de aves. A estimativa do número de espécies para a região do médio rio Madeira é de mais de 800 espécies, o que representa quase a metade de toda a avifauna do Brasil e torna a região uma das mais ricas em aves do mundo (Conh-Haft *et al.* 2007).

Um dos fatores responsáveis por esta alta diversidade de espécies na região é a existência de áreas de endemismos (áreas que contém espécies exclusivas) delimitadas pelos principais rios. O rio madeira é reconhecido como um dos principais divisores de avifauna da Amazônia, apresentando espécies diferentes de acordo com o lado do rio. A Resex do Capanã se encontra entre o interflúvio Madeira-Purus, no lado esquerdo do rio madeira, área que foi apontada como de endemismo para aves (Conh-Haft *et al.* 2007). Nas expedições para a realização do plano de manejo da vizinha RDS Rio Amapá foram descobertas quatro novas espécies, incluindo uma espécie de médio porte, sendo que todas parecem restritas ao interflúvio Madeira-Purus (SDS 2009), o que mostra a importância da realização de inventários de fauna na região.

Na Resex foi efetuado um inventário de campo de curta duração próximo das comunidades e ao longo do lago do Capanã (**Figura 6.54**). Foram registradas 273 espécies (ver **figura 6.55**) (46 % do esperado) (ICMBio 2009a), sendo que algumas, segundo os autores, carecem de confirmação. O diagnóstico para a criação da Resex,

baseado em entrevistas e levantamento bibliográfico, apontou 257 espécies (MMA/IBAMA 2003). Somando estes dois inventários, totalizou 328 espécies de aves para a Resex (**Anexo H**). Destacam-se a presença da águia pescadora (*Pandion haliaetus*), do maçarico pintado (*Actitis macularius*) e do maçarico solitário (*Tringa solitaria*), três espécies migrantes do norte da América que viajam milhares de quilômetros e utilizam a área do lago da Resex para descanso e alimentação durante suas longas jornadas de migração.

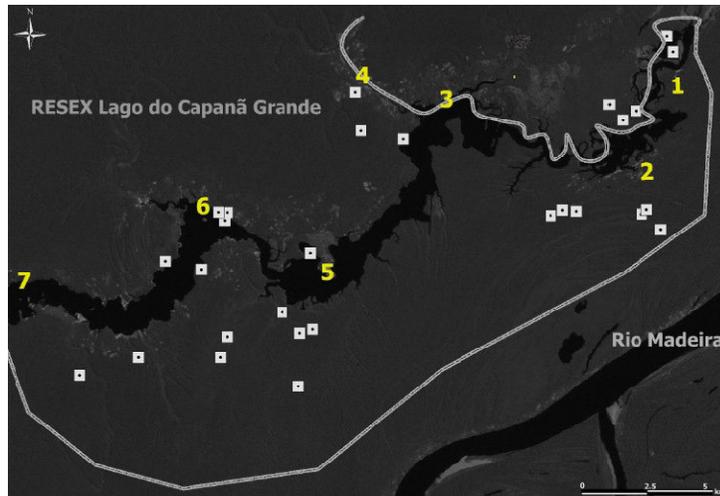


Figura 6.54. Área de amostragem de aves ao longo do lago do Capanã Grande. Os números indicam as comunidades visitadas na RESEX e entorno: 1= Jutaí, 2= São Raimundo, 3= São José do Cumã (assentamento), 4= São Sebastião do Cumã (assentamento), 5= Ponta do Campo, 6= Santa Cívita, 7= Nossa Senhora de Fátima. Os quadrados representam os locais amostrados e a faixa cinza simboliza os limites da Reserva. Imagem LANDSAT 2008. ICMBio (2009b).

Estes inventários, baseados em entrevistas e pequenas expedições em uma área restrita da Resex são pouco robustos, e assim se faz necessário a realização de expedições científicas de média e longa duração, incluindo amostragem em diversos ambientes e a coleta de espécimes para a formação de coleção científica de referência.



Figura 6.55. O cantor (*Hypocnemis sp.*) e o jovem da trinta-réis-grande (*Phaetusa simplex*) (Fotos: Thiago Laranjeiras).

6.5.2.2.4. Mamíferos

Não diferente de outros grupos biológicos, são poucos os estudos sobre mamíferos na região do médio rio madeira, e estes geralmente são realizados próximos aos grandes rios, como o próprio rio madeira e o rio aripuanã, e apresentam reduzido esforço amostral. Os principais rios da região funcionam como barreiras para muitas espécies de mamíferos, o que torna essencial a proteção de áreas entre seus distintos rios. Por exemplo, algumas espécies de primatas são encontradas exclusivamente no lado esquerdo do rio madeira, no interflúvio Madeira-Purus, como os micos (*Cebuella pigmea niveiventris* e *Saguinus labiatus*), o zogue-zogue (*Callicebus caligatus*) e o guariba-vermelho (*Allouatta seniculus*), e outros se restringem a margem direita deste rio, como os macacos-aranha ou coatás (*Ateles*) e os cuxiús (*Chiropotes albinasus*) (Röhe *et al.* 2007).

Na Resex os estudos de mamíferos se restringem a um diagnóstico sócio ambiental baseado em entrevistas e pesquisa bibliográfica, que apontou 48 espécies de mamíferos para a região (MMA/IBAMA 2003) (**Anexo I**). Destacamos a presença do peixe boi (*Trichechus inunguis*), ameaçado de extinção, o cachorro do mato de orelha curta (*Atelocynus microtis*) e o cachorro do mato vinagre (*Speothos venaticus*), ambas as espécies tidas como de rara ocorrência. Este último, ameaçado de extinção, é o único canídeo silvestre brasileiro que tem comportamento social, vivendo e caçando em grupos familiares (Cheida *et al.* 2006).

Além do peixe-boi e do cachorro do mato vinagre, também estão ameaçadas de extinção o tatu-canastra, a ariranha, a onça-pintada, a onça-parda, a jaguatirica e o gato-maracajá (Chiarelo *et al.* 2008). Também merecem destaque as espécies de caça, como cateto, queixadas e anta, que sofrem pressão de caça e que estão ameaçadas em outras regiões do Brasil, sendo pertinente analisar a sustentabilidade de caça destas espécies na Resex. Também é interessante acompanhar a sustentabilidade de caça do macaco barrigudo (*Lagothrix*).

De acordo com dados obtidos nas entrevistas com os moradores, a caça ao peixe-boi não é praticada de forma intencional há mais de três décadas no lago do Capanã Grande. Os animais abatidos entre 2002 e 2004 o foram de forma oportunista, através da utilização dos instrumentos usados para a pesca de pirarucu.

7. GESTÃO DA UNIDADE

Conforme rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC 2000), *“a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da Unidade”*. Assim, a gestão de uma Reserva Extrativista é debatida entre diferentes setores da sociedade. Por ser uma Unidade de Conservação federal, o órgão responsável pela sua administração é o ICMBio.

7.1. ICMBio

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o órgão do Ministério do Meio Ambiente do governo federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais do Brasil.

De acordo com a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que o criou, o ICMBio tem em suas atribuições:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das Unidades de Conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

7.2. Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o espaço de discussão e deliberação de assuntos relativos à gestão de uma Reserva Extrativista. O Conselho deve ser presidido pelo chefe da Unidade de Conservação (Lei nº 9.985, de 2000). As reuniões do Conselho da Unidade de Conservação são públicas, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso, sendo de competência do órgão executor (ICMBio) do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (no âmbito federal o ICMBio) - convocar o Conselho com antecedência mínima de sete dias e prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado (Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002).

O Conselho Deliberativo da Resex do Lago do Capanã Grande foi criado em 2006, como resultado de um trabalho de sensibilização e mobilização envolvendo as entidades para compor o Conselho, a saber: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA); Central de Associações Agroextrativistas de Manicoré (CAAM); Prefeitura e Câmara Municipal de Manicoré; Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amazonas (IDAM); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); e as comunidades de Jutaí, São Raimundo, Ponta do Campo, Nossa Senhora de Fátima, Santa Civita e Bom que Dói (CNPT/IBAMA 2006).

O Conselho da Resex possui a mesma representação original, oficializada pela Portaria 21 de 13 de março de 2007, com 13 cadeiras representativas (Tabela 7.1), sendo sete representações das comunidades, cinco representações de entidades públicas e uma da sociedade civil:

Tabela 7.1. Instituições e comunidades que compõe o atual Conselho Deliberativo da Resex.

	COMUNIDADE/INSTITUIÇÃO
1	ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
2	CAAC: Central de Associações do Lago do Capanã
3	Comunidade de JUTAÍ
4	Comunidade de SÃO RAIMUNDO

5	Comunidade de PONTA DO CAMPO
6	Comunidade de SANTA CIVITA
7	Comunidade de N.Sra. FÁTIMA
8	Comunidade de SÃO SEBASTIÃO e BOM QUE DÓI
9	CNS: Conselho Nacional de Populações Extrativistas
10	IDAM: Instituto de Desenvolvimento Agrário e Florestal do Estado do Amazonas
11	INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
12	MUNICIPIO DE MANICORÉ
13	CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ

O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público (Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002).

7.3. Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG)

A AMALCG é a mais nova associação dos moradores do lago do Capanã Grande. Foi criada no segundo semestre de 2010 e tem como função ser a “associação mãe” de todas as associações do lago do Capanã Grande. Em reunião com as comunidades, em agosto de 2010, foi definido que a AMALCG é a associação concessionária responsável pela assinatura do contrato de concessão de direito real de uso (CCDRU) com o governo federal. Este contrato transfere para as comunidades moradoras da Reserva o direito *gratuito* de utilizar as terras e os recursos da Resex de acordo com as regras definidas no plano de manejo da Unidade e no contrato de concessão.

É também através da AMALCG que serão transferidos aos beneficiários da Resex créditos e ou financiamentos governamentais, como as subvenções governamentais referentes ao pagamento do valor mínimo aos produtos

agroextrativistas, além de financiamentos como os créditos do INCRA referentes ao Programa Nacional da Reforma Agrária.

A AMALCG se constitui de trabalhadores ribeirinhos, agricultores, extrativistas e agroextrativistas do lago do Capanã Grande, e conforme o artigo 9º de seu estatuto, deve ser constituída por uma diretoria executiva (Presidente, Secretário e tesoureiro, com respectivos vices), um conselho fiscal e um conselho deliberativo. Cada comunidade integrante da associação terá direito a ter um representante em seu corpo executivo (art. 5º do Estatuto).

Os objetivos da AMALCG constam no artigo 3º do seu estatuto, a saber:

- I.** Representar e defender os interesses específicos dos moradores agroextrativistas filiados, desde que participem desta associação.
- II.** Proteger o meio ambiente, especialmente na região do município, em parceria com instituições afins.
- III.** Orientar agricultores ribeirinhos e agroextrativistas para que utilizem os recursos naturais de forma racional, sustentável e com vistas a atender objetivos coletivos.
- IV.** Lutar pela melhoria da qualidade de vida dos associados.
- V.** Fomentar o cooperativismo.
- VI.** Lutar pela melhoria da qualidade, da quantidade, do escoamento e dos preços dos produtos cultivados ou extraído das florestas pelos associados.
- VII.** Viabilizar o manejo da cadeia produtiva e a comercialização dos produtos resultantes do extrativismo e agricultura.
- VIII.** Orientar os associados para que se mantenham não devedores junto aos órgãos e administrações municipais, estaduais e federais.
- IX.** Realizar encontros e reuniões com os associados ou representantes de cada comunidade a fim de discutir e deliberar sobre assuntos de relevante interesse.
- X.** Manter seus associados interados dos assuntos de interesse ao grupo.
- XI.** Colaborar com a organização, legalização e fortalecimento socioeconômico dos associados.
- XII.** Lutar pela aposentadoria e demais benefícios por ventura cedidos aos sócios participantes.

7.4. Infra-estrutura de gestão da Unidade

A equipe institucional atual (2012) da Resex conta com um servidor. Além disso, há um auxiliar de limpeza e quatro vigilantes contratados para zelar pela sede do Instituto na cidade de Manicoré. Há também dois funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de Manicoré, sendo uma auxiliar de limpeza e um que presta serviços gerais de logística e escritório.

Na cidade de Manicoré há um escritório equipado com internet, telefone e todos os equipamentos básicos necessários para o bom funcionamento da gestão da Resex (**Figura 7.1**).



Figura 7.1. Escritório do ICMBio na cidade de Manicoré (Fotos: Francivane F. da Silva).

Na parte baixa do lago do Capanã Grande, que serve como ponto de entrada para a Resex por via fluvial, há um flutuante que serve de base para a equipe pernoitar e fazer vigilância do lago. Este flutuante encontrava-se deteriorado e foi reformado e ampliado em 2010, sendo que toda a mão de obra de conserto foi executada por alguns comunitários da Reserva (**Figura 7.2**). O flutuante está equipado com geladeira a gás, fogão 6 bocas, motor de luz, beliche, redes de dormir, banheiro, entre outros.



Figura 7.2. Flutuante antes e depois da reforma/ampliação realizada em parceria com alguns comunitários da Resex. (Fotos: Daniel R. Maiolino e Cleiton A. Signor).

Para transporte terrestre, o Instituto dispõe de duas camionetas Pickup Mitsubishi L200 tração 4 X 4, ano 2009 (uma está em Manaus). Para transporte aquático há sete motores de popa novos, sendo três motores 15 hp, dois 25 hp, um 40 hp e um 90 hp. O Instituto dispõe de quatro embarcações denominadas voadeiras (casquetas) para o transporte aquático.

Também se dispõe de motores geradores de luz, motosserras, motores bomba para puxar água, entre diversos outros equipamentos de uso geral, como GPSs, binóculos e material de camping.

Infra-estrutura e insumos necessários

Para que a equipe possa permanecer na Resex sem a necessidade de pernoitar na casa dos comunitários, há a necessidade de construção de uma sede na comunidade Ponta do Campo (o terreno para tal construção já existe). Esta sede também serviria como espaço cultural, local onde se realizariam cursos, palestras, mostra de filmes, biblioteca pública, entre outras funções, incluindo reuniões com as comunidades. Esta sede pode ser sede flutuante.

Também se faz necessário a construção de mais um flutuante equipado a ser colocado no lago do Capanã Grande, em outro local que não a entrada do lago, onde já se encontra um flutuante.

Faz-se necessário também que as voadeiras de transporte aquático sejam cobertas para proteção contra sol e chuva.

A disposição contínua de insumos como gasolina e alimentação se faz necessário para que as atividades de gestão não sofram ruptura, como aconteceu no segundo semestre de 2010. Neste período, a Resex ficou sem recursos por mais de cinco meses devido ao intervalo de aplicação dos recursos do programa ARPA, o que colocou em risco a gestão da Reserva e a confiança dos moradores na equipe de gestão e principalmente no ICMBio.

Insumos para a aplicação imediata dos programas socioambientais são fundamentais, pois esta é uma das necessidades mais urgentes da Reserva.

7.5. ACORDO DE GESTÃO

O Acordo de Gestão ou Plano de Utilização da Resex, construído junto e principalmente pelos comunitários da Unidade, reconhece, estabelece e descreve as regras internas de uso dos recursos e ocupação da Reserva, considerando-se a legislação vigente. Este Acordo contribui significativamente para proporcionar diretrizes para a gestão da Resex. Essas diretrizes devem ser respeitadas pelo órgão gestor (ICMBio), pelos comunitários, pelas associações, por pesquisadores e quaisquer outros atores que venham a interagir com a Reserva Extrativista.

O descumprimento ou má fé na utilização das regras contidas neste plano seguirá a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/97), regulada pelo Decreto Federal nº 6514/08.

Responsabilidade de Execução

A responsabilidade pela execução do Acordo de gestão da Resex do Lago do Capanã Grande é compartilhada entre o órgão gestor da Unidade, o Conselho Deliberativo, as comunidades beneficiárias e usuárias e suas associações.

São compromisso e responsabilidade de todos os beneficiários e usuários da Resex zelar pelo cumprimento das regras contidas neste plano.

Beneficiários e Usuários

Entende-se por **beneficiários** da Reserva os moradores da Resex que são reconhecidos pela Relação de Beneficiários (RB) da Unidade de Conservação. Por **Usuários** entendem-se as famílias beneficiárias do PAE Matupiri (comunidades de São José do Cumã e São Sebastião do Cumã) e as famílias indígenas que moram nas aldeias ao longo do lago do Capanã (TI Lago do Capanã). Também são usuárias as famílias de algumas comunidades que moram no entorno imediato da Reserva Extrativista, no rio madeira. Por **moradores ou habitantes** do lago do Capanã entendem-se os beneficiários e os usuários que moram ao longo do lago do Capanã Grande (PAE Matupiri e TI Lago do Capanã).

7.5.1. Fauna

7.5.1.1. Pesca

1. É permitida a pesca de pirarucu para fins de subsistência alimentar somente em momentos de escassez de alimentos. A pesca é permitida entre os meses de junho a setembro.
2. A pesca de pirarucu para fins de subsistência alimentar só é permitida com apetrechos como arpão (zagaia) e anzol, sendo expressamente proibido o uso de qualquer tipo de malhadeira para sua pesca.
3. É proibida a comercialização do pirarucu. A venda somente será permitida de forma coletiva após desenvolvimento de plano de manejo sustentável para a espécie e o atendimento das demais normas específicas.
4. É permitida a pesca de peixes dentro da Reserva para subsistência alimentar.
5. É permitida a pesca para os visitantes para consumo dentro do lago do Capanã Grande. Visitantes não podem levar qualquer quantidade de peixes para fora do lago do Capanã Grande.
6. Os beneficiários da Resex e os usuários que moram no lago do Capanã podem sair da Reserva com um exemplar ou 10 quilos de peixe por família por mês para fins de alimentação.

7. Os usuários da Resex que residem nas comunidades de entorno fora do lago podem sair da Reserva com peixes para fins de alimentação, respeitando-se o limite de um exemplar ou 10 quilos de peixe por família por semana.
8. A saída excepcional de peixes para fins coletivos diversos, como participação da comunidade em reuniões fora da Reserva e a realização de mutirões de trabalho será definida através de acordos comunitários.
9. A comercialização de peixes é vedada até que sejam instituídos acordos comunitários e/ou planos de manejo sustentáveis específicos. Estes acordos devem prezar a não sobre exploração das espécies manejadas.
10. Em caráter temporário e sazonal, podem ser permitidas vendas de pescado pelos moradores do lago do Capanã, mediante acordos comunitários. Estes acordos definirão as regras sobre a pesca, incluindo as quantidades de pescado, as formas de pescaria, o local permitido e a época do ano da atividade, sempre respeitando o ciclo de vida das espécies, em especial os períodos de reprodução. O acompanhamento do cumprimento do acordo é requisito para a aprovação da atividade.
11. Poderão ser permitidas venda individual de pescado pelos moradores do lago em caráter excepcional, como para auxiliar tratamento de saúde da família, mediante solicitação por escrita da comunidade e atestado médico. O documento encaminhado ao órgão gestor deve ser assinado pelas lideranças e pelos representantes do Conselho Deliberativo da comunidade, e deve apresentar os motivos para a venda. A saída do pescado deverá ser acompanhada por lideranças comunitárias, representantes do Conselho Deliberativo, da AMALCG ou do órgão gestor, que deverão assinar e dar baixa ao documento.
12. É proibido o uso de malhadeira de qualquer tipo no lago do barbaço, durante a estação de seca (junho a novembro ou até a metade de dezembro).
13. As demais regras de pesca serão definidas através de acordos comunitários e/ou de pesca e através do refinamento do zoneamento da Unidade, devendo compor o acordo de gestão em sua revisão.

7.5.1.2. Atividades de caça e de captura de bichos-de-casco (quelônios)

14. As atividades relativas à caça e captura de bichos-de-casco deve seguir a Lei Federal de Crimes Ambientais 9605/98 e a Lei 5197/67, que considera crime “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”, exceto quando realizado “em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família”.
15. A captura de jacarés e bichos-de-casco pode ser feita mediante plano de manejo de fauna, conforme previsto nos programas de gestão socioambientais.

7.5.2. Atividades Agroextrativistas

7.5.2.1. Agricultura

16. Fica proibido a prática de agricultura, a criação de animais e o uso do fogo em áreas de castanhais e outras áreas utilizadas para extração de recursos florestais não madeireiros.
17. A prática de agricultura dentro da Reserva somente é permitida para moradores do lago do Capanã Grande.
18. A abertura de novos roçados dentro da Resex somente será permitida para os beneficiários e usuários quem moram dentro da Reserva.
19. Fica proibido a abertura de novos roçados em áreas de várzea (cacaia), exceto para as comunidades de Jutai e São Raimundo, que estão assentadas em áreas de várzea.
20. Quando houver necessidade, poderá ser permitido que cada família abra um hectare (até o máximo de dois) de roça por ano em mata virgem. O interessado deverá fazer a solicitação para a comunidade e as lideranças devem encaminhar a solicitação ao órgão gestor, via AMALCG.

21. Em nenhum caso é permitido o desmatamento das margens dos rios, lagos e igarapés abaixo da distancia de 50 metros em áreas de terra firme. Segue-se a Lei Federal 12.651/2012.

7.5.2.2. Criação de Animais Domésticos

22. Será permitida e incentivada a criação de animais de pequeno e médio porte, como galinha caipira e pato, entre outros.
23. A criação deverá ocorrer em local adequado, de acordo com as regras de cada comunidade, de maneira que não prejudique os demais moradores do lago e não cause poluição ambiental.
24. É proibida a criação de animais de grande porte na Reserva, como boi e búfalo. Na existência de criação de animais de grande porte antes do acordo de gestão, a criação ficará limitada à quantidade já existente, ficando proibida a sua expansão e devendo diminuir a quantidade de animais até a sua eliminação, num prazo não superior a três (3) anos. Não deverão ser abertas novas áreas de pastagem.

7.5.3. Recursos Madeireiros

7.5.3.1. Madeira

25. Os pedidos de extração de madeira para construção de novas casas, instalações públicas e outras obras similares devem ser encaminhados ao órgão gestor após solicitação, por escrito, da comunidade em que o beneficiário reside. O documento deve ser encaminhado ao órgão gestor pela AMALCG e deve ser assinado pelas lideranças, representantes do Conselho Deliberativo da comunidade (quando houver), demais comunitários e deve apresentar os motivos para tal. Em caso de retirada de madeira em área de outra comunidade, é também necessária solicitação para a mesma.

26. É permitida a comercialização de madeira através da venda de canoas e remos, cujas regras estão definidas na seção 4.5.3.2. Produtos manufaturados como móveis, janelas e demais itens de uso doméstico podem ser comercializados dentro do lago para consumo interno, mediante comunicação e ciência do órgão gestor. Outros produtos manufaturados poderão ser comercializados mediante Plano de Manejo de Recurso Natural ou acordos legais.
27. Fica proibida a comercialização de madeira bruta até a realização de estudos para a implantação de manejo sustentável para tal atividade.
28. Fica proibida a derrubada das árvores de açaí, castanha, seringa, copaíba, soveira, andiroba, buriti, patauá, bacaba e tucumã.

7.5.3.2. Fabricação de embarcações

Canoas

29. Fica permitida a fabricação para o uso próprio.
30. É permitida a venda de canoas mediante autorização do órgão gestor, respeitando-se o limite de doze (12) canoas por ano por canoeiro. Deve-se usar, preferencialmente, madeira de árvores já caídas. Em caso de maior demanda individual, o Conselho Deliberativo e/ou o órgão gestor decidirá a questão.
31. Os canoeiros deverão estar cadastrados no órgão gestor, que é o responsável pelo registro e controle do número de canoas comercializada.
32. Após a venda da canoa, o canoeiro deverá apresentar à autorização de venda ao representante do órgão gestor, com a assinatura do comprador, num prazo de no máximo trinta (30) dias após o vencimento da autorização, para que o gestor assine e de baixa ao documento. No caso da não utilização da

autorização, o documento deverá ser entregue ao órgão gestor após seu vencimento, num prazo de no máximo trinta (30) dias após o vencimento da autorização.

Barcos de Médio e Grande Porte

33. Fica permitido a extração de madeira para conserto e construção de novas embarcações de médio porte para uso comunitário.
34. Os pedidos de extração de madeira para construção de novas embarcações devem ser encaminhados ao órgão gestor após solicitação, por escrito, da comunidade beneficiária. O documento encaminhado ao órgão gestor deve ser assinado pelas lideranças, representantes do Conselho Deliberativo da comunidade, demais comunitários e deve apresentar os motivos para tal.
35. Fica proibida a extração de madeira para construção de embarcações de grande porte, até que seja instituído plano de manejo madeireiro sustentável ou outro instrumento legal.

Balsas

36. É permitida a fabricação, desde que para o uso de morador do lago do Capanã Grande.
37. Não será permitida a construção de uma nova balsa em intervalo menor do que 05 (cinco) anos.
38. Proíbe-se a venda de balsas.
39. Todas as embarcações deverão ter identificação e deverão ser cadastradas no órgão gestor.
40. Os pedidos de extração de madeira para a construção de balsas devem ser encaminhados ao órgão gestor após solicitação, por escrito, da comunidade em que o beneficiário reside. O documento encaminhado ao órgão gestor

deve ser assinado pelas lideranças comunitárias, representantes do Conselho Deliberativo da comunidade e demais comunitários.

7.5.4. Produtos Não Madeireiros

41. Será permitida e incentivada a exploração sustentável dos recursos não-madeireiros na área da Resex.
42. São considerados produtos não-madeireiros: o cipó, as sementes, fibras, palhas, óleos, seivas, plantas medicinais, mel, entre outros.
43. A exploração deverá ser feita de maneira sustentável, de modo a garantir a perpetuidade do recurso e a conservação da biodiversidade.
44. Serão coletados apenas os produtos “maduros”, assim entendidos aqueles produtos prontos para a retirada sem que se prejudique o desenvolvimento da espécie.
45. Para utilizar recursos em grande escala é obrigatório um projeto de manejo sustentável, com aprovação e autorização do órgão gestor.
46. Os produtos deverão ser coletados nas áreas próximas às comunidades e nas áreas definidas no zoneamento da Reserva.
47. Quando o morador precisar coletar na área de outra comunidade deverá pedir autorização para o usuário tradicional da área, e no caso de não haver usuário tradicional, para as lideranças da comunidade.

7.5.5. Embarcações e Prestadores de Serviços

48. Todas as embarcações comerciais ou de transporte de passageiros devem se cadastrar no órgão gestor para exercerem suas funções na Resex. A entrada e permanência no lago só serão possíveis via apresentação do formulário de cadastro, emitido pelo órgão gestor.
49. As embarcações que estiverem navegando no lago do Capanã Grande, incluindo as voadeiras, devem reduzir a velocidade da embarcação a uma distância segura de embarcações de pequeno porte, como rabetas.

50. O lixo gerado pelas embarcações que entrarem no Lago do Capanã Grande é de responsabilidade do dono ou responsável pelas embarcações, que deverá levar o lixo para fora do lago do Capanã Grande.
51. Todas as embarcações de transporte de passageiros deverão ter lixeiras suficientes e em diferentes locais da embarcação.
52. As embarcações comerciais somente poderão permanecer ancoradas em frente às comunidades da Resex durante o embarque e desembarque de passageiros e carga. Após, devem ancorar o barco há pelo menos 200 metros de distância das comunidades.
53. As embarcações comerciais somente poderão permanecer no lago do Capanã enquanto estiverem realizando suas funções comerciais. Após isso, deverão sair do Lago.
54. O tempo máximo que uma embarcação comercial pode permanecer na Resex será de 10 dias, desde que esteja realizando suas funções comerciais.

7.5.6. Da Ocupação e Uso do Território

55. A divisão de castanhais, seringais, áreas de pesca, de extração de palhas, açaí e outros produtos deve respeitar o uso tradicional instituído entre as famílias habitantes do lago do Capanã Grande.
56. É legítimo o uso de áreas no interior da Resex por famílias assentadas ou indígenas que explorem tradicionalmente as áreas, desde que respeitem as regras contidas neste plano de manejo.
57. A exploração de áreas do PAE Matupiri por beneficiários da Resex deverá ser respeitada, desde que seja tradicionalmente instituída.
58. Também será respeitado o uso tradicionalmente instituído dos castanhais no alto curso do lago do Capanã Grande, em terras pleiteadas por indígenas. Caso essas áreas pleiteadas sejam reconhecidas como áreas indígenas, novo arranjo poderá ser feito.

59. No caso de a demanda por estradas de seringa ser maior do que a oferta, o número máximo de estradas de seringa que uma família poderá utilizar é de duas (2) estradas.
60. A transferência de castanhais e estradas de seringa de um extrativista que tradicionalmente utiliza a área para outro extrativista deverá ser feito por escrito. O documento deverá conter a assinatura de ambos, bem como as especificações da transferência. É proibida a cobrança pela transferência. O único tipo de cobrança permitido é referente às benfeitorias nas áreas, como os custos de limpeza das estradas de seringa e dos castanhais.

7.5.7. Inclusão de Novos Moradores

61. Os moradores pretendentes devem ser conhecidos ou parentes dos habitantes do lago.
62. Os moradores pretendentes devem ser aceitos pela comunidade onde desejam se instalar.
63. Os moradores pretendentes, quando aceitos, devem seguir as normas da Reserva Extrativista.
64. Após 02 (dois) anos de inclusão de determinado novo morador, este poderá solicitar junto ao órgão competente seu reconhecimento como beneficiário da Resex do Lago do Capanã Grande.
65. A abertura de novas moradias para pessoas ou famílias já habitantes tradicionais do lago do Capanã não é considerada caso de inclusão de novos moradores. A comunidade onde a pessoa ou família pretende se instalar deverá ser consultada.

7.5.8. Fiscalizacao e Vigilancia

66. As atividades de fiscalização ambiental são de exclusividade dos órgãos legais competentes, conforme previsto na legislação ambiental.

67. As atividades de vigilância comunitárias e a atuação dos agentes ambientais comunitários estão previstos nos programas socioambientais de Fiscalizacao e Vigilancia deste Plano de Manejo.

7.5.9. Revisão do Acordo de Gestão

Fica acordado que este passará por revisão, no prazo de 02 (dois) anos a partir da data em que entrar em vigor.

7.6. ZONEAMENTO

Conforme a lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000), o zoneamento é a “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da Unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”. Assim, é no zoneamento que organizamos o uso do território.

O zoneamento apresenta e mapeia as diferentes formas de uso do solo e dos recursos naturais na Reserva Extrativista, de forma a organizar as atividades praticadas e estabelecer regras de uso para setores ou áreas, bem como estabelecer áreas exclusivas para conservação da natureza, sem uso humano.

É também no zoneamento da Unidade que propomos a Zona de Amortecimento (ZA) da Resex. A Zona de Amortecimento refere-se ao entorno da UC, “onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade” (Lei nº 9.985/2000, Artigo 2o, Inciso XVIII). Assim, o objetivo da ZA é servir como barreira aos impactos ambientais que o meio externo gera e impõe sobre os recursos incluídos no interior da Unidade. A diminuição dos impactos negativos oriundos do exterior assegura um aumento na proteção da Resex e na sua integridade ecológica.

Da mesma forma em que a proposta da ZA estabelece que a área de entorno esteja sujeita a “normas e restrições de uso”, ela estabelece que o órgão gestor da Unidade deve integrar as comunidades do entorno, pois é expresso que o “plano de manejo deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração a vida econômica e social das comunidades vizinhas” (Lei nº 9.985/2000, Artigo 27, § 1º).

A definição da área de amortecimento deve obedecer a critérios técnicos e ser justificada conforme interesses ambientais e/ou sociais da Unidade de Conservação. Para uma Resex, por exemplo, os critérios de definição da área de amortecimento podem ser: áreas de interesse da comunidade para uso de recursos; áreas de interesse para ampliação dos limites da UC; áreas de importância ambiental, como reprodução de animais ou nascente de rios e igarapés que correm para a Reserva; áreas de interesse para fiscalização ambiental, entre outros.

O zoneamento aqui apresentado foi definido com base nas informações captadas e discutidas com os comunitários da Resex e entorno em reuniões realizadas com os beneficiários e usuários, na análise de mapeamentos participativos de uso de recursos desenvolvidos na Reserva (ver **figura 6.31**), além de critérios técnicos definidos pela equipe local do ICMBio. O mapa da **figura 6.31** foi complementado pelo mapeamento participativo realizado em julho de 2011, onde apareceram os castanhais do alto do igarapé do Capanã Grande, que hoje são utilizados com mais frequência pelos habitantes da TI Lago do Capanã, usuários da Resex.

Ficaram definidas quatro (4) classes de zoneamento: Zona de Preservação (ZP), Zona de Uso de Recursos Naturais (ZU), Zona de Recuperação (ZR) e Zona de Amortecimento (ZA) (**Figura 7.3**).

7.6.1. Zona de Preservação (ZP): Compreende as áreas onde a cobertura vegetal permanece inalterada e não há ocupação humana nem uso de recursos, e se destina a preservação da natureza. Ocupa toda a região norte da Resex, boa parte da região oeste, excluindo-se a faixa limite com a rodovia BR319 (ver abaixo), e parte da região leste (**Figura 7.3**).

Dos seis tipos de vegetação que ocorrem dentro da Resex, quatro tipos ocorrem na ZP (ver caracterização do meio biótico e **figura 6.46**), sendo que dois tipos só ocorrem dentro desta zona. São as savanas gramíneo-lenhosas (campinas e campinaranas) e a floresta ombrófila aberta de terras baixas (mata de terra firme), que ocorre no limite com a RDS Rio Amapá. Este tipo de vegetação também ocorre em parte da zona de amortecimento da Resex.

A ZP engloba também boa parte do rio Amapá, incluindo sua nascente, que flui em direção a RDS Estadual Rio Amapá. Ao longo de trechos do rio Amapá ocorre áreas de floresta ombrófila aberta aluvial com palmeiras (matas de igapó), que são áreas que ocupam principalmente as planícies e terraços dos rios. A vegetação é característica de regiões inundáveis pelas cheias sazonais e ecologicamente adaptadas às intensas variações do nível da água, se beneficiando da renovação do solo decorrente das enchentes periódicas (Bispo *et al.* 2009). Na Resex, este tipo de floresta somente ocorre ao longo do rio Amapá e na margem do lago do Capanã Grande, no seu médio curso (ver **figura 6.46**).

Objetivos de manejo

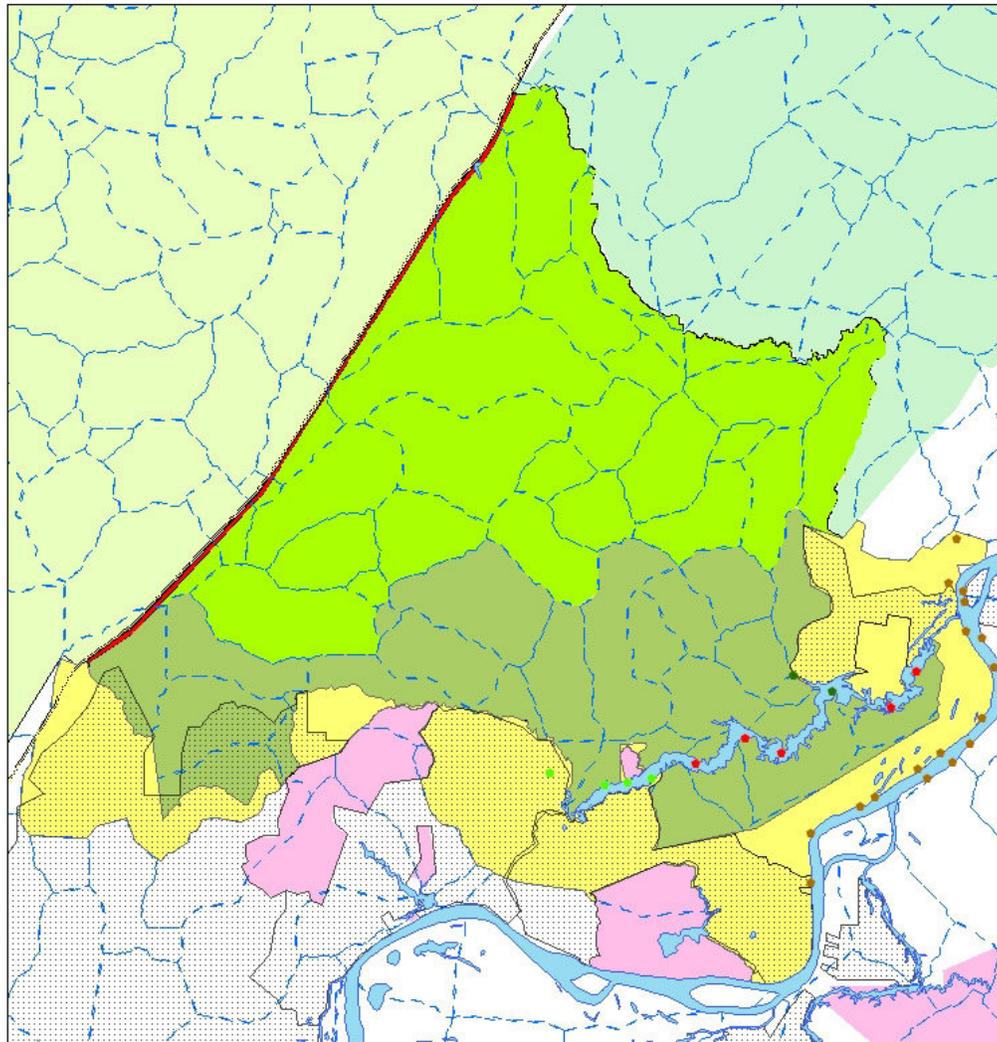
- Garantir a proteção integral dos recursos naturais e dos processos ecológicos vitais ao funcionamento do ecossistema;
- Garantir o mínimo de intervenção humana para manter a área com suas características naturais inalteradas.

Atividades permitidas

- Desenvolvimento de atividades de pesquisa e monitoramento da biodiversidade;
- Demais atividades que não envolvam coleta e uso de recursos nem degradação ambiental. A extração de recursos somente é permitida em ocasiões excepcionais e para saciar a fome, como durante deslocamentos eventuais.

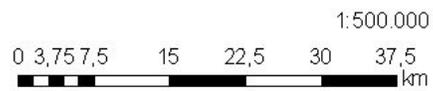
Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande

MAPA DO ZONEAMENTO



Legenda

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Comunidades | Terra Indígena |
| categoria | RDS do Rio Amapá |
| ● Comunidades do PAEMatupiri | UC's Federais |
| ● Comunidades do Entomo | PARNA Nascentes do Lago Jari |
| ● Aldeias Indígenas | Resex Capanã Grande |
| ● Comunidades da Resex | Zoneamento |
| — Estradas | ■ Zona de Preservação |
| ■ Principais Corpos d'água | ■ Zona de Recuperação |
| ■ Proposta de Zona de Amortecimento | ■ Zona de Uso dos Recursos Naturais |
| ■ Otto Baía - Nível 04 | |



Sistema de Coordenada Geográfica
 Datum: SAD 69
 Fonte de Dados: IBGE, ICMBio, ANA
 Responsável: Maressa Girão do Amaral
 Data de Elaboração: 15/02/12

Figura 7.3. Zona de Preservação, Zona de Uso de Recursos Naturais, Zona de Recuperação e proposta de Zona de Amortecimento da Resex do Lago do Capanã Grande.

7.6.2. Zona de Uso de Recursos Naturais (ZU): Compreende as áreas utilizadas para extração de recursos naturais, como seringa, açaí, castanha do Brasil, palhas, fibras, e pescaria (**Figura 7.3**). O uso de recursos deve seguir as boas práticas e devem estar de acordo com o Plano de Manejo da Resex e demais normas que venham a ser adotadas. Boa parte desta área é utilizada de forma esporádica e sazonal. É também ao longo desta área onde as populações humanas residem e fazem suas áreas de roçado. As áreas de roçado se restringem a áreas próximas das comunidades, e englobam uma pequena porção da ZU.

Dos seis tipos de vegetação que ocorrem dentro da Resex, quatro tipos ocorrem na ZU (ver caracterização do meio biótico e **figura 6.46**), sendo que dois tipos só ocorrem dentro desta zona. É a floresta ombrófila densa aluvial dossel emergente (floresta de várzea) e as formações pioneiras arbustivas com influência fluvial. Sendo assim, toda a área de várzea que ocorre dentro da Reserva encontra-se na ZU. As áreas de várzea são um dos ecossistemas mais ricos da bacia amazônica em virtude dos nutrientes despejados nestas matas por conta da cheia dos rios, ricos em sedimentos. Assim, a área de várzea provavelmente contribui significativamente para a manutenção da diversidade aquática do lago do Capanã. A principal atividade exercida na área de várzea é a extração de seringa, seguida pelo uso de castanhais.

A maior parte da floresta ombrófila aberta aluvial com palmeiras (matas de igapó) se encontra nesta zona, ao longo do médio e alto igarapé do Capanã Grande. Estas matas são inundadas pelas águas pretas do igarapé do Capanã, ao contrário das áreas de várzea, inundadas pelas águas barrentas do rio Madeira. Desconhece-se se há diferenças em biodiversidade entre estas áreas alagáveis.

Todo o lago do Capanã, quando dentro da Resex, está nesta zona. Uma pequena parte do lago se encontra fora da Reserva, na altura da Terra Indígena Palmeira, no alto do lago. Ao longo do lago do Capanã encontram-se inúmeros igarapés e lagos (**Figura 7.4**), que são extremamente importantes para a manutenção da diversidade de organismos aquáticos na Resex, pois se constituem como locais de vida e reprodução de peixes, como o pirarucu, e de outros animais, como o ameaçado peixe-boi. Destaca-se o igarapé do Matupá e o lago de mesmo nome que se encontra próximo a sua cabeceira, por ser um local de reprodução e crescimento de pirarucus, aruanã, acarás, acaris e outros animais (comunicações pessoais). Este lago sofre baixa pressão de captura

devido a relativa dificuldade de acesso, principalmente na seca, e a proteção do mesmo é imprescindível para a manutenção de estoques de peixes, como o pirarucu. Igualmente importantes para a proteção, já próximo a boca do lago do Capanã, se destacam o lago do Barbaço e o lago do Piranha, locais de reprodução e concentração de peixes como o pirarucu e o tambaqui (comunicações pessoais).

As matas do alto do igarapé do Capanã estão nesta zona, por virtude da existência de castanhais nesta área. Entretanto, o uso destas matas acontece de forma esporádica e sazonal, durante a estação de coleta de castanha. Portanto, a região possui baixo impacto de ações humanas, e conseqüentemente apresenta alta diversidade de espécies (comunicações pessoais).

Objetivos de manejo

- Aplicar princípios e práticas de uso sustentável de recursos naturais orientados por práticas de manejo sustentável dos recursos naturais;
- Diversificar as alternativas de manejo com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações beneficiárias;
- Realizar acordos específicos de uso de recursos que respeite o uso tradicional do território por comunidades extrativistas, indígenas e assentados;
- Manter espaços de ocupação humana na Resex e suas infraestruturas associadas (residências, escolas, igrejas, etc.);
- Atividades de pesquisa e monitoramento da sociobiodiversidade.

Atividades permitidas

- Uso tradicional de recursos naturais para manutenção dos modos de vidas das comunidades beneficiárias, respeitados os limites legais, o acordo de gestão e demais acordos específicos;
- Manejo de recursos naturais delineados em planos de manejo sustentáveis de recurso natural e demais planos específicos aprovados pelo conselho gestor;
- Instalação de infraestruturas comunitárias (casas, escolas, igrejas, etc...);
- Instalação de infraestruturas de suporte à gestão da Resex do Lago do Capanã Grande (bases de apoio, flutuantes, etc...).



Figura 7.4. Acima, os lagos do Matupá e do Barbaço. Abaixo, os lagos do Retiro e do Comprido, respectivamente (Fotos: Cleiton A. Signor).

7.6.3. Zona de Recuperação (ZR): Compreende uma faixa de 500 metros ao longo da BR319 (ver **Figura 7.3**).

Esta área se destina a recuperação dos impactos ambientais sofridos por ocasião da construção da rodovia na década de 70 e pela colonização de suas margens, bem como para a mitigação dos possíveis impactos oriundos do plano de recuperação do pavimento da rodovia, previstos para iniciar em 2012. As atividades vinculadas à recuperação do pavimento da BR319 não poderão ultrapassar esta ZR.

Objetivos de manejo

- Recuperar ou restaurar de forma natural os ambientes degradados situados ao longo da rodovia federal BR319;
- Realizar ações preventivas de fiscalização e monitoramento para frear a degradação e ocupação humana dos ambientes ao longo da rodovia federal BR319.

Atividades permitidas

- Instalação de infraestruturas que visem a proteção ambiental da área;
- Fiscalização e monitoramento ambiental;
- Pesquisa científica e atividades de monitoramento de áreas degradadas.

7.6.4. Zona de Amortecimento (ZA): Compreende a área de entorno proposta para a Unidade (**Figura 7.3 e 7.5**).

As atividades desenvolvidas nesta área devem ser monitoradas pelo ICMBio, de modo a garantir que não exerçam impactos ambientais negativos sobre a UC. Regras e normas específicas de uso de recursos, como regras de pesca nos lagos e normas de extração de madeira poderão ser acordados com as comunidades usuárias desta Zona, de acordo com demanda das comunidades interessadas, bem como de acordo com a necessidade de garantir a função destas áreas enquanto ZA.

Na área proposta da ZA estão inseridas partes do PAE Matupiri, Baetas, Fortaleza e PAE Lago do Acará. A RDS do Rio Amapá e as Terras Indígenas do entorno da Resex ficaram de fora da ZA, pois as mesmas já se constituem como áreas protegidas.

A ZA aqui proposta está baseada numa série de fatores relacionados aos distintos setores da área de entorno da Resex, a saber:

- a) Áreas de várzea, lagos e igarapés ambientalmente importantes, na parte leste da Resex, e ninhais de aves. Estes se constituem em áreas de vida de animais ameaçados e vulneráveis, como peixe-boi e pirarucu, bem como áreas de reprodução, crescimento de jovens e concentração de peixes na estação de seca. Estes igarapés e lagos possuem conectividade com o lago do Capanã durante o período de cheia. Alguns, como o lago do Comprido, são usados como rota de pessoas para entrada na Resex. Destaca-se o lago do Retiro (ou Matupi) e o lago do Comprido por serem áreas de concentração, reprodução e cria de pirarucus, tambaquis, peixe boi e outros animais aquáticos (comunicações pessoais) (ver **Figura 7.4**). Estes dois lagos sofrem baixa pressão de captura, e a proteção dos

mesmos é imprescindível para a manutenção de estoques de peixes no lago do Capanã, a exemplo do pirarucu.

Entre outros lagos e igarapés cita-se o lago Itaúba e igarapé do São Francisco, à oeste do lago do Capanã, e à leste, os lagos do Jurará, Samaúma, Maravilha, lago do Pato e Jaburu. Regras específicas de manejo sustentável do lago e igarapés da ZA deverão ser acordadas em reuniões comunitárias.

Fazem parte desta área da ZA as comunidades de São Francisco do Capanãzinho, ao longo do igarapé de mesmo nome, a comunidade de Terra Preta do Capanãzinho, e as comunidades de Catutuba, Nazaré do Retiro, Santa Helena, Santa Marta, Santa Catarina e Gundumar, todas na beira do rio madeira, margem oeste.

- b)** Área circundante à entrada do lago do Capanã Grande (englobada na área do item anterior), pois se constitui como entrada de pessoas para a Resex e para o lago do Barbaço, tendo importância estratégica para fiscalização ambiental e proteção. O lago do Barbaço é um dos mais importantes da Resex, pois se constitui como área de vida, crescimento e concentração de pirarucus durante a estação de seca, e sofre intensa pressão de captura ilegal de pirarucus.
- c)** Área de seringais de uso tradicional pelos comunitários da Reserva, entre a Resex e o igarapé água branca, que faz limite entre as áreas de uso dos comunitários da comunidade de São Raimundo (Resex) e Catutuba (ZA). Parte desta área está englobada na área de várzea descrita no item a.
- d)** Toda a área que fica entre a Resex e o PAE Matupiri e que não possui destinação fundiária. Nesta área há uma comunidade familiar denominada Terra Preta. Tem como objetivo regular atividades como desmatamento, pesca ilegal e outras que possam impactar a Reserva.
- e)** Microbacia hidrográfica compartilhada entre o PAE Matupiri e a Resex. As comunidades do assentamento são a comunidade de São José do Cumã, que se encontra na beira do igarapé do Capanã, e a comunidade de São Sebastião do Cumã, na beira do igarapé do Cumã, afluente do Capanã. Seus habitantes fazem uso dos recursos naturais da Resex. Tem como objetivo regular as atividades

como desmatamento, invasão para construção de roçados, pesca de pirarucu e outras atividades que possam impactar a Reserva.

- f)** Microbacias hidrográficas compartilhadas entre os PAEs Baetas, Fortaleza e Acará e a Resex. Tem como objetivo regular as atividades como desmatamento e licenciamento ambiental de atividades que possam impactar a Resex. O PAE Baetas faz divisa com o igarapé do Capanã no seu alto curso. Está área é uma das mais preservadas do Capanã, onde a presença humana é limitada, o que permite a presença de alta diversidade de espécies (comunicações pessoais). O alto do igarapé do Capanã também é região de reprodução de quelônios e alguns peixes, como a jatuarana, que sazonalmente migra para a parte baixa do igarapé, eventualmente atingindo o rio Madeira (comunicações pessoais).
- g)** Áreas que possuem microbacias hidrográficas compartilhadas com a Resex e que não foram englobadas nos dois itens anteriores, excetuando-se quando no interior de áreas protegidas (UC ou TI).
- h)** Área da BR 319 ao longo dos limites com a Resex. Tem como objetivo regular atividades que possam impactar a Resex.

Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande
Proposta de Zona Amortecimento - Detalhamento

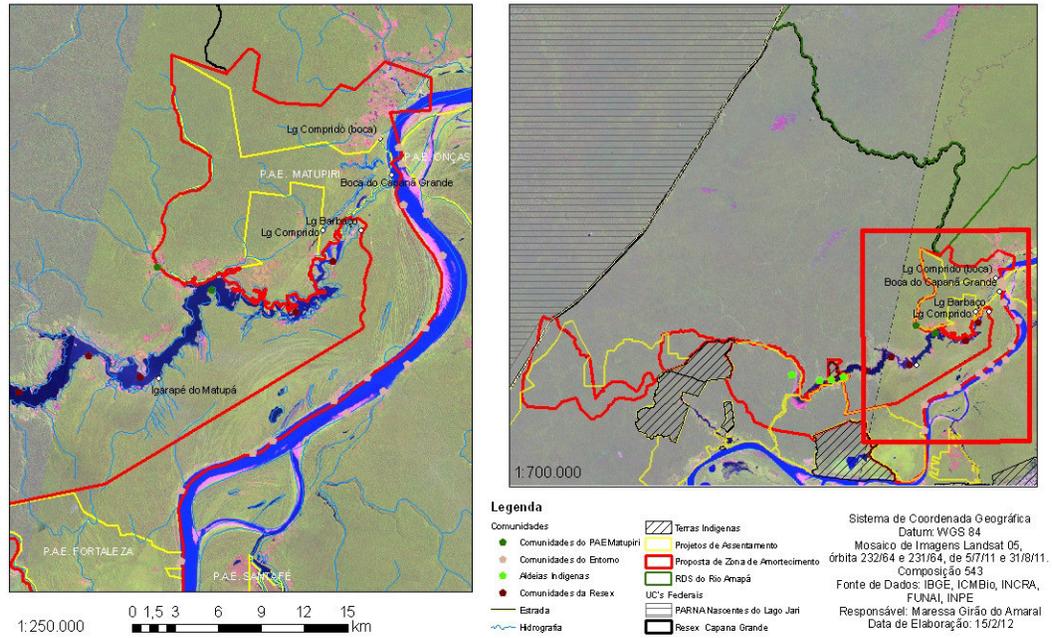


Figura 7.5. Detalhe da Zona de Amortecimento proposta para a Resex do Lago do Capanã Grande.

8. ANÁLISE DE CENÁRIOS

A análise de cenários possibilita avaliar os possíveis contextos ambientais e sócio-econômicos que podem permear uma Unidade de Conservação, identificando ameaças e oportunidades de gestão. Esta análise permite projetar as tendências prováveis da evolução da gestão da Unidade de acordo com diferentes ambientes de contexto, cujo objetivo final é orientar o planejamento e a tomada de decisões (escolhas e ações estratégicas) de gestão da Reserva Extrativista.

A construção dos cenários da Resex aconteceu em uma reunião realizada na comunidade de São Raimundo, e contou com a participação de comunitários da Resex e do PAE Matupiri. Após uma discussão da importância dos cenários para compor o plano de manejo da Resex e da apresentação da metodologia de trabalho, dividiu-se os participantes em três grupos referentes a cada cenário (cenários ótimo, provável e ruim). Os presentes foram convidados e estimulados a vislumbrar cada componente de ação e as prioridades definidas para cada programa de gestão da Resex, a saber: Programa de Gestão Participativa e Administração; Qualidade de Vida e Cidadania; Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas; Fiscalização e Vigilância; Pesquisa e Monitoramento. Também houve uma recapitulação do acordo de gestão da Resex.

A atividade foi baseada no modelo de cenário desejado ou normativo (Godet e Roubelat 1996), onde a expressão do futuro é baseada na vontade de uma coletividade, refletindo seus anseios e expectativas e delineando o que se espera alcançar num dado horizonte. Entretanto, como deve ser descrição de um futuro plausível, o cenário desejado não pode ser a mera expressão incondicionada dos sonhos ou utopias de um grupo, mas antes um futuro que pode ser realizado como algo viável. Assim, o cenário desejado deve ser também uma descrição consistente de uma visão que leve em conta o contexto e os recursos mobilizáveis pela coletividade e pela gestão da Reserva.

Tabela 8.1: Análise de Cenários dos programas de gestão da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande.

PROGRAMAS DE GESTÃO	CENÁRIO ÓTIMO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO RUIM
Gestão Participativa e Administração	1. Recursos de outros órgãos sendo cooptados para o ICMBio, aumentando o valor do repasse dos recursos já existentes; projetos de diferentes fontes financeiras sendo executados na Resex;	1. Recursos do Programa ARPA sendo executados na UC com um esforço de garantir as atividades prioritárias dos Programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;	1. Redução no valor do repasse de recursos financeiros atuais pelo Governo e parceiros; Saída da UC do Programa ARPA;
	2. Quatro (04) analistas lotados na UC e dois técnicos ambientais trabalhando na Resex. Servidores sendo capacitados em diferentes cursos contribuindo para a melhoria da qualidade da gestão da UC;	2. Dificuldade de gestão em decorrência da equipe reduzida; Dificuldade de saída dos gestores para a participação de cursos de capacitação devido a redução da equipe de quatro servidores para dois servidores em 2011;	2. Redução no número de servidores lotados na UC; Cancelamento dos investimentos pelo ICMBio em capacitação dos servidores;
	3. Conselho Deliberativo fortalecido, crítico e atuante;	3. Reuniões de Conselho Deliberativo acontecendo de acordo com o Regimento e melhor participação dos conselheiros da Resex,	3. Desarticulação e Desmotivação dos membros da Sociedade Civil e Comunidades da Resex no Conselho Deliberativo;
	4. Parcerias fortalecidas entre ICMBio, Prefeitura de Manicoré, Câmara de	4. Trabalho dos Gestores na Resex fortalecido pela continuidade de	4. Perda de parceiros significativos como Instituto

	Vereadores, Organizações Governamentais e Não-Governamentais atuantes no Município;	parcerias e no início de outras com Instituições Governamentais e não-governamentais;	Internacional de Educação do Brasil – IIEB, HANDS do Brasil e do Instituto de Desenvolvimento Agrícola do Amazonas – IDAM;
	5. Reuniões ocorrendo freqüentemente nas comunidades por demanda das mesmas e mais famílias participando nas reuniões junto com a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande – AMALCG, fortalecida e atuante;	5. Lideranças da Resex, dos Indígenas e do Assentamento participando conjuntamente das reuniões de interesse juntamente com a AMALCG e ICMBio;	5. Perda da parceria ICMBio e Associação dos Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande – AMALCG;
	6. Comunidades fortalecidas e com melhor diálogo com o ICMBio; Intercâmbio acontecendo entre as comunidades vizinhas do município de Manicoré e de outros mais próximos para troca de experiências.	6. Comunidades participando das reuniões mais ativamente.	6. Desarticulação e desmotivação das comunidades; falta de interesse na participação de reuniões/encontros.
Qualidade de Vida e Cidadania	1. Redução substancial no número de casos de malária e casos de diarreia;	1. Manutenção na diminuição conquistada no número de casos de malária e diarreia na população do Capanã;	1. Aumento no número de casos de diarreia em decorrência da contaminação da água por

			falta de Saneamento básico e tratamento de água; Epidemia de Malária e aumento dos casos em todas as comunidades do Lago do Capanã;
	2. Saneamento Básico: água encanada; fossas sanitárias nas residências; Famílias sensibilizadas com a questão ambiental e com redução de lixo na área da Resex;	2. Melhora no tratamento de água e aumento de bombas de água nas comunidades; Campanhas de educação ambiental voltados para a questão da poluição nas comunidades;	2. Não execução das atividades planejadas para a melhoria na coleta e tratamento de água nas comunidades e limpeza pública;
	3. Comunicação funcionando com internet, telefones públicos nas comunidades e rádio de comunicação em cada comunidade e na sede do ICMBio;	3. Internet da comunidade Ponta do Campo funcionando e instalação de antena de internet na comunidade de São Raimundo;	3. Comunidades sem telefone e sem a manutenção do já existente na Ponta do Campo; Cancelamento do ponto de internet existente pela Embratel;
	4. Escolas funcionando com Bibliotecas, área de esporte e com profissionais qualificados, Escola de Ensino Médio funcionando na Comunidade São Raimundo atendendo a demanda das Comunidades de Jutai, São Raimundo e comunidades do PAE	4. Manutenção das escolas existentes e construção da Escola na comunidade São Raimundo;	4. Desativação de escolas e/ou diminuição no quadro de professores lotados nas escolas da Resex;

	Matupiri. Cursos Técnicos sendo oferecidos em parceria com a Prefeitura para os jovens da Resex;		
	5. Todos os moradores da Resex com moradias de qualidade com energia elétrica durante 24hs;	5. Iluminação ainda sendo gerada por geradores a gasolina e diesel;	5. Nenhum projeto de acesso a Energia Elétrica solicitado para o governo aprovado para a UC;
	6. Um calendário de atividades culturais e esportivas sendo executado nas comunidades com a parceria da Prefeitura, ICMBio e Associação AMALCG;	6. Festas de padroeiros acontecendo de acordo com o calendário das comunidades;	6. Cancelamento dos programas sociais pelo MDS e MMA;
	7. Aquisição de melhor renda pelos moradores da Resex através da comercialização de produtos agroextrativistas.	7. Continuidade dos programas de assistência social como Bolsa Família e o Bolsa verde incrementando a renda familiar.	7. Famílias acessando os programas de assistência social do governo como o Bolsa Família e a expansão para um maior número de famílias.
Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	1. Indígenas, Assentados e demais comunitários do entorno da UC dialogando com o ICMBio e sendo parceiros no Manejo dos Recursos usados	1. Maior participação nas reuniões por Indígenas e Assentados e um melhor diálogo com as comunidades da Resex e ICMBio;	1. Intensificação de conflitos sobre o uso de castanhais, seringais e pesca com indígenas e assentados;

	conjuntamente;		
	2. Moradores conscientizados e executando o plano de manejo do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>), sobretudo para a venda;	2. Programa de manejo do pirarucu sendo implementado com as pesquisas necessárias;	2. Aumento da pressão sobre o pirarucu para a venda proibida e diminuição no estoque com ameaça de extinção local;
	3. Produção de borracha da Resex sendo vendida com melhor preço pela forte concorrência comercial; Venda da Borracha para fabricação de subprodutos esportivos na Copa de 2014;	3. Manutenção da produção de borracha do Capanã, hoje a maior do município com subvenção e concorrência pela compra da produção;	3. Perda do repasse da subvenção da borracha por parte do Estado e da Prefeitura; Diminuição da produtividade da borracha por conta de doença ou praga acometendo as árvores; Diminuição da demanda por Borracha;
	4. Extrativistas executando as Boas práticas no Manejo da castanha do Brasil (<i>Bertholletia excelsa</i>) e conquistando um melhor valor de venda do produto pela Cooperativa Verde de Manicoré – COVEMA; Venda de Castanha certificada como Orgânica;	4. Melhoria na qualidade da castanha coletada pela adoção das boas práticas pelo manejo da castanha e melhor preço de venda para a COVEMA;	4. Diminuição da demanda por castanha do Brasil; Coletores não adotando as Boas Práticas no Manejo da Castanha;
	5. Sistema Agroflorestal implantado em todas as	5. Desenvolvimento do Sistema Agroflorestal na Resex com	5. Falta de interesse e desarticulação das

	<p>comunidades da Resex com os primeiros produtos sendo comercializados na região com parceria das cooperativas locais;</p>	<p> cursos de reciclagem e acompanhamento dos produtores em parceria com IDEAS, Hands e CEPLAC;</p>	<p>comunidades na implantação dos SAFs; Falta de parceria para as capacitações dos Agroextrativistas;</p>
	<p>6. Atividade de artesanato gerando renda para os moradores da Resex com o manejo adequado dos produtos naturais utilizados na confecção das peças;</p>	<p>6. Cursos de criação e melhoria da qualidade do artesanato sendo oferecidos em parceria com a COMACAM para os artesãos e artesãs de Capanã e suas peças sendo comercializadas regionalmente;</p>	<p>6. Desinteresse, desmotivação e desarticulação do grupo de artesanato levando ao término do mesmo;</p>
	<p>7. Comunidades comercializando através do Programa de Aquisição de Alimentos PAA e outros programas como PGPMBio, PNAE; Produção Agroextrativista sendo utilizada na própria merenda escolar das Escolas na Resex;</p>	<p>7. Produtores participando do PAA; Açaí (<i>Euterpe</i> sp.), cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>) e cacau (<i>Theobroma cacao</i>) sendo comercializados com a COOPEMA devido à instalação da agroindústria de beneficiamento de polpas de frutas;</p>	<p>7. Não implantação de Políticas Agrícolas no primeiro setor pelo MDA; Desinteresse pelos comunitários na implantação/manutenção dos SAF's;</p>
	<p>8. Aproveitamento de madeira caída para a construção de móveis e outros produtos para a venda; Moradores utilizando técnicas adequadas na abertura</p>	<p>8. Abertura de roças sendo feitas do modo tradicional com riscos de incêndios constantemente;</p>	<p>8. Diminuição da produção agroextrativistas por falta de incentivos do governo, falta de assistência técnica e apoio no escoamento e</p>

	de roças diminuindo incêndios acidentais;		venda da produção;
	9. Um Barco com capacidade adequada para transporte de cargas e passageiros escoando a produção do Capanã.	9. Produção sendo escoada por barco regional e sendo vendida para atravessadores.	9. Grilagem, invasões para retirada de madeira, caça, queimada de roças e outros problemas oriundos da Reabertura e Pavimentação da BR319 acontecendo, e a Estrutura da UC não sendo fortificada pelo ICMBio.
Fiscalização e Vigilância	1. Sistema de rádio em todas as comunidades e sede do ICMBio em Manicoré para denúncias; Presença rotineira de analistas fiscais do ICMBio de outra lotação com parceria do IBAMA e da Polícia Militar; Operação de fiscalização pelo menos duas vezes por ano com ICMBio, IBAMA, Polícia Federal e Militar;	1. Manutenção das fiscalizações planejadas com recursos do ARPA;	1. Diminuição ou atraso no repasse de recursos para a Fiscalização;
	2. Base operacional do ICMBio equipada com internet, rádio de comunicação na Resex para a permanência de analistas em operações rotineiras de fiscalização e de parceiros;	2. Operações de fiscalização sendo fomentadas pela CGPRO/ICMBio pelo menos três vezes ao ano;	2. Invasões intensificadas para a pesca do pirarucu no lago do Capanã e para a pesca de outras espécies;

	3. Agentes ambientais comunitários colaborando na fiscalização da Resex;	3. Maior participação de comunitários nas atividades; Monitores contribuindo com a gestão da UC;	3. Desinteresse e desarticulação de comunitários em trabalhos coletivos como o de monitoria ambiental;
	4. Programa de Fiscalização funcionando perfeitamente com a parceria dos comunitários da Resex e demais moradores do lago do Capanã.	4. Aumento no número de notificações e multas decorrente da fiscalização mais eficiente pela implantação do Programa de Fiscalização;	4. Aumento na pressão para retirada de madeira, caça e pesca ilegal na Resex;
	5. Área de abrangência da BR-319 que tangencia a UC livre de invasões para assentamento, caça e retirada de madeira.	5. Ocorrências de invasões na área da Resex próximas a BR-319 pela especulação de reabertura da Rodovia.	5. Aumento do número de queimadas e desmatamentos ilegais devido à abertura e pavimentação da BR-319; Problemas com grilagem e assentamentos irregulares na porção que tangencia a BR-319.
Pesquisa e Monitoramento	1. Pesquisas acontecendo na Resex sendo fomentadas por entidades de pesquisas parceiras; Mestrados e doutorados sendo realizados de	1. Pesquisas acontecendo da Resex, principalmente na área próximo da BR-319 devido à especulação de pavimentação da BR;	1. Nenhuma atividade de pesquisa sendo realizado na Resex por falta de recursos, planejamento da UC ou por falta de interesse das

	acordo com as demandas de estudos apontados pela gestão da UC;		instituições de pesquisa na área.
	2. Comunidade envolvida na pesquisa de alguma forma (p.ex. informantes, auxiliares de campo, mateiros);	2. Pesquisas pontuais acontecendo na Resex principalmente sobre espécies de interesse comercial;	
	3. Dados ecológicos, socioeconômicos e culturais sendo atualizados e diminuindo as lacunas de conhecimento sobre a UC.	3. Implementação do Programa de Pesquisa e Monitoramento da Resex com a participação das comunidades no monitoramento.	
	4. Reintrodução de peixe-boi (<i>Trichechus inunguis</i>) experimental nos lagotes da Resex acontecendo em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.		

9. PROGRAMAS DE GESTÃO

Os programas e subprogramas possuem como objetivo básico fornecer diretrizes para a gestão da Reserva Extrativista, delineando ações e estratégias de gestão e manejo sustentável da Unidade, cujos objetivos visam:

- Subsidiar as ações da equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das instituições parceiras, das associações da Reserva, dos componentes do Conselho Deliberativo e das populações beneficiárias e usuárias da Resex.

- Garantir a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade.

- A busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços públicos básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais e ambientais.

- Equipar a Reserva Extrativista com infraestrutura necessária para o cumprimento de seus objetivos.

- Fortalecer a organização comunitária e as suas associações e entidades.

- Fomentar atividades de pesquisa, monitoramento e educação ambiental.

A gestão da Resex deve seguir o novo modelo de gestão estratégica do ICMBio, que adota a gestão orientada para os resultados. Esta gestão se constitui na definição clara dos resultados prioritários a serem alcançados (metas), a elaboração de planos de ação consistentes para a obtenção dos resultados almejados, o monitoramento constante dos resultados e a rápida correção de rumo quando os resultados almejados não são alcançados (ICMBio 2010).

O método básico para a gestão de qualidade é o ciclo PDCA (Planejamento, Desenvolvimento ou execução, Checagem e Ação Corretiva). No gerenciamento de uma tarefa deve-se girar o ciclo, ou seja, planejar, executar o planejado, verificar se os resultados almejados foram alcançados e, em caso negativo, agir corretivamente; em caso positivo, padronizar a forma de executar a atividade e propor melhorias nos resultados para o próximo giro do ciclo (ICMBio 2010).

A Estratégia de gestão também deverá basear-se no Planejamento Estratégico Participativo, de modo que garanta a participação e o envolvimento dos comunitários e demais entes da sociedade no planejamento e execução das atividades da UC.

O processo para construção dos programas e subprogramas da Resex teve início ao longo da elaboração do Acordo de Gestão ou Plano de Utilização da Resex. Em setembro de 2009 foi realizada uma oficina na comunidade de Ponta do Campo, onde os comunitários foram separados em três grupos temáticos: 1) Infra-estrutura; 2) Geração de renda e associativismo; 3) Gerenciamento da Resex. Nesta reunião definiram-se as pretensões dos comunitários dentro destes grupos, e os resultados foram sistematizados em cartazes (**Figura 9.1**). Após esta reunião, o desdobramento destes apontamentos dos comunitários em programas propriamente ditos foram feitos em duas etapas. Primeiro, a equipe da Resex do Lago do Capanã Grande construiu as matrizes do programas e subprogramas em atividades, ações, metas e indicadores de desempenho. Atividades e ações não apontadas pelos comunitários também foram incorporadas aos programas. Segundo, estas matrizes foram apresentadas ao Conselho Deliberativo para complementação, definição das prioridades de ação e validação em uma reunião nos dias 14 e 15 de julho de 2011, na cidade de Manicoré. Após a realização de trabalhos em grupos, iniciou-se a votação das prioridades. Cada cadeira do Conselho recebeu uma tarjeta vermelha (alta prioridade), uma verde (média prioridade) e uma amarela (menor prioridade). Para cada atividade o conselheiro deveria levantar uma tarjeta. Posteriormente, no escritório de Manicoré, atribui-se o valor de um ponto para vermelho, dois para verde e três para amarelo. Somou-se a pontuação para cada atividade e dividiu-se pelo número de cadeiras do conselho que votaram. No final gerou-se um número de um (1) a três (3) onde, quanto menor o valor, maior a prioridade.

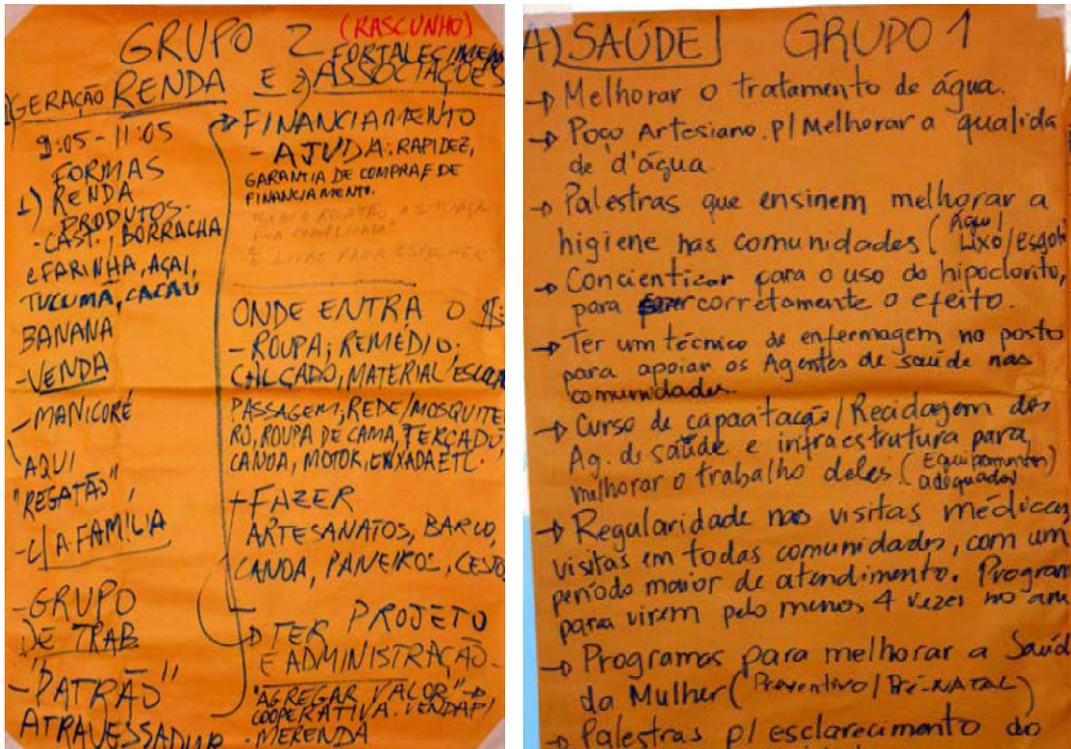


Figura 9.1. Painéis com o início da construção dos programas junto aos comunitários da Resex (Fotos: Mauricio G. Torres).

9.1. Programa de Gestão Participativa e Administração da Resex

Este programa foi dividido em cinco (5) subprogramas com 16 atividades previstas (**Tabela 9.1**). Os objetivos de cada programa e subprograma são apresentados a seguir.

Objetivo Geral: Este programa visa dotar a Reserva de uma gestão de qualidade orientada para resultados, por meio de: Planejamento anual de atividades; acesso a recursos e outras ferramentas de gestão; fortalecimento, capacitação e envolvimento dos diversos atores comunitários presentes na Resex, com vistas a possibilitar uma gestão participativa e compartilhada; divulgação e transparência da Reserva e de sua gestão.

Objetivos específicos:

Subprograma Administrativo e Operacional: Este subprograma visa garantir a continuidade das atividades de gestão da Reserva, por meio de: Instrumentalizar a Unidade com um planejamento orçamentário anual, de modo a galgar os recursos necessários para a gestão junto à administração sede do ICMBio; acessar ferramentas e contratos institucionais de apoio ou desenvolvimento da gestão; manter equipamentos

funcionando via manutenção preventiva; e possuir banco de dados profissional de modo a dotar a gestão da Resex com memória institucional.

Subprograma Fortalecimento de Gestão: Este subprograma visa organizar, fortalecer, avaliar, divulgar e dar transparência à gestão da Reserva por meio de: Planejamento anual de atividades, com divulgação e avaliação da gestão e aplicação do ciclo de gestão por resultados; capacitação dos analistas ambientais da Unidade; fortalecimento e capacitação do Conselho Deliberativo; maior presença dos analistas ambientais na Unidade; acesso a políticas e programas governamentais e não governamentais via submissão de projetos e similares.

Subprograma Fortalecimento Comunitário: Este subprograma visa o fortalecimento, organização, capacitação e envolvimento dos diversos atores comunitários presentes na Resex e no lago do Capanã, com vistas a possibilitar uma gestão participativa e compartilhada, por meio de: Fortalecimento e capacitação de associações e demais grupos sociais; Estimular e fomentar a participação e o envolvimento dos jovens na gestão da Reserva; criar um Conselho Intercomunitário de lideranças de todas as comunidades do lago do Capanã, incluindo assentados e indígenas.

Subprograma Integração com Entorno: Este subprograma visa à divulgação da Resex e de sua gestão e o envolvimento das comunidades do entorno em atividades relacionadas à gestão da Unidade, por meio de: Atividades de divulgação e distribuição de cartilhas educativas; fomento à participação das comunidades do entorno em atividades previstas no plano de manejo da Resex, como capacitação, assistência técnica e vigilância da Unidade.

Subprograma Fundiário: Este subprograma visa: Promover a regularização fundiária e a emissão de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para toda a Resex; Atualizar a lista de beneficiários da Reserva e cadastrar os usuários que residem no lago do Capanã Grande ou na área de amortecimento proposta para a Reserva; divulgação dos limites da Resex.

Na **figura 9.2** visualizamos a escala de prioridades vinculada a cada atividade. A média das prioridades deste programa foi 1,41.

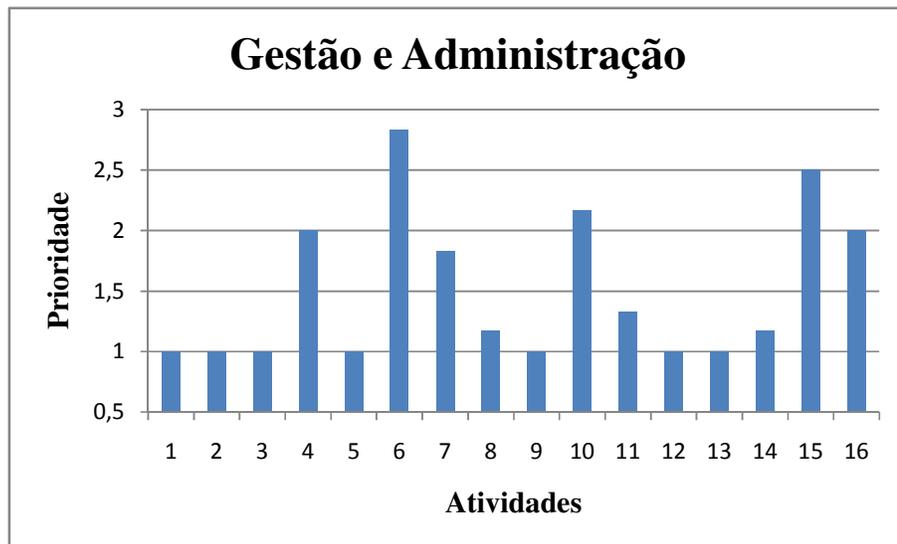


Figura 9.2. Escala de prioridades das 16 atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Tabela 6.1. Programas de Gestão e Administração da Resex do Lago do Capanã Grande

PROGRAMA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO		
Este programa visa à definição de diretrizes e atividades de planejamento, administração, operacionalização e fortalecimento da gestão da Resex, visando garantir o desenvolvimento das atividades previstas nos programas e subprogramas, permitindo, assim, o funcionamento ideal da UC e sua efetiva implementação		
6.1.1. Subprograma Administrativo e Operacional		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
1. Planejar e organizar orçamento conforme demanda anual da RESEX	Elaborar o plano semestral orçamentário e apresentá-lo para a administração	1
	Buscar a operacionalização através do ticketcar e outras ferramentas ou contratos institucionais	
	Escrever banco de projetos antecipadamente para obter financiamentos em editais e similares	
2. Criar e implementar Banco de Dados Geral da RESEX	Articular junto a coordenação de tecnologia de informação do ICMBio ou outros meios a criação de um banco de dados de informações da RESEX que possam ser rotineiramente alimentados e avaliados	1
3. Manter equipamentos funcionando e com manutenção preventiva	Estabelecer cronograma de manutenção periódica dos equipamentos, com previsão orçamentária	1
6.1.2. Subprograma Fortalecimento da Gestão		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
4. Capacitação dos analistas da Resex	Inscrever-se e participar de cursos relacionados principalmente à necessidade imediata de gestão da Resex	2
	Participação em intercâmbios e similares	
5. Fortalecimento e Capacitação do Conselho Deliberativo da RESEX	Desenvolver agenda de capacitações junto aos Conselheiros	1
6. Desenvolver o planejamento anual das atividades previstas no Plano de Manejo	Desenvolver cronograma semestral/anual de implementação das atividades previstas no Plano de Manejo junto ao Conselho Deliberativo e as demais lideranças comunitárias	1.41

	Fazer avaliação semestral da efetividade de execução do planejamento junto ao Conselho Deliberativo e as demais lideranças comunitárias	
	Promover, ao fim de cada ano, a avaliação da gestão da Resex pelos beneficiários e usuários da mesma	
	Aplicar o ciclo de gestão por resultados adotado pelo ICMBio (PDCA) na execução das atividades do Plano de Manejo, aperfeiçoando os resultados positivos e corrigindo as deficiências	
	Divulgar, ao fim de cada ano, o balanço entre as atividades previstas e executadas na Resex	
	Divulgar, ao fim de cada ano, as prestações de contas relativas as atividades de gestão da Resex	
7. Procurar a presença dos analistas ambientais na Resex	Desenvolver agenda de atividades presenciais semestral . Quando possível, coincidir as atividades diversas do plano de manejo com a época de maior incidência ou potencialidade de ilícitos ambientais na Resex	1.83
8. Acessar políticas e programas governamentais e não governamentais para aplicação na Resex	Investigar e acessar as políticas e os programas governamentais em andamento nos vários ministérios de governo com potencialidade de aplicação na Resex	1.17
	Acessar programas da sociedade civil via submissão de projetos e articular parcerias para implementação de projetos juntos às distintas entidades públicas e civis	
6.1.3. Subprograma Fortalecimento Comunitário		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
09. Fortalecimento e Capacitação das associações de moradores da Resex e dos comunitários em geral	Articular e desenvolver agenda de capacitações e reuniões junto aos comunitários	1
	Acompanhar as atividades das associações da Resex	
	Incentivar e organizar as associações, principalmente a AMALCG, a desenvolver projetos vinculados aos Programas e ao Acordo de gestão da Resex	
10. Criar um Conselho Intercomunitário de lideranças (incluindo extrativistas, assentados e indígenas) para resolver questões comunitárias comuns ao lago do capanã grande	Criar o Conselho e desenvolver agenda de demandas a serem tratadas junto ao Conselho	2.17
	Estabelecer métodos e critérios para demanda de reuniões e se possível, estabelecer agenda anual de encontros	
11. Estimular e apoiar o envolvimento dos jovens	Desenvolver agenda de atividades voltada aos jovens e fomentar a realização de encontros de	1.33

na gestão da Reserva	jovens com temas integrados a gestão da Resex Estimular a presença e a participação em reuniões e cursos de capacitação relacionadas ao planejamento da Resex	
6.1.4. Subprograma Integração com Entorno		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
12. Divulgação da RESEX, seu Plano de Gestão e sobre legislação específica nas comunidades do entorno e na sede municipal	Desenvolver agenda de apresentações e reuniões nas comunidades do entorno e na sede municipal Produzir cartilha educativa	1
13. Assistir as comunidades do entorno da Resex	Fomentar a participação das comunidades do entorno nas atividades de capacitação, orientação e assistência técnica aplicados na Resex Agendar reuniões de divulgação dos programas socioambientais implementados na Resex nas comunidades de entorno e verificar demanda de implementação dos programas nestas comunidades	1
6.1.5. Subprograma Fundiário		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
14. Encaminhar as ações cabíveis para a regularização fundiária da Resex e a obtenção dos Termos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) em toda a Resex	Abrir todos os processos de regularização fundiária e encaminhar ao ICMBio Brasília Articular a emissão do CCDRU junto ao ICMBio Brasília	1.17
15. Cadastramento e atualização de todos os beneficiários e usuários da Resex	Efetivar cadastro e georreferenciar todas as comunidades	2.5
16. Divulgação dos limites da Resex	Desenvolver cartilha com mapa da Resex, que contenha preferencialmente a delimitação de marcos de divisa da Resex que são reconhecidos em campo pelos comunitários Divulgar os limites da Resex	2

9.2. Programa de Qualidade de Vida e Cidadania

Este programa foi dividido em sete (7) subprogramas com 33 atividades previstas (**Tabela 9.2**). Os objetivos de cada programa e subprograma são apresentados a seguir.

Objetivo Geral: Este programa visa estabelecer melhorias na qualidade de vida das populações residentes na Resex e entorno.

Objetivos específicos:

Subprograma de Comunicação: Este subprograma visa melhorar o sistema de comunicação das comunidades da Resex via instalação de telefones públicos em todas as comunidades ou, na sua impossibilidade, a instalação de rádios de comunicação.

Subprograma de Transporte: Este subprograma visa: Melhorar o sistema de transporte de emergência para atendimento de saúde via aquisição de voadeira ambulância para atender a todas as comunidades do lago do Capanã Grande; equipar as embarcações de transporte de alunos com banheiro e equipamento de segurança; melhorar a segurança de navegação do igarapé do Capanã entre o lago do Capanã e o rio Madeira na época de seca.

Subprograma de Saúde e Saneamento: Este subprograma visa melhorar as condições de saúde e fornecer saneamento básico para as comunidades da Resex por meio de: Melhorar o acesso a água potável; promover saneamento básico por meio do desenvolvimento de sistema de destino e tratamento ecológico de esgoto e lixo doméstico e via educação e conscientização de boas práticas de saneamento; capacitação de agentes de saúde; equipar postos de saúde; criação de agenda periódica de visitas médicas e odontológicas e a realização de exames médicos na Reserva; criar programa de saúde da família com ênfase no planejamento familiar e na medicina preventiva; melhorar as condições de controle, diagnóstico e tratamento da malária; desenvolver programa de divulgação e incentivo ao uso da medicina tradicional baseada no uso de plantas medicinais da região.

Subprograma de Educação: Este subprograma visa: Fomentar a capacitação e a participação de professores e alunos nas questões ligadas a gestão da Reserva

Extrativista e ao meio ambiente; promover programa de educação ambiental e de agentes ambientais mirins junto às escolas e aos grupos de jovens; inserir o tema meio ambiente e Reserva Extrativista no projeto político pedagógico das escolas e incentivar a participação dos pais na elaboração do projeto; montar biblioteca na Resex; promover a inclusão digital; promover a alfabetização de jovens e adultos.

Subprograma de Esporte e Cultura: Este subprograma visa: Desenvolver programa de incentivo ao esporte e a cultura e a criação de agenda anual de atividades culturais e esportivas; fomentar programa de resgate, valorização e disseminação do conhecimento local tradicional; promover cursos de capacitação ligados a utilização de recursos naturais da região, como artesanato, culinária e outros; reativar os grupos de jovens.

Subprograma de Habitação: Este subprograma visa melhorar as condições de moradia de moradores da Resex via: Ampliação, via demanda, do acesso ao crédito instalação do INCRA; e conclusão das casas do contrato de crédito instalação iniciado em 2005.

Subprograma de Energia: Este subprograma visa ampliar o acesso dos moradores à energia elétrica alternativa e ecológica, via submissão de pedido de instalação de centrais fotovoltaicas (energia solar) junto ao Programa Luz para Todos.

Na **figura 9.3** visualizamos a escala de prioridades vinculada a cada atividade. A média das prioridades deste programa foi 1,69.

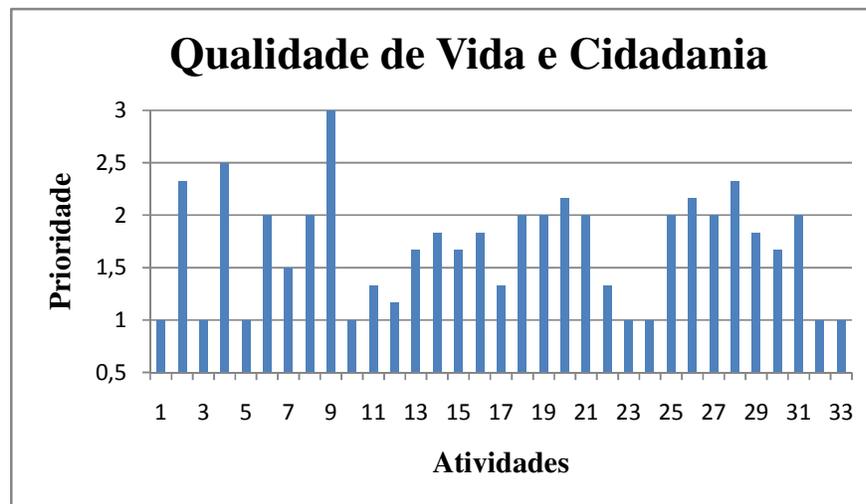


Figura 9.3. Escala de prioridades das 33 atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Tabela 6.2. Programas de Qualidade de Vida e Cidadania da Resex do Lago do Capanã Grande

QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA		
Este programa visa a garantir a cidadania e estabelecer melhorias nas condições de vida dos moradores da Resex		
6.2.1. Subprograma de Comunicação		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
1. Instalar telefones públicos em todas as comunidades da Resex e colocar em funcionamento os já existentes, e garantir manutenção adequada dos aparelhos	Contatar o serviço de telefonia para visita técnica na Resex	1
	Dar orientação aos comunitários sobre uso adequado e manutenção dos equipamentos	
2. Buscar parceria para instalação de aparelhos de radiocomunicação em todas as comunidades do lago do capanã grande	Articular a aquisição de rádios de comunicação	2.33
6.2.2. Subprograma de transporte		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
3. Buscar apoio para a aquisição de transporte de emergência para atendimento de saúde, preferencialmente uma voadeira-ambulância com motor de 40HP, com garantias de manutenção de combustível para a voadeira	Articular com o poder público (federal, estadual e/ou municipal) ou organizações não governamentais a viabilidade de tal aquisição	1
	Escrever projeto para aquisição via editais ou similares que contemplem este tipo de equipamento	
4. Buscar a melhoria do transporte escolar com banheiro e equipamento de segurança à bordo	Articular com o poder público (federal, estadual e/ou municipal) ou organizações não governamentais a melhoria e aquisição dos equipamentos	2.5
	Escrever projeto para aquisição dos equipamentos via editais ou similares	

5. Limpar o varadouro (caminho do lago do barbaço ao rio madeira)	Articular junto com o poder público municipal e as comunidades apoio de combustível e equipamentos para abertura do varadouro na estação de seca	1
6.2.3. Subprograma de Saúde e Saneamento		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
6. Estudo técnico da melhor forma de fornecimento de água de qualidade e saneamento básico para as comunidades	Acessar programas de saneamento	2
	Articular o estudo e implementação de fornecimento de água de qualidade para as comunidades	
7. Implantar sistema de tratamento e filtragem de água individuais (por família) nas comunidades de Santa Cívita e Nossa Senhora de Fátima	Articular com o poder público a construção dos poços	1.5
8. Promover programa de educação sobre assuntos referentes a tratamento da água, esgoto, lixo, etc.	Promover agenda de palestras e programa de educação continuada de instrução e conscientização	2
	Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e outros órgãos públicos, além de entidades civis	
9. Implementar programa de destino ou tratamento de esgotos e de tratos com o lixo doméstico	Construir programa baseado em técnicas ecológicas	3
	Construção de banheiros familiares	
10. Capacitar e atualizar os agentes de saúde e buscar infra-estrutura e equipamentos adequados aos postos de saúde	Articular junto ao setor público municipal a criação e implantação de agenda de cursos e capacitações direcionada aos agentes	1
	Articular com o poder público ou entidades não governamentais a construção de postos de saúde adequados e/ou adquirir equipamentos para os postos já existentes	
11. Garantir a manutenção e o funcionamento dos postos de saúde	Articular com o poder público municipal, demais parceiros e comunidades da Reserva a manutenção e bom funcionamento dos postos de saúde	1.33
	Garantir o funcionamento do (s) microscópio (s) e procurar a presença de microscopista	

12. Alocar técnicos de enfermagem nos postos de saúde para auxiliar os agentes de saúde nas comunidades	Articular com o poder público municipal a presença permanente ou agenda de visita de um técnico de enfermagem na Resex e entorno	1.17
	Investigar junto aos comunitários e agentes de saúde o tempo mínimo e ideal de permanência de técnico de enfermagem na Resex	
13. Buscar que as visitas médicas e odontológicas sejam realizadas com regularidade mínima trimestral em todas as comunidades e com tempo suficiente de atendimento, bem como disponibilizar exames laboratoriais	Articular com o poder público agenda de visita médica e odontológica na Resex e a disponibilização de exames laboratoriais	1.67
14. Implementar programa de melhoria da saúde da família, como planejamento familiar, exames de rotina, medicina preventiva e obstetrícia	Construir programa de saúde preventiva e planejamento familiar	1.83
	Articular com o poder público agenda de visita de profissional capacitado em planejamento familiar e medicina preventiva na Resex	
	Implementar o programa de saúde da mulher na Resex	
15. Buscar especialistas e esclarecimentos sobre exame de próstata, doenças sexualmente transmissíveis e males do cigarro e das bebidas alcoólicas	Desenvolver agenda e programa de saúde educativa junto ao poder público municipal e demais parceiros e implementar nas escolas e comunidades	1.67
16. Renovar periodicamente o abaixo assinado sobre a proibição do comércio de bebida alcoólica na Resex e articular parceria com o Conselho Tutelar e Polícia Militar	Realizar palestras sobre uso do álcool	1.83
	Procurar parceria com Conselho Tutelar e Polícia Militar	
17. Melhorar as condições para diagnóstico, tratamento e controle da malária	Desenvolver programa de saúde junto ao poder público municipal e demais parceiros	1.33
	Manter os postos de saúde com equipamentos e medicação adequados	
	Elaborar um calendário de prevenção	

	Disseminar o uso de repelente natural, mosquiteiro e vela de andiroba	
	Elaborar palestras e desenvolver atividades sobre a malária	
18. Implementar programa de transmissão e disseminação dos conhecimentos da medicina tradicional, valorizando e divulgando a medicina alternativa, baseada no uso de recursos naturais da região	Investigar o uso local de plantas na medicina e desenvolver cartilha educativa	2
	Investigar as plantas locais que possuem uso medicinal e que são subutilizadas ou não utilizadas pelos comunitários e inseri-las na cartilha	
	Desenvolver programa educacional de divulgação e incentivo ao uso da medicina tradicional	
	Estimular o desenvolvimento de hortas medicinais familiares	
	Promover intercâmbios entre as comunidades e a farmácia verde da Pastoral da Saúde	
19. Promover cursos para formação e capacitação de parteiras	Desenvolver programa de formação e capacitação junto à parteiras locais ou da região	2
	Buscar apoio de profissionais da saúde para acompanhar/auxiliar o curso	
6.2.4. Subprograma de Educação		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
20. Promover a participação das comunidades na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas e inserir o contexto de Resex no PPP	Criar um conselho de pais e mestres	2.17
	Incentivar a participação dos pais nas reuniões das escolas	
	Monitorar as ações e prestações de contas da Associação de Pais e Mestres do Capanã	
21. Montar biblioteca nas comunidades	Escrever projeto para aquisição de livros via editais ou similares	2
	Desenvolver junto as escolas um programa de incentivo à leitura nas escolas e na comunidade	

22. Reativar a Alfabetização de Jovens e Adultos (Proneira)	Articular junto ao poder público a implementação	1.33
23. Promover capacitação, atualização e envolvimento dos professores na vida das comunidades	Buscar cursos de capacitação e atualização para os professores, incluindo temas vinculados a Unidades de Conservação	1
	Envolver os professores na vida das comunidades, inclusive com a participação dos mesmos em reuniões diversas, para além das escolares	
	Buscar professores capacitados para aulas de educação física e artes, bem como obter material e equipamentos adequados	
	Monitorar e fazer cumprir o ano letivo de 200 dias	
24. Promover a inclusão digital na Resex	Promover cursos de informática na Reserva	1
	Articular a implantação de telecentros nas comunidades	
	Reativar a internet e computadores da comunidade Ponta do Campo (Instituto Embratel)	
25. Promover programa de Educação Ambiental que aborde temas relativos à Reserva Extrativista	Desenvolver banners para exposição permanente nas comunidades, abordando temas como Resex, Planos de Manejo, Biodiversidade, Conservação, etc..	2
	Articular o tema educação ambiental no dia a dia da escola, incluindo legislação ambiental	
	Buscar parcerias com instituições que possam apoiar ou realizar atividades educacionais na comunidade	
26. Desenvolver Programa de Agente Ambiental Mirim	Escrever programa e implementar junto às escolas	2.17
27. Implementar o Ensino Médio na comunidade de Jutai e na de São José (assentamento)	Articular junto ao poder público a implementação	2
6.2.5. Subprograma de Esporte e Cultura		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
28. Reativar o grupo de jovens (JUMC)	Incentivar a reativação do grupo, com o apoio dos professores de educação física	2.33

29. Desenvolver programa de incentivo ao esporte e a cultura	Criar agenda anual de atividades culturais e esportivas	1.83
	Elaborar um calendário comum de festas de todas as comunidades, inclusive indígenas, para fortalecer a cultura local e evitar a sobreposição de datas de festejos e fortalecer os festejos tradicionais, as festas de santos e demais atividades culturais	
	Incentivar as comunidades a expor seus produtos naturais e sua comida típica durante os festejos	
	Inserir o festejo de comemoração de aniversário da Resex (festa do seringueiro) no calendário oficial de festas do município de Manicoré e criar uma comissão para organizar a festa	
	Buscar apoio para construção de quadra poliesportiva coberta	
	Realizar campeonatos de futebol masculino e feminino	
	Articular a aquisição de equipamentos esportivos	
30. Desenvolver programa de resgate e valorização do conhecimento local (o artesanato, a história etc.)	Resgatar lendas e histórias locais e inseri-las em atividades culturais	1.67
	Promover programa de ensino de conhecimentos locais, dos moradores para seus vizinhos	
	Incentivar a culinária local baseada nos recursos naturais, desenvolvendo agenda de cursos	
	Resgatar e incentivar o grupo de artesãs e artesões locais, desenvolvendo agenda de capacitação e organização do grupo	
	Verificar demanda de curso de marcenaria e desenvolver agenda de capacitação e criação de grupo	
6.2.6. Subprograma de Habitação		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
31. Ampliar o acesso ao Crédito Instalação, do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA)	Promover o acesso ao crédito	2
	Organizar cadastro de moradores que já acessaram o crédito e verificar quais moradores necessitam do crédito	

	Exigir do INCRA a fiscalização do cumprimento dos contratos e a implementação efetiva dos créditos	
	Criar mecanismo de monitoramento e regulamentação da concessão desses benefícios, a partir de critérios da própria comunidade em consonância com os órgãos envolvidos	
32. Concluir o contrato de Crédito de Instalação do INCRA iniciado em 2005	Promover o cumprimento do contrato de construção das casas	1
	Exigir do INCRA a fiscalização do cumprimento dos contratos e a implementação efetiva dos créditos	
	Contatar o INCRA e exigir as medidas administrativas cabíveis para finalização do contrato	
6.2.7. Subprograma de Energia		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
33. Ampliar o acesso dos moradores à energia elétrica, com métodos adequados para as diferentes realidades da Reserva	Escrever projeto e buscar parceria com entidades governamentais e não governamentais para implementação de energia solar na Reserva	1
	Buscar acesso ao programa Luz para Todos, especialmente se for luz solar	

9.3. Programa de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas

Este programa foi dividido em seis (6) subprogramas com 12 atividades previstas (**Tabela 9.3**). Os objetivos de cada programa e subprograma são apresentados a seguir.

Objetivo Geral: Este programa visa promover o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade por meio de: Promover o acesso a políticas e programas públicos ligados aos produtos naturais; melhorar as condições de escoamento dos produtos agroextrativistas; promover cursos de capacitação para exploração de produtos naturais seguindo boas práticas e o manejo sustentável dos recursos; desenvolver planos de manejo de produtos naturais e planos de negócios para projetos de renda desenvolvidos; cadastrar extrativistas em grupos de uso e registrar e monitorar a produção anual dos produtos extrativistas; incentivar o uso de técnicas agroecológicas no desenvolvimento da agricultura familiar por meio da implantação do sistema agroflorestal.

Objetivos específicos:

Subprograma de Alimentação e Garantia do Preço Mínimo: Este subprograma visa promover o acesso a políticas e programas públicos ligados aos produtos naturais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Subprograma de Escoamento de Produtos Agroextrativistas: Este subprograma visa: Analisar a viabilidade de aquisição de embarcação comunitária para escoamento da produção extrativista; procurar meios de baratear o escoamento dos produtos através de parcerias ou da organização dos extrativistas para melhor barganho nos preços de frete.

Subprograma de Exploração de Recursos Florestais: Este subprograma visa: Promover cursos de capacitação para exploração de produtos naturais seguindo boas práticas de extração e o manejo sustentável dos recursos naturais; Melhorar a qualidade e o preço dos produtos via aplicação de cursos de boas práticas e certificação dos produtos extrativistas; Desenvolver planos de manejo sustentável de recursos naturais; Estruturar planos de negócios para os projetos de renda desenvolvidos e registrar e monitorar a produção dos recursos oriundos do extrativismo.

Subprograma de Agricultura Familiar: Este subprograma visa incentivar o uso de técnicas ecológicas no plantio de roçados e incentivar a cultura e o aprendizado no plantio de espécies diversas por meio de: Implementar o sistema agroflorestal via cursos de capacitação e assistência técnica contínua aos agricultores; criar a figura dos agentes agroflorestais junto as escolas e ao grupo de jovens de modo a fomentar a atividade e inserir a prática de agricultura ecológica e cultivo e plantio de mudas junto aos jovens; incentivar o desenvolvimento de viveiros de mudas e o cultivo de quintais agroflorestais nas comunidades; fomentar o cultivo e o plantio das espécies madeireiras mais usadas na Resex;

Subprograma de Pesca: Este subprograma visa inserir alternativa de renda na Reserva por meio de: Instituir plano de manejo sustentável comunitário do pirarucu (*Araipama gigas*); Efetuar inventários de estoque pesqueiro de espécies comerciais e avaliar a possibilidade de exploração sustentável e o interesse de comercialização da comunidade via acordos comunitários ou de pesca.

Subprograma de Fauna: Este subprograma visa: Incentivar a criação de animais domésticos de pequeno e médio porte como alternativa alimentar em épocas de dificuldade alimentar; fomentar a criação de abelhas sem ferrão e o uso e comercialização do mel.

Na **figura 9.4** visualizamos a escala de prioridades vinculada a cada atividade. A média das prioridades deste programa foi 1,62.

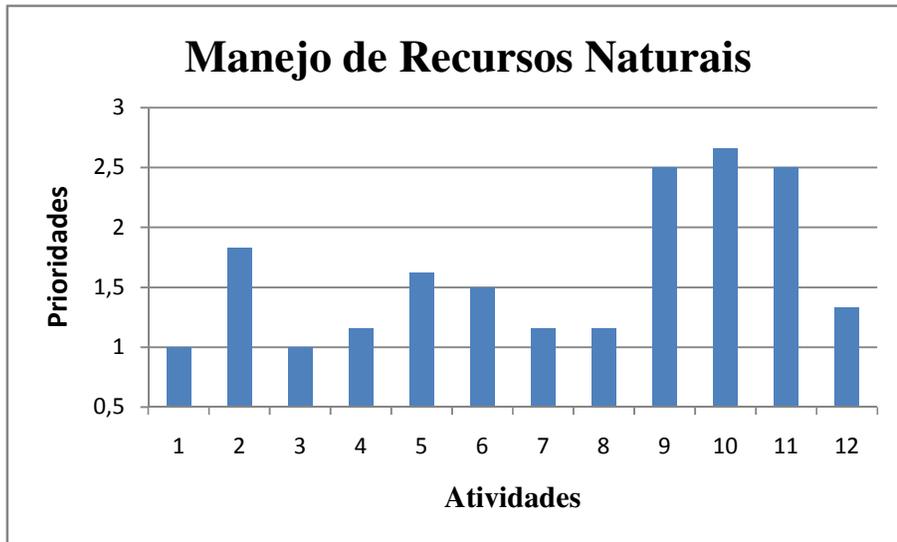


Figura 9.4. Escala de prioridades das 12 atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Tabela 6.3. Programas de Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas da Resex do Lago do Capanã Grande

MANEJO DE RECURSOS NATURAIS E CADEIAS PRODUTIVAS		
Este programa visa a articular, apoiar e promover o acesso as políticas públicas referentes aos produtos naturais e a propiciar o uso, o manejo e a comercialização adequada dos recursos naturais da Resex		
6.3.1. Subprograma de Alimentação e de Garantia do Preço Mínimo		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
1. Garantir e ampliar o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e à Política de Garantia do Preço Mínimo (PGPM).	Efetivar cadastro de todos os produtores agroextrativistas e deixá-los aptos ao acesso aos programas e a política	1
	Monitorar o número de famílias e a produção agroextrativista vinculada aos programas	
	Fortalecer e capacitar as associações representativas dos agroextrativistas a acessar os programas	
6.3.2. Subprograma de escoamento de Produtos Agroextrativistas		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
2. Buscar parceria para aquisição de transporte comunitário (barco) para escoamento da produção agroextrativista	Articular com o poder público (federal, estadual e/ou municipal) ou organizações não governamentais a possibilidade de tal aquisição	1.83
	Escrever projeto para aquisição da embarcação via editais ou similares	
3. Procurar meios para baratear os custos do escoamento dos produtos	Organizar as comunidades em grupos para negociar o valor do frete coletivamente	1
	Buscar parceria com o poder público para transporte dos produtos agroextrativistas	
6.3.3. Subprograma de Exploração de Recursos Florestais		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO

4. Desenvolver planos de capacitação, exploração e comercialização para os projetos de renda desenvolvidos	Promover cursos de capacitação para a exploração de produtos naturais	1.16
	Promover cursos de marcenaria e de artesanato	
	Buscar orientação para produzir produtos com certificação socioambiental e certificar os agroextrativistas	
	Cadastrar os artesãos e artesãs na COMACAM e deixá-los aptos a acessar linhas de crédito ou outros projetos de financiamento ou fomento da atividade	
	Organizar as comunidades em grupos de uso e produção de recursos, quando for o caso	
	Identificar produtos não-madeireiros de interesse econômico e social e quando for o caso, realizar inventários e implementar planos de manejo de produção para sua exploração	
	Estruturar planos de negócios para os projetos de renda desenvolvidos, mapeado os mercados potenciais e as estratégias de distribuição para os produtos.	
	Usar logotipo da Resex nos produtos agroextrativistas beneficiados e desenvolver meios de divulgação dos produtos, fortalecendo o nome Resex do Capanã como "marca"	
5. Registrar e monitorar a produção anual dos recursos oriundos do extrativismo	Cadastrar todos os produtores e desenvolver banco de dados para cada produto natural manejado, monitorando a produção individual e total de cada recurso	1,62
	Fomentar o registro dos gastos e lucros individuais e coletivos dos principais produtos manejados a fim de avaliar a efetividade econômica de cada atividade	
6.3.4. Subprograma de Agricultura Familiar		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
6. Implementar o Sistema Agroflorestal (SAF) na Resex e incentivar o uso de técnicas agroecológicas	Articular parcerias e escrever projetos para a implementação de viveiros de mudas e aquisição de equipamentos relacionados a produção de mudas e implementação do SAF	1.5
	Estabelecer banco de sementes, quando for o caso	
	Articular parcerias e escrever projetos para a implementação do SAF na Resex	

	<p>Buscar parcerias para capacitação e assistência técnica dos agricultores</p> <p>Promover intercâmbios entre agricultores, especialmente promover visitas a regiões com SAF implementados</p> <p>Desenvolver agenda de capacitação e assistência técnica contínua</p> <p>Desenvolver projeto de agente agroflorestal junto as escolas. Articular o projeto viveiro-escola.</p> <p>Incentivar o cultivo de vegetais através da implementação de hortas orgânicas familiares</p> <p>Criar programa de incentivo ao desenvolvimento de quintais agroflorestais nas comunidades, incluindo o plantio das espécies madeireiras mais utilizadas na Reserva</p>	
7. Obtenção de créditos e subsídios para a agricultura	<p>Divulgar e orientar os agricultores sobre as fontes e formas de obtenção de créditos e subsídios das várias esferas de governo</p> <p>Desenvolver cartilhas de orientação</p>	1.16
6.3.5. Subprograma de Pesca		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
8. Instituir plano de manejo comunitário do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>)	<p>Desenvolver plano de manejo e trabalho para a atividade</p> <p>Educação para conscientização sobre venda manejada e comunitária da espécie</p> <p>Trazer pesquisadores e/ou comunitários com experiência na atividade para visitar o Capanã e/ou realizar intercâmbios nessas comunidades</p>	1.16
9. Efetivar inventários de estoque pesqueiro de espécies com interesse econômico na Resex e avaliar a possibilidade e interesse de exploração deste recurso	<p>Mapear igarapés e poços de pesca e reprodução</p> <p>Fazer inventários de estoque pesqueiro</p> <p>Instituir acordos de pesca ou comunitários</p>	2.5

6.3.6. Subprograma de Fauna		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
10. Analisar a viabilidade de implantação de sistemas de manejo de animais silvestres, notadamente do jacaré	Desenvolver pesquisa de viabilidade ambiental e econômica	2.66
	Investigar a cadeia produtiva e a demanda dos diversos produtos do jacaré (couro, dentes, carne...)	
11. Fomentar a criação de abelhas nativas sem ferrão e a comercialização e consumo de mel	Promover cursos capacitação sobre o tema e incentivar a produção de mel	2.5
12. Incentivar a criação de animais domésticos de pequeno e médio porte, como galinha caipira e patos	Levar projetos de criação para as comunidades	1.33

9.4. Programa de Fiscalização e Vigilância

Este programa possui cinco (5) atividades previstas (**Tabela 9.4**). Os objetivos do programa são apresentados a seguir.

Objetivo Geral: Este programa objetiva a promoção da proteção institucional e comunitária dos recursos naturais da Resex de forma educativa, preventiva e coibitiva.

Objetivos específicos: Desenvolver o plano de proteção da Unidade; promover a capacitação continuada de agentes ambientais comunitários para realizar ações de proteção, como educação ambiental e vigilância através de mutirões ambientais; desenvolver cronograma de vigilância continua junto aos agentes ambientais comunitários; prover a Resex com base de vigilância equipada; realizar ações de educação ambiental; desenvolver cronograma de fiscalização da BR319.

Na **figura 9.5** visualizamos a escala de prioridades vinculada a cada atividade. A média das prioridades deste programa foi 1,2.

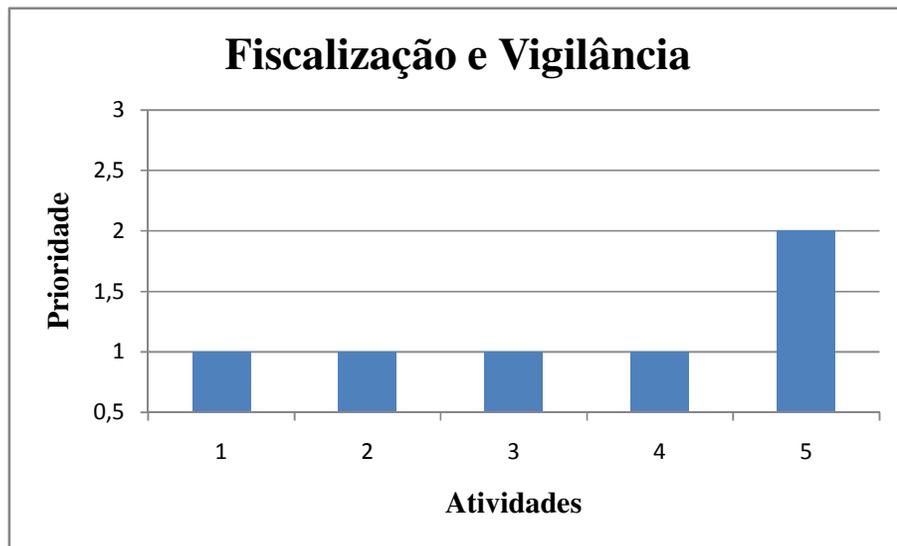


Figura 9.5. Escala de prioridades das cinco (5) atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Tabela 6.4. Programas de Fiscalização e Vigilância da Resex do Lago do Capanã Grande

FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA		
Este programa visa à promoção da proteção dos recursos naturais da Resex de forma educativa, preventiva e coibiditva		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
1. Desenvolver o Plano de Proteção da Unidade	Reuniões comunitárias para desenvolver mapeamento dos ilícitos ambientais no espaço e no tempo	1
	Desenvolvimento de estratégias de vigilância junto aos comunitários e redação do Plano	
2. Reativar o flutuante de vigilância com agentes comunitários na entrada da Reserva e promover vigilância comunitária da Reserva	Reativar o flutuante de vigilância e equipá-lo, inclusive com embarcações para vigilância (um motor 25hp, um 15 hp e duas rabetas)	1
	Implementar energia solar e sistema de comunicação com o escritório de Manicoré e entre os agentes em atividade	
	Desenvolver curso de agentes comunitários e definir o papel dos mesmos	
	Manter a equipe de agentes capacitada e estimulada	
	Desenvolver agenda de atividades semestral com representantes das comunidades da Resex e entorno (indígenas e assentados do PAE Matupiri)	
	Providenciar uniforme aos agentes comunitários	
3. Buscar apoio e parcerias para que o agente comunitário receba uma contrapartida durante as atividades de vigilância	Desenvolver cronograma de atividades e planilha orçamentária e submeter ao ICMBio e demais fontes de arrecadação para subsidiar alimentação para o agente e sua família durante as atividades de vigilância e combustível para deslocamento	1

	Ao implementar planos de manejo de recursos que dependem de atividades de vigilância para sua realização (a exemplo do pirarucu), criar cláusula que garanta aos agentes uma porcentagem de participação nos lucros líquidos decorrentes das atividades	
4. Realizar ações de educação ambiental	Capacitar os agentes comunitários que junto ao ICMBio, desenvolverá atividades contínuas de educação ambiental junto à população	1
5. Monitorar e fiscalizar a BR 319	Desenvolver cronograma de fiscalização anual ao longo da BR integrado com o Parna Nascentes do Lago Jari e as demais Ucs da BR	2
	Garantir a execução financeira dos recursos de compensação da BR para desenvolver atividades de fiscalização junto com IBAMA, IPAAM, SDS, Policias e outras instituições pertinentes	

9.5. Programa de Pesquisa e Monitoramento

Este programa foi dividido em dois (2) subprogramas com sete atividades previstas (**Tabela 9.5**). Os objetivos de cada programa e subprograma são apresentados a seguir.

Objetivo Geral: Este programa visa ao desenvolvimento de pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade e do uso dos recursos naturais com vistas a promover: o conhecimento sobre a biodiversidade da Resex e sua adequada proteção; o uso sustentável dos recursos naturais; o adequado planejamento e execução dos programas socioambientais previstos neste plano de manejo, subsidiar o refinamento do zoneamento da Unidade.

Subprograma de Pesquisa: Este subprograma visa ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade e sobre os recursos naturais da Resex por meio de: Inventários de fauna e flora; desenvolvimento de pesquisas relacionadas a espécies raras, endêmicas, ameaçadas, exploradas ou indicadoras de qualidade ambiental; desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao manejo dos recursos naturais; mapeamento de ambientes ligados a reprodução de espécies vulneráveis; mapeamento da dinâmica de reprodução e movimentação de peixes no lago do Capanã.

Subprograma de Monitoramento e Estatística: Este subprograma visa promover o monitoramento da biodiversidade e das atividades ligadas ao uso de recursos naturais por meio de: Implementar sistema de monitoramento das espécies indicadas nos programas socioambientais; Implementar sistema de monitoramento de espécies ou ambientes de interesse para conservação; fomentar e capacitar os comunitários e os analistas da Resex para monitorar atividades ligadas a extração de recursos naturais, como atividades de pesca, de modo a avaliar o nível de exploração destes produtos.

Na **figura 9.6** visualizamos a escala de prioridades vinculada a cada atividade. A média das prioridades deste programa foi 1,86.

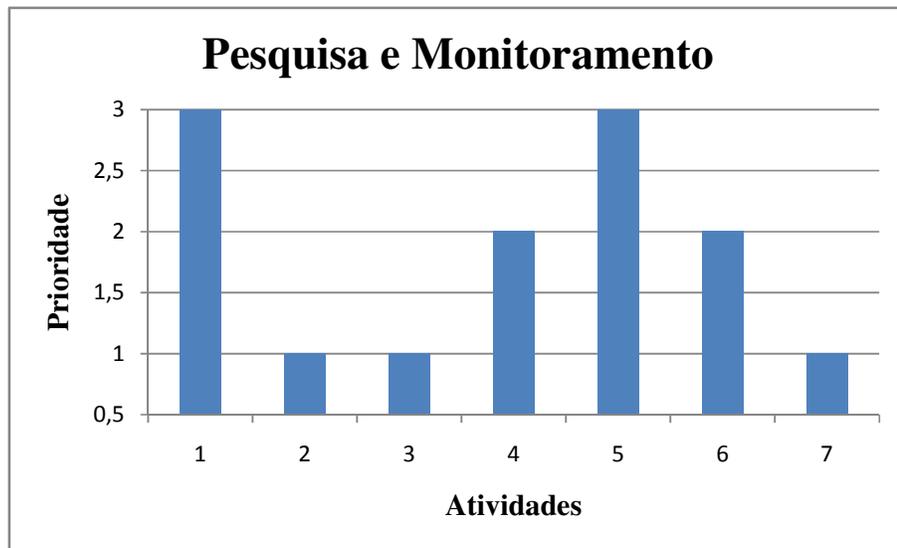


Figura 9.6. Escala de prioridades das sete (7) atividades vinculadas ao programa. Os valores de prioridade variam de 1 a 3. Quanto menor o valor, maior a prioridade.

Tabela 6.5. Programas de Pesquisa e Monitoramento da Resex do Lago do Capanã Grande

PESQUISA E MONITORAMENTO		
Este programa visa ao desenvolvimento de pesquisas e ao monitoramento do uso de recursos naturais com vistas à adequada proteção da Resex		
6.5.1. Subprograma de Pesquisa		
ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
1. Estimular o desenvolvimento e/ou conduzir inventários de fauna e flora; Estimular o desenvolvimento de pesquisas que possam subsidiar programas de manejo, bem como aqueles ligados a espécies ameaçadas, exploradas, raras, endêmicas ou indicadoras de qualidade ambiental	Divulgar, no meio acadêmico e científico, através de um plano de pesquisa simples, as particularidades ecológicas da região e as demandas de pesquisa da área	3
	Integrar as pesquisas entre a Resex e o Parna Nascentes do Lago Jari, sempre que logisticamente e cientificamente possível e pertinente	
2. Estimular o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao monitoramento e a análise de sustentabilidade do uso dos recursos naturais, bem como aquelas que contribuam para o zoneamento do uso dos recursos naturais da Unidade e entorno	Divulgar, no meio acadêmico e científico, através de um plano de pesquisa simples, as formas de uso de recursos e as particularidades socioambientais na Resex, bem como as demandas de pesquisa da área	1
	Mapear as áreas de seringais tradicionalmente utilizados pelos comunitários, entre a Reserva e o rio madeira, e avaliar a demanda de inserção da área dentro dos limites da Unidade	
3. Implementar mapeamento e monitoramento dos principais igarapés e poços de pesca e os locais de reprodução de peixes e peixe boi	Escrever projeto de pesquisa para financiamento via editais ou similares, ou via Programa ARPA	1
4. Mapear a sazonalidade do deslocamento dos peixes no lago do capanã grande e investigar suas causas	Escrever projeto de pesquisa para financiamento via editais ou similares e/ou atrair uma equipe especializada para o desenvolvimento de tal pesquisa	2
6.5.2. Subprograma de Monitoramento e Estatística		

ATIVIDADES	AÇÕES	PRIORIZAÇÃO
5. Implementar sistema de monitoramento das espécies indicadas nos programas de manejo (além daquelas que já possuem programas específicos)	Desenvolver os planos de ação de tais atividades de manejo	3
6. Criar sistema de monitoramento de atividades de caça de animais silvestres e de pesca dos peixes mais consumidos e aqueles com possibilidade de desenvolvimento de manejo. As atividades deverão ser efetuadas pelos próprios pescadores/caçadores ou por agentes ambientais comunitários treinados	Desenvolver planilhas de registro e monitoramento	2
	Promover cursos de monitoramento de pesca e caça para os comunitários	
	Divulgar relatório anual	
7. Promover intercâmbio e troca de experiências de manejo e monitoramento da fauna para os analistas da Resex e os comunitários envolvidos	Contatar outras UCs ou áreas que desenvolvam planos de manejo e construir agenda de intercâmbio	1

10. BIBLIOGRAFIA

Almeida, Mauro W. Barbosa de (2004). *Direitos à Floresta e Ambientalismo. Seringueiros e suas lutas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, nº 55, 21 p.

ARPA (2008). *Programa Áreas Protegidas da Amazônia*. Revista ARPA. Vol. 2. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.

Bispo, P. C., Valeriano, M. M., Kuplich, T. M. (2009). *Variáveis geomorfológicas locais e sua relação com a vegetação da região do interflúvio Madeira-Purus (AM-RO)*. Acta Amazonica, vol.39 nº.1. Manaus.

Cheida, C. C., Nakano-Oliveira, E., Fusco-Costa, R., Rocha-Mendes, F. e Quadros J. (2006). Ordem Carnívora. In: *Mamíferos do Brasil*. Reis, N. R., Peracchi, A. L., Pedro, W. A. e Lima, I. P. (Eds.). Londrina, 473 pag. II.

Chiarello A. G., Aguiar, L. M. de S., Cerqueira, R., Melo, F. R., Rodrigues, F. H. G., Silva, V. M. F. (2008). Mamíferos ameaçados de extinção no Brasil. In: Machado, A. B. M., Drummond G. M., Paglia A. P. (Ed.). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. 1. ed. - Brasília, DF : MMA; Belo Horizonte, MG : Fundação Biodiversitas. Vol. 2 (1420 p.): il. - (Biodiversidade ; 19).

CNPT/IBAMA (2003). *Processo de criação da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande* (Nº.02001001183/2003-57). Brasília.

CNPT/IBAMA (2006). *Sensibilização e mobilização para a formação do Conselho Deliberativo da Resex do Lago do Capanã Grande – AM*. Manicoré/Brasília. Elaborado por: Daniela Alves Carvalho (consultoria).

Conh-Haft, M.; Pacheco, A. M. F.; Bechtoldt, C. L.; Torres, M. F. N. M.; Fernandes, A. M.; Sardelli, C. H.; Macêdo, I. T. (2007). Inventário Ornitológico. p. 145-178. In: Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C. P.; Henriques, A. L.; Pimpão, D. M. Ribeiro, O. M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA; MMA; MCT.

Duchaufour, Philippe (1991). *Pédologie: sol, végétation, environnement*. Paris : Masson, 289 p.

Fonseca-Reis, Arindal Vinicius (sem ano). *Histórias do nosso Chão*. Manicoré, Amazonas.

Godet, M., Roubelat, F. (1996). *Creating the future: the use and misuse of scenarios*. Long Range Planning, v.29, n.3.

Guimarães, Fabiano Waldez Silva (2008). *Inventário Biológico dos Anfíbios e Répteis Squamata na área da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande (Resex do Capanã Grande), Médio Rio Madeira, Manicoré, Amazonas*. Dados não publicados. Relatório SISBIO (1491).

Kainer, K., Cymerys, M., Wadt, L. e Argolo, V. (2010). Castanheira. In: Shanley, P., Serra, M. e Medina, G. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Bogor, ID, Cifor.

IBAMA (sem ano). *Plano de Manejo de Uso Múltiplo do Capanã Grande. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)*. Associação de Moradores Agroextrativistas de Ponta do Campo, Lago do Capanã Grande. Manicoré, Amazonas.

IBAMA (2007). Atlas da Várzea Amazônica. Manaus, 132 p. Organizado por: Ribeiro, N. V.

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) (2010). *Redução de emissões do desmatamento e degradação florestal (REDD+): Estudos de Oportunidades para a região sul do Amazonas*.

Instituto Socioambiental (ISA) (2009). *Amazônia Brasileira*. Mapa.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (sem ano). Levantamento quantitativo de espécies oleaginosas para a produção de biodiesel na Reserva Extrativista do Capanã Grande - Município de Manicoré - AM. Manicoré: CTAgro/MCT/CNPq/028/2004. Elaborado por: Miranda, I. P. A.; Rabelo, A.; Barbosa, E.; Ramos, J. F.; Morais, F. F. e Oliveira, J. G.

INPA/ICMBio (2008). *Vida social das comunidades próximas e pertencentes à Resex do Lago do Capanã Grande, Manicoré- AM. Relatório Final*. Manaus: Inpa; Elaborado por: Higuchi, M. I. G.; Bruno, A. C.; Silva, V. R. G.; Santos, C. H. F.; Souza, I. L. F. (consultoria Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA).

ICMBio (2008a). *Coleta de Dados do Uso dos Recursos dos Produtos da Flora Não-Madeireiros na Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande (AM)*. Sistema de Monitoramento Ambiental para Unidades de Conservação (SIMBIO), Programa Áreas

Protegidas da Amazônia (ARPA). Manaus, Amazonas. Elaborado por: Campos, Karen de Santis.

ICMBio (2008b). Relatório do levantamento florestal e florística visando o monitoramento de biodiversidade e socioambiental da Resex do Lago do Capanã Grande. Laboratório de Pesquisas em Manejo Florestal do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Elaborado por: dos Santos, N. H. J.; Lima, A. J. N.; Pinto, A. M. e Pinto, F. R.

ICMBio (2008c). Relatório do Indicador Castanha. Resex do Lago do Capanã Grande. Sistema de Monitoramento Ambiental para Unidades de Conservação (SIMBIO), Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Manaus, Amazonas. Elaborado por: Scoles, R. e Gribel, R.

ICMBio (2009). *Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande. Minuta do Plano de Manejo Participativo Fase I.*. Elaborado por: Torres, Mauricio (consultoria).

ICMBio (2009a). *Relatório do indicador avifauna*. Sistema de Monitoramento Ambiental para Unidades de Conservação (SIMBIO), Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). INPA, Manaus, Amazonas. Elaborado por: Sardelli, C. H.; Laranjeiras, T. O. e Pinto, M.

ICMBio (2010). Modelagem Organizacional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Construção dos Resultados Estratégicos. Resumo Executivo. Nexucs, Núcleo para excelência em Unidade de Conservação.

Lepsch, Igo F. (2002). *Formação e Conservação dos Solos*. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos. v. 1. 178 p.

Liverovskii, Yu A. (1976). “Fundamental soil-geographical concepts”. In: Glazovskaya, M. A. (ed.). *Soilgeographical and landscape-geochemical investigations*. Washington: U.S. Department of Agriculture, Soil Conservation Service, National Science Foundation. pp. 1-24.

MMA/IBAMA (2003). *Relatório do levantamento sócio econômico e ambiental do lago do Capanã Grande, município de Manicoré – AM*. Brasília: CNPT/SCA/MMA. Elaborado por: Silva, A. F. de S. e Stoianoff, Â. A. R.

Py-Daniel, Lúcia Rapp (2007). Caracterização da área amostrada. p. 35-42. In: Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C. P.; Henriques, A. L.; Pimpão, D. M. Ribeiro, O. M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA; MMA; MCT.

RADAMBRASIL (1978). Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL v.17. Folha SB. 20 *Purus; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro. 566 p. 7 mapas Escala: 1:250.000.

Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C. P.; Ribeiro, O. M.; Sousa, L. M. (2007). Peixes. p. 89-125. In: Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C. P.; Henriques, A. L.; Pimpão, D. M. Ribeiro, O.M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA/MMA/MCT.

Reis, Arthur Cezar Ferreira (1953). *Os seringais e o Seringueiro. Documentário da Vida Real*. Ministério da Agricultura. Serviço de informação Agrícola, Rio de Janeiro. 149 p.

Röhe, F. (2007). Mamíferos de médio e grande porte. P. 195-209. In: Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C. P.; Henriques, A. L.; Pimpão, D.M; Ribeiro, O. M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA/MMA; MCT.

Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS) (2008). Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amazonas. Resumo Executivo. Manaus, Amazonas.

Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS) (2009). *Plano de Gestão da RDS Rio Amapá*. Governo do estado do Amazonas, Centro Estadual de Unidades de Conservação: Conh-Haft, M; Fernandes, A. M. Avifauna, p 29.

Silva, Francivane Fernandes (2009). Relatório de atividades não publicado.

Sioli, Harald (1991). *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes.

Souza, A. D., Oliveira, R. S., Furtado, E. L., Kageyama, P. Y., Freitas, R. G. S. e Ferraz, P. A. (2010). Seringueira. In: Shanley, P., Serra, M. e Medina, G. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Bogor, ID, Cifor.

Tricart, Jean (1977). *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE/Supren; Recursos Naturais e Meio Ambiente. 97p.

Vogt, R.C.; Ferrara, C. R.; Bernhard, R.; Carvalho, V. T.; Balensiefer, D.C.; Bonora, L.; Novelle, S. M. H. (2007). Herpetofauna. p. 127-143. In: Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C.P.; Henriques, A.L.; Pimpão, D.M. Ribeiro, O.M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA/MMA/MCT.

11. ANEXOS

Anexo A: Decreto de criação da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande

DECRETO DE 3 DE JUNHO DE 2004.

Cria a Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1o Fica criada a Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2o A Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande abrange uma área de 304.146,28 ha, tendo por base as folhas MIR-0165 e MIR-0190 (Escala 1:250.000), publicadas pelo DSG (Diretoria de Serviço Geográfico do Exército), com o seguinte Memorial Descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 62°06"4.39" Wgr. e 05°27"25.36" S, localizado na margem direita do Rio Jutaí, sobre a rodovia BR319; segue pela margem direita do Rio Jutaí, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 4.917,41 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas de 62°03"7.64" Wgr. e 05°27"9.21" S, localizado no Rio Jutaí com a foz de um igarapé sem denominação; deste, segue por este igarapé sem denominação, no sentido montante, por uma distância aproximada de 13.745,48 metros, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 62°01"59.84" Wgr. e 05°33"25.74" S, localizado na nascente do referido igarapé sem denominação; deste, segue por uma reta de azimute 92°21"12" por uma distância aproximada de 730,62 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 61°01"36.12" Wgr. e 05°33"26.68" S, localizado em uma das nascentes do Rio Amapá; deste, segue pela margem direita do Rio Amapá, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 51.268,68 metros, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 61°47"21.41" Wgr. e 05°39"30.32" S, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio

Amapá; deste, segue pela margem esquerda do referido igarapé, no sentido montante, por uma distância aproximada de 2.722,04 metros, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}46'11.46''$ Wgr. e $05^{\circ}40'10.78''$ S, localizado na confluência do citado igarapé com outro igarapé sem denominação; deste, segue pela margem esquerda deste igarapé sem denominação, no sentido montante, por uma distância aproximada de 24.952,35 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}48'33.88''$ Wgr. E $05^{\circ}51'18.04''$ S; deste, segue por uma reta de azimute $289^{\circ}24'29''$ e uma distância aproximada de 4.035,57 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}50'37.72''$ Wgr. e $05^{\circ}50'34.63''$ S; deste, segue por uma reta de azimute $180^{\circ}03'52''$ e uma distância aproximada de 2.056,00 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}50'37.64''$ Wgr. e $05^{\circ}51'41.57''$ S, localizado na nascente de um igarapé sem denominação, tributário do igarapé Parananema; deste, segue pela margem direita deste igarapé sem denominação, por uma distância aproximada de 15.636,20 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}51'17.35''$ Wgr. e $05^{\circ}58'7.85''$ S, localizado na confluência do Igarapé Parananema com o seu tributário sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do Igarapé Parananema, por uma distância aproximada de 2.495,24 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}50'27.38''$ Wgr. e $05^{\circ}59'1.73''$ S, localizado na foz do Igarapé Parananema com a margem esquerda do Lago do Capanã; deste, segue pela margem esquerda do Lago do Capanã, por uma distância aproximada de 35.361,50 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}43'51.24''$ Wgr. e $05^{\circ}56'39.00''$ S, localizado na margem esquerda de um paraná sem denominação, que liga o Rio Madeira ao Lago do Capanã; deste, segue por uma reta de azimute $175^{\circ}12'10''$ e distância aproximada de 283,99 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}43'50.41''$ Wgr. e $05^{\circ}56'48.21''$ S, localizado na margem direita do Lago do Capanã com a foz de um igarapé sem denominação; deste, segue por este igarapé sem denominação, no sentido montante, por uma distância aproximada de 8.965,74 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}43'25.97''$ Wgr. e $06^{\circ}00'52.44''$ S, localizado em ponto do referido igarapé sem denominação; deste, segue por uma reta de azimute $238^{\circ}55'48''$ e uma distância aproximada de 20.616,84 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}53'3.48''$ Wgr. E $06^{\circ}06'42.95''$ S; deste, segue por uma reta de azimute $258^{\circ}24'44''$ e uma distância aproximada de 10.394,87 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas $61^{\circ}58'37.34''$ Wgr. e $06^{\circ}07'53.26''$

S, localizado em um igarapé sem denominação, tributário do Lago do Capanã; deste, segue por este igarapé, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 8.704,89 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 61°58"16.43" Wgr. e 06°03"42.47" S, localizado na foz de um igarapé sem denominação com a margem direita do Lago do Capanã; deste, segue por uma reta de azimute 278°16"43" e distância aproximada de 1.375,14 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 61°59"0.71" Wgr. e 06°03"36.11" S, localizado na margem esquerda do Lago do Capanã com a foz de um igarapé sem denominação; deste, segue por este igarapé sem denominação, no sentido montante, por uma distância aproximada de 3.386,38 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 61°59"1.82" Wgr. e 06°02"13.99" S, localizado no referido igarapé sem denominação, tributário do Lago do Capanã; deste, segue por uma reta de azimute 269°47"35" e distância aproximada de 2.492,77, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 62°00"22.90" Wgr. e 06°02"14.43" S; deste, segue por uma reta de azimute 179°56"55" e uma distância aproximada de 4.737,00 metros, atravessando o Lago do Capanã, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 62°00"22.57" Wgr. e 06°04"48.67" S, localizado na margem direita do Lago do Capanã; deste, segue pela margem direita do Lago do Capanã, por uma distância aproximada de 5.277,60 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 62°02"25.84" Wgr. e 06°05"44.91" S, localizado na margem direita do Lago do Capanã; deste, segue por uma reta de azimute 189°28"37" e distância aproximada de 160,19 metros, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 62°02"26.66" Wgr. e 06°05"50.05" S, localizado na margem de uma lagoa sem denominação; deste, segue contornando a lagoa por uma distância aproximada de 3.111,98 metros, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 62°02"32.89" Wgr. e 06°05"55.76" S, localizado na referida lagoa sem denominação; deste, segue por um igarapé sem denominação, por uma distância aproximada de 155,50 metros, até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 62°02"34.76" Wgr. e 06°05"51.11" S, localizado na foz do referido igarapé sem denominação com a margem direita do Lago do Capanã; deste, segue pela margem direita do Lago do Capanã, até o Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 62°02"48.08" Wgr. e 06°06"1.97" S, localizado na margem direita do Lago do Capanã com um igarapé sem denominação, que liga o Lago do Capanã com o Igarapé Capanã; deste, segue por este igarapé sem denominação, por uma distância aproximada de 1.246,88 metros, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas 62°03"5.51"

Wgr. e 06°06"12.03" S, localizado na margem direita do Igarapé Capanã com um igarapé sem denominação, que liga o Igarapé Capanã com o Lago do Capanã; deste, segue pela margem direita do Igarapé Capanã, no sentido montante, por uma distância aproximada de 3.624,67 metros, até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas 62°03"14.51" Wgr. e 06°04"44.65" S; deste, continua seguindo pela margem direita do Igarapé Capanã, no sentido, montante, por uma distância aproximada de 41.840,98 metros, até o Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas 62°17"39.23" Wgr. e 06°00"13.54" S, localizado na confluência de um Igarapé sem denominação com o Igarapé Capanã; deste, segue pelo referido Igarapé sem denominação, no sentido montante, por uma distância aproximada de 8.611,10 metros, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas 62°18"16.09" Wgr. e 06°04"19.61" S, localizado na foz de um tributário deste igarapé sem denominação; deste, segue por este tributário, no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.469,60 metros, até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas 62°24"47.23" Wgr. e 06°06"17.57" S, localizado na nascente do referido tributário; deste, segue por uma reta de azimute 352°12"39" e distância aproximada de 8.139,09 metros, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas 62°25"23.38" Wgr. e 06°01"55.01" S, localizado na confluência de um igarapé sem denominação, tributário do Igarapé Capanã; deste, segue por este tributário, no sentido montante, por uma distância de 11.519,54 metros, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas 62°28"56.10" Wgr. e 05°57"44.66" S, localizado em um ponto do referido tributário do Igarapé Capanã, sobre a Rodovia BR-319; deste, segue a Rodovia BR-319, no sentido sudeste, por uma distância aproximada de 70.635,06 metros, até o Ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de 391.536,31 metros.

Art. 3o Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2o deste Decreto, nos termos dos arts 1o e 2o, inciso VII, da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962.

Art. 4o Os imóveis da União inseridos nos limites da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande serão objeto de concessão real de uso com a população tradicional extrativista, cujos contratos serão providenciados pelo IBAMA para efeito de sua

celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5o Caberá ao IBAMA administrar a Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, adotando as medidas necessárias a sua efetiva implantação, e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o art. 4o, na forma da lei.

Art. 6o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 4.6.2000

Anexo B: Inventário da população da Resex e do PAE Matupiri efetuado em 2009.

Família	Nome	Comunidade	Sexo	Ano
1	Maria Correia da Silva	Jutaí	Feminino	1954
	Aldivio do Carmo Monteiro	Jutaí	Masculino	1941
2	Rocicléia da Conceição Rêgo	Jutaí	Feminino	1983
	Ariel da Silva Monteiro	Jutaí	Masculino	1978
	Lucas Rêgo Monteiro	Jutaí	Masculino	2002
	Maria da Conceição Rêgo Monteiro	Jutaí	Feminino	2004
	Fernanda Rêgo Monteiro	Jutaí	Feminino	2008
3	Luzinéia Lelis da Conceição	Jutaí	Feminino	1959
	João Bosco da Conceição Rêgo	Jutaí	Masculino	1964
	Clodoaldo de Oliveira Rêgo Filho	Jutaí	Masculino	1986
	Raimundo da Conceição Rêgo	Jutaí	Masculino	1989
	Fabiana da Conceição Rêgo	Jutaí	Feminino	1991
	Fabírcia da Conceição Rêgo	Jutaí	Feminino	1994
	Maria Gleiciane da Conceição Rêgo	Jutaí	Feminino	1998
	Gleudson da Conceição Rêgo	Jutaí	Masculino	1994
	Joel da Conceição Rêgo	Jutaí	Masculino	2000
4	Raimundo Leite de Magalhães	Jutaí	Masculino	1946
5	Miguel Ferreira dos Santos	Jutaí	Masculino	1963
	Rosinete da Silva Monteiro	Jutaí	Feminino	1978
	Gerlani Monteiro dos Santos	Jutaí	Feminino	1997
	Manoel Robson Monteiro dos Santos	Jutaí	Masculino	1999
	Maria Neto Monteiro dos Santos	Jutaí	Feminino	2000
	Eliana Monteiro dos Santos	Jutaí	Feminino	2002
	Raimundo Monteiro dos Santos	Jutaí	Feminino	2004
	Antonio Monteiro dos Santos	Jutaí	Masculino	2006
6	José de Freitas	Jutaí	Masculino	1952
	M ^a de Jesus Rêgo Peixoto	Jutaí	Feminino	1954
	Laura Peixoto de Freitas	Jutaí	Feminino	1985
	José Freitas Filho	Jutaí	Masculino	1988
	Leonardo Peixoto de Freitas	Jutaí	Masculino	1998
	M ^a Poema Freitas	Jutaí	Feminino	2005
	Iaila Luciele Freitas	Jutaí	Feminino	2008
7	Abraão Magalhães	Jutaí	Masculino	1970
	Luzanira Rêgo de Magalhães	Jutaí	Feminino	1975
	Amiraldo Magalhães	Jutaí	Masculino	1993
	Alessandra Magalhães	Jutaí	Feminino	1995
	Aildon Magalhães	Jutaí	Masculino	1997
	Maria Magalhães	Jutaí	Feminino	1999
	Marcelo Magalhães	Jutaí	Masculino	2001
	Antonio Magalhães	Jutaí	Masculino	2004
8	Raimundo Magalhães	Jutaí	Masculino	1978

	Denisi da Silva Monteiro	Jutaí	Feminino	1984
	Maria da Silva Magalhães	Jutaí	Feminino	2005
	Railson da Silva Magalhães	Jutaí	Masculino	2007
	José da Silva Magalhães	Jutaí	Masculino	2008
9	Valdinei Lelis da Conceição	São Raimundo	Masculino	1971
	Marineide Leão Rêgo	São Raimundo	Feminino	1969
	Fabio Leão Ielis	São Raimundo	Masculino	1991
	Francisco Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1994
	Raiison Leão Lelis	São Raimundo	Masculino	1996
	Joaquim Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1998
	Terezinha Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	2000
	Valdno Lelis da Conceição Junior	São Raimundo	Masculino	2002
	Ana Maria Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	2005
10	Manoel Lelis da Conceição	São Raimundo	Masculino	1971
	Geraldina Dias Pestana	São Raimundo	Feminino	1980
	Renelzo Pestana da Conceição	São Raimundo	Masculino	1997
	Macio Pestana da Conceição	São Raimundo	Masculino	1999
	Maria da Conceição Pestana da Conceição	São Raimundo	Feminino	2002
	Maria das Dores Pestana da Conceição	São Raimundo	Feminino	2002
	Maria Clara Pestana da Conceição	São Raimundo	Feminino	2004
	Emanuela Pestana da Conceição	São Raimundo	Feminino	2006
11	Zacarias Fonseca da Conceição	São Raimundo	Masculino	1961
	Zenizi Rêgo	São Raimundo	Feminino	1963
	Edcarlos Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1983
	Luciana Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	1989
	Zacarias Fonseca da Conceição Filho	São Raimundo	Masculino	1991
	Adriano Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1993
	Maristela Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	1995
	Adriana Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	1997
	Rafael Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1999
	Gabriel Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	2001
	filha	São Raimundo	Feminino	2003
12	Manoel Roberto Nevis Marquês	São Raimundo	Masculino	1983
	Edilene Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	1985
	Alexandre da Conceição Marques	São Raimundo	Masculino	2006
13	Valdeney Lélis Barbosa	São Raimundo	Masculino	1974
	Edleuza Abadias Preste	São Raimundo	Feminino	1982
	Lucia Preste da Conceição	São Raimundo	Feminino	2005
	Raissa Preste da Conceição	São Raimundo	Feminino	2006
	Neilane Preste da Conceição	São Raimundo	Feminino	2009
14	Rosa Lelis da Fonseca	São Raimundo	Feminino	1939
	Fredson Fonseca da Conceição	São Raimundo	Masculino	1982
	Rosinéia Fonseca da Conceição	São Raimundo	Feminino	1984

	Daiana Parente Laborda	São Raimundo	Feminino	1988
	Anaiara Rosa Fonseca da Conceição	São Raimundo	Feminino	2009
15	Raimundo Lélis da Conceição	São Raimundo	Masculino	1971
	Elodir Maria Rêgo dos Santos	São Raimundo	Feminino	1973
	Dorival Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1993
	Doroteia Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	1994
	Dorilene Rêgo da Conceição	São Raimundo	Feminino	1997
16	Valdadino Lélis da Conceição	São Raimundo	Masculino	
	Maria Geni Magalhães	São Raimundo	Feminino	1966
	Antônio Magalhães da Caonceição	São Raimundo	Masculino	1988
	José Maria Magalhães da Conceição	São Raimundo	Masculino	1991
	Maria Iêda	São Raimundo	Feminino	1993
	Antônia	São Raimundo	Feminino	1996
	Jacó	São Raimundo	Masculino	1998
	Auxiliadora	São Raimundo	Feminino	2000
	Marta	São Raimundo	Feminino	2003
	João	São Raimundo	Masculino	2007
17	Verivaldo Rêgo da Conceição	São Raimundo	Masculino	1983
	Domingas de Almeida de Sousa	São Raimundo	Feminino	1987
	Vinícius de Sousa da Conceição	São Raimundo	Masculino	2004
	André de Sousa da Conceição	São Raimundo	Masculino	2006
18	Ezio Lélis da Conceição	São Raimundo	Masculino	1966
	Alenira Santana de Magalhães	São Raimundo	Feminino	1971
	Emerson	São Raimundo	Masculino	1992
	Mizael	São Raimundo	Masculino	1994
	Rosilena	São Raimundo	Feminino	1996
	Antônio	São Raimundo	Masculino	1999
	Imelton	São Raimundo	Masculino	2001
	José	São Raimundo	Masculino	2005
	Thiago	São Raimundo	Masculino	2007
19	Lúcio Lélis da Conceição	São Raimundo	Masculino	1975
	Beladina	São Raimundo	Feminino	1982
	Lucikelle	São Raimundo	Feminino	2001
	Ludiana	São Raimundo	Feminino	2002
	Antônio Lúcio	São Raimundo	Masculino	2004
	Maria do Socorro	São Raimundo	Feminino	2006
	Lucelena	São Raimundo	Feminino	2007
20	Reginete do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Feminino	1987
	José Renato Magalhães Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1972
	Maria da Conceição Leite do Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	2000
	Pedro Leite do Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	2002
	Jaciane Leite do Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	2005
	Railson Leite do Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1990

21	Josiel de Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	1987
	Delciane da Silva Barbosa	Ponta do Campo	Feminino	1981
	Samili da Silva Leite	Ponta do Campo	Feminino	2009
22	Joelma de Oliveira Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1988
	Raimundo Leonor	Ponta do Campo	Masculino	1988
	Leane Leite Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	2008
	Jadrielle Leite Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	2009
23	Renato Magalhães do Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	
24	Orbina Magalhães Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1931
	Raimunda de Oliveira Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1971
	Valdivino Magalhães Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1960
	Renato de Oliveira Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1999
	Alexandre de Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	2001
	Aliny de Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2004
	Alã de Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	2007
	Alexi de Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	2007
	Alírio Salgueiro Aguiar	Ponta do Campo	Masculino	1981
25	Raimundo Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	1979
	Maria Alsirene de F. Leite	Ponta do Campo	Feminino	1964
26	João Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	1950
	Leonilda Magalhães do Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1952
	Jeocinete Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Feminino	2007
	Nilda Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Feminino	1983
	Raimundo Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	1994
	Laurilene Nascimento Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2002
	Drilene Nascimento Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2006
	Uenos Nascimento Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	2009
	Poliana Magalhães	Ponta do Campo	Feminino	2008
	Bruno Magalhães	Ponta do Campo	Masculino	2007
	filha	Ponta do Campo	Feminino	1987
27	Ivanete Botelho da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1974
	Antonio Lenicio de Oliveira da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1968
	Diones da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1990
	Dênis da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1991
	Antonia da Silva da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1996
	Antonio Lenicio de Oliveira da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1998
	Andreson da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1999
	Alsiney Da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	2002
28	Antonio da Costa Leite	Ponta do Campo	Masculino	1940
	Marilda Botelho da Cunha	Ponta do Campo	Feminino	1946
	Jerley Botelho da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1982
	Sirnete da Cunha Leite	Ponta do Campo	Feminino	1988
	Antonia Thais Botelho da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1996

	Maria de Fatima Gomes da Mota	Ponta do Campo	Feminino	1984
	Jerraina Isabela Gomes da Silva	Ponta do Campo	Feminino	2007
29	Raimundo Botelho Leite	Ponta do Campo	Masculino	1963
	Sebastiana Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Feminino	1966
	Reginildo do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Masculino	1989
	Gilsirene do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Feminino	1995
	Gilsileno do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Masculino	1997
	Izenilson do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Masculino	2001
	Malricia do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Feminino	2004
	Raimundo do Nascimento Leite	Ponta do Campo	Masculino	2006
30	Manuel Magalhães do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	1956
	Margarido do Desterro Santana Gomes	Ponta do Campo	Feminino	1970
	Bibiano Corrêa do Nascimento Neto	Ponta do Campo	Masculino	1996
	Carmiane Gomes do Nascimento	Ponta do Campo	Feminino	1997
	Daniel Gomes do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	2000
	Bruna Gomes do Nascimento	Ponta do Campo	Feminino	2001
	André Gomes do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	2006
	Alex Gomes do Nascimento	Ponta do Campo	Masculino	2009
31	Aldo Magalhães Leite	Ponta do Campo	Masculino	
	Valciana Oliveira Trindade	Ponta do Campo	Feminino	
	Adeam Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	
	Aldevam Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	
	Adrison Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	
	Alteane Oliveira Leite	Ponta do Campo	Feminino	
	Altemise Oliveira Leite	Ponta do Campo	Feminino	
	Kaike Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	
32	Antonio Lenicio de Oliveira da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1968
	Ivonete Botelho da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1974
	Diones da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1990
	Dênis da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1991
	Antonia da Silva da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1996
	Antonio Lenicio de Oliveira da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1998
	Andreson da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1999
	Alsiney Da Silva da Silva	Ponta do Campo	Masculino	2002
33	Cleidimar de Magalhães Leite	Ponta do Campo	Masculino	1955
	Ernice Botelho da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1969
	Cledimar Magalhães Leite Filho	Ponta do Campo	Masculino	1993
	Rita da Silva Leite	Ponta do Campo	Feminino	1997
	Raimundo da Silva Leite	Ponta do Campo	Masculino	1995
	Cleucimar Magalhães Leite	Ponta do Campo	Feminino	1999
	Sabrina da Silva Leite	Ponta do Campo	Feminino	2002
	Erniley da Silva Leite	Ponta do Campo	Feminino	2006
	Claricy da Silva Leite	Ponta do Campo	Feminino	2006

34	Abilio Carvalho de Oliveira	Ponta do Campo	Masculino	1951
	Raimunda Magalhães Correia	Ponta do Campo	Feminino	1949
	Mª da Conceição Corrêa de Oliveira	Ponta do Campo	Feminino	1984
	Verônica de Oliveira Leite	Ponta do Campo	Feminino	2006
35	Raimundo Gomes Filho	Ponta do Campo	Masculino	1959
	Maria José de Jesus Gomes	Ponta do Campo	Feminino	1965
	Sara Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Feminino	1989
	Maiara Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Feminino	1995
	Diogo Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Masculino	1992
	Raimundo Cleudson	Ponta do Campo	Masculino	1998
	Soyna Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	
36	José Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1950
	Carmena dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Feminino	1949
	Roberto das Santos Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1979
	Mardison dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1981
	Marcelo dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1988
37	Soley Maria Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Feminino	1971
	Eduado de Magalhães Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1969
	Anastácia Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1990
	Eduardo Rêgo Freitas Filho	Ponta do Campo	Masculino	1991
	Luciano Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1993
	Luan Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1996
	Juan Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	2002
38	Arlei Botelho da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1975
	Vanderliane Vilques Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1987
	José Arlei Rêgo da Silva	Ponta do Campo	Masculino	2000
	Jadson Rêgo da Silva	Ponta do Campo	Masculino	2002
	Maria José Rêgo da Silva	Ponta do Campo	Feminino	2004
	Vanessa Rêgo da Silva	Ponta do Campo	Feminino	2006
	Andressa Rêgo da Silva	Ponta do Campo	Feminino	2009
39	Aldivio de Aguiar Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	1933
	Mª das Dores Alves Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	1954
	Sebastião Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	1985
	Raimundo Adelino O. Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	1970
	Aldiana de Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	1993
	Agostinho Adriso de Oliveira Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	1996
40	Dionisio Carvalho de Oliveira	Ponta do Campo	Masculino	1954
	Maria	Ponta do Campo	Feminino	1954
	Diomar Nascimento de Oliveira	Ponta do Campo	Masculino	1986
	Faison Nascimento de Oliveira	Ponta do Campo	Masculino	1984
	Erive Nascimento de Oliveira	Ponta do Campo	Masculino	1988
41	Eliete Pacheco da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1959
	Ézio das Graças Leite da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1953

	Caiana Pacheco da Silva	Ponta do Campo	Feminino	1993
42	Amarildo Magalhães Leite	Ponta do Campo	Feminino	1968
	Amarildo Magalhães Leite	Ponta do Campo	Masculino	1962
	Amarilda Rêgo Leite	Ponta do Campo	Feminino	1987
	Areane Rêgo Leite	Ponta do Campo	Feminino	1995
	Keitiane Rêgo Leite	Ponta do Campo	Feminino	1997
	Neidane Rêgo Leite	Ponta do Campo	Feminino	1999
	Andri Rêgo Leite	Ponta do Campo	Masculino	2001
	Dougam Rêgo Leite	Ponta do Campo	Masculino	2005
	Leonardo Rêgo Leite	Ponta do Campo	Masculino	2008
	Geovana Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Feminino	2007
43	Regilda Lacerda dos Santos	Ponta do Campo	Feminino	1977
	Francisco das Chagas Magalhães Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1973
	José Fernando dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1995
	Flávia dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Feminino	1997
	Lucas Vinicius dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1999
	Frank dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Masculino	2002
	Erica dos Santos Freitas	Ponta do Campo	Feminino	2003
	Maria da Conceição Santos Freitas	Ponta do Campo	Feminino	2009
44	Raimaiane Lima Gomes	Ponta do Campo	Feminino	1991
	Walter Martins Libório Filho	Ponta do Campo	Masculino	1982
	William Gomes Libório	Ponta do Campo	Feminino	2006
45	José Adenilson Alves Salgueiro	Ponta do Campo	Masculino	1974
	Maria Leide de Magalhães Souza	Ponta do Campo	Feminino	1980
	Leire Souza Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	1994
	Alessandra Souza Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2000
	Andréia Souza Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2002
	Erica Souza Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2006
46	Leoneide Leite Libório	Ponta do Campo	Feminino	1986
	Elian Pacheco da Silva	Ponta do Campo	Masculino	1980
	Eliom Pacheco da Silva Filho	Ponta do Campo	Masculino	2001
	Euelem Libório da Silva	Ponta do Campo	Feminino	2003
	Laelson Libório da Silva	Ponta do Campo	Masculino	2006
47	Josiel de Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	1987
	Delcione Barbosa	Ponta do Campo	Feminino	1980
	Samily Oliveira Barbosa	Ponta do Campo	Feminino	2009
48	José Augusto Magalhães Leite	Ponta do Campo	Masculino	1963
	Maria das Graças Carvalho de Oliveira	Ponta do Campo	Feminino	1920
	José Augusto M. Leite Filho	Ponta do Campo	Masculino	1986
	Josiel Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	1987
	Josiane de Oliveira Leite	Ponta do Campo	Feminino	1991
	Emerson Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	1992
	Raimundo Bosco Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	1995

	Glemerson Oliveira Leite	Ponta do Campo	Masculino	1999
	Benedito Ferreira Leite	Ponta do Campo	Masculino	2001
49	Silvana Neves do Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1968
	Raimundo Magalhães	Ponta do Campo	Masculino	1958
	Maria Suita Neves Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1991
	José Maria Neves Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1993
	Antonio Silvan Neves Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	2001
	Silvia Neves Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	2003
	Gabriele Rêgo Salgueiro	Ponta do Campo	Feminino	2006
	Raimundo Magalhães Rêgo Filho	Ponta do Campo	Masculino	1986
	Albertino Neves Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1988
	Maria José Neves Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1989
50	Valter Martins Libório	Ponta do Campo	Masculino	1946
	Raimunda Valdemarina Leite de Freitas	Ponta do Campo	Feminino	1955
	Oseomar Leite Libório	Ponta do Campo	Masculino	1991
51	Catarina Ferreira Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1945
	Zenaide Ferreira Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1943
52	José Ferreira Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1947
	Valdeneti Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Feminino	1964
	José Oziel Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1988
	Maria Auxiladora Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Feminino	1994
	Maria de Nazaré	Ponta do Campo	Feminino	1996
	João Marco Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	2001
	João Pedro Rêgo Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1998
53	João Ricardo Peixoto Rêgo	Ponta do Campo	Masculino	1974
	Roquinha Doce	Ponta do Campo	Feminino	1978
	Ricardinha	Ponta do Campo	Masculino	1995
	Conceição	Ponta do Campo	Feminino	1997
	Raquel	Ponta do Campo	Feminino	1999
	Raiana	Ponta do Campo	Feminino	2000
	Raiza	Ponta do Campo	Feminino	2003
	Quelis	Ponta do Campo	Feminino	2005
	Auxiladora	Ponta do Campo	Feminino	
54	Ilaci Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Masculino	1972
	Mara Rêgo Magalhães	Ponta do Campo	Feminino	1972
	Elinho Rêgo Magalhães	Ponta do Campo	Masculino	1992
	Miquiela Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Feminino	1997
	Frederico Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Masculino	1998
	Daniele Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Feminino	2001
	Ila Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Masculino	2002
	Jaquisi Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Masculino	1989
	Marili Rêgo Peixoto	Ponta do Campo	Feminino	2006
55	Júlio Andro de Freitas	Ponta do Campo	Masculino	1981

	Francinalda Nascimento	Ponta do Campo	Feminino	1989
	Andeson Diego Freitas de Freitas	Ponta do Campo	Masculino	2007
56	Raimundo Gomes Filho	Ponta do Campo	Masculino	1952
	Maria José de Jesus	Ponta do Campo	Feminino	1964
	Diogo Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Masculino	1993
57	Rosely Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Masculino	1981
	Rosely Rêgo Gomes	Ponta do Campo	Feminino	1983
	Antoniel Gomes Lacerda	Ponta do Campo	Masculino	2001
	Douglas Gomes Lacerda	Ponta do Campo	Masculino	2005
	Matheus Gomes Lacerda	Ponta do Campo	Masculino	2007
58	Maria Durcinéia Gomes de Araújo	Ponta do Campo	Feminino	1961
	Zaira Vicuña Gomes de Araújo	Ponta do Campo	Feminino	1987
	Rui Marcos Gomes de Araújo	Ponta do Campo	Masculino	1990
	Sebastiana Gomes de Araújo	Ponta do Campo	Feminino	1994
	Jane Marcos Gomes de Araújo	Ponta do Campo	Masculino	1998
	Elza Magalhães do Rêgo	Ponta do Campo	Feminino	1932
59	Não deu entrevista	Ponta do Campo	Sem informação	
60	Não deu entrevista	Ponta do Campo	Sem informação	
61	José Luis Araújo	Santa Cívita	Masculino	1961
	Aparecida Leite Leão	Santa Cívita	Feminino	1982
	Jaqueline Leão Araújo	Santa Cívita	Feminino	1996
	Joel Leão Araújo	Santa Cívita	Masculino	1999
	Luis Fernando Leão Araujo	Santa Cívita	Masculino	2001
	Jerfeson Leão Araújo	Santa Cívita	Masculino	2003
	Maria Eloiza Leão Araújo	Santa Cívita	Feminino	2006
	Elfrain Leão Araújo	Santa Cívita	Masculino	2008
62	José Paulo P. Gomes	Santa Cívita	Masculino	1967
63	Danilo da Silva Teixeira	Santa Cívita	Masculino	1978
	Maria Raimunda Leão Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1978
	Waldison Rêgo Teixeira	Santa Cívita	Masculino	1998
	Jéssica Rêgo Teixeira	Santa Cívita	Feminino	2000
	Devid Rêgo Teixeira	Santa Cívita	Masculino	2002
	Jumara Rêgo Teixeira	Santa Cívita	Feminino	2005
64	Carlos Pacheco do Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1963
	Maria Eva do Socorro R. Gomes	Santa Cívita	Feminino	1967
	Domingos Savio Gomes Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1984
	Gabriel Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1988
	João Bosco Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1991
	Maria Gecilene Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1985
65	Horacio Pacheco do rêgo	Santa Cívita	Masculino	1956
	Mª de Jesus da Silva Leite	Santa Cívita	Feminino	1960
	Jaciel Leite Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1987
	Daniel Leite Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1989

	Natanael Leite Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1993
	Vaniele Leite do Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1995
	Daniela Leite do Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1991
66	Miguel Pacheco do Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1967
	Rosa Maria da Silva Gomes	Santa Cívita	Feminino	1971
	Markeine Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1996
	Carla Regina Gomes da Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1998
	Sabrina Cristina Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Feminino	2003
	Marcos Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Masculino	2000
67	Raimundo Freitas	Santa Cívita	Masculino	1944
	Veridiana Oliveira Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1947
	Elielson Rêgo Freitas	Santa Cívita	Masculino	1990
68	Manoel Santana Filho	Santa Cívita	Masculino	1967
	Maria do Socorro de Souza Lima	Santa Cívita	Feminino	1972
	Maria Alzerina Pacheco de Lima	Santa Cívita	Feminino	1917
69	Ivo Lacerda de Freitas	Santa Cívita	Masculino	1949
	Maria Gomes de Freitas	Santa Cívita	Feminino	1954
70	Naraldino Gomes do Rêgo	Santa Cívita	Masculino	
	Erli de Jesus Gomes Freitas	Santa Cívita	Feminino	1975
	Laziana Freitas Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1995
	Nauva Freitas Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1999
	Elderlana Freitas Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1997
	gustavo Freitas Rêgo	Santa Cívita	Masculino	2005
	Jaime Freitas Rêgo	Santa Cívita	Masculino	2007
	Rafaela Freitas Rêgo	Santa Cívita	Feminino	2001
71	Damião da Silva Teixeira	Santa Cívita	Masculino	1974
	Rozinélia Ferreira de Magalhães	Santa Cívita	Feminino	1979
	Edileuza de Maria Teixeira	Santa Cívita	Feminino	1996
	Raimundo de Maria Teixeira	Santa Cívita	Masculino	1998
	Zequiel de Maria Teixeira	Santa Cívita	Masculino	2001
	Divani de Maria Teixeira	Santa Cívita	Feminino	2003
	Maria de Nazaré de Maria Teixeira	Santa Cívita	Feminino	2005
72	Reginaldo do Nascimento Freitas	Santa Cívita	Masculino	1985
	Stefany Lopes	Santa Cívita	Feminino	1988
	Felipe Lopes Freitas	Santa Cívita	Masculino	2009
73	Raimundo Gonçalves Gomes	Santa Cívita	Masculino	1945
	Maria Pio da Silva	Santa Cívita	Feminino	1953
	Dhociene da Silva Gomes	Santa Cívita	Feminino	1994
	Raimundo Anderson Silva Gomes	Santa Cívita	Masculino	1991
74	Gecivaldo Pio da Silva	Santa Cívita	Masculino	1969
	Marizete Ferreira da Souza	Santa Cívita	Feminino	1971
	Andresa Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1994
	Carlos de Souza da Silva	Santa Cívita	Masculino	2001

	Angele de Souza da Silva	Santa Cívita	Feminino	2002
	Suzete de Souza da Silva	Santa Cívita	Feminino	2004
75	Charlon da Silva Gomes	Santa Cívita	Masculino	1970
	Marizane Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1984
	Marlon de Souza Gomes	Santa Cívita	Masculino	2000
	Marrone de Souza Gomes	Santa Cívita	Masculino	2002
	Charlene de Souza Gomes	Santa Cívita	Feminino	2003
	Camile de Souza Gomes	Santa Cívita	Feminino	2005
76	Raimundo de Jesus Barros Gomes	Santa Cívita	Masculino	1971
	Elizete França de Lima	Santa Cívita	Feminino	1972
	Naiane Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	1995
	Raiane Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	1993
	Jeovane Lima Gomes	Santa Cívita	Masculino	1992
	Aline Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	1995
	Vitória Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	2006
	Xeuda Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	2002
77	Wilson Rêgo Freitas	Santa Cívita	Masculino	1977
	Maria Aparecida da Silva Teixeira	Santa Cívita	Feminino	1984
	Wildson Teixeira Freitas	Santa Cívita	Masculino	1999
	Gilmara Teixeira Freitas	Santa Cívita	Feminino	2000
	Poliana Teixeira Freitas	Santa Cívita	Feminino	2002
	Wilson Rêgo Freitas Junior	Santa Cívita	Masculino	2004
	Vivia Teixeira Freitas	Santa Cívita	Feminino	2008
78	Inocencio Pacheco da Lima	Santa Cívita	Masculino	1925
	Valdomira Correia de Souza	Santa Cívita	Feminino	1944
	Nazario de Souza Lima	Santa Cívita	Masculino	1983
	Ladson de Souza Lima	Santa Cívita	Masculino	1985
79	Wellington Pacheco Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1977
	Rosiene Araújo Freitas	Santa Cívita	Feminino	1980
	Werverton Rêgo Freitas	Santa Cívita	Masculino	2000
	Wellielton Rêgo Freitas	Santa Cívita	Masculino	2004
	Luzineia Laborda Araújo Neta	Santa Cívita	Feminino	2002
80	Raimunda Ferreira Leão	Santa Cívita	Feminino	1954
	Vanuza Ferreira Leão	Santa Cívita	Feminino	1989
	Silvana Ferreira Leão	Santa Cívita	Feminino	1984
	Antonio Leão Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1986
	Suzane Leão Rêgo	Santa Cívita	Feminino	2002
	Geovana Ferreira Leão	Santa Cívita	Feminino	2007
	Euderlan Medeiros Rêgo	Santa Cívita	Masculino	2002
	Beatriz Ferreira Leão	Santa Cívita	Feminino	2005
81	Martinho da Silva Gomes	Santa Cívita	Masculino	1986
	Maria das Dores	Santa Cívita	Feminino	1986
	Endrio de Souza Gomes	Santa Cívita	Masculino	2005

	Isaías de Souza Gomes	Santa Cívita	Masculino	2007
	Cristiano de Souza Gomes	Santa Cívita	Masculino	2009
82	Argentina Reis	Santa Cívita	Feminino	1934
83	Elemar Santana Gomes	Santa Cívita	Masculino	1975
	Liliane de Souza de Lima	Santa Cívita	Feminino	1984
	Raimunda de Jesus Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	1995
	Marcelo Lima Gomes	Santa Cívita	Masculino	1999
	Francisco Lima Gomes	Santa Cívita	Masculino	2000
	Joana Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	2002
	Samira Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	2004
	Maria Lima Gomes	Santa Cívita	Feminino	2006
84	Osmar de Souza	Santa Cívita	Masculino	1942
	Maria Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1952
	José Ferreira de Souza	Santa Cívita	Masculino	1982
	Francisco Ferreira de Souza	Santa Cívita	Masculino	1988
	Iracilda Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1986
	Antonia de Nário Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1996
	Osmarina Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1993
85	Manoel da Silva Santana	Santa Cívita	Masculino	1932
	Maria Santana Gomes	Santa Cívita	Feminino	1933
86	José Darcy Santana Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1974
	Raimunda Ferreira de Souza	Santa Cívita	Feminino	1981
	Janho Souza Rêgo	Santa Cívita	Masculino	1995
	Leticia Souza Rêgo	Santa Cívita	Feminino	2006
	Rodrigo Souza Rêgo	Santa Cívita	Masculino	2002
	Luana Souza Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1997
	Larvine Souza Rêgo	Santa Cívita	Feminino	1999
87	Roslande Magalhães Ferreira	Santa Cívita	Masculino	1963
	Joaquina	Santa Cívita	Feminino	1959
	Roelson	Santa Cívita	Masculino	1988
	Nandra	Santa Cívita	Feminino	1996
	Rosilene	Santa Cívita	Masculino	1999
88	Geraldo Santana Gomes	Santa Cívita	Masculino	1975
	Sueli	Santa Cívita	Feminino	1982
	Veronica	Santa Cívita	Feminino	1996
	Silvia	Santa Cívita	Feminino	1997
	Clarice	Santa Cívita	Feminino	1999
	Sasha	Santa Cívita	Feminino	2001
	Guilherme	Santa Cívita	Masculino	2004
	Charlliane	Santa Cívita	Feminino	2006
89	Antonio Barros Gomes	Santa Cívita	Masculino	
90	Sebastião Rêgo Gomes	Santa Cívita	Masculino	1942
91	Manuel Peixoto de Freitas	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1956

	Manuel Oliveira Freitas	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1993
	Sebastião Oliveira Freitas	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1995
	Edivaldo Oliveira Freitas	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1999
	Beatriz Oliveira Freitas	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2003
	Maria José Oliveira Freitas	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1956
92	José Nascimento Trindade	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1949
	Maria de Oliveira	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1959
	Gelsilane O. Trindade	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1992
	Julciney O. Trindade	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1995
	Maria das Dores O. Trindade	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1992
	Maria Aparecida O. Trindade	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1992
93	Maria de Oliveira Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1910
94	Raimunda de Oliveira Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1956
	Rozinéia Rêgo de Carvalho	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1994
	Arlindo Rêgo de Carvalho	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	2001
	Edmaria Rêgo de Carvalho	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1992
	Maria Vitória Rêgo de Ferreira	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2008
95	Raimundo Felix da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1939
	Evaldina Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1946
	Maria Aparecida Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1986
	Maria Silene Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1984
	Maria Doriene Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1990
	Josiele Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1978
	Raimunda Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1992
	Maria do Socorro Ribeiro	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2001
	Maria Albeeme Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1987
	Evaldin Ribeiro da Silva	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1972
96	Raimundo da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	2000
	Rozilda da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1955
	Rozanildo da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1977
	Pedro Davi da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1992
	Aluiza da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1994
	Cristina da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1997
	Cleici da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1989
	Neuza da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1990
	Romacilda da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1991
	Roziclene da Silva Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	2007
97	Manoel Paulino da Costa	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1950
	Vera Lúcia Batista da Costa	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1964
	Josiel Batista da Costa	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1995
	Geiane Btista da Costa	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1997
	Melinda Batista da Costa	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1999
	Elzequias Batista da Costa	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2001

98	Francisco Aluizo dos Santos Ribeiro	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1945
99	Evandro Barros Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1963
	Otilia Oliveira Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1973
	Maria Oliveira Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1991
	Juncirley Oliveira Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1992
	Antonio Oliveira Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1996
	Evancley Oliveira Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1999
	Evoney Olveira Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	2001
	Ana Maria Oliveira Gomes	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2001
100	Francisco Oliveira Trindade	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1979
	Maria Auxiliadora Silva Vasconcelos	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1971
101	Cacilda Medeiros de Santana	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1975
	Manoel de Oliveira Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1960
	Alcione Santan Leão	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	1996
	André Santana Leão	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	2008
	Sedilson Santana Leão	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	2000
	José Calcione Santana Leão	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1995
	Crescina Santana Leão	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2004
	Gleiciane Santana Leão	Nossa Senhora de Fátima	Feminino	2006
	Alexandre Leite Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1998
	Manoel Leite Rêgo	Nossa Senhora de Fátima	Masculino	1995
102	Luiz Gonzaga Leite	São José do Cumã*	Masculino	1970
	Amadeuza	São José do Cumã*	Feminino	1975
	Luiz Antonio Nascimento Leite/Lucas	São José do Cumã*	Masculino	1995
	Amanda Nascimento Leite	São José do Cumã*	Feminino	2008
	Raimundo Nascimento Leite	São José do Cumã*	Masculino	2001
	Lorena Nascimento Leite	São José do Cumã*	Feminino	2002
103	Maria Rosa Santana	São José do Cumã*	Feminino	1931
	Raimundo Santana Magalhães	São José do Cumã*	Masculino	1944
	Eusa Santana Lira	São José do Cumã*	Feminino	1955
	Sebastião Santana Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	1952
	Savio Santana Magalhães	São José do Cumã*	Masculino	1950
	Sergio Santana Magalhães	São José do Cumã*	Masculino	1957
104	Leonildo de Almeida da Costa	São José do Cumã*	Masculino	1953
	Valdeci Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1964
	Sueli Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1979
	Suelina Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1981
	Neldo Freitas da Costa	São José do Cumã*	Masculino	1986
	Ducelina Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1984
	Jucelina Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1985
	Maria Joaquina Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1988
	Clarice Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1989
	Nilda Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1992

105	Euza Santana Lira	São José do Cumã*	Feminino	1956
	Conceição Floriano Santana	São José do Cumã*	Feminino	1974
	Raimundo Santan Magalhães	São José do Cumã*	Masculino	1972
	Antonio Floriano Santana	São José do Cumã*	Masculino	1972
106	Mário Antônio Santana Correia	São José do Cumã*	Masculino	1961
	Lúcia Oliveira de Souza	São José do Cumã*	Feminino	1975
	Valneí de Oliveira Santana	São José do Cumã*	Masculino	1987
	Valcinei	São José do Cumã*	Masculino	1990
	Maria José	São José do Cumã*	Feminino	1992
	Maria do Desterro	São José do Cumã*	Feminino	1994
	Vander Lúcia	São José do Cumã*	Feminino	1996
	Maria Raimunda	São José do Cumã*	Feminino	1998
	Marinete	São José do Cumã*	Feminino	2002
	José Rodrigues	São José do Cumã*	Masculino	2004
107	Raimunda	São José do Cumã*	Feminino	
108	Sebastião	São José do Cumã*	Masculino	
	Ana Lúcia	São José do Cumã*	Feminino	
	Felipe	São José do Cumã*	Masculino	
	Ane	São José do Cumã*	Feminino	
	Fabrcício	São José do Cumã*	Masculino	2009
109	Ralonde Rego Izel	São José do Cumã*	Masculino	
	Márcia	São José do Cumã*	Feminino	
	Raimundo Magalhães	São José do Cumã*	Masculino	
	Teresa Magalhães	São José do Cumã*	Feminino	
	Maria magalhães	São José do Cumã*	Feminino	
	Sebastião Magalhães	São José do Cumã*	Masculino	
110	Manoel da Silva Santana	São José do Cumã*	Masculino	1964
	Bartira	São José do Cumã*	Feminino	1969
	Marlem De Rego Santana	São José do Cumã*	Feminino	1994
111	Delson Rego Santana	São José do Cumã*	Masculino	1983
	Maria Cecília Rego Magalhães	São José do Cumã*	Feminino	1982
	Nelson Magalhães Santana	São José do Cumã*	Masculino	2001
	José Manoel	São José do Cumã*	Masculino	2003
	Maíza	São José do Cumã*	Feminino	2006
	Diego	São José do Cumã*	Masculino	2008
112	Dionísia Correia de Oliveira	São José do Cumã*	Feminino	
	Domingos	São José do Cumã*	Masculino	1959
	Sebastião	São José do Cumã*	Masculino	1977
	Alenardo	São José do Cumã*	Masculino	1982
113	Maria Correia da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1959
	Ricardo Correia da Costa	São José do Cumã*	Masculino	1991
	Adão Correia Da Costa	São José do Cumã*	Masculino	1997
	Antônio	São José do Cumã*	Masculino	1994

	Dorivan	São José do Cumã*	Masculino	2004
114	José Luiz da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	1967
	Maria da Conceição santana Floriano	São José do Cumã*	Feminino	1974
	Samanta Floriano Leite	São José do Cumã*	Feminino	1991
	Maria José Florinao Leite	São José do Cumã*	Feminino	1993
	Mércia Floriano Leite	São José do Cumã*	Feminino	1996
	Milena Floriano Leite	São José do Cumã*	Feminino	1998
	Cássia Floriano Leite	São José do Cumã*	Feminino	2000
	Celina Floriano Leite	São José do Cumã*	Feminino	2003
	José Luiz da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	2006
	Manoela Floriano Leite	São José do Cumã*	Feminino	2008
115	Celina da Silva Leite	São José do Cumã*	Feminino	1914
	Celina da Silva Leite	São José do Cumã*	Feminino	1950
	José Gonzaga da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	1975
	José Raimundo da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	1977
	Francisco José da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	1979
	Maria José da Silva Leite	São José do Cumã*	Feminino	1982
	Josefa da Silva Leite	São José do Cumã*	Feminino	1988
	José da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	1991
116	Jefferson Lourenço de Almeida Galvão	São José do Cumã*	Masculino	1976
	Marilúcia	São José do Cumã*	Feminino	1983
	José Raimundo Galvão Neto	São José do Cumã*	Masculino	2000
	Welligton Salvio Doce Galvão	São José do Cumã*	Masculino	2002
	Maisa	São José do Cumã*	Feminino	2006
117	Raimundo André de Santana	São José do Cumã*	Masculino	1951
	Antônio Tavares da Silva	São José do Cumã*	Masculino	1982
118	Francisco do Carmo Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	1950
	Emiliana Correia de Santana	São José do Cumã*	Feminino	
	Raimunda Vanuza Leite Rego	São José do Cumã*	Feminino	1987
	José Ladison Leite Rego	São José do Cumã*	Masculino	1991
	Raimunda Thate Leite Rego	São José do Cumã*	Feminino	1993
	José Francisco Leite Rego	São José do Cumã*	Masculino	1997
	Vandrielle Leite Rego	São José do Cumã*	Feminino	2007
	Maria Rego Batista	São José do Cumã*	Feminino	2008
	José Nadson Leite Rego	São José do Cumã*	Masculino	2008
119	José Leones Leite	São José do Cumã*	Masculino	1983
	Adriana Leão Batista	São José do Cumã*	Feminino	1989
	Raimundo Batista Rego	São José do Cumã*	Masculino	2008
	João batista Rego	São José do Cumã*	Masculino	2008
120	Raimunda Leite Batista	São José do Cumã*	Masculino	1976
	Cleide Pacheco Dias	São José do Cumã*	Feminino	1978
	José Manoel Dias Batista	São José do Cumã*	Masculino	1996
	Cleiuton Dias Batista	São José do Cumã*	Masculino	1998

	Rimundo Dias Batista	São José do Cumã*	Masculino	1999
	Maria Cleise Dias Batista	São José do Cumã*	Feminino	2001
	Joana Dias Batista	São José do Cumã*	Feminino	2005
	Gabriel Dias batista	São José do Cumã*	Masculino	2008
121	Joana André da Silva	São José do Cumã*	Feminino	1939
	Marciel da Silva Leite	São José do Cumã*	Masculino	1998
122	Reis André de Santana	São José do Cumã*	Feminino	1953
	Reis André de Santana	São José do Cumã*	Masculino	1954
	Ordineno do Carmo de Santana	São José do Cumã*	Masculino	1985
	Argileno do Carmo de Santana	São José do Cumã*	Masculino	1986
	Odiane do Carmo de Santana	São José do Cumã*	Feminino	
	Maria do Carmo DE Santana	São José do Cumã*	Feminino	1994
	Weverton Santana Izel	São José do Cumã*	Masculino	2008
123	Não deu entrevista	São José do Cumã*	Sem informação	
124	Osvaldo Floriano Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	1966
	Ana Lúcia Santana	São José do Cumã*	Feminino	1977
	Eliene Santana Rêgo	São José do Cumã*	Feminino	2003
	Alex Santana Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	2004
	Hilton de Oliveira Rêgo Neto	São José do Cumã*	Masculino	2006
125	Hilton de Oliveira Filho	São José do Cumã*	Masculino	1944
	Maria Gracilane da Costa Rêgo	São José do Cumã*	Feminino	1983
	Osvaldo Floriano Rêgo Junior	São José do Cumã*	Masculino	1992
	EduardoTomé do Nascimento Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	1994
	Mateus da Costa Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	2005
	Guilherme Costa da Conceição	São José do Cumã*	Masculino	2007
126	José Carlos Andrade Duarte	São José do Cumã*	Masculino	1981
	Suelina Freitas da Costa	São José do Cumã*	Feminino	1982
	João Esteves Duarte Neto	São José do Cumã*	Masculino	2001
	José Jeferson da Costa Duarte	São José do Cumã*	Masculino	2002
	Naiara da Costa Duarte	São José do Cumã*	Feminino	2008
127	Jackson da Silva Duarte	São José do Cumã*	Masculino	1981
	Maria Joaquina	São José do Cumã*	Feminino	1987
	Esthefane da Costa Pinto	São José do Cumã*	Feminino	2005
	Jaceline da Costa Duarte	São José do Cumã*	Feminino	2008
128	José Leite Batista	São José do Cumã*	Masculino	1963
	Maria Pinto Leão/Maria Sapa	São José do Cumã*	Feminino	1971
	Adriano Leão Batista	São José do Cumã*	Masculino	1990
	José Leão Batista/mergulhão	São José do Cumã*	Masculino	1992
	Pedro Leão Batista	São José do Cumã*	Masculino	1993
	Diana Leão Batista	São José do Cumã*	Feminino	1994
	Antônia Leão Batista	São José do Cumã*	Feminino	1997
	Antônio Leão Batista/farofa	São José do Cumã*	Masculino	1998
	Maria Leão Batista/Lamparina	São José do Cumã*	Feminino	1999

	Raimunda Leão Batista	São José do Cumã*	Feminino	2001
	João Leão Batista	São José do Cumã*	Masculino	2003
	Maria das Dores	São José do Cumã*	Feminino	2005
129	Waldecy Pacheco Rêgo	São José do Cumã*	Masculino	1976
	Luciane L. Rêgo	São José do Cumã*	Feminino	1986
	José Cristian	São José do Cumã*	Masculino	2001
	Severiano	São José do Cumã*	Masculino	2003
	Ana Cristina	São José do Cumã*	Feminino	2007
130	Gilberto Rêgo Floriano	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1980
	Cleidiane do Nascimento Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1984
	Luiz Gustavo Nascimento Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2000
	Vitória Oliveira Ferreira	São Sebastião do Cumã*	Feminino	2006
	Alexandre Oliveira Floriano	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2008
131	Eugenio Almeida Floriano	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1959
	Sebastiana Menezes Rêgo	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1959
	José Rêgo Floriano	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1999
	Raison Rêgo Floriano	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2004
	Raiane Rêgo Floriano	São Sebastião do Cumã*	Feminino	2008
132	Francisco Leite da Costa	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1987
	Rosana Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1989
	Kaike da Silva Costa	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2008
133	José Almeida de Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Masculino	
	Raimunda Almeida Floriano	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1955
	Marcio Floriano de Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1992
	José Floriano de Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1993
	Sandriene Floriano de Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1998
134	José Renilson Pereira Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1979
	Regeeli Rêgo dos Santos	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1985
	Luciano dos Santos Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2001
	Maria das Dores dos Santos	São Sebastião do Cumã*	Feminino	2001
	Rike dos Santos Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2005
	José Renilson Pereira Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2008
135	Paulo André Ferreira da Costa	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1985
	Lucineia Almeida da Costa	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1978
	Gabriel de Almeida da Costa	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2005
136	José Augusto Magalhães Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1984
	Sandra Floriano de Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1990
	Maria Piedade de Oliveira	São Sebastião do Cumã*	Feminino	2005
	Maria Auxiliadora Oliveira Leite	São Sebastião do Cumã*	Feminino	2006
137	Djanir Pasos da Costa	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1952
	Dalici Feruso Matias	São Sebastião do Cumã*	Feminino	
	Julio Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Masculino	
	Daciel Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1990

	Raimundo Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1991
	Luis Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Masculino	
	Djanira Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1996
	José Matias da Silva	São Sebastião do Cumã*	Masculino	2007
138	Inês Floriano Leite	São Sebastião do Cumã*	Feminino	1924
	José Antonio Floriano Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1976
	Manoel Floriano Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1991
	Alef Floriano Leite	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1940
139	Pedro Jonas Guarllote Leal	São Sebastião do Cumã*	Masculino	
	Raimundo do Disterro Floriano Leite	São Sebastião do Cumã*	Feminino	
	Pedro Jonas Guarlotte Leal Filho	São Sebastião do Cumã*	Masculino	1992
	Marcos Antonio Ferreira da Costa	São Sebastião do Cumã*	Masculino	

Fonte: ICMBio (2009).

* Comunidades pertencentes ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Matupiri

Anexo C. Lista das espécies vegetais inventariadas em campo e principalmente através de entrevista com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande. Em destaque (negrito), espécies ameaçadas ou gêneros que tenham espécies da flora ameaçadas de extinção para o bioma Amazônia, conforme IN 06, do MMA, de 23 de setembro de 2008.

Família/Espécie	Nome comum	Fonte
Anacardiaceae		
<i>Anacardium giganteum</i> W. Hancock ex Engl.	caju-açu	A
<i>Anacardium spruceanum</i> Benth. ex Engl.	cajuí	B
<i>Astronium</i> sp.	maracatiara	A
<i>Spondias mombin</i> L.	taperebá	A
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	pau pombo	B
Annonaceae		
<i>Bocageopsis multiflora</i> (Mart.) R.E. Fr.	envira surucucu	B
<i>Duguetia</i> sp.	envira surucucu	A
<i>Guatteria</i> sp1.	envira cauliflora	A, B
<i>Guatteria</i> sp2.	louro manga	A
<i>Rollinia mucosa</i> (Jacq.) Baill.	biribá	A
<i>Xylopia</i> sp.	envira-amargosa	B
Apocynaceae		
<i>Couma guianensis</i> Aubl.	sorva	B
<i>Couma macrocarpa</i> Barb.Rodr.	sorva grande	A
<i>Himatanthus tarapotensis</i> (K.Schum. ex Markgr.) Plumel	sucuúba	A
N.I.	amapazinho	A
N.I.	sorvinha	A
Araceae		
<i>Heteropsis flexuosa</i> var. <i>flexuosa</i> .	cipó titica	A
<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott ex Endl.	cipó ambé	A
Araliaceae		
<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Maguire	parapará	A
Arecaceae		
<i>Astrocaryum murumuru</i> Mart.	murumuru	A
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	tucumã	A
<i>Attalea phalerata</i> Mart. ex Spreng.	urucurí -	A
<i>Attalea speciosa</i> Mart.	babaçu	A
<i>Desmoncus polyacanthos</i> Mart.	cipó-jacitara	A
<i>Euterpe precatoria</i> Mart.	açaizeiro	A
<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.	buriti	A
<i>Oenocarpus bataua</i> Mart.	patauá	A
<i>Socratea exorrhiza</i> (Mart.) H.Wendl.	paxiuba	A
N.I.	caiowé	A

Bignoniaceae		
<i>Tabebuia</i> sp.1	pau-d'arco-cururu ingazinho	A
<i>Tabebuia</i> sp.2	pau-d'arco-preto	A
<i>Tabebuia</i> sp.3	pau-d'arco-roxo	A
Bixaceae		
<i>Bixa orellana</i> L.	urucum	A
Bombacaceae		
<i>Quararibea ochrocalyx</i> (K. Schum.) Vischer	envira-sapotinha	B
Boraginaceae		
<i>Cordia exaltata</i> Lam.	freijó	B
<i>Cordia</i> sp.	louro espinho	A
Burseraceae		
<i>Protium elegans</i> Engl.	breu vermelho	B
<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand	breu	A
<i>Protium nitidifolium</i> Cuatrec.	breu	B
<i>Protium robustum</i> (Swart) Poter	breu branco	B
<i>Protium</i> sp.	breu manga	B
<i>Tetragastris panamensis</i> (Engl.) Kuntze	breu preto	B
Caesalpiniaceae		
<i>Cassia rubiflora</i> Ducke	cuiarana	B
<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	copaíba	A, B
<i>Peltogyne</i> sp.	ingarana	B
<i>Sclerolobium melanocarpum</i> Ducke	tachi	B
Capparaceae		
<i>Crateva tapia</i> L.	catauari	A
Caryocaraceae		
<i>Caryocar glabrum</i> (Aublet) Pers.	piquiarana	B
<i>Caryocar microcarpum</i> Ducke	piquiarana	A
<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.	piquiá	A
Cecropiaceae		
<i>Pourouma tomentosa</i> Miq. ssp. <i>tomentosa</i>	embaubarana	A, B
<i>Cecropia</i> sp.	embaúba	A
Celastraceae		
<i>Goupia glabra</i> Aubl.	cupiúba	B
<i>Maytenus guyanensis</i> Klotzsch ex Reissek	cipó alho	A
Chrysobalanaceae		
<i>Couepia</i> sp.	macucu de sangue	B
<i>Hirtella physophora</i> Mart. & Zucc.	macucu peludo	B
<i>Licania impressa</i> Prance	pajurazinho	B
<i>Licania</i> sp1.	caraipé	A
<i>Licania</i> sp2.	macucu chiador	B

<i>Parinari</i> sp.	macucu	B
Clusiaceae		
<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess	jacareuba	A
<i>Platonia insignis</i> Mart.	bacuri-açu	A
<i>Symphonia globulifera</i> L. f.	anani	A
<i>Chrysochlamys glauca</i> (Oerst., Planch. & Triana) Hemsl	sapateiro	A
<i>Vismia cayennensis</i> (Jacq.) Pers.	lacre	A
<i>Tovomita gracilis</i> Hieron	sapateiro	B
Combretaceae		
<i>Buchenavia grandis</i> Ducke	tanimbuca	B
<i>Buchenavia</i> sp.	tanimbuca	B
Dichapetalaceae		
<i>Tapura amazonica</i> Poepp.	tapura	B
Elaeocarpaceae		
<i>Sloanea schomburgkii</i> Bent.	urucurana cacau	B
Euphorbiaceae		
<i>Conceveiba guianensis</i> Aubl.	supiá	B
<i>Conceveiba martiana</i> Baill.	arraieira	B
<i>Conceveiba</i> sp.		B
<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd. ex A.Juss.) Müll.Arg.	seringueira	A
<i>Hevea guianensis</i> Aubl.	seringa	B
<i>Hevea</i> sp.	seringa barriguda	B
<i>Hura crepitans</i> L.	assacú	A
<i>Mabea speciosa</i> Müll. Arg.	taquari	B
<i>Maprounea guianensis</i> Aubl.	supiarana	B
<i>Micrandra siphonioides</i> Benth.	seringarana	B
<i>Nealchornea yapurensis</i> Huber		B
<i>Senefeldera macrophylla</i> Ducke		B
Fabaceae		
<i>Abarema</i> sp.	ingá peluda	A
<i>Acosmium</i> sp.	itaubarana	A
<i>Andira anthelmia</i> (Vell.) J.F. Macbr.	angelim-da-várzea	A
<i>Cassia rubriflora</i> Ducke cuiarana	copaíba angelim	A
<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	copaíba-jacaré	A
<i>Copaifera</i> sp.1	copaíba-marimari	A
<i>Copaifera</i> sp.2	cumarú	A
<i>Coumarouna odorata</i> Aubl.	jacarandá	A
<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemao ex Benth.	cipó-timbó-açu	A
<i>Derris pterocarpus</i> (DC.) Killip	jutaí-pororoca	A
<i>Dialium guianense</i> (Aubl.) Sandwith	pororoca	A
<i>Dialium</i> sp.	jutaí	A

<i>Dinizia excelsa</i> Ducke	angelim-ferro	A
<i>Diploptropis martiusii</i> Benth.	sucupira-branca	A
<i>Diploptropis</i> sp.	sucupira-amarela	A
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	jatobá	A
<i>Hymenaea rubriflora</i> Ducke	jatobá-vermelho	A
<i>Hymenolobium</i> sp.1	angelim pedra	A
<i>Hymenolobium</i> sp.2	angelim da mata	B
<i>Lecointea amazonica</i> Ducke	paracuúba	A
<i>Macrobium acaciifolium</i> (Benth.) Benth.	araparí	A
<i>Macrobium latifolium</i> Vogel	jatobá-do-brejo	A
<i>Ormosia grossa</i> Rudd.	tento	B
<i>Ormosia</i> sp.	tento	A
<i>Parkia multijuga</i>	faveira	A
<i>Parkia</i> sp.	fava parkia	A
<i>Peltogyne</i> sp.1	ingarana	A
<i>Peltogyne</i> sp.2	rouxinha	A
<i>Pentaclethra macroloba</i> (Willd.) Kuntze	pau-mulato	A
<i>Pithecellobium corymbosum</i> Gagnep.	paricarana	A
<i>Pithecellobium</i> sp.	marí-marí	A
<i>Pterocarpus rohrii</i> Vahl	Sucupira amarela	B
<i>Pterodon</i> sp.	sucupira-preta	A
<i>Sclerolobium melanocarpum</i> Ducke	tachi	A
<i>Sclerolobium</i> sp.1	ingarana, cururu	A
<i>Sclerolobium</i> sp.2	tachizeiro	A
<i>Swartzia arborescens</i> (Aubl.) Pittier	jenipapinho	B
<i>Swartzia</i> sp.	muirajibóia preta	B
<i>Taralea oppositifolia</i> Aubl.	cumarurana	B
<i>Taralea</i> sp.	tachizeiro do igapó	A
<i>Zygia racemosa</i> (Ducke) Barneby & J.W. Grimes	anjelim rajado	A
Flacourtiaceae		
<i>Casearia</i> sp.	piriquiteira branca	B
<i>Laetia procera</i> (Poeep.) Eichler	piriquiteira amarela	B
Hippocastanaceae		
<i>Aesculus hippocastanum</i> L.	castanha da índia	A
Humiriaceae		
<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatrec.	uichizeiro-liso	A
<i>Sacoglottis guianensis</i> Benth.	uichizeiro-corôa	A
Hugoniaceae		
<i>Hebepetalum humiriifolium</i> (Planch.) Benth.	desconhecida	B
Icacinaceae		
<i>Poraqueiba sericea</i> Tul.	marí-amarelo	A

<i>Poraqueiba</i> sp.	marí-roxo	A
Lamiaceae		
<i>Vitex cymosa</i> Bertero ex Spreng.	tarumã	A
Lauraceae		
<i>Aniba rosaeodora</i> Ducke	pau rosa	A
<i>Endlicheria bracteata</i> Mez	louro fofo	B
<i>Licaria pachycarpa</i> (Meissn.) Kosterm.	louro preto	B
<i>Licaria</i> sp.	louro amarelo	B
<i>Licaria</i> sp.2	louro castanho	A
<i>Mezilaurus itauba</i> (Meisn.) Taub. ex Mez	itaúba	A
<i>Mezilaurus lindaviana</i> Schwacke & Mez	itaúba-preta	A
<i>Mezilaurus</i> sp.1	itaúba-araçá	A
<i>Mezilaurus</i> sp.2	Itaúba-xirica	A
<i>Nectandra</i> sp.1	louro-amarelo	A
<i>Nectandra</i> sp.2	louro-mangarataia	A
<i>Ocotea</i> sp.	louro ferro	B
<i>Ocotea</i> sp. 1	louro branco	B
<i>Ocotea</i> sp.2	louro branco	A
<i>Ocotea</i> sp.3	louro-bosta	A
<i>Ocotea</i> sp.4	louro-espírito-santo	A
<i>Ocotea</i> sp.5	louro-pitiú	A
<i>Pleurothyrium</i> sp.	louro abacate	A
Lecythidaceae		
<i>Bertholletia excelsa</i> Humboldt & Bonpland	castanha do Brasil	A, B
<i>Couratari</i> sp	taoarí	A
<i>Couroupita guianensis</i> Aubl	macacarecuia	A
<i>Eschweilera atropetiolata</i> S.A.Mori	ripeiro branco	B
<i>Eschweilera bracteosa</i> (Poepp. & Endl.) Miers	matamatá branco	B
<i>Eschweilera coriacea</i> (DC.) Mart. Ex Berg.		B
<i>Eschweilera</i> sp.	matamatá amarelo	B
<i>Eschweilera truncata</i> A.C. Sm.	ripeiro vermelho	B
<i>Lecythis pisonis</i> Cambess	castanha-sapucaia	A
<i>Lecythis</i> sp.	castanharana	A
Linaceae		
<i>Hebepetalum humiriifolium</i> (Planch.) Benth.		A
Malpighiaceae		
<i>Byrsonima poeppigiana</i> A. Juss.	murici	B
<i>Byrsonima</i> sp.1		B
<i>Byrsonima</i> sp.2		B
Melastomaceae		
<i>Macairea radula</i> (Bonpl.) DC.	cumaté	A

<i>Miconia</i> sp.	buchuchu	B
Meliaceae		
<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	andiroba	A
<i>Cedrela odorata</i> L.	cedrinho	A
<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer	jitó	A
<i>Guarea trunciflora</i> C. DC.	gitó branco	B
Swietenia macrophylla King	cedro aguano	A
Memecylaceae		
<i>Mouriri</i> sp.	mamãozinho	B
Mimosaceae		
<i>Abarema</i> sp.	ingá peluda	B
<i>Inga</i> sp.	ingá mari mari	A, B
<i>Zygia racemosa</i> (Ducke) Barneby & J.W. Grimes	angelim rajado	B
Moraceae		
<i>Brosimum acutifolium</i> Huber	murúé	A
<i>Brosimum aubletii</i> Poepp. & Endl.	falsa rainha	A
<i>Brosimum parinarioides</i> Ducke	amapá-garrote	A
<i>Brosimum guianense</i> (Aubl.) Huber	falsa rainha	B
<i>Brosimum</i> sp.		B
<i>Clarissia racemosa</i>	guariúba	A
<i>Ficus trigona</i> L. f.	apuí	A
<i>Ficus</i> sp.	caxinguba	A, B
<i>Maquira coriacea</i> (H. Karst.) C.C. Berg	muiratinga	A
<i>Pseudolmedia laevis</i> (Ruiz & Pav.) Macbr.	muiratinga	B
<i>Sorocea duckei</i> W.C. Burger	caimbé	A
Myristicaceae		
<i>Iryanthera</i> sp.	ucuúba cauliflora	B
<i>Viola calophylla</i> Warb. var. <i>calophylloidea</i> (Markg.) W.A.Rodrigues	ucuúba vermelha	B
<i>Viola surinamensis</i> (Rol. ex Rottb.) Warb.	viola, Ucuúba	A
<i>Viola</i> sp.	ucuúba preta	B
Myrtaceae		
<i>Eugenia</i> sp.	araçá	B
<i>Myrcia</i> sp.	goiabinha	B
Olacaceae		
<i>Heisteria barbata</i> Cuatrec.	castanha de cotia	B
<i>Heisteria densifrons</i> Engl.		B
<i>Heisteria duckei</i> Sleumer	itaubarana	B
<i>Minuartia guianensis</i> Aubl.	acariquara roxa	B
Orquidaceae		
N.I.	orquídea	A
Palmae		

<i>Maximiliana regia</i>	inajá	A
Picrodendraceae		
<i>Piranhea trifoliata</i> Baill.	piranheira	A
Polygonaceae		
<i>Symmeria</i> sp.	louro branco	A
Quiinaceae		
<i>Quiina negrensis</i> A.C.Sm.		B
Rhizophoraceae		
<i>Sterigmapetalum obovatum</i> Kuhlman.	desconhecida	B
Rubiaceae		
<i>Capirona decorticans</i> Spruce	mulateiro	B
<i>Coussarea ampla</i> Müll. Arg.	taboquinha	B
<i>Ladenbergia amazonensis</i> Ducke		B
Sapindaceae		
<i>Matayba</i> sp.	tentorana	A, B
<i>Sapindus</i> sp.	saboarana	A
<i>Talisia</i> sp.	pitomba da mata	B
<i>Trichilia</i> sp.		B
Sapotaceae		
<i>Chrysophyllum colombianum</i> (Aubrév.) T.D. Penn.	abiurana bacuri	B
<i>Manilkara huberi</i> (Ducke) Chevalier	maçaranduba	B
<i>Micropholis</i> sp.	balata	A
<i>Pouteria caimito</i> (Ruiz & Pav.) Radlk	abiu	A
<i>Pouteria erythrochrysa</i> T.D. Penn.	abiurana abiu	B
<i>Pouteria reticulata</i> (Engl.) Eyma	abiurana casca fina	B
<i>Pouteria</i> sp.	jaraí	B
<i>Pouteria venosa</i> ssp. <i>amazonica</i> T.D. Penn.	abiurana	B
<i>Pradosia schomburgkiana</i> subsp. <i>Schomburgkiana</i>	casca doce	A
Simaroubaceae		
<i>Simaba orinocensis</i> Kunth	cajuarana	A
<i>Simaba polyphylla</i> (Cavalcante) W.W. Thomas	marupá roxo	B
<i>Simarouba amara</i> Aubl.	marupá	B
Sterculiaceae		
<i>Sterculia excelsa</i> Mart.	achichá	B
<i>Theobroma canumanense</i> Pires & Fróes Cuatrec	cacau-da-mata amarelo	A
<i>Theobroma sylvestre</i> Aubl. ex Mart. in Buchner	cacau-da-mata	A
<i>Theobroma subincanum</i>	cupuí	A
<i>Theobroma</i> sp.	cacau de urubu	B
Tiliaceae		
<i>Apeiba echinata</i> Gaertn.	envira pente de macaco	B

<i>Luheopsis rosea</i> (Ducke) Burret		B
Violaceae		
<i>Paypayrola grandiflora</i> Tul.	mucurão	B
<i>Paypayrola</i> sp.		B
Vochysiaceae		
<i>Qualea</i> sp.	mandioqueira lisa	B
<i>Qualea</i> sp. 1	quaruba	B
<i>Qualea</i> sp. 2	sapateiro	A
N.I.	apunã	A
N.I.	arareira	A
N.I.	arumã-de-goma	A
N.I.	arumã-liso	A
N.I.	caniceira	A
N.I.	caramurí	A
N.I.	chichuá -	A
N.I.	cipó-apuí	A
N.I.	cipó-escada-de-jaboti	A
N.I.	jaoarí	A
N.I.	mirapiranga	A
N.I.	mirassacaca	A
N.I.	mirantã	A
N.I.	muúba	A
N.I.	pajurarana, cegamachado	A
N.I.	paracanaúba	A
N.I.	preciosa	A
N.I.	puruí-da-mata	A
N.I.	são-joão	A
N.I.	saracura	A
N.I.	tamaquaré-da-capoeira	A
N.I.	tamaquaré-da-mata	A
N.I.	ticozeiro	A
N.I.	timbó	A
N.I.	tucuribá	A
TOTAL morfoespécies		258

Fontes: A: MMA/IBAMA (2003); B: ICMBio (2008b).

ANEXO D: Lista de espécies madeireiras levantadas em Unidades Pontuais de amostragem (UPAs) de 190ha (UPA 1), 115ha (UPA 2) e 85ha (UPA 3), estabelecidas na área da hoje Resex Lago do Capanã Grande.

Família/espécie	Nome comum	N Indivíduos			Vol. (m ³)		
		UPA1	UPA2	UPA3	UPA1	UPA2	UPA3
	abiu	246	40	7	630,6	109,4	20,9
	abiu branco	-	-	3	-	-	5,3
	abiu cascudo	-	3	-	-	8,4	-
	abiu ferro	-	2	-	-	4,43	-
	abiurana	40	8	-	118,1	17,8	-
	acriuba	-	5	-	-	7,6	-
	amapá	39	61	28	151,8	318,6	237
	anani	37	12	1	118,8	37,36	2,9
	angelim	26	6	3	158,5	21,9	9,3
<i>Dinizia excelsa</i> <i>Ducke**</i>	angelim pedra	3	10	2	12,9	51,21	11,4
	angelim rajado	-	2	3	-	3,8	5,9
	angelim vermelho	-	9	3	-	72,8	18,8
<i>Hymenolobium excelsum</i> <i>Ducke</i>	angelim fava	-	32	14	-	138	62,1
	apui	3	-	-	12,6	-	-
	apuna	3	-	-	5,8	-	-
	apuna roxo	1	-	-	2,4	-	-
	aquaricara	-	3	-	-	3,8	-
	araçá	25	-	-	65,2	-	-
	arara	5	-	-	33,1	-	-
<i>Parkia pendula</i> <i>(Willd.) Benth. ex Walp.</i>	arara tucupi	1	17	12	1,6	51,4	61,1
	arareira	1	-	-	2,7	-	-
	arurá	5	70	10	10,5	233,4	25,6
	arurá branco	3	-	-	6,1	-	-
<i>Manilkara sp.*</i>	balata	-	47	-	-	129,2	-
	balsamo	5	-	-	7,2	-	-
	bocozinho	5	-	-	20,1	-	-
	breu	18	-	1	50,6	-	1,3
	breu branco	1	-	-	4,3	-	-
	cabeça de macaco	3	-	-	8,7	-	-
	cajá	1	-	-	2,9	-	-
	caju Açú	43	2	7	140	6,6	40,8
	cajui	25	8	12	72,3	22	55,8
	cajurana	-	4	1	-	14,2	2,4
	camate	1	-	-	1,4	-	-

		caraipe	29	1	9	55,7	1,7	26,9
		caramuri	5	-	-	11,6	-	-
		cariperana	-	-	12	-	-	25,4
		casca doce	15	1	-	47,5	1,3	-
		castanha de macaco	8	-	-	28,3	-	-
		castanharana	81	23	1	325,8	90,2	2,9
<i>Scleronema micranthum (Ducke) Ducke**</i>		cedrinho	69	20	51	199,5	83,6	188,9
		cedro	-	5	8	-	24,2	37,8
<i>Cedrela L.**</i>	<i>odorata</i>	cedro da casca Roxa	16	-	-	51,12	-	-
		cedro Mara	6	-	1	25,7	-	16
		chicleiro	7	-	-	13,1	-	-
		ciganeira	70	6	-	223,8	21,3	-
		copaíba	27	-	-	90,7	-	-
		copaíba cuiarana	22	28	12	65,7	88,8	43,1
		coração de negro	2	2	-	4,1	3,4	-
		cuinha	8	-	-	21,3	-	-
<i>Dipteryx odorata (Aubl.) Willd.**</i>		cumarú	182	28	36	621,6	49,3	100,6
		cumarurana	-	-	14	-	-	23,9
		cumate	3	-	-	6,43	-	-
<i>Goupia Aubl.**</i>	<i>glabra</i>	cupiuba	60	51	59	184,5	194,7	189,3
		cupiuba preta	-	1	-	-	3,8	-
		envira	156	4	1	341,9	10,5	1,5
		envira preta	6	17	-	10,8	35,4	-
<i>Parkia oppositifolia Spruce ex Benth.**</i>		fava	137	37	22	447,3	102,8	74,7
		fava amarela	-	22	5	-	59,22	14
		fava amargosa	-	18	16	-	56,8	63,9
		fava benguem	-	8	-	-	16,4	-
		fava bolacha	1	3	3	1,8	6,3	8,2
		fava branca	1	3	1	5,7	7,6	2,2
		fava folha miúda	2	20	20	3,5	75,7	78,2
		fava pachiuba	-	1	1	-	1,9	7,5
		fava preta	-	1	-	-	1,6	-
		garapeira	-	-	11	-	-	30,9
<i>Brosimum utile</i>		garrote	22	28	11	63,2	91,5	56,1

<i>(Kunth) ken ex</i>							
<i>J.Presl**</i>							
	gogo	-	-	1	-	-	0,9
	goiaba	32	-	-	100,7	-	-
	goiaba de cachorro	-	4	1	-	17,9	7,5
<i>Clarisia racemosa</i>							
<i>Ruiz & Pav.**</i>							
	guarúba	40	75	14	102,9	171,4	32,8
	ingá	58	9	3	165,2	18,3	5,6
	ingarana	23	-	5	165,2	-	11
	ipê/pau d arco	5	-	1	12,3	-	2,4
<i>Cinnamomum semecarpifolium</i>							
<i>(Meisn.) Kosterm.**</i>							
	itaba	14	16	1	31,8	20,7	0,9
	jacarandá	-	-	3	-	-	6,8
	jacareúba	8	7	-	19,5	16,7	-
	janita	-	7	-	-	15,5	-
	jarana	-	2	-	-	3,22	-
	jatauba	4	-	-	8,5	-	-
<i>Hymenaea courbaril</i>							
<i>L.**</i>							
	jatobá	13	14	15	42,1	42,9	78,1
<i>Hymenaea intermedia</i>							
<i>Ducke**</i>							
	jutaí	83	6	22	270,2	17,9	74,1
	jutaí pororoca	9	2	2	23,6	5,4	4,4
	lacre	517	-	3	1582	-	11,6
	lacre branco	2	-	-	4,6	-	-
	lixreira	2	-	-	3,6	-	-
<i>Nectandra discolor</i>							
<i>(Kunth) Nees</i>							
	louro	179	121	7	484,2	364	18,1
	louro abacate	1	1	-	2,9	3,2	-
	louro amarelo	-	5	-	-	15,6	-
	louro bosta	-	1	-	-	1,4	-
	louro caju	1	-	-	2,7	-	-
	louro pimenta	-	3	1	-	6,4	1,9
	louro preto	8	26	1	22	63	1,6
	louro rosa	1	1	-	9,4	3,2	-
	macucu	170	19	-	140,9	34,8	-
<i>Qualea sp.**</i>							
	mandioqueira	-	72	37	-	342,4	139,4
	mapara	-	-	1	-	-	2,6
	maparajuba	16	-	-	42,5	-	-
	marirana	-	1	-	-	1,4	-
<i>Simarouba amara</i>							
	marupá	72	59	19	208	210	67,8

*Aubl.***

<i>Manilkara huberi</i> (Ducke) Standl.*	maçaranduba	208	2	7	612,3	34	25,6
	mata mata	16	-	24	35,8	-	59,3
	muiracatiara	3	-	-	3,6	-	-
	muiraçacaca	59	-	-	166,8	-	-
<i>Brosimum rubescens</i> Taub.**	muirapiranga	172	51	14	499,1	173,8	33,1
	muiratinga	1	-	-	1	-	-
	muiraubá	-	5	10	-	13,1	64,8
	mulatinga	-	-	-	-	-	-
	mulateiro	1	-	-	2,3	-	-
	muruci	-	1	-	-	2,3	-
	murucucana	1	-	-	2,9	-	-
	mururé	1	-	4	6,2	-	8,9
	mututi	-	1	-	-	2,3	-
	n.I.	-	5	13	-	16,1	41,6
	pajura	342	24	-	935,1	124,5	-
	pajura branco	3	1	-	5,3	1,8	-
	pajura vermelho	1	-	-	1,8	-	-
	pajurana	-	1	-	-	7,5	-
	pama	28	16	21	53,8	40,7	44
	para para	6	-	2	12,4	-	3,9
	parica	17	8	2	74,9	55,3	4,5
	paricarana	-	1	1	-	10,5	8,3
	pau marfim	-	5	4	-	10,7	19,6
	pau rosa	-	3	-	-	4,2	-
paxiúba	1	-	-	2,45	-	-	
pé de jabuti	56	1	-	115,9	1,7	-	
<i>Caryocar microcarpum Ducke</i>	piquiá	14	10	-	55	30	-
	piquiarana	18	15	4	46	41,5	12,7
	pororoca	52	1	4	115,8	1,7	8,3
	puruirana	-	1	-	-	1,3	-
	ripeiro	3	3	-	8,6	5,6	-
<i>Peltogyne pubescens</i> Benth.**	roxinho	17	2	23	29,2	3,4	54
	socorro	16	-	-	46,2	-	-
	sorva	18	14	6	48,9	36,8	10,7
	súcuba	3	2	-	5,3	4,6	-
<i>Bowdichia nitida</i> Spruce ex Benth.**	sucupira	65	41	14	166,4	106	36,4
	sucupira branca	1	-	-	1,6	-	-

	sucupira preta	-	2	-	-	9,8	-
	sucupira vermelha	-	9	4	-	31,7	9,1
	tacaca	-	-	4	-	-	13,3
	tamaquare	49	17	1	124,3	52,2	2,4
	tamata	1	-	-	1	-	-
	tanibuca	-	6	1	-	17,9	4,7
	tapuru	12	-	-	44,8	-	-
	taruma	1	-	-	3,2	-	-
	tauri branco	14	-	-	32,1	-	-
<i>Cariniana micrantha Ducke**</i>	tauari, vermelho	210	51	32	909,6	245	238,5
	taxi	-	15	1	-	36,5	4,3
<i>Ormosia costulata (Miq.) Kleinhoonte**</i>	tento	52	48	-	169,5	116,5	-
	tico	40	-	-	151,4	-	-
	tintarana	4	1	-	9,1	1,2	-
	ucuúba	24	1	5	50	1,6	17,6
	urucurana	19	-	-	42,1	-	-
	uxi coroa	17	-	-	60,1	-	-
	uxi liso	2	5	-	2,9	13	-
	uxirana	-	8	2	-	25,8	4,3
	virola	-	7	1	-	15,8	2
	visgueiro	5	-	-	11,9	-	-
	xaburana	2	-	-	1,7	-	-
	xuru	-	35	16	-	175,5	116,7
TOTAL		4314	1539	758	2738	15098	2855
TOTAL/HECTARE		22,7	13,4	8,9	67	44,3	33,6
	161 morfoespécies						

Fonte: IBAMA (sem ano).

Anexo E. Espécies oleaginosas e com potencial econômico levantadas na Resex Lago do Lago do Capanã Grande, com as respectivas abundância absoluta (indivíduos/ha) e relativa (%) obtidas em 1 ha de amostragem para cada critério de inclusão.

Espécie	Abundancia	Abundancia
	Absoluta	Relativa
OLEAGINOSAS		
<i>Andira trifoliolata</i> Ducke	1	0,75
<i>Aniba burchellii</i> Kostermns	1	0,75
<i>Aniba rosaeodora</i> Ducke	1	0,75
<i>Aniba williamsii</i> O.C. Schmist	1	0,75
<i>Astrocaryum aculeatum</i> Mey.	3	2,26
<i>Astrocaryum murumuru</i> Martius	1	0,75
<i>Brosimum rubescens</i> Taub.	1	0,75
<i>Brosimum utile</i> (Kunth) Pittier	2	1,50
<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.	1	0,75
<i>Chrysophyllum prieurii</i> A. DC.	1	0,75
<i>Chrysophyllum sanguinolentum</i> Bae.	1	0,75
<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz & Pav.	1	0,75
<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	1	0,75
<i>Duguetia stelechantha</i> (Diel.) R.E.Fr	1	0,75
<i>Eschweilera atropiata</i> Mori	1	0,75
<i>Eschweilera grandiflora</i> (Aubl.) Sa.	1	0,75
<i>Eschweilera</i> sp.	1	0,75
<i>Euterpe precatoria</i> Mart.	30	22,56
<i>Guarea</i> sp.	1	0,75
<i>Himatanthus sucuuba</i> (Spruce)	1	0,75
<i>Iryanthera juruensis</i> Warb.	1	0,75

<i>Lecythis prancei</i> Mori	1	0,75
<i>Licaria guianensis</i> Aubl.	1	0,75
<i>Machaerium hoehneanum</i>	1	0,75
Ducke		
<i>Micropholis splendens</i> Gil. Ex	1	0,75
Aubr.		
<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	2	1,50
<i>Oenocarpus bataua</i> Martius	1	0,75
<i>Onychopetalum amazonicum</i>	1	0,75
R.E.Fr.		
<i>Orbignya phalerata</i> Mart	45	33,83
<i>Osteophloeum phatyspermum</i>	1	0,75
Warb.		
<i>Parkia pendula</i> (Willd.) Walp.	1	0,75
<i>Perebea mollis</i> Hub. mollis	1	0,75
<i>Pouteria guianensis</i> Aubl.	1	0,75
<i>Protium aracouchini</i> (Aubl.)	1	0,75
March.		
<i>Protium cf. flavilatex</i> T.D.	1	0,75
Penn.		
<i>Protium divaricatum</i> Engl.	2	1,50
<i>Protium opacum</i> Swart.	1	0,75
<i>opacum</i>		
<i>Pseudolmedia laevis</i> (R e P.)	1	0,75
Macbr		
<i>Socratea exorrhiza</i> (Mart.)	1	0,75
Wendl.		
<i>Swartzia ingifolia</i> Ducke	1	0,75
<i>Theobroma speciosum</i> Willd.	2	1,50
<i>Theobroma spruceanum</i>	1	0,75
Bernoulli		
<i>Theobroma subincanum</i> M. in	1	0,75
Bur.		

<i>Theobroma</i>	<i>sylvestris</i>	2	1,50
(Aubl.)Don.			
<i>Trattinnickia</i>	<i>rhoifolia</i> Willd.	1	0,75
<i>Vantanea</i>	<i>guianensis</i> (Aubl.)	1	0,75
Ducke			
<i>Virola</i>	<i>calophylla</i> Warb.	3	2,26
<i>Virola</i>	<i>spruceanum</i> Engl.	1	0,75
<i>Virola</i>	<i>theiodora</i> Warb.	1	0,75
<i>Vismia</i>	<i>guianensis</i> (Aubl.)	1	0,75
Choisy			
TOTAL		50 espécies	133 ind.

**PALMEIRAS COM
POTENCIAL
AGROINDUSTRIAL**

<i>Astrocaryum</i>	<i>murumuru</i>	3	2,61
Martius			
<i>Euterpe</i>	<i>precatória</i> Mart.	92	80,00
<i>Maximiliana</i>	<i>maripa</i> (Aubl.)	2	1,74
Drude			
<i>Oenocarpus</i>	<i>bacaba</i> Martius	1	0,87
<i>Orbignya</i>	<i>phalerata</i> Martius	17	14,78
TOTAL		05 espécies	115 ind.

**PLANTAS DE
INTERESSE
ECONÔMICO**

<i>Astrocaryum</i>	<i>murumuru</i> Mart.	23	35,38
<i>Copaifera</i>	<i>multijuga</i> Hayne	2	3,08
<i>Euterpe</i>	<i>precatória</i> Mart.	17	26,15
<i>Hevea</i>	<i>brasiliensis</i> Müll. Arg.	4	6,15

	<i>Hevea guianensis</i> Aubl.	8	12,31
	<i>Scheelea phalerata</i> Burret	11	16,92
TOTAL			
	06 espécies	65 ind.	
CASTANHEIRA			
	<i>Bertholletia excelsa</i> H.B.K.	48 ind.	
SERINGUEIRA			
	<i>Hevea brasiliensis</i> Müll. Arg	62 ind.	
TOTAL GERAL	56 espécies	463 ind.	

Fonte= ICMBio (sem ano).

Anexo F: Lista das espécies de peixes inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande.

Família/Espécie	Nome comum
Anostomatidae	
<i>Anastomoides laticeps</i>	aracú-branco
<i>Leporinus affinis</i>	aracú-pintado
<i>Leporinus fasciatus</i>	aracú-amarelo
<i>Rhytiodus agenteofuscus</i>	aracú-pau-de-vaqueiro
Arapaimidae	
<i>Arapaima gigas</i>	Pirarucu, bodeco
Callichthyidae	
<i>Hoplosternum litorale</i>	tamoatá
Characidae	
<i>Acestrorhynchus falacatus</i>	peixe-cachorro
<i>Brycon cephalus</i>	Jatuarana, matrinchã
<i>Triportheus sp.</i>	sardinha
Cichlidae	
<i>Acaronia nasa</i>	acará-tucunaré
<i>Aequidens tetramerus</i>	acará-aleluia (cascudo)
<i>Astronotus crasipinnis</i>	acará-açu
<i>Cichasoma amazonarum</i>	acará-mole
<i>Cichla monoculus</i>	tucunaré
<i>Crenicichla sp.</i>	jacundá
<i>Heros sp.</i>	acará-roxo
Curimatidae	
<i>Cyphocharax abramoides</i>	branquinha
Cynodontidae	
<i>Rhaphiodon vulpinus</i>	peixe-facão
Doradidae	
<i>Oxydoras niger</i>	cuiu-cuiu
Erythrinidae	
<i>Hoplerethrinus unitaeniatus</i>	jejú
<i>Hoplias gr. Malabaricos</i>	traíra
Gymnotidae	

Electrophorus electricus poraquê (peixe elétrico)

Hemiodontidae

Hemiodus sp. charuto

Hypophthalmidae

Hypophthalmus edentatus mapará

Ilisha amazonica apapá

Pellona castelnaeana apapá-ouro

Loricariidae

Liposarcus pardalis acari-bodó

Osteoglossidae

Osteoglossum bichirrhosum aruanã

Pimelodidae

Brachyplatystoma filamentosum filhote (piraíba)

Brachyplatystoma flavicans dourada

Calophysus macropterus piracatinga

Hypostomus emarginatus acari-cachimbo

Leiarius marmoratus jandiá

Phractocephalus hemiliopterus pirarara

Platysirulus barbatus mandi

Pseudoplatystoma fasciatum surubim

Pseudoplatystorna tigrinum caparari (pintado)

Potamotrygonidae

Potamotrygon sp. arraia-grande

Potamotrygon motoro arrai-pintada

Prochilodontidae

Prochilodus nigricans curimatã

Semaprochilodus insignis jaraqui

Ssiencidae

Plagioscion sp. pescada

Serrasalminidae

Colossoma macropomum tambaqui (ruelo, bocó)

Metynnys hypsauchen pacuí

Mylossoma aureum pacu-manteiga

<i>Piaractus brachyopomus</i>	pirapitinga
<i>Pygocentrus nattereri</i>	piranha-cajú
<i>Serrasalms rhombeus</i>	piranha-preta
N.I.	bagre
N.I.	pirá-tapioca
N.I.	sauna
TOTAL	51

Fonte: MMA/BAMA (2003).

Anexo G: Lista das espécies de anfíbios e répteis inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande.

Família/Espécie	Nome comum	Fonte
ANFÍBIOS		
Bufonidae		
<i>Allobates femoralis</i>		B
<i>Allobates sp.</i>		B
<i>Dendrophryniscus minutus</i>		B
<i>Rhinella cf. margaritifera</i>	sapo-folha	A,B
<i>Rhinella marina</i>	sapo-boi ou sapo-cururu	A,B
<i>Rhinella schneideri</i>	sapo-boi	A
Dendrobatidae		
<i>Colostethus sp.</i>	sapinho-do- folhedo	A
<i>Dendrobates sp.</i>	rã-de-seta	A
<i>Ameerega trivittata</i>		B
Eleutherodactylidae		
<i>Phyzelaphryne miriamae</i>		B
Hilidae		
<i>Dendropsophus rossalleni</i>		B
<i>Dendropsophus rhodopeplus</i>		B
<i>Dendropsophus parviceps</i>		B
<i>Dendropsophus leucophyllatus</i>		B
<i>Hypsiboas cinereaensces</i>		
<i>Hypsiboas fasciatus</i>		
<i>Hypsiboas boans</i>	perereca- gladiadora	A
<i>Hypsiboas calcaratus</i>	perereca	A,B
<i>Hypsiboas fasciatus</i>		B
<i>Hypsiboas geographicus</i>	perereca	A,B
<i>Hypsiboas punctata</i>	perereca	A
<i>Hypsiboas raniceps</i>	quarenta-e-três	A,B
<i>Hypsiboas wavrini</i>		B

<i>Osteocephalus taurinus</i>		B
<i>Phyllomedusa sp.</i>	perereca-da-folhagem	A
<i>Scinax ruber</i>	rapa-cuia	A,B
<i>Sphaenorhynchus carneus</i>		
<i>Trachycephalus venulosus</i>	perereca-babenta	A,B
<i>Trachycephalus resinifictrix</i>		B
Leiuperidae		
<i>Engystomops petersi</i>		
Leptodactylidae		
<i>Adenomera sp.</i>	rãzinha	A
<i>Hydrolaetare schidti</i>		B
<i>Leptodactylus sp.</i>	rã	A,B
<i>Leptodactylus andreae</i>		B
<i>Leptodactylus diedrus</i>		B
<i>Leptodactylus discodactylus</i>		B
<i>Leptodactylus fuscus</i>		B
<i>Leptodactylus lineatus</i>		B
<i>Leptodactylus macrosternum</i>		B
<i>Leptodactylus myersi</i>		B
<i>Leptodactylus pentadactylus</i>		B
<i>Leptodactylus rhodomystax</i>		B
<i>Leptodactylus petersii</i>		B
<i>Physalaemus sp.</i>	sapo-cachorro	A
Microhylidae		
<i>Elachistocleis sp.</i>		A
<i>Chiasmocleis sp.</i>		A,B
<i>Synapturanus sp.</i>		B
Pipidae		
<i>Pipa pipa.</i>	sapo-arú	A,B
Strabomantidae		
<i>Pristimantes sp.</i>		B
TOTAL	49 espécies	

REPTEIS

		Gekkonidae		
Lagartixas	e	<i>Gonatodes sp.</i>	lagartixa-da-	A
lagartos			mata	
		<i>Hemidactylus mabouia</i>	lagartixa-branca	A
		<i>Thecadactylus rapicauda</i>	lagartixa-da-	A
			mata	
		Gymnophthalmidae		
		<i>Alopoglossus atriventris</i>		B
		<i>Anthrosaura reticulata</i>		B
		<i>Leposoma sp.</i>		B
		Phyllodactylidae		
		<i>Thecadactylus solimoensis</i>		
		Iguanidae		
		<i>Iguana iguana</i>	iguana	A,B
		Polychrotidae		
		<i>Anolis fuscoauratus</i>		B
		<i>Anolis nitens</i>		B
		Scincidae		
		<i>Mabuya bistrriata</i>		B
		<i>Mabuya nigropunctata</i>		B
		Sphaerodactylidae		
		<i>Coleodactylus amazonicus</i>		B
		<i>Gonatodes humeralis</i>		B
		Teiidae		
		<i>Ameiva ameiva</i>	calango-verde	A,B
		<i>Crocodylurus lacertinus</i>	jacarerana	A
		<i>Kentropyx calcarata</i>	calango-da-mata	A
		<i>Kentropyx altamazonica</i>		
		<i>Kentropyx pelviceps</i>		
		<i>Tupinambis merianae</i>	teiú-grande	A
		<i>Tupinambis teguim</i>	teiu-pequeno	A,B

	Tropiduridae		
	<i>Plica plica</i>	lagarto-das- árvores	A,B
	<i>Plica umbra</i>		B
	<i>Tropidurus sp.</i>	lagarto-marrom	A
	<i>Uranoscodon superciliosus</i>	tamacaré	A,B
	Amphisbaenidae		
Amphisbenas ou cobras-cegas	<i>Amphisbaena alba</i>	cobra-de-duas- cabeças	A
	Boiidae		
Serpentes	<i>Boa constrictor</i>	jibóia-branca	A,B
	<i>Corallus caninus</i>	cobra-papagaio	A
	<i>Corallus hortulanus</i>		B
	<i>Corallus hortulanus</i>	suaçu-bóia	A
	<i>Epicrates cencria</i>	jiboia-arco-íris	A
	<i>Eucnetes murinus</i>	sucurijú	A,B
	Colubridae		
	<i>Chironius sp.</i>	cobra-cipó	A,B
	<i>Drymarchon corais</i>	papa-pinto	A
	<i>Dendrophidion dendrophis</i>		B
	<i>Helicops sp.</i>	cobra-d'água	A
	<i>Hidrops sp.</i>	cobra-d'água	A
	<i>Leptophis ahaetulla</i>		B
	<i>Liophis sp.</i>	cobra-d'água	A
	<i>Mastigodryas sp.</i>	corre-campo	A
	<i>Oxyrhopus sp.</i>	falsa-coral	A
	<i>Pseustes sulphureus</i>	caninana amarela	A
	<i>Spilotes pullatus</i>	caninana	A
	<i>Oxybelis fulgidus</i>		
	Dipsadidae		B
	<i>Atractus torquatus</i>		B

	<i>Drepanoides anomalus</i>		B
	<i>Helicops angulatus</i>		B
	<i>Helicops sp.</i>		B
	<i>Hydroginastes gigas</i>	cobra-d'água	A,B
	<i>Imantodes cenchoa</i>		B
	<i>Leptoderia annulata</i>		B
	<i>Xenoxybelis argenteus</i>		B
	<i>Xenodon severos</i>		B
	<i>Thamnodynastes pallidus</i>		B
	Elapidae		
	<i>Micrurus hemprichii</i>		B
	<i>Micrurus spixii</i>		B
	<i>Micrurus surinamensis</i>		B
	Viperidae		
	<i>Bothriopsis bilineata</i>	jararaca-verde	A
	<i>Brothops atrox</i>	jararaca	A,B
	<i>Brothops newidii</i>	jararaca-pintada	A
	<i>Lachesis muta</i>	pico-de-jaca	B
	Typhlopidae		
	<i>Typhlops reticulatus</i>		B
	Aligatoridae		
Jacarés	<i>Caiman sp.</i>	jacaretinga	A
	<i>Melanosuchus niger</i>	jacaré-açu	A
	<i>Paleosuchus palpebrosus</i>	jacaré-coroa	A
	Chelidae		
Bichos de casco	<i>Chelus fimbriatus</i>	matá-matá	A,B
	<i>Mesoclemmys raniceps</i>		B
	<i>Phrynops sp.</i>	cágado	A
	<i>Platemys platicephala</i>	jabuti-machado	A,B
	Podocnemidae		
	<i>Podocnemis expansa</i>	tartaruga	A,B
	<i>Podocnemis unifilis</i>	tracajá	A,B
	Testudinidae		

Geochelone denticulata jabuti-da-mata A,B

Kinosternidae

Kinostemon scorpioides mussuã A

TOTAL 73 espécies

Fonte: A: MMA/IBAMA (2003). B: Lista do inventário do SIMBIO (sem ano).

Anexo H: Lista das espécies de aves inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande e pesquisa bibliográfica para a região.

Familia/Espécie	Nome comum
Tinamidae Gray, 1840	
<i>Tinamus tao</i> Temminck, 1815	azulona
<i>Tinamus major</i> (Gmelin, 1789)	inhambu-de-cabeça-vermelha
<i>Tinamus guttatus</i> Pelzeln, 1863	inhambu-galinha
<i>Crypturellus cinereus</i> (Gmelin, 1789)	inhambu-preto
<i>Crypturellus obsoletus</i> (Temminck, 1815)	inhambuguaçu
<i>Crypturellus undulatus</i> (Temminck, 1815)	jaó
<i>Crypturellus strigulosus</i> (Temminck, 1815)	inhambu-relógio
<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)	inhambu-chororó
Anhimidae Stejneger, 1885	
<i>Anhima cornuta</i> (Linnaeus, 1766)	anhuma
Anatidae Leach, 1820	
<i>Dendrocygna viduata</i> (Linnaeus, 1766)	irerê
<i>Dendrocygna autumnalis</i> (Linnaeus, 1758)	asa-branca
<i>Cairina moschata</i> (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato
<i>Amazonetta brasiliensis</i> (Gmelin, 1789)	pé-vermelho
Cracidae Rafinesque, 1815	
<i>Ortalis guttata</i> (Spix, 1825)	aracuã
<i>Penelope jacquacu</i> Spix, 1825	jacu-de-spix
<i>Aburria kujubi</i> (Pelzeln, 1858)	cujubi
<i>Mitu tuberosum</i> (Spix, 1825)	mutum-cavalo
<i>Crax fasciolata</i> Spix, 1825	mutum-de-penacho
Odontophoridae Gould, 1844	
<i>Odontophorus gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	uru-corcovado
Phalacrocoracidae Reichenbach, 1849	
<i>Phalacrocorax brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	biguá
Ardeidae Leach, 1820	
<i>Tigrisoma lineatum</i> (Boddaert, 1783)	socó-boi
<i>Cochlearius cochlearius</i> (Linnaeus, 1766)	arapapá

<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho
<i>Bubulcus ibis</i> (Linnaeus, 1758)	garça-vaqueira
<i>Ardea cocoi</i> Linnaeus, 1766	garça-moura
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca-grande
<i>Syrigma sibilatrix</i> (Temminck, 1824)	maria-faceira
<i>Pilherodius pileatus</i> (Boddaert, 1783)	garça-real
<i>Egretta thula</i> (Molina, 1782)	garça-branca-pequena
Threskiornithidae Poche, 1904	
<i>Mesembrinibis cayennensis</i> (Gmelin, 1789)	coró-coró
Ciconiidae Sundevall, 1836	
<i>Jabiru mycteria</i> (Lichtenstein, 1819)	tuiuiú
<i>Mycteria americana</i> Linnaeus, 1758	cabeça-seca
Cathartidae Lafresnaye, 1839	
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha
<i>Cathartes burrovianus</i> Cassin, 1845	urubu-de-cabeça-amarela
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-de-cabeça-preta
<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-rei
Pandionidae Bonaparte, 1854	
<i>Pandion haliaetus</i> (Linnaeus, 1758)	águia-pescadora
Accipitridae Vigors, 1824	
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	gavião-de-cabeça-cinza
<i>Chondrohierax uncinatus</i> (Temminck, 1822)	caracoleiro
<i>Elanoides forficatus</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-tesoura
<i>Gampsonyx swainsonii</i> Vigors, 1825	gaviãozinho
<i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818)	gavião-peneira
<i>Rostrhamus sociabilis</i> (Vieillot, 1817)	gavião-caramujeiro
<i>Ictinia plumbea</i> (Gmelin, 1788)	sovi
<i>Accipiter poliogaster</i> (Temminck, 1824)	tauató-pintado
<i>Geranospiza caerulescens</i> (Vieillot, 1817)	gavião-pernilongo
<i>Buteogallus urubitinga</i> (Gmelin, 1788)	gavião-preto
<i>Busarellus nigricollis</i> (Latham, 1790)	gavião-belo
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó
<i>Buteo albicaudatus</i> Vieillot, 1816	gavião-de-rabo-branco

<i>Buteo nitidus</i> (Latham, 1790)	gavião-pedrês
<i>Buteo brachyurus</i> Vieillot, 1816	gavião-de-cauda-curta
<i>Morphnus guianensis</i> (Daudin, 1800)	uirapu-falso
<i>Harpia harpyja</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-real
<i>Spizaetus tyrannus</i> (Wied, 1820)	gavião-pega-macaco
<i>Spizaetus ornatus</i> (Daudin, 1800)	gavião-de-penacho
Falconidae Leach, 1820	
<i>Daptrius ater</i> Vieillot, 1816	gavião-de-anta
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	caracará
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro
<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã
<i>Micrastur ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	falcão-caburé
<i>Micrastur semitorquatus</i> (Vieillot, 1817)	falcão-relógio
<i>Falco sparverius</i> Linnaeus, 1758	quiriquiri
<i>Falco rufigularis</i> Daudin, 1800	cauré
Aramidae Bonaparte, 1852	
<i>Aramus guarauna</i> (Linnaeus, 1766)	carão
Psophiidae Bonaparte, 1831	
<i>Psophia leucoptera</i> Spix, 1825	jacamim-de-costas-brancas
<i>Psophia viridis</i> Spix, 1825	jacamim-de-costas-verdes
Rallidae Rafinesque, 1815	
<i>Aramides cajanea</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes
<i>Porzana albicollis</i> (Vieillot, 1819)	sanã-carijó
<i>Neocrex erythrops</i> (Sclater, 1867)	turu-turu
<i>Gallinula chloropus</i> (Linnaeus, 1758)	frango-d'água-comum
Heliornithidae Gray, 1840	
<i>Heliornis fulica</i> (Boddaert, 1783)	picaparra
Eurypygidae Selby, 1840	
<i>Eurypyga helias</i> (Pallas, 1781)	pavãozinho-do-pará
Charadriidae Leach, 1820	
<i>Vanellus cayanus</i> (Latham, 1790)	batuíra-de-esporão
<i>Charadrius collaris</i> Vieillot, 1818	batuíra-de-coleira
Scolopacidae Rafinesque, 1815	

<i>Actitis macularius</i> (Linnaeus, 1766)	maçarico-pintado
<i>Tringa solitaria</i> Wilson, 1813	maçarico-solitário
Jacanidae Chenu & Des Murs, 1854	
<i>Jacana jacana</i> (Linnaeus, 1766)	jaçanã
Sternidae Vigors, 1825	
<i>Sternula superciliaris</i> (Vieillot, 1819)	trinta-réis-anão
<i>Phaetusa simplex</i> (Gmelin, 1789)	trinta-réis-grande
Rynchopidae Bonaparte, 1838	
<i>Rynchops niger</i> Linnaeus, 1758	talha-mar
Columbidae Leach, 1820	
<i>Columbina passerina</i> (Linnaeus, 1758)	rolinha-cinzenta
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	rolinha-roxa
<i>Patagioenas speciosa</i> (Gmelin, 1789)	pomba-trocal
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	pombão
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa
<i>Patagioenas subvinacea</i> (Lawrence, 1868)	pomba-botafogo
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	pomba-de-bando
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-gemeadeira
Psittacidae Rafinesque, 1815	
<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i> (Latham, 1790)	arara-azul-grande
<i>Ara ararauna</i> (Linnaeus, 1758)	arara-canindé
<i>Ara macao</i> (Linnaeus, 1758)	araracanga
<i>Ara chloropterus</i> Gray, 1859	arara-vermelha-grande
<i>Orthopsittaca manilata</i> (Boddaert, 1783)	maracanã-do-buriti
<i>Aratinga leucophthalma</i> (Statius Muller, 1776)	periquitão-maracanã
<i>Aratinga weddellii</i> (Deville, 1851)	periquito-de-cabeça-suja
<i>Pyrrhura picta</i> (Statius Muller, 1776)	tiriba-de-testa-azul
<i>Brotogeris sp.</i>	periquito-de-asa-amarela
<i>Brotogeris sanctithomae</i> (Statius Muller, 1776)	periquito-testinha
<i>Pionus menstruus</i> (Linnaeus, 1766)	maitaca-de-cabeça-azul
<i>Amazona festiva</i> (Linnaeus, 1758)	papagaio-da-várzea

<i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758)	papagaio-verdadeiro
<i>Amazona amazonica</i> (Linnaeus, 1766)	curica
<i>Amazona farinosa</i> (Boddaert, 1783)	papagaio-moleiro
Opisthocomidae Swainson, 1837	
<i>Opisthocomus hoazin</i> (Statius Muller, 1776)	cigana
Cuculidae Leach, 1820	
<i>Coccyua minuta</i> (Vieillot, 1817)	chincoã-pequeno
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato
<i>Coccyzus melacoryphus</i> Vieillot, 1817	papa-lagarta-acanelado
<i>Crotophaga major</i> Gmelin, 1788	anu-coroca
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	anu-branco
Tytonidae Mathews, 1912	
<i>Tyto alba</i> (Scopoli, 1769)	coruja-da-igreja
Strigidae Leach, 1820	
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato
<i>Megascops watsonii</i> (Cassin, 1849)	corujinha-orelhuda
<i>Pulsatrix perspicillata</i> (Latham, 1790)	murucututu
<i>Strix virgata</i> (Cassin, 1849)	coruja-do-mato
<i>Glaucidium hardyi</i> Vielliard, 1990	caburé-da-amazônia
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	coruja-buraqueira
Nyctibiidae Chenu & Des Murs, 1851	
<i>Nyctibius grandis</i> (Gmelin, 1789)	mãe-da-lua-gigante
<i>Nyctibius griseus</i> (Gmelin, 1789)	mãe-da-lua
Caprimulgidae Vigors, 1825	
<i>Nyctiprogne leucopyga</i> (Spix, 1825)	bacurau-de-cauda-barrada
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau
<i>Caprimulgus parvulus</i> Gould, 1837	bacurau-chintã
<i>Caprimulgus nigrescens</i> Cabanis, 1848	bacurau-de-lajeado
<i>Hydropsalis climacocerca</i> (Tschudi, 1844)	acurana
Apodidae Olphe-Galliard, 1887	
<i>Streptoprocne zonaris</i> (Shaw, 1796)	taperuçu-de-coleira-branca
<i>Chaetura cinereiventris</i> Sclater, 1862	andorinhão-de-sobre-cinzento

<i>Chaetura egregia</i> Todd, 1916	taperá-de-garganta-branca
<i>Tachornis squamata</i> (Cassin, 1853)	tesourinha
Trochilidae Vigors, 1825	
<i>Phaethornis</i> sp.	rabo-branco
<i>Phaethornis ruber</i> (Linnaeus, 1758)	rabo-branco-rubro
<i>Phaethornis bourcieri</i> (Lesson, 1832)	rabo-branco-de-bico-reto
<i>Anthracothorax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta
<i>Chlorestes notata</i> (Reich, 1793)	beija-flor-de-garganta-azul
<i>Thalurania furcata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura-verde
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde
<i>Heliothryx auritus</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-bochecha-azul
Trogonidae Lesson, 1828	
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	surucuá-grande-de-barriga-amarela
<i>Trogon collaris</i> Vieillot, 1817	surucuá-de-coleira
<i>Trogon rufus</i> Gmelin, 1788	surucuá-de-barriga-amarela
<i>Trogon melanurus</i> Swainson, 1838	surucuá-de-cauda-preta
<i>Pharomachrus pavoninus</i> (Spix, 1824)	surucuá-pavão
Alcedinidae Rafinesque, 1815	
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande
<i>Chloroceryle amazona</i> (Latham, 1790)	martim-pescador-verde
<i>Chloroceryle aenea</i> (Pallas, 1764)	martinho
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno
<i>Chloroceryle inda</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-da-mata
Momotidae Gray, 1840	
<i>Baryphthengus martii</i> (Spix, 1824)	jujuva-ruiva
<i>Momotus momota</i> (Linnaeus, 1766)	udu-de-coroa-azul
Galbulidae Vigors, 1825	
<i>Galbula cyanicollis</i> Cassin, 1851	ariramba-da-mata
<i>Galbula ruficauda</i> Cuvier, 1816	ariramba-de-cauda-ruiva
<i>Galbula cyanescens</i> Deville, 1849	ariramba-da-capoeira
<i>Galbula leucogastra</i> Vieillot, 1817	ariramba-bronzeada

<i>Galbula dea</i> (Linnaeus, 1758)	ariramba-do-paraíso
<i>Jacamerops aureus</i> (Statius Muller, 1776)	jacamaraçu
Bucconidae Horsfield, 1821	
<i>Bucco macrodactylus</i> (Spix, 1824)	rapazinho-de-boné-vermelho
<i>Nystalus striolatus</i> (Pelzeln, 1856)	rapazinho-estriado
<i>Nystalus chacuru</i> (Vieillot, 1816)	joão-bobo
<i>Nonnula ruficapilla</i> (Tschudi, 1844)	freirinha-de-coroa-castanha
<i>Monasa nigrifrons</i> (Spix, 1824)	chora-chuva-preto
<i>Monasa morphoeus</i> (Hahn & Küster, 1823)	chora-chuva-de-cara-branca
<i>Chelidoptera tenebrosa</i> (Pallas, 1782)	urubuzinho
Ramphastidae Vigors, 1825	
<i>Ramphastos toco</i> Statius Muller, 1776	tucanuçu
<i>Ramphastos tucanus</i> Linnaeus, 1758	tucano-grande-de-papo-branco
<i>Selenidera gouldii</i> (Natterer, 1837)	saripoca-de-gould
<i>Pteroglossus castanotis</i> Gould, 1834	araçari-castanho
<i>Pteroglossus beauharnaesii</i> Wagler, 1832	araçari-mulato
Picidae Leach, 1820	
<i>Picumnus aurifrons</i> Pelzeln, 1870	pica-pau-anão-dourado
<i>Melanerpes cruentatus</i> (Boddaert, 1783)	benedito-de-testa-vermelha
<i>Veniliornis affinis</i> (Swainson, 1821)	picapauzinho-avermelhado
<i>Celeus flavus</i> (Statius Muller, 1776)	pica-pau-amarelo
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-de-banda-branca
<i>Campephilus melanoleucos</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-topete-vermelho
Passeriformes Linné, 1758	
Thamnophilidae Swainson, 1824	
<i>Taraba major</i> (Vieillot, 1816)	choró-boi
<i>Thamnophilus doliatus</i> (Linnaeus, 1764)	choca-barrada
<i>Thamnophilus palliatus</i> (Lichtenstein, 1823)	choca-listrada
<i>Thamnophilus aethiops</i> Sclater, 1858	choca-lisa
<i>Thamnophilus schistaceus</i> d'Orbigny, 1835	choca-de-olho-vermelho
<i>Thamnophilus punctatus</i> (Shaw, 1809)	choca-bate-cabo
<i>Megastictus margaritatus</i> (Sclater, 1855)	choca-pintada
<i>Pygoptila stellaris</i> (Spix, 1825)	choca-cantadora

<i>Myrmotherula hauxwelli</i> (Sclater, 1857)	choquinha-de-garganta-clara
<i>Myrmotherula longipennis</i> Pelzeln, 1868	choquinha-de-asa-comprida
<i>Myrmotherula iheringi</i> Sneathlage, 1914	choquinha-de-ihering
<i>Myrmotherula assimilis</i> Pelzeln, 1868	choquinha-da-várzea
<i>Microrhophias quixensis</i> (Cornalia, 1849)	papa-formiga-de-bando
<i>Cercomacra cinerascens</i> (Sclater, 1857)	chororó-pocuí
<i>Hypocnemis cantator</i> (Boddaert, 1783)	papa-formiga-cantador
<i>Hypocnemoides maculicauda</i> (Pelzeln, 1868)	solta-asa
<i>Myrmeciza</i> sp.	formigueiro
Dendrocolaptidae Gray, 1840	
<i>Dendrocincla fuliginosa</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-pardo
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde
<i>Glyphorhynchus spirurus</i> (Vieillot, 1819)	arapaçu-de-bico-de-cunha
<i>Nasica longirostris</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-bico-comprido
<i>Dendrocolaptes certhia</i> (Boddaert, 1783)	arapaçu-barrado
<i>Dendrocolaptes picumnus</i> Lichtenstein, 1820	arapaçu-meio-barrado
<i>Xiphorhynchus picus</i> (Gmelin, 1788)	arapaçu-de-bico-branco
<i>Xiphorhynchus obsoletus</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-riscado
<i>Lepidocolaptes albolineatus</i> (Lafresnaye, 1845)	arapaçu-de-listras-brancas
<i>Campylorhamphus falcularius</i> (Vieillot, 1822)	arapaçu-de-bico-torto
Furnariidae Gray, 1840	
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro
<i>Synallaxis rutilans</i> Temminck, 1823	joão-teneném-castanho
<i>Synallaxis cabanisi</i> Berlepsch & Leverkuhn, 1890	joão-do-norte
<i>Synallaxis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	joão-teneném-becuí
<i>Cranioleuca vulpina</i> (Pelzeln, 1856)	arredio-do-rio
<i>Hyloctistes subulatus</i> (Spix, 1824)	limpa-folha-riscado
<i>Philydor erythropterum</i> (Sclater, 1856)	limpa-folha-de-asa-castanha
<i>Xenops minutus</i> (Sparman, 1788)	bico-virado-miúdo
Tyrannidae Vigors, 1825	
<i>Corythopsis torquatus</i> (Tschudi, 1844)	estalador-do-norte
<i>Hemitriccus</i> sp.	
<i>Todirostrum maculatum</i> (Desmarest, 1806)	ferreirinho-estriado

<i>Todirostrum chrysocrotaphum</i> Strickland, 1850	ferreirinho-pintado
<i>Tyrannulus elatus</i> (Latham, 1790)	maria-te-viu
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela
<i>Elaenia spectabilis</i> Pelzeln, 1868	guaracava-grande
<i>Elaenia parvirostris</i> Pelzeln, 1868	guaracava-de-bico-curto
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha
<i>Phaeomyias murina</i> (Spix, 1825)	bagageiro
<i>Zimmerius gracilipes</i> (Sclater & Salvin, 1868)	poiaeiro-de-pata-fina
<i>Rhynchocyclus olivaceus</i> (Temminck, 1820)	bico-chato-grande
<i>Tolmomyias sulphureus</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta
<i>Tolmomyias poliocephalus</i> (Taczanowski, 1884)	bico-chato-de-cabeça-cinza
<i>Platyrinchus platyrhynchos</i> (Gmelin, 1788)	patinho-de-coroa-branca
<i>Onychorhynchus coronatus</i> (Statius Muller, 1776)	maria-leque
<i>Terenotriccus erythrurus</i> (Cabanis, 1847)	papa-moscas-uirapuru
<i>Pyrocephalus rubinus</i> (Boddaert, 1783)	príncipe
<i>Ochthornis littoralis</i> (Pelzeln, 1868)	maria-da-praia
<i>Fluvicola albiventer</i> (Spix, 1825)	lavadeira-de-cara-branca
<i>Arundinicola leucocephala</i> (Linnaeus, 1764)	freirinha
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha
<i>Legatus leucophaeus</i> (Vieillot, 1818)	bem-te-vi-pirata
<i>Myiozetetes cayanensis</i> (Linnaeus, 1766)	bentevizinho-de-asa-ferrugínea
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	bentevizinho-de-penacho-vermelho
<i>Myiozetetes luteiventris</i> (Sclater, 1858)	bem-te-vi-barulhento
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei
<i>Tyrannopsis sulphurea</i> (Spix, 1825)	suiriri-de-garganta-rajada
<i>Tyrannus albogularis</i> Burmeister, 1856	suiriri-de-garganta-branca
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri
<i>Tyrannus savana</i> Vieillot, 1808	tesourinha
<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador
<i>Casiornis rufus</i> (Vieillot, 1816)	caneleiro

<i>Myiarchus tuberculifer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	maria-cavaleira-pequena
<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira
<i>Attila cinnamomeus</i> (Gmelin, 1789)	tinguaçu-ferrugem
Cotingidae Bonaparte, 1849	
<i>Lipaugus vociferans</i> (Wied, 1820)	cricrió
<i>Gymnoderus foetidus</i> (Linnaeus, 1758)	anambé-pombo
<i>Querula purpurata</i> (Statius Muller, 1776)	anambé-uma
<i>Cephalopterus ornatus</i> Geoffroy Saint-Hilaire, 1809	anambé-preto
Pipridae Rafinesque, 1815	
<i>Manacus manacus</i> (Linnaeus, 1766)	rendeira
<i>Chiroxiphia pareola</i> (Linnaeus, 1766)	tangará-falso
<i>Heterocercus linteatus</i> (Strickland, 1850)	coroa-de-fogo
<i>Dixiphia pipra</i> (Linnaeus, 1758)	cabeça-branca
<i>Pipra fasciicauda</i> Hellmayr, 1906	uirapuru-laranja
<i>Pipra rubrocapilla</i> Temminck, 1821	cabeça-encarnada
Tityridae Gray, 1840	
<i>Schiffornis major</i> Des Murs, 1856	flautim-ruivo
<i>Iodopleura isabellae</i> Parzudaki, 1847	anambé-de-coroa
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto
Vireonidae Swainson, 1837	
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari
<i>Vireolanius leucotis</i> (Swainson, 1838)	assobiador-do-castanhal
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	juruviara
Hirundinidae Rafinesque, 1815	
<i>Tachycineta albiventer</i> (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-do-campo
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-doméstica-grande
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora
Troglodytidae Swainson, 1831	
<i>Microcerculus marginatus</i> (Sclater, 1855)	uirapuru-veado
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra

<i>Campylorhynchus turdinus</i> (Wied, 1831)	catatau
<i>Pheugopedius genibarbis</i> (Swainson, 1838)	garrinchão-pai-avô
<i>Cantorchilus leucotis</i> (Lafresnaye, 1845)	garrinchão-de-barriga-vermelha
<i>Cyphorhinus arada</i> (Hermann, 1783)	uirapuru-verdadeiro
Poliophtilidae Baird, 1858	
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	bico-assovelado
<i>Poliophtila guianensis</i> Todd, 1920	balança-rabo-guianense
Turdidae Rafinesque, 1815	
<i>Turdus fumigatus</i> Lichtenstein, 1823	sabiá-da-mata
<i>Turdus lawrencii</i> Coues, 1880	caraxué-de-bico-amarelo
<i>Turdus ignobilis</i> Sclater, 1858	caraxué-de-bico-preto
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850	sabiá-poca
<i>Turdus albicollis</i> Vieillot, 1818	sabiá-coleira
Coerebidae d'Orbigny & Lafresnaye, 1838	
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica
Thraupidae Cabanis, 1847	
<i>Cissopis leverianus</i> (Gmelin, 1788)	tietinga
<i>Nemosia pileata</i> (Boddaert, 1783)	saíra-de-chapéu-preto
<i>Piranga flava</i> (Vieillot, 1822)	sanhaçu-de-fogo
<i>Ramphocelus carbo</i> (Pallas, 1764)	pipira-vermelha
<i>Thraupis episcopus</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaçu-da-amazônia
<i>Thraupis cyanoptera</i> (Vieillot, 1817)	sanhaçu-de-encontro-azul
<i>Thraupis palmarum</i> (Wied, 1823)	sanhaçu-do-coqueiro
<i>Tangara mexicana</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-de-bando
<i>Tangara chilensis</i> (Vigors, 1832)	sete-cores-da-amazônia
<i>Tangara punctata</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-negaça
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	saí-andorinha
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul
<i>Hemithraupis flavicollis</i> (Vieillot, 1818)	saíra-galega
Emberizidae Vigors, 1825	
<i>Ammodramus humeralis</i> (Bosc, 1792)	tico-tico-do-campo
<i>Sicalis columbiana</i> Cabanis, 1851	canário-do-amazonas
<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	tiziu

<i>Sporophila americana</i> (Gmelin, 1789)	coleiro-do-norte
<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho
<i>Sporophila caerulescens</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho
<i>Sporophila castaneiventris</i> Cabanis, 1849	caboclinho-de-peito-castanho
<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió
<i>Arremon taciturnus</i> (Hermann, 1783)	tico-tico-de-bico-preto
<i>Paroaria gularis</i> (Linnaeus, 1766)	cardeal-da-amazônia
Cardinalidae Ridgway, 1901	
<i>Saltator maximus</i> (Statius Muller, 1776)	tempera-viola
<i>Saltator coerulescens</i> Vieillot, 1817	sabiá-gongá
<i>Cyanocompsa cyanoides</i> (Lafresnaye, 1847)	azulão-da-amazônia
Icteridae Vigors, 1825	
<i>Psarocolius viridis</i> (Statius Muller, 1776)	japu-verde
<i>Psarocolius decumanus</i> (Pallas, 1769)	japu
<i>Psarocolius bifasciatus</i> (Spix, 1824)	japuaçu
<i>Cacicus chrysopterus</i> (Vigors, 1825)	tecelão
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe
<i>Cacicus cela</i> (Linnaeus, 1758)	xexéu
<i>Icterus cayanensis</i> (Linnaeus, 1766)	encontro
<i>Lamprosar tanagrinus</i> (Spix, 1824)	iraúna-velada
<i>Gnorimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819)	graúna
<i>Molothrus oryzivorus</i> (Gmelin, 1788)	iraúna-grande
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	vira-bosta
<i>Sturnella militaris</i> (Linnaeus, 1758)	polícia-inglesa-do-norte
Fringillidae Leach, 1820	
<i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)	fim-fim
<i>Euphonia chrysopasta</i> Sclater & Salvin, 1869	gaturamo-verde
<i>Euphonia minuta</i> Cabanis, 1849	gaturamo-de-barriga-branca
<i>Euphonia xanthogaster</i> Sundevall, 1834	fim-fim-grande
<i>Euphonia rufiventris</i> (Vieillot, 1819)	gaturamo-do-norte
TOTAL	328 espécies

Anexo I: Lista das espécies de mamíferos inventariadas através de entrevistas com moradores da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande e pesquisa bibliográfica.

Família/Espécie	Nome comum
Didelphidae	
<i>Didelphis albiventris</i>	mucura, gambá
<i>Marmosa sp.</i>	mucura-xixica
Myrmecophagidae	
<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-colete, mambira
<i>Cyclops didactylus</i>	tamaduá
Bradypodidae	
<i>Bradypus tridactylus</i>	preguiça-três-dedos
Megalonychidae	
<i>Choloepus didactylus</i>	preguiça-real
Dasypodidae	
<i>Tolypeutes tricinctus</i>	tatu-bola
<i>Priodontes maximus</i>	tatu-canastra
<i>Cabassous unicinctus</i>	tatu-rabo-mole
<i>Dasypus septemcincylus</i>	tatu-quinze-quilos
Cebidae	
<i>Cebus apella</i>	macaco-prego
<i>Saimiri sciureus</i>	chambeta mico-de-cheiro
<i>Callithrix agentata</i>	soim-branco
<i>Cebuella sp.</i>	mico-leão
<i>Callimico goeldii</i>	soim-preto
Aotidae	
<i>Aotus sp.</i>	macaco-de-noite, jupará
Pitheciidae	
<i>Pithecia monacus</i>	macaci-velho (parauacú)
<i>Callicebus torquatus</i>	zogue-zogue
Atelidae	
<i>Lagothrix lagothricha</i>	macaco-barrigudo
<i>Alouatta caraya</i>	guariba-preto
<i>Alouatta fusca</i>	guariba-vermelho
Felidae	

<i>Leopardus pardalis</i>	gato-maracajá-peludo (jaguatirica)
<i>Leopardus wiedii</i>	gato-maracajá-açu
<i>Puma concolor</i>	suçuarana, onça-parda
<i>Panthera onca</i>	onça-pintada
Canidae	
<i>Atelocynus microtis</i>	cachorro-do-mato-de-orelha-curta
<i>Speothus venaticus</i>	cachorro-do-mato-vinagre
Mustelidae	
<i>Lutra longicaudis</i>	lontra
<i>Pteronura brasiliensis</i>	ariranha
<i>Eira barbara</i>	irara
Mephitidae	
<i>Conepatus semistriatus</i>	jaritataca
Procyonidae	
<i>Potos flavus</i>	gogó-sola
<i>Nasua nasua</i>	quati (mundé)
Tapiridae	
<i>Tapirus terrestris</i>	anta
Tayassuidae	
<i>Tayassu pecari</i>	queixada
<i>Pecari tajacu</i>	porco-caititu
Cervidae	
<i>Masama Americana</i>	veado-vermelho
<i>Masama gouazoubira</i>	veado-roxo
Delphinidae	
<i>Sotalia fluviatilis</i>	tucuxi
Iniidae	
<i>Inia geoffrensis</i>	boto-rosa
Caviidae	
<i>Cuniculus paca</i>	paca
<i>Hidrochoerus hidrochaeris</i>	capivara
<i>Dasiprocta agouti</i>	cotia
<i>Myoprocta sp.</i>	cotiara

Erethizontidae

Coendou prehensilis porco-espinho

Sciuridae

Guerlinguetus sp. coati-puru

Echimydae

Dactylomys sp. rato-coró

Trichechidae

Trichechus inunguis peixe-boi

TOTAL 49 espécies

Fonte: MMA/IBAMA (2003).

PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE

